

Larissa Araújo Coutinho de Paula
Wilians Ventura Ferreira Souza
Gabriel Batista Mota
(Orgs.)

**Gênero e Sexualidades
na FCT UNESP de
Presidente Prudente (SP):
trajetórias de pesquisa**

**Gênero e Sexualidades na FCT UNESP
de Presidente Prudente (SP):
trajetórias de pesquisa**

Larissa Araújo Coutinho de Paula
Wilians Ventura Ferreira Souza
Gabriel Batista Mota
(Organizadores)

**Gênero e Sexualidades na FCT UNESP
de Presidente Prudente (SP):
trajetórias de pesquisa**



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Larissa Araújo Coutinho de Paula; Wilians Ventura Ferreira Souza; Gabriel Batista Mota [Orgs.]

Gênero e Sexualidades na FCT UNESP de Presidente Prudente (SP): trajetórias de pesquisa. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 383p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1796-3 [Impresso]
978-65-265-1797-0 [Digital]**

DOI: 10.51795/9786526517970

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Faculdade de Ciências e Tecnologia UNESP. 4. Presidente Prudente-SP. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2024

*O importante não é ser o primeiro
ou primeira, o importante é abrir caminhos*

Conceição Evaristo

*Quando somos ensinados que a
segurança está na semelhança, qualquer tipo de diferença parece uma
ameaça*

bell hooks

*Não existe hierarquia de opressão,
já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a
interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de
opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como
identidades*

Carla Akotirene

À Marli Inês Araújo de Paula (in memoriam), que com entusiasmo circulava e interagia nos espaços da FCT/UNESP. À Vania Cristina dos Santos Pedro (in memoriam), que com sua genuína alegria, animava os dias no PPGG. A todos que lutaram e lutam por uma sociedade livre de qualquer preconceito e desigualdade.

Ao Vagner Pereira da Silva (in memoriam), que, em tempos de desesperança e medo, me inspirou a seguir lutando pela diversidade em todas as suas formas. A todos os movimentos sociais que resistem e lutam pelos corpos violados, brutalizados e torturados no contexto de uma 'democracia' frágil e seletiva.

A todos aqueles que lutaram pela igualdade, justiça e liberdade antes de mim. A todos os visionários que acreditaram em um mundo sem preconceito, LGBTfobia e segregação. A todos que ainda acreditam na Educação e na Educação Sexual em um país conservador e religioso.

Sumário

Prefácio	11
Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
Apresentação	15
Re-pensando outros Sentidos de Gênero para fazer Geografia numa Perspectiva De(s)colonial	23
Tatiane Regina da Silva	
A constituição de um <i>Hip Hop</i> feminista: as espacialidades de jovens mulheres negras na e por meio da cultura <i>Hip Hop</i> em Londrina (PR)	47
Ana Carolina dos Santos Marques	
O caminho se faz caminhando? Mobilidades cotidianas de jovens mulheres na cidade de Presidente Prudente (SP)	65
Lais Neves Lopes	
Mobilidade urbana de mulheres periféricas: um olhar interseccional para os estudos urbanos e de gênero	79
Carolina Stoco Ferrari	
Afectividad espacial en la vivencia transfemenina en recintos carcelarios masculinos	101
Martin Torres	
Arquitetura itinerante: a mulher e a autoconstrução	119
Tiyemi Miyoshi Bianchi	

Parceria transatlântica na academia: Uma colaboração ativa entre a Unesp–Presidente Prudente e o IGOT–Universidade de Lisboa	141
Margarida Queirós	
Desvelando a Realidade da Violência Contra as Mulheres na Região Administrativa de Presidente Prudente – SP	163
Nayara Leva Batista	
Tiros, facadas, medo e resistência: Geografia das mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil em 2023	181
Wilians Ventura Ferreira Souza	
Geografias para prevenir o feminicídio	209
Carolina Russo Simon	
Relações de gênero e saúde em Maputo, Moçambique: análise geográfica sobre o HIV/AIDS	227
Mateus Fachin Pedroso	
Trabalho docente na pandemia: a perspectiva de mulheres na educação municipal de Presidente Prudente/SP	247
Isabella Bocchi Costa, Ricardo Pires de Paula	
Reflexão sobre o conhecimento de professores da região de Presidente Prudente (SP) acerca do <i>bullying</i> LGBTfóbico no cenário escolar	275
Gabriel Batista Mota	
Perspectivas e desafios de jovens assentadas: um estudo a partir de grupos focais em assentamentos paulistas	295
Larissa Araújo Coutinho de Paula	

A participação das mulheres agricultoras no programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo e nos movimentos de lutas por igualdades de gênero	315
Simone Leia Rui, Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
A categoria gênero como elemento para a análise da reprodução socioterritorial em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP	329
Ana Lúcia Teixeira Tabuti	
Mulheres “tejiendo” história: Relatos de luta desde o campo e a floresta no Brasil e na Colômbia	351
Marcia A. Pertuz, Maria del Socorro Pisso Mazabuel, Daniela Dias de Souza	
Posfácio	369
Luís Antonio Barone	
Sobre os organizadores e autores	375
Sobre as autoras e os autores	377

Prefácio

Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol
Docente da FCT UNESP de Presidente Prudente

*Eu decidi que não há nada de errado em se considerar feminista.
Então, eu sou uma feminista e todas nós deveríamos ser feministas,
porque feminismo é uma outra palavra para igualdade.*
Malala Yousafzai, ativista pela defesa da educação

O livro “Gênero e sexualidades na FCT UNESP de Presidente Prudente (SP): Trajetórias de Pesquisa” surge num momento em que a expectativa e a esperança em dias melhores, especialmente para a população mais vulnerável, foram retomadas no país, tendo em vista que os direitos (individuais e coletivos) voltariam a ser respeitados e a diversidade valorizada.

Depois de um período marcado pelas políticas ultraneoliberais, em que o desmantelamento de políticas públicas sociais importantes foi constante, as *fake news* se espalharam e o discurso de ódio contra os que pensam diferente, que se apoiam na Ciência e que prezam pela diversidade (sexual, religiosa etc.), mostrou a face mais perversa de parte da sociedade brasileira, que já era marcada pelo machismo e pela violência, em suas diferentes formas, ganhou amplitude por meio das redes sociais. Uma das consequências mais nefastas desse período, além das mais de 700 mil mortes provocadas pela Covid-19, do aumento da fome e da desnutrição infantil e da ampliação das desigualdades sociais no país, foi a expansão da violência contra as mulheres, a integrantes da comunidade LGBTQIA+ e outros grupos denominados de minoritários – mas, que fazem parte da sociedade brasileira e, portanto, têm direitos e deveres como cidadãos e devem ser respeitados -. A cada dia, a *mídia* traz inúmeros casos, sejam na escala local, estadual ou nacional, que assustam pela violência,

pelos requintes de crueldade, enfim, pelo desrespeito pelo(a) outro(a) e pelas suas escolhas de vida.

Esse contexto de violência do país, que pensávamos que diminuiria após o fim do mandato presidencial em 2022 – já que no referido período essas diferentes formas de violência foram estimuladas -, e que a partir de 2023, essas marcas ficariam cada vez mais no passado recente, não ocorreu e os dados oficiais apresentados no livro reforçam essa triste situação.

A violência contra a mulher cresceu no Brasil em 2023. Dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apontam que o número de feminicídios subiu 0,8% em relação ao ano anterior (2022). Foram 1.467 mulheres mortas por razões de gênero, o maior registro desde a publicação da lei que tipifica o crime, em 2015. Também foram verificados aumentos nas taxas de registros de agressões em contexto de violência doméstica (9,8%), ameaças (16,5%), perseguição/*stalking* (34,5%), violência psicológica (33,8%) e estupro (6,5%). O perfil das mulheres mortas de forma violenta permanece estável. As principais vítimas são negras (66,9%), com idade entre 18 e 44 anos (69,1%). O FBSP destaca que os casos de feminicídios não são distribuídos de forma homogênea pelo país. Enquanto a média nacional é de 1,4 morte por grupo de 100 mil mulheres, 17 estados apresentam índices mais elevados, como são os casos de Rondônia (2,6), Mato Grosso (2,5), Acre (2,4) e Tocantins (2,4). Por outro lado, estão abaixo da taxa brasileira Ceará (0,9), São Paulo (1,0), Alagoas (1,1) e Amapá (1,1). Os menores índices estaduais de violência contra a mulher não decorrem necessariamente de maior segurança naqueles estados, mas em grande medida da forma como o registro policial é feito, sendo registrado como homicídio e não feminicídio.

Em relação à comunidade LGBTQIA+, a situação não é melhor. Os números da violência apresentados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), mostram que o país ainda figura entre os mais violentos do mundo contra a população LGBTQIA+. De acordo com o GGB, em 2023 foram 257 assassinatos. Desse total, 127 foram pessoas trans

(travestis e transgêneros), 118 homens gays, nove lésbicas e três pessoas bissexuais. Isso significa que, em 2023, a cada 34 horas no país houve o assassinato de pessoas LGBTQIA+, classificando o Brasil como país que mais mata pessoas desse grupo em todo o mundo pela 14ª vez consecutiva.

Essas considerações mais gerais sobre o contexto recente que vivemos e, sobretudo, os diferentes tipos de violência que ainda estão presentes na sociedade brasileira e no cotidiano de muito(a)s brasileiro(as), atingindo diferentes sujeito(a)s sociais, são apenas alguns dos temas que são abordados de forma crítica e reflexiva nos textos produzidos a partir de pesquisas, se constituindo como eixo de discussão do livro “Gênero e sexualidades na FCT UNESP de Presidente Prudente (SP): Trajetórias de Pesquisa”, organizado por Larissa Araújo Coutinho de Paula, Wilians Ventura Ferreira Souza e Gabriel Batista Mota.

Esse livro se constitui numa prova material e simbólica de resistência científica contra essa situação que a sociedade brasileira e, particularmente, a da Região de Presidente Prudente, se esforça para não ver e, na maioria dos casos, esconder. Composto por 17 capítulos de autoras e autores cujas pesquisas estão diretamente ligadas à temática, este livro resulta, como destacado na apresentação, de um esforço coletivo em desafiar as fronteiras disciplinares e promover avanços teóricos e metodológicos no estudo de Gênero e Sexualidades. Mais do que isso, eu acrescentaria, esse livro se constitui num marco importante para a UNESP, *Campus* de Presidente Prudente, para evidenciar a importância social de se debater temas que sempre foram relegados – e porque não dizer, esquecidos - na Geografia e noutras ciências sociais, humanas e sociais aplicadas.

Por meio de um “mosaico” de palavras-chave identificadas nos capítulos, o(a) leitor(a) vai acompanhando e se aprofundando nos conteúdos, tais como gênero e de(s)colonialidade, *hip hop* feminino, mobilidades de jovens mulheres e de mulheres periféricas, interseccionalidades, vivência transfeminina em presídios, mulheres e autoconstrução, gênero e reprodução

socioterritorial, violência contra as mulheres e LGBTQIA+fobia, prevenção do feminicídio, relações de gênero e saúde, trabalho docente e pandemia, *bullying* LGBTfóbico, jovens assentadas e seus desafios, e mulheres assentadas e políticas públicas.

Os territórios em que as pesquisas foram realizadas também foram múltiplos e em escalas diversas, tais como a municipal (Londrina (PR), Presidente Prudente (SP), Araraquara e Rosana (SP)); a regional, como Região Administrativa de Presidente Prudente e Pontal do Paranapanema; a nacional, como Brasil, e a internacional, envolvendo os seguintes países: Colômbia, Chile, Moçambique e Portugal.

Os inúmeros depoimentos de pessoas que sofreram ou conviveram com os diversos tipos de violência praticados no cotidiano e que, apesar disso, resistem e tentam reconstruir suas vidas são analisados com maestria no livro. Grupos de apoio de diferentes instituições são uma das possibilidades de dar suporte à essas pessoas e o papel do Estado seria fundamental, não apenas do ponto de vista legal, por exemplo, por meio da Lei Maria da Penha, do Ministério Público ou das Delegacias da Mulher, mas no âmbito das políticas públicas estruturantes e contínuas, contribuindo para a geração de emprego e renda, garantindo a autonomia econômica, e da educação inclusiva, que tem relevância fundamental, sem a qual, a violência tende a se reproduzir.

Outro aspecto relevante da obra é o primoroso trabalho com as representações cartográficas, as quais não somente a enriquecem como facilitam a visualização e localização espacial dos fenômenos pesquisados e relatados.

Para mim, foi uma enorme satisfação escrever este prefácio por duas importantes razões. A primeira, os laços de amizade que foram construídos ao longo do tempo com a Larissa. A segunda, a qualidade técnica do livro, com importantes contribuições que possibilitam ao leitor(a) posicionamentos reflexivos e críticos acerca do tema de Gênero e Sexualidades, abrindo novas possibilidades e olhares para o mundo cada vez mais diverso e múltiplo em que vivemos.

Primavera de 2024.

Apresentação

Fundada em 1957, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” *campus* de Presidente Prudente é uma instituição que tem se dedicado há sessenta e cinco anos ao ensino, pesquisa e extensão. Localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, o município se insere numa situação geográfica peculiar (Silveira, 1999), situando-se na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul (Passos, 2009).

A FCT/Unesp foi fundada em 1957, mas teve o nome inicial de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (FFCL), com abertura dos cursos de Geografia e Pedagogia. Atualmente, além desses dois cursos iniciais, a Universidade oferece os cursos de: Arquitetura e Urbanismo, Fisioterapia, Educação Física, Química, Matemática, Física, Estatística, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia Ambiental e Ciência da Computação.

O *campus* conta com cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, como: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Geografia, Mestrado Profissional em Geografia, Mestrado e Doutorado em Educação, Mestrado em Educação Inclusiva, Mestrado e Doutorado em Ciências do Movimento, Mestrado Profissional em Educação Física, Mestrado Acadêmico em Matemática Aplicada e Computacional, Mestrado Profissional em Ensino de Física, Mestrado e Doutorado em Ciências e Tecnologia de Materiais, Mestrado e Doutorado em Ciência da Computação e Mestrado e Doutorado em Ciências Cartográficas. Também possui cursos *Lato Sensu*, como especialização e residência em Fisioterapia.

De acordo com a página comemorativa da instituição:

Em seis décadas e meia, a FCT Unesp se consolidou no Oeste Paulista como uma instituição de ensino público, gratuito e de qualidade e que oferece atualmente 12 cursos de graduação e 11 de pós-graduação, o que também a

insere nos cenários nacional e internacional diante da força e da inovação em pesquisas acadêmicas nas áreas de Humanas, Biológicas e Exatas (FCT/Unesp, 2024).

Diariamente, a Unesp de Presidente Prudente recebe milhares de alunos que estudam nos três turnos dos cursos oferecidos. São estudantes que residem não somente em Presidente Prudente, mas nos municípios de toda a sua Região Administrativa, quais sejam: Adamantina, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Mariápolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Narandiba, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, Piquerobi, Pirapozinho, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sagres, Sandovalina, Santa Mercedes, Salmourão, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio e Tupi Paulista, além de alunos oriundos de outras regiões de São Paulo e de outros estados do país.

Distante a quase 600 quilômetros da capital, a FCT/Unesp demonstra que é possível a consolidação de uma Universidade pública de qualidade e reconhecimento nacional e internacional mesmo localizada no interior. O *campus* é uma grande referência para a região, integrando a população local em projetos de ensino, pesquisa e extensão, destacam-se as articulações feitas com os assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), com as escolas públicas, dentre outras instituições, atendimento educacional especializado a crianças e adolescentes com deficiência, além do acompanhamento fisioterapêutico na clínica institucional.

A construção deste livro buscou ressaltar e estabelecer inúmeras relações entre os trabalhos que envolvem as temáticas de **Sexualidades, Gênero e Diversidades Sexual**, em suma, um

conjunto de intersecções que produzem um significado diverso sobre um sentido de universidade pública, gratuita e popular. Para isso, buscou-se historicizar, em linhas gerais, o desenvolvimento de pesquisas desenvolvidas na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/Unesp) durante a sua história, sendo possível constatar a resistência de pesquisadoras e pesquisadores que buscaram construir uma ciência plural e conectada às demandas da sociedade.

Desnaturalizar, tensionar e avançar nas discussões sobre Gênero e Sexualidades foram tarefas fundamentais que moldaram a trajetória das ciências sociais. Essas abordagens romperam com o pensamento hegemônico que historicamente tratou essas questões como marginais ou desvinculadas da análise espacial. A manutenção desses debates, ao longo das últimas décadas, permitiu que hoje fossem amplamente reconhecidos e investigados nos mais diversos níveis acadêmicos, contribuindo para a consolidação de novas perspectivas e metodologias.

Foi por meio desse movimento de ruptura e resistência que esses estudos, antes restritos a nichos específicos, ganharam força e legitimidade no campo acadêmico. Ao desestabilizar as normatividades impostas pelas estruturas cis-heteronormativas e ao tensionar as relações entre corpos, identidades e espaços, essas discussões tornaram-se centrais na compreensão das dinâmicas socioespaciais. Não se trata apenas de reconhecer que Gênero e Sexualidades influenciam a maneira como as pessoas vivenciam e produzem espaços, mas de avançar na análise das interseccionalidades que envolvem essas categorias – como raça, etnia, classe, entre outras.

O avanço desses debates não seria possível sem o esforço contínuo de intelectuais e ativistas que, ao longo do tempo, desafiaram as fronteiras do pensamento tradicional. Hoje, podemos identificar uma gama diversificada de pesquisas que tratam dessas temáticas em múltiplas escalas e contextos, abrangendo desde estudos de comunidades locais até análises globais das relações de poder e resistência. Ao trazer essas questões e suas intersecções com a raça/etnia, a classe, a questão geracional,

as ciências humanas em sua contemporaneidade ampliam seus campos de investigações e aprofundam sua capacidade crítica de ler e reinterpretar o mundo.

Este livro, portanto, insere-se nesse contexto mais amplo de transformações epistemológicas, ao abordar as complexas intersecções. Nossa intenção não é apenas apresentar as discussões já consolidadas sobre Gênero e Sexualidades, mas também tensionar suas fronteiras, avançando na reflexão sobre como essas categorias se articulam em diferentes territórios, temporalidades e escalas. A obra oferece ao leitor uma análise crítica que desnaturaliza concepções tradicionais e normativas, propondo novos olhares para as dinâmicas que moldam a vida contemporânea.

Também vale ressaltar um conjunto vasto e diverso de pesquisas desenvolvidas no âmbito da instituição e que possuem um vínculo explícito com comunidades e grupos vulnerabilizados por diferentes tipos de opressões, outras pesquisas destacam-se pela potente capacidade de pensar políticas públicas que nascem da relação entre academia, poder público, movimentos sociais e sociedade, ou seja, a Universidade representada por suas pesquisadoras e pesquisadores constroem um conjunto de atuações que impactam significativamente a sociedade e produzem uma onda de mudanças e transformações em diferentes sentidos, escalas e dimensões.

A diversidade de temas abordados nas pesquisas realizadas no âmbito da FCT/Unesp abrange áreas como a Geografia, a Pedagogia e a Arquitetura, que exploram a articulação desses conhecimentos com as questões de Gênero e Sexualidades. As investigações são conduzidas por uma gama de pesquisadoras e pesquisadores comprometidos em tensionar as normas sociais e em desnaturalizar as concepções tradicionais sobre os corpos e os espaços, contribuindo para a construção de um campo de estudo que se expande em múltiplas direções.

Os estudos e pesquisas que foram desenvolvidas na FCT/Unesp nas décadas de 1990 e início dos anos 2000 e que

abordaram as questões de Gênero, inicialmente, concentraram-se fortemente na temática das mulheres, no caso dos pesquisadores ligados à Geografia. Já entre os estudiosos e estudantes do campo da Educação/Pedagogia as pesquisas sobre Gênero, Diversidades e Sexualidades concentraram-se, principalmente, na formação e atuação docente. Durante as primeiras décadas de desenvolvimento dessas pesquisas, houve uma ênfase na compreensão das desigualdades e opressões sofridas pelas mulheres, relacionando diretamente o conceito de Gênero à categoria "mulher". Essa abordagem, importante e necessária em seu contexto histórico, refletia a urgência de se discutir e combater as desigualdades de gênero em um mundo que até então negligenciava as experiências e vozes femininas. Esse enfoque trouxe avanços significativos, sobretudo na análise das relações de poder e na crítica à sociedade patriarcal, criando um alicerce fundamental para as discussões de gênero.

Contudo, com o passar do tempo e o avanço teórico e metodológico, os estudos sobre Gênero passaram a incorporar uma compreensão mais ampla e complexa, expandindo-se além da categoria "mulher". A partir desse novo momento, o conceito de Gênero foi ressignificado, sendo compreendido como uma categoria fluida e plural, que abarca a diversidade sexual e as múltiplas identidades de gênero. Essa ampliação permitiu que os estudos avançassem na análise de outras experiências e identidades, como as de pessoas LGBTQIA+, destacando as interseções entre Gênero, Sexualidades e outros marcadores sociais. Esse movimento foi crucial para a compreensão de que a diversidade sexual é parte integrante e central das discussões de Gênero, possibilitando novas formas de entender a vivência e a expressão dos corpos no espaço e na sociedade.

No contexto dessas produções, alguns orientadores se destacam por orientações relevantes e pelas suas contribuições para o avanço das discussões acadêmicas sobre Gênero e Sexualidades. Entre eles, é possível mencionar: Arilda Ribeiro, Antonio Thomaz Júnior, Raul Borges Guimarães, Renata Coimbra,

Gelson Yoshio Guibu, Luís Antonio Barone, Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Carlos Alberto Feliciano, Nécio Turra Neto, Ricardo Pires de Paula, Márcio José Catelan, Arthur Magon Whitacker, Bernardo Mançano Fernandes e Paula Ferreira Vermeersch.

Essa diversidade de orientadores e abordagens reflete a riqueza dos estudos desenvolvidos na FCT/Unesp. As pesquisas transcendem a simples análise das relações de Gênero e Sexualidades, buscando tensionar as normas espaciais e culturais que estruturam a vida social, ao mesmo tempo em que propõem novas formas de entender os territórios e as identidades.

Este livro, composto por 17 capítulos de autoras e autores cujas pesquisas estão diretamente ligadas a essas temáticas, é um reflexo desse esforço coletivo em desafiar as fronteiras disciplinares e promover avanços teóricos e metodológicos no estudo de Gênero e Sexualidades. A partir das contribuições de pesquisadores de diversas áreas, a obra oferece uma visão abrangente e crítica, que dialoga com as múltiplas formas de pensar o espaço e a identidade, em um contexto acadêmico em constante transformação.

Este livro tem como objetivo central reunir textos que promovam uma reflexão sobre os trabalhos produzidos na FCT/Unesp de Presidente Prudente (SP) acerca das temáticas de **Gênero, Sexualidades e Diversidades Sexuais** nas áreas ou cursos presentes no *campus*.

A ideia dessa obra foi estudada desde 2018 pelo Gabriel Mota, um dos organizadores do livro, principalmente pela percepção do pesquisador de que esses estudos sempre estiveram estigmatizados no local, em virtude da cultura tradicionalista que a região apresenta. Estudar sobre **Gênero, Sexualidades** ou **Diversidades Sexuais** é um trabalho árduo, pois ainda vivemos em um país conservador que ora se aproxima da desconstrução, ora regressa às tradições retrógradas.

As primeiras reuniões dos organizadores se deram pelo convite em razão da proximidade dos pesquisadores com os assuntos do trabalho. Os encontros iniciais aconteceram em

meados de janeiro de 2023 e resultaram na fundamentação das ideias centrais da obra, assim como na formulação da lista de autores convidados e das normas estipuladas para a construção de um trabalho inédito na FCT/Unesp no que se refere à união de pesquisas sobre Gênero, Sexualidades e Diversidades Sexuais desenvolvidos na instituição a partir dos anos de 1990. Vale destacar que além do significativo número de capítulos, esta obra envolve pesquisadores para além do Brasil, incluindo textos de autores da Colômbia, Chile e Portugal.

É evidente que os estudos de Gênero e Sexualidades se consolidaram como um campo amplo e diverso, que atravessa inúmeras áreas do conhecimento e se articula em redes de pesquisa comprometidas com a transformação social e crítica das normatividades. As reflexões presentes neste livro revelam essa amplitude, ao reunir trabalhos inéditos e originais que não apenas avançam nas discussões teóricas, conceituais e metodológicas, mas também expandem as fronteiras do debate, propondo novas perspectivas para o entendimento das interseções entre corpos, identidades e espaços.

Ainda que os desafios sejam muitos – desde a resistência de setores conservadores até às limitações estruturais e institucionais que impedem uma maior difusão e aplicação dessas discussões –, as possibilidades de superação se mostram igualmente significativas. O avanço do pensamento crítico, aliado ao compromisso com a justiça social, sugere que as lutas e debates que permeiam os estudos de Gênero e Sexualidades seguirão ocupando um lugar central nas ciências humanas e sociais, abrindo caminho para futuras gerações de pesquisadores e pesquisadoras dispostos a continuar desnaturalizando opressões e construindo novos horizontes de compreensão e emancipação.

Diante do que foi apresentado, esperamos com essa obra aumentar o referencial teórico do *campus*, a urgência de unir e divulgar os trabalhos já realizados e instigar os novos pesquisadores a adentrarem nos estudos presentes no livro **Gênero**

e Sexualidades na FCT Unesp de Presidente Prudente (SP): trajetórias de pesquisa.

Lembramos que no exato momento há outros trabalhos sendo produzidos em nossa Universidade em relação a tais temáticas e que, portanto, esse trabalho coletivo de pesquisas e publicações sobre Gênero e Sexualidades, venturosamente se expandirá.

Desejamos uma excelente leitura!

Referências

PASSOS, M. M. DOS. A construção da paisagem na raia divisória São Paulo – Paraná – Mato Grosso do Sul. **Boletim de Geografia**, p. 3-14, 6 out. 2009.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

FCT Unesp. **65 anos**. Disponível em: <https://www.fct.Unesp.br/#!/sobre-o-campus/fct-65-anos/>. Acesso em: 20 de Jun. 2024.

Larissa Araújo Coutinho de Paula
Wilians Ventura Ferreira Souza
Gabriel Batista Mota
Outubro de 2024.

Re-pensando outros Sentidos de Gênero para fazer Geografia numa Perspectiva De(s)colonial

Tatiane Regina da Silva

Ponto de partida: contextualização da discussão

Há muito tempo a humanidade se divide em períodos que geralmente correspondem a eventos manifestados no continente europeu e que, por sua vez, refletem nos aspectos científicos, culturais, econômicos e civilizacionais de outros continentes com um forte tradicionalismo eurocêntrico, que é o caso da sociedade ocidental.

Dentre as formas tradicionais de aprender a construção histórica da humanidade é a partir da modernidade. Uma modernidade que, muitas vezes, é compreendida como uma grande reta linear dividida em: passado e futuro. Assim, os países que hoje não alcançaram a tal da “modernidade” são denominados como atrasados, subdesenvolvidos, ou, também – países do sul global. Já aqueles que atualmente são interpretados como avançados, desenvolvidos são denominados de – países do norte global.

Conforme menciona Cirne (2017), a marca da modernidade é a expansão da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos, e a hegemonia destes continentes sobre todo o planeta é mais profunda e demonstrada na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, a história, as sociedades e as culturas.

Para Oyěwùmí (2002, p.1), “[...] este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta na nossa busca para compreender as realidades africanas e, na verdade, a condição humana”. Aqui eu estenderia que, este contexto da produção de conhecimento precisa ser considerado quando se busca compreender as realidades de onde se fala, pois cada lugar possui seu processo histórico, social, cultural, econômico, político etc. Portanto, nessa teia de multiplicidade, a universalidade e a

“única narrativa”, como diria Massey (2008) não cabe/veste as várias e diversas realidades existentes no globo terrestre.

Partindo desse pressuposto e na tentativa de romper com a herança colonial que aflora até os dias atuais na forma em que produzimos conhecimento, este capítulo é parte do meu projeto de doutorado (do qual ingressei em 2023 – na FCT/Unesp, *campus* de Presidente Prudente), que conta com financiamento da CAPES e possui o intuito de investigar, de forma resumida e ampla, as questões de gênero e a perspectiva de(s)colonial¹.

Portanto, de forma introdutória, busco construir esse texto sobre tal debate na justificativa de que, muitas dúvidas/questionamentos foram surgindo no decorrer da escrita e, assim, mais aprofundamentos sobre o tema seriam necessários, mas o fato é, da importância de dar um pontapé inicial para se pensar para além de uma lógica universal, de um conhecimento, de uma epistemologia que procure brechas, crie fissuras e vá além da visão hegemônica, masculina, heterossexual e branca, um esforço de construir outras possibilidades de produção científica e geográfica.

Contextualizado isso, este capítulo (mais do que fazer parte do meu projeto de doutorado) é uma sistematização de algumas questões que já há algum tempo têm despertado meu interesse científico, como por exemplo: A categoria gênero é universal? Quais outras visões sobre gênero existem para além do “Ocidente” ou do norte global? Com essas indagações a intenção é questionar a tão aclamada visão tradicional/única de mundo e perpassar/evidenciar algumas outras possibilidades sobre o entendimento de gênero que, frequentemente, não nos contam e/ou não é discutido sobre, principalmente no que diz respeito ao campo científico/geográfico, questões essas debatidas no item “De América Latina à África: algumas sugestões de gênero”.

¹ Uma busca pela dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pelas colonialidades, que visa o desmantelamento de seus principais dispositivos.

Além disso, pretendeu-se dialogar sobre a importância (e necessidade) da Geografia em trabalhar com a variável do gênero nas suas análises espaciais (e até mesmo na produção do espaço) como elemento fundamental, uma vez que o espaço geográfico, enquanto produto de inter-relações e composto de multiplicidade, não pode ser entendido exclusivamente por meio das relações socioeconômicas, políticas e culturais, sem considerar as questões psicossociais, por exemplo, como gênero, raça, sexualidade, entre outras, evidenciado no item “Geografia e gênero: uma volta pelo espaço geográfico”.

Logo, na tentativa de responder aos questionamentos colocados e o debate proposto desse texto – ponto de partida, o caminho percorrido se pautou no aspecto metodológico de uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica do tema e das categorias teórico-analíticas do estudo, buscando aprimorar (talvez rever), conceitos, ideias e tensionamentos sobre o assunto em questão, que pode ser mais bem compreendido e refletido nas páginas a seguir.

De América Latina à África: algumas sugestões de gênero

A partir da década de 1970, os estudos pós-coloniais, subalternos e decoloniais vêm ganhando destaque no campo científico, utilizando-se de teorias que dialogam sobre as subjetividades plurais em locais que suas culturas foram colonizadas (FERREIRA, 2018).

Dentre essa efervescência epistemológica, surge, na primeira década do século XXI, como um desdobramento dos estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)², o feminismo

² O Grupo M/C, ancorado em um pensamento decolonial, envolve um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade e suas diferentes formas. Esse, por sua vez, também propõe romper com o eurocentrismo, além de constituir uma renovação do pensamento crítico para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva imperialista de construção do conhecimento histórico e social.

decolonial, também derivado dos feminismos latino-americanos e feminismos pós-coloniais (BALLESTRIN, 2020).

Termo cunhado pela socióloga María Lugones (2008), o “feminismo decolonial” introduz nas suas discussões o gênero como forma de organização social nas colônias durante o processo de colonização. Pois, uma série de violências foram praticadas contra as mulheres colonizadas (sendo seus violadores desde os homens colonizadores aos homens colonizados) e, conseqüentemente, essas violências foram internalizadas e passaram a estruturar as relações sociais. (LUGONES, 2008; SEGATO, 2012).

Para Lugones (2014), o sistema de gênero foi imposto a partir da colonização (Brasil colônia por volta do século XVI, por exemplo), ou seja, antes das invasões coloniais as sociedades não apresentavam essa configuração. Sendo assim, a dualidade entre homens e mulheres é uma imposição colonial, a partir de uma leitura eurocentrada sobre a compreensão dessas sociedades colonizadas. Portanto, para a socióloga e professora María Lugones, gênero é uma categoria inteiramente colonial que efetua um apagamento das sociedades colonizadas, criando um processo ativo de desumanização do colonizado(a).

Para a autora, constituiu-se como parte do processo de colonização uma hierarquia dicotômica entre seres humanos e não humanos (que distinguia os colonizadores dos povos ditos selvagens, não civilizados, arcaicos), central para a compreensão do próprio projeto da modernidade ocidental. Esta distinção hierárquica e dicotômica foi acompanhada por outras distinções que obedeciam a mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e da civilização, pois de acordo com Lugones (2014, p. 936), acreditava-se que “[...] só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontavelmente sexuais e selvagens”.

Já na concepção de Segato (2012), a dualidade entre homens e mulheres prevalecia antes mesmo das invasões coloniais, no entanto, se caracterizava por um patriarcado comunitário de baixa intensidade. Mas foi a partir do processo de colonização que essa dualidade se acentuou, transformando-se em um binarismo radical sobre as diferenças entre homens e mulheres, o que ela caracteriza de patriarcado colonial moderno de alta intensidade. Portanto, para a antropóloga argentina Rita Segato, o gênero não é uma invenção colonial, porém foi através da colonização que essas hierarquizações se fortaleceram.

Embora Lugones e Segato apresentam ideias divergentes sobre a origem do gênero nas sociedades que sofreram colonização, ambas as autoras adotam a perspectiva descolonial, enfatizando que as práticas coloniais impactaram e ainda impactam na maneira como homens e mulheres constroem suas subjetividades e estabelecem suas relações. É importante pontuar isso para não perdermos de vista seu lugar social de origem e compreender que as colonialidades (que operam no mundo contemporâneo) prevalecem, mesmo após o fim do colonialismo.

Como nos lembra Silva (2022, p.109), é preciso operacionalizar a categoria de gênero de maneira dialógica, para então superarmos a visão simplista que invisibiliza “[...] as práticas coloniais em relação às sociedades que sofreram intrusões e desconsidera que esses processos afetaram na construção das masculinidades, das feminilidades e das sexualidades”.

Aqui, cabe destacar que, “[...] o conceito de gênero faz referência a todas as diferenças entre homens e mulheres que foram construídas social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação/dominação” (SILVA, 1998, p.107). Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, no entanto, há um consenso, ainda que limitado, que gênero é a construção social do masculino e do feminino (SILVA, 2022).

De acordo com Lugones (2008), diferentemente das feministas brancas que não abordaram a questão do colonialismo, os feminismos de mulheres de cor, os feminismos das mulheres do Terceiro Mundo,

ênfatizam o conceito de interseccionalidade, sobre gênero, raça e colonização. Essas teóricas não pensam apenas no controle do sexo, seus recursos e produtos, mas também no controle do trabalho, enquanto simultaneamente racializado e generificado. Nesse mesmo viés, Oyěwùmí (2002, p. 3) argumenta que:

Muitos estudiosos têm criticado o gênero como um conceito universal e têm mostrado a medida em que ele é particular a políticas de mulheres anglófonas/americanas e brancas, especialmente nos Estados Unidos. Talvez a crítica mais importante de articulações feministas de gênero é aquela feita por uma série de estudiosas afro-americanas que insistem que nos Estados Unidos de forma alguma o gênero pode ser considerado fora da raça e da classe. Esta posição levou à insistência sobre as diferenças entre as mulheres e a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão, particularmente sobre as quais as desigualdades de raça, gênero e as desigualdades de classe são evidentes. Fora dos Estados Unidos, as discussões centraram-se sobre a necessidade de atentar-se ao imperialismo, à colonização e outras formas locais e globais de estratificação, que emprestam peso à afirmação de que o gênero não pode ser abstraído do contexto social e outros sistemas de hierarquia.

Pensando na importância de não trabalhar o gênero desassociado de outras categorias de raça, classe e das múltiplas formas de opressão, María Lugones propôs a discussão da colonialidade de gênero, demonstrando que as estruturas do patriarcado e do colonialismo estão profundamente interligadas e são as marcas da sociedade moderna.

É nessa era da modernidade, no qual não é mais possível conceber sem a colonialidade, segundo (MIGNOLO, 2005), que nos últimos cinco séculos, definidos por uma série de processos históricos, transformações sociais e culturais, que inclui o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina, por exemplo, que gênero e as categorias raciais surgem como dois eixos fundamentais dos quais, pessoas foram exploradas e sociedades estratificadas (OYĚWÙMÍ, , 2002, p. 1).

Para além disso, o termo – colonialidade de gênero – se derivou de uma crítica de María Lugones (2008) as limitações do conceito de colonialidade, de Aníbal Quijano (2005), em relação ao gênero, ao romper com a perspectiva biológica e essencialista de gênero discutido por ele. Para a socióloga argentina, a interpretação de gênero perpassa por uma imposição colonial responsável por criar hierarquias e antagonismos sociais, ou como diria Oyěwùmí (2002, p. 2) “[...] gênero é antes de tudo uma construção sociocultural”.

Isso pode ser mais bem compreendido nos estudos desenvolvido pela socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2002), para a autora, o entendimento de gênero na visão ocidental é apresentado como inerente à natureza (dos corpos), operando em uma dualidade dicotômica entre masculino/feminino, homem/mulher e, por sua vez, o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora. Esse fato, para muitas culturas africanas é lido como “particularmente alienígena”.

Atuando em suas pesquisas sobre as sociedades iorubás, principalmente antes da colonização e, inclusive, de origem iorubá, que a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí irá descrever que a família Iorubá tradicional não é generificada, para ela:

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático (OYĚWÙMÍ, 2002, p. 6).

Desta forma, é possível compreender que a sociedade Iorubá tradicional, por exemplo, não era organizada em termos de gênero, mas sim de senioridade (idade cronológica). Assim, os papéis

sociais são situacionais, modificativos e fluidos, hierárquicos e não-hierárquicos, ou seja, a pessoa mais velha, independentemente da sua natureza (anatomia/corpo/genitália) assume a posição de poder em/com relação à pessoa mais nova, no entanto, essa posição variará, já que não será mais nova a vida toda, logo, as relações etárias são transitórias e dinâmicas.

É em relação a família que Oyěwùmí (2002) tecerá críticas a teoria feminista branca, para a autora, a extensão do universo feminista é a família nuclear, composta por um casal e suas/seus filhos(as), não havendo lugar para outros adultos; a mulher é reduzida a esposa, totalmente uma definição; a categoria fundamental de diferença, que aparece como universal a partir dos limites da família nuclear, é o gênero. Então, faz sentido que o feminismo branco, que está preso na família nuclear/genericada, não veja raça ou classe como variáveis na família.

Nas suas palavras “[...] o problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear” (OYĚWÙMÍ, 2002, p. 5). Na literatura de gênero (tradicional e feminista) mulher é compreendida como sinônimo de esposa e, geralmente, são apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho. “A formação de casais pelo casamento está assim constituída como a base da divisão social do trabalho” (OYĚWÙMÍ, 2002, p. 5).

É nesse sentido que se constrói as diferenças da visão ocidental, como no caso da sociedade iorubá, sem evocar as posições binárias (anatomia do corpo/genitália), uma pessoa possuir pênis não a coloca automaticamente em posições de poder, assim como possuir vagina não a coloca automaticamente em um lugar de subordinação. Pênis e vaginas não definem privilégios hierárquicos dentro da família.

Em seu artigo “A Produção Necessária das Intelectuais Feministas Africanas no Campo dos Estudos de Gênero e a Agência

do CODESRIA³”, Cirne (2017) mencionará alguns nomes importantes nas questões de gênero dentro desse Conselho, como é o caso de Manthiba Phalane, professora da Universidade de Limpopo, na África do Sul, que trabalha com as articulações das problemáticas de gênero e desenvolvimento.

Para Phalane, a única mulher que aparece nos textos dos Estados africanos é a mulher de origem humilde, eternamente pobre, geralmente grávida e sem poder e, para além disso, a literatura ocidental (sobre desenvolvimento e gênero) contribui para esse olhar estereotipado em relação ao continente africano e as mulheres africanas, com suas representações errôneas. A autora também faz questionamentos sobre a ideia de desenvolvimento, muitas vezes atrelado a conceitualização econômica ocidental de desenvolvimento (CIRNE, 2017).

Ainda, descrevendo os estudos de Manthiba Phalane em relação ao gênero e desenvolvimento, para a autora, as discussões se tornaram “[...] a-históricas, apolíticas e descontextualizadas”, mantendo assim intactas as relações de poder desiguais. Desta forma, a integração dos conceitos de gênero e desenvolvimento nem sempre é bem compreendida pelos agentes políticos “[...] é necessário a compreensão da heterogeneidade das mulheres, para quem as demais variáveis de identidade, como a idade, etnia, classe, religião, interagem e interferem nas suas realidades” (PHALANE, 2012, p. 251 *apud* CIRNE, 2017, p. 109).

Sendo assim, as intelectuais africanas que trabalham com o tema buscam produzir análises voltadas às realidades africanas e que considerem os fenômenos do colonialismo e do racismo, ausentes no feminismo branco ocidental, argumenta Cirne (2017). Além disso, estes exemplos africanos apresentam vários desafios aos universalismos de discursos de gênero.

No que diz respeito à realidade brasileira, por exemplo, podemos mencionar um grande e irreverente nome: Lélia

³ CODESRIA – Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais de África.

Gonzalez. Uma intelectual pública, mas não somente acadêmica, uma intelectual orgânica, uma pessoa altamente ativa e com uma produção que extrapola o campo acadêmico.

Debatendo e explorando as questões de raça, sexo e classe, Lélia Gonzalez, defensora de um feminismo afro-latino-americano foi uma das (se não a) precursora no país (e talvez no mundo) a debater sobre essas relações, no qual também construiu o Brasil, que tem um histórico colonial. Para a autora:

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020, p. 119).

Enquanto um processo histórico de colonialismo que instaurou uma hierarquia racial e cultural que estabelece uma “superioridade” branca ocidental e uma “inferioridade” negro-africana, o continente africano é lido como “obscuro”, sem uma história própria, logo, a razão é branca e, por sua vez, a emoção é negra. “Assim, a ‘natureza sub-humana’, a exploração socioeconômica dos americanos por todo o continente é considerada ‘natural’” (GONZALEZ, 2020, p. 123).

Nesse aspecto, na interpretação de Lélia, na nossa realidade histórica (Brasil) e em outros países da América Latina e Caribe, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. No entanto, essa discriminação não ocorre só no sentido racial, mas também sexual, pois os homens acabam reproduzindo as práticas sexistas do patriarcado dominante, ao excluir as mulheres das esferas de decisões, por exemplo. Para Gonzalez (2020), tanto o

racismo quanto o sexismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação.

Assim como as outras intelectuais mencionadas nesse tópico, Lélia também tece críticas ao feminismo hegemônico, ao afirmar que são referências formais que denotam um tipo de esquecimento da questão racial. Em suas palavras, indaga:

Surge, portanto, a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista (GONZALEZ, 2020, p. 128).

Sempre atenta às visões de mundo eurocêntrica e neocolonialista, o pensamento de Lélia contribui para a ideia de de(s)colonizar o conhecimento e tece críticas ao feminismo hegemônico. Seu trabalho propõe refletir e debater a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente em relação às mulheres negras e indígenas, o qual se utiliza dos termos “ameríndias” e “amefricanas” que são tidas como subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade, com raízes fincadas em um colonialismo que continua a se reproduzir na atualidade – colonialidade do poder, colonialidade do gênero, colonialidade do ser, colonialidade do saber, colonialidade da natureza.

De acordo com Cardoso (2014, p. 970) e em consonância com a autora, “[...] identifico, no pensamento de Lélia, aproximação com a ‘colonialidade do poder’, de Aníbal Quijano e a ‘colonialidade de gênero’, de María Lugones, revelando a atualidade de suas ideias”. De uma forma mais ampla, é possível dizer que a abordagem de Lélia forma a teoria feminista negra, em particular no Brasil e na América Latina, que pensa as mulheres negras da diáspora, utilizando-se do conceito de “amefricanidade”.

Além das autoras debatidas nesse item, há outras teóricas-acadêmicas que abordam suas visões de mundo sobre gênero/feminismo a partir de onde falam, sobretudo na América Latina, na concepção de Dominguez *et al* (s/p, 2021) tem-se:

(...) o “feminismo afrolatino-caribenho” da dominicana Ochy Curiel (2005, 2019) e o “feminismo de fronteira” da chicana Gloria Anzaldúa (1987) desenvolvidos desde uma perspectiva interseccional que alia gênero, raça, sexualidade e colonialismo; o conceito de “amefricanidade” da brasileira Lélia Gonzalez (2020) e a proposta de “enegrecer” o feminismo latino-americano de Sueli Carneiro (2003), que contribuem para pensar as interações entre gênero e raça no Brasil e América Latina; as teorizações das bolivianas Julieta Paredes (2008) e Silvia Rivera Cusicanqui (2018) que refletem sobre a despatriarcalização das comunidades indígenas aymaras e propõem metodologias feministas descolonizadoras.

Mediante o excerto acima é possível observar que dentre as variadas visões de mundo sobre gênero/feminismo, as autoras citadas trabalham o gênero interseccionado com outros aspectos como: raça, sexualidade, patriarcado e colonialismo, por exemplo. Não diferente das autoras mencionadas ao longo desta parte do capítulo, ou seja, é importante não separar, aliás, pelo contrário, é necessário trabalhar gênero interseccionado com outras categorias/variáveis, pois elas não caminham desassociadas.

Sendo assim, as autoras(es) tragos e discutidos até então neste tópico busca provocar no leitor(a) o questionamento de uma visão única/tradicional de se entender gênero no campo científico/geográfico e abrir possibilidade(s) de outras compreensões para debater/trabalhar gênero.

Por fim, apesar de separar ações e teorias dessas autoras(es), que muitas vezes se assemelham – ou tensionam, é importante ressaltar que elas andam juntas, se construindo dialeticamente e produzindo outras formas de conhecimento que contribuem para a perspectiva de(s)colonial e o feminismo decolonial, pós-colonial ou latino-americano, na medida que se refere às tentativas de resistência e desprendimento do colonialismo e da colonialidade.

Geografia e gênero: uma volta pelo espaço geográfico

Em um contexto histórico e social, a hegemonia sempre costumou estar presente na sociedade em diferentes âmbitos. Na

etimologia da palavra, hegemonia se refere a algo que é superior a alguma outra coisa. Um país, por exemplo, que detém influência sobre outro país em diversas áreas, como: econômica, cultural, militar e assim por diante.

No campo da ciência, essa linha de pensamento não costuma ser diferente, até porque a construção do saber é tecida pelo contexto histórico-social-político, produzindo uma forma hegemônica de enxergar o conhecimento. Com a Geografia não é diferente. Se há hegemonia, há preponderância de um lado, logo, por outro lado, há silêncios, ausências e até mesmo apagamentos. Na concepção de Silva (2003, p. 32) “[...] ao observar a produção da teoria geográfica e questionar a quem serve esta produção ou quem tem se beneficiado com o avanço da ciência, percebe-se que ela é, hegemonicamente, uma ciência masculina”.

É dentro da(s) hegemonia(s) na ciência geográfica que vão surgir as contestações dos padrões impostos, das relações de poder. Mas de qual(is) hegemonia(s) eu estaria falando dentro da Geografia? Das tendências dominantes do eurocentrismo, dos privilégios de sexo, raça e da ordem heterossexual. Para Silva (2009), essas características dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos de mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na norma heterossexual dominante.

Por muito tempo, essas variáveis: gênero, raça, classe social, sexualidade não eram consideradas nas análises espaciais como elementos de diferenciação social. De acordo com Silva (1998) e Reis (2015), a Geografia, de forma geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem levantar as profundas diferenças que existem entre homens e mulheres na utilização do espaço, por exemplo.

Além disso, essa dificuldade de se instituir uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina está ancorada principalmente a uma produção do conhecimento geográfico

ligada ao androcentrismo⁴ (SILVA, 2003). Assim, compreendendo que o espaço não é neutro e, em concordância com Silva (1998, p. 108), “[...] torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero”. Até porque, há muito tempo relegou-se o gênero na invisibilidade no processo de produção do espaço, como mencionado anteriormente, o que predominava/era privilegiado eram os agentes hegemônicos, ou seja, a dominação masculina.

Partindo desse pressuposto, de que o espaço não é neutro muito menos universal, é necessário considerar a categoria de gênero como variável importante para compreensão das diferenças e desigualdades nos estudos geográficos e, também, na produção/análise do espaço geográfico.

Apesar das abordagens de gênero estarem avançando nos últimos anos dentro do campo geográfico (e em outras áreas) foi somente na década de 1970, período que acontecia grande ebulição dos movimentos feministas, que de fato a ciência geográfica inseriu a categoria gênero e, diversos estudos que abrangiam as questões feministas, na denominada – Geografia de Gênero – que representou um avanço importante para a Geografia Humana (MOREIRA, 2022).

Para Silva (2003), é a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos. Nas palavras da geógrafa:

Essa corrente geográfica permite o pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, coloca em evidência a relatividade das escalas de abordagem do espaço, a dúvida do tempo linear e, definitivamente, coloca em cheque as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do

⁴ Tendência para supervalorizar os pensamentos e ideias masculinas, especialmente as conservadoras, moralistas e machistas, que não levam em conta a busca pela igualdade/equidade de direitos das mulheres.

conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade (SILVAa, 2003, p. 34).

Isso é interessante de se observar, pois é a partir do pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos que se abre para a possibilidade de interpretar o espaço para além do universal, neutro e objetivo, defendido pela visão hegemônica construída pelo Ocidente. Nesse sentido, Silva (2003) argumenta que a universalidade em termos de conquista espacial não deixa de ser uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território.

Mas se há o entendimento de um discurso geográfico hegemônico para compreender o espaço, por exemplo, como subvertê-lo? Qual(is) outra(s) interpretações possíveis de espaço? No meu ponto de vista, uma das saídas epistemológicas para esses questionamentos é a imaginação geográfica, defendida por Doreen Massey. Para a autora, o modo como imaginamos o espaço tem seus efeitos, romper com a cosmologia de uma “única narrativa” e ampliar a imaginação da única narrativa para compreensão de um espaço mais múltiplo e heterogêneo é um bom ponto de partida (e necessário) (MASSEY, 2008).

Ao defender uma abordagem alternativa de espaço, a geógrafa britânica propõe três proposições: Primeiro, espaço como produto de inter-relações; Segundo, espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade e; Terceiro, espaço como estando sempre em construção, jamais acabado, nunca fechado (MASSEY, 2008).

Nessa abordagem, a autora nos provoca a reflexão de que a história do mundo não pode ser contada (nem sua geografia elaborada) como a história apenas do “Ocidente” ou a história contada pelo macho branco, heterossexual, essas são trajetórias que foram parte de uma complexidade que propuseram ser, por tanto tempo, como universais.

Em outro sentido, Massey (2008, p. 32) também nos alerta sobre as narrativas ligadas à modernidade. “As estruturas do Progresso, do Desenvolvimento e da Modernização, e a sucessão

de modos de produção elaboradas dentro do marxismo, todas elas propõem cenários nos quais as direções gerais da história, inclusive o futuro, já são conhecidas”.

Em outras palavras, o mundo não-europeu é tratado “[...] como se estivesse em uma fila histórica que vai do estágio dos mais ‘selvagens’ até os mais ‘civilizados’, dos mais ‘atrasados’ aos mais ‘avançados’, dos mais ‘subdesenvolvidos’ aos mais ‘desenvolvidos’” (CRUZ, 2017, p. 21).

Por sua vez, aqueles que não estivessem dentro do padrão dos ideais europeus eram considerados não modernos, atrasados, selvagens, subdesenvolvidos etc. Ou seja, alcançar a modernidade estava atrelado a se desenvolver, progredir e, conseqüentemente, para isso, era necessário seguir o modelo eurocêntrico/do norte global. Aqui então, cabe recusar a imaginar o espaço por uma “única narrativa” e por uma única temporalidade de tempo.

Pensando o espaço enquanto produto de relações, nos argumentos de Massey (2008, p. 32):

O espaço é, sem dúvida, um produto de relações (primeira preposição), e para que assim o seja tem de haver multiplicidade (segunda preposição). No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo. O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo.

É nesse imaginar de um espaço aberto, constituído de inter-relações e multiplicidades que possibilita a superação dualista/binária de mundo tão prevalecente na ciência, assim como na Geografia, entre homem/mulher, geografia física/geografia humana, céu/inferno etc. Sendo esse espaço complexo com a intersecção de trajetórias, teias ou “[...] *una trama – tejido constituido por la coexistencia en la multiplicidad propia de la urdimbre*”, como diria

Zusman (2014, p. 135), que envolve suas articulações e dimensões, que compreendemos que qualquer mulher não pode ser vista/compreendida nesse espaço constituindo-se apenas de um gênero, mas também uma sexualidade, raça, religião, classe social, nacionalidade, entre outras (SILVA, 2003).

Essa interseccionalidade, diversidade de articulações identitárias na abordagem espacial, dialoga de forma bastante assertiva com a Geografia, na percepção de Moreira (2022), é um constante movimento dessas várias identidades pelo tempo e espaço. Qualquer posição “[...] é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão. É importante conceber que há pluralidade de masculinidades tanto quanto de feminilidades e que eles não são blocos homogêneos”, afirma Silva (2003, p. 40).

Ademais, “[...] a utilização de gênero como categoria serve de atributo para explicar as relações de poder na produção do espaço”, de acordo com Moreira (2022, p. 195) revelando as condições e disparidades em seu exercício, já que frequentemente as mulheres se encontram em condições de invisibilização/subalternização de espaços e poderes.

É nesse aspecto que Silva (2003) irá argumentar que é preciso um olhar atento ao cotidiano para abordar a perspectiva feminina na produção do espaço, uma percepção ao microssocial e aos grupos sociais marginalizados do poder e, por isso, essas temáticas foram por tanto tempo consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Para a mesma autora, por muitas vezes a abordagem do espaço na geografia “[...] esteve centrada nos estudos dos espaços político - institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica” (SILVA, 2003, p. 33).

Em outros termos, por muito tempo a preocupação da Geografia girou em torno dos processos de produção e acumulação da riqueza, logo, a categoria de gênero foi tratada como uma questão secundária (quando abordada). Além disso, no entendimento de Silva (2003, p. 41), as sociedades latino-americanas “[...] apresentam acentuados

níveis de desigualdade social entre os sexos, que envolvem as relações entre homem e mulher tanto no universo doméstico como nas esferas sociais mais amplas”.

Com essa afirmação é possível voltar ao que foi debatido neste capítulo no tópico “De América Latina à África: algumas sugestões de gênero”. Como explanado anteriormente, para Lugones (2008), Oyěwùmí (2002), Gonzalez (2020), entre outras autoras(es) o sistema de gênero foi imposto a partir da colonização, ou como defende Segato (2012), o gênero não é uma invenção colonial, porém foi através da colonização que essas hierarquizações (dualidade entre homens e mulheres; feminino/masculino) se fortificaram.

Tendo isso em mente e considerando que, numa geopolítica do conhecimento, na relação centro-periferia mundial (em termos econômicos, políticos, culturais e cognitivos), Brasil, América Latina, África, ou os denominados países de terceiro mundo/do sul global se encontram atrasados, compreendidos pela “única narrativa”, que reduz a diferença entre países, regiões ou lugares a uma posição “na fila histórica”, na somatória desses fatores é possível concluir que as discrepâncias/disparidades/desigualdades ocorrem desde a micro a macro escala, escancaradas no espaço e envolvendo o tempo, que vão desde aos aspectos de gênero, raça, como as questões políticas, econômicas e assim por diante. E sua raiz volta, como sempre, para um mesmo ponto, o reflexo do colonialismo e a colonialidade.

Desta forma, outra saída epistemológica possível para a Geografia, nas palavras de Cruz (2017, p. 21) e em concordância com tal autor, é:

(...) superarmos as narrativas coloniais, precisamos repensar a forma como concebemos o tempo, o espaço e as diferenças, pois na estrutura dessas narrativas está sempre implícita certa forma de conceber o tempo-espaço. Como já vimos, essa cosmovisão/narrativa fundada no mito da modernidade (...) está estreitamente vinculada com o colonialismo e a colonialidade.

Portanto, caso não superarmos as narrativas coloniais ou a “única narrativa”, dois efeitos perversos ao conceber tempo-espaço ocorrerão: primeiro, obliterar as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço e; segundo a redução da temporalidade em um único tempo (MASSEY, 2008; CRUZ, 2017).

Desta forma, é preciso mais que uma virada espacial, é necessário um giro de(s)colonial com implicações ontológicas que incluam uma nova epistemologia, uma política e uma nova ética, assim como novas referências estéticas/poéticas. Um exercício diário/cotidiano de de(s)colonização do poder, do saber, do ser, do gênero e da natureza (CRUZ, 2017).

Para deixar a discussão em aberto

O objetivo deste capítulo não foi negar os autores(as) e/ou as teorias ocidentais, ou do denominado norte global, a meta foi evidenciar que, para além delas, existem outras possibilidades/visões de mundo para se estudar gênero na geografia, na ciência. E nesse tecer, gênero deve ser considerado como uma construção sociocultural e histórica, sobre o que é “ser mulher” e o que é “ser homem”.

Como afirma Porto-Gonçalves (2017) não se trata de negar o pensamento europeu/ocidental/do norte global, até porque seria repeti-lo de forma invertida, mas sim propor dialogar sabendo que parte de um lugar de enunciação específico. E compreender que, essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação, pois ocupa uma estrutura do sistema-mundo-colonial, portanto, esse lugar de enunciação também não é composto de homogeneidade.

É nesse sentido de homogeneidade, universalidade, ou única narrativa, que Adichie (2019) vai nos alertar sobre o perigo da história única, para a escritora e feminista, quando contamos uma história enquanto única, essa cria estereótipos, e o problema dos estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Outro problema que podemos pensar sobre o perigo da história única é que ela é contada sob o ponto de vista do poder, por sua

vez, danoso para a construção das epistemologias, para a produção do conhecimento e da sociedade.

Pensando (e sentindo) essa angústia homogeneizante, como seria possível construir uma geografia/ uma ciência com mais histórias -no plural- para além da única narrativa/modelo universal? Na tentativa de responder a essa questão, aposto minhas cartas científicas em: fazendo uma geografia de(s)colonial e/ou construindo uma geografia dissidente, são alguns dos caminhos possíveis para ultrapassar o padrão, no meu ponto de vista.

Enfim, acredito que não há uma receita pronta – infelizmente, ou felizmente? -, o jeito é procurar as brechas e/ou criar as fissuras na narrativa da geografia que a gente já está cansado(a) de ouvir, com suas estruturas dominantes/masculina/branca/heterossexual e urdir a pluriversalidade, reconhecendo a pluralidade como um modo de aprender, ensinar, interagir e enxergar o mundo.

Mais do que responder às perguntas colocadas aqui, neste capítulo, o propósito dessas páginas escritas foi provocar um convite para o debate em torno da importância de se contemplar as diversas possibilidades de trabalhar gênero para romper a visão hegemônica na produção do conhecimento geográfico a partir de uma perspectiva de(s)colonial/dissidente.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma História Única**. Tradução: Julia Romeu. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 61 p.

BALLESTRIN, L. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v.28, n.3, p.1-14, jun./jul., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75304/44900>
Acesso em: 02 ago. 2023.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v.22,

n.3, p.965-986, set./dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/> Acesso em: 30 jul. 2023.

CIRNE, M. A Produção Necessária das Intelectuais Feministas Africanas no Campo dos Estudos de Gênero e a Agência do CODESRIA. **Revista África(s)**, Alagoinhas/BA, v.4, n.8, p.104-114, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/4383> Acesso em: 11 ago. 2023.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15 – 36.

DOMINGUEZ, B. P. M. *et al.* **Dicionário de Gênero e Segurança: Feminismo Decolonial**. Unesp/Franca: Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (IARAS-GEDES), 2021. Disponível em: [https://gedes-Unesp.org/feminismo-decolonial/#:~:text=O%20Feminismo%20Decolonial%5Bi%5D%2C,coloniais%20\(BALLESTRIN%2C%202020\).](https://gedes-Unesp.org/feminismo-decolonial/#:~:text=O%20Feminismo%20Decolonial%5Bi%5D%2C,coloniais%20(BALLESTRIN%2C%202020).) Acesso em: 04 ago. 2023.

FERREIRA, R. C. Gênero: Perspectivas Africanas e Latino-Africanas. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande/RS, v. 6, n. 1, p. 78-87, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8005> Acesso em: 01 ago. 2023.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orga's). Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.

LUGONES, M. *Colonialidad y Género*. **Tabula Rasa**, Bogotá/Colombia, n.9, p.73-101, jul./dez., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a06.pdf> Acesso em: 25 ago. 2022.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 22, n.3, p.935-952, set./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> Acesso em: 15 set. 2022.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: Uma Nova Política da Espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008. 312 p.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 33-49.

MOREIRA, O. M. O Gênero para a Geografia: Por uma Ciência feita com, por e para Mulheres. **Revista da Anpege**, [On-line], v.18. n.36, p.183-206, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/13293> Acesso em: 02 ago. 2023.

OYĒWÙMÍ, O.. Conceituando o Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos dos Conceitos Feministas e o Desafio das Epistemologias Africanas. Tradução: Juliana Araújo Lopes. **Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies**, v.2, n.1, p.1-9, 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4557576&forceview=1> Acesso em: 28 jul. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *In*: **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). 1^o ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 37 – 54.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgar (Coord.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. *Colección Sur Sur*, CLACSO, Cidade Autónoma de

Buenos Aires, Argentina, set. 2005, p.107-130.

REIS, M, L. Estudos de Gênero na Geografia: Uma Análise Feminista da Produção do Espaço. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ/RJ, n. 38,

p.11-33, jul./dez.2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/> Acesso em: 30 ago. 2022.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **Revista e-cadernos CES**, [On-line], n.18, dez. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533> Acesso em: 11 ago. 2022.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa/PR, v.8, n.1, p. 31-45, mar./maio., 2003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167> Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa/PR: TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, S. M. V. Geografia e gênero / geografia feminista - o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre/RS, v.23, n.1, p. 105-110, mar. 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385> Acesso em: 03 ago.2022.

SILVA, V. V. Contribuições dos Estudos de Gênero e da Decolonialidade para os Debates sobre Migrações Internacionais. **Revista GeoPantanal**, Corumbá/MS, v.17, n.32, p. 103-116, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/16480> Acesso em: 17 ago. 2022.

ZUSMAN, P. *La Descripción en Geografía: Un Método, una Trama*. **Boletín de Estudios Geográficos**, Argentina, n.102, p.135-149, 2014. Disponível em: <https://bdigital.uncu.edu.ar/app/navegador/?iobjeto=6811> Acesso em: 12 abr. 2023.

A constituição de um *Hip Hop* feminista: as espacialidades de jovens mulheres negras na e por meio da cultura *Hip Hop* em Londrina (PR)

Ana Carolina dos Santos Marques

*Altos e baixos, em toda minha caminhada
Querem que cê seja do lar e recatada
[...]*

*Quando você é negra eles vêm muito mais a cobrar
Imagina quando você é negra e mulher
Não vive pra ver, vive pra provar¹.*

Introdução

Este texto apresenta uma síntese da dissertação intitulada “As espacialidades instituídas pelas jovens mulheres negras na e por meio da cultura Hip Hop em Londrina (PR)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT Unesp em 2021 e orientada pelo Prof. Dr. Nécio Turra Neto.

O objetivo da pesquisa foi compreender as espacialidades instituídas pelas jovens mulheres negras em seu processo de afirmação e negociação identitária *na e por meio da* cultura Hip Hop em Londrina. Mulheres negras têm suas trajetórias de vida e de espaço atravessadas pelas interseccionalidades e comumente suas espacialidades são restringidas pela estrutura desigual de poder. Penso o Hip Hop como uma forma de (re)existência e questionamento das opressões sociais, que pode possibilitar que as mulheres constituam práticas espaciais afirmativas e ampliadas no espaço urbano.

¹ *Cypher: TheCypherGost IV*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1aHfjDfLXag>>.

As preposições *na* e *por meio da* (presentes no título da dissertação e deste texto) apontam um duplo movimento. *Na* cultura Hip Hop, as jovens mulheres negras negociam sua presença e identidades, num contexto de hegemonia masculina e reprodução do sexismo e machismo. *Por meio da* cultura Hip Hop, elas têm a possibilidade de instituir outras espacialidades na cidade, diferentes daquelas que lhes foram impostas.

O interesse pelas temáticas da pesquisa partiu da minha posicionalidade: geógrafa, jovem, mulher, negra e periférica. A partir da consciência crítica das influências que as interseccionalidades provocam em nossas trajetórias de vida e de espaço, como mulher negra sinto-me no dever de demonstrar que nossas existências importam e que podem ser interpretadas pela ciência geográfica. Infelizmente, seguindo um movimento da ciência, a Geografia foi construída sob os preceitos tradicionais de neutralidade e universalidade, silenciando vozes dissonantes do padrão heteronormativo, patriarcal e branco. Desenvolver pesquisas que versam sobre temas não hegemônicos é um desafio, mas que se mostra cada vez mais imprescindível frente à necessidade de questionar as desigualdades, exclusões e invisibilização.

Cinco jovens mulheres negras de Londrina participaram da pesquisa e tiveram suas vivências interpretadas. São jovens que tensionam os traços machistas e sexistas do Hip Hop, assim como também enfrentam as barreiras impostas a elas na ocupação dos espaços, em virtude das estruturas de raça, classe e gênero. A partir do percurso da pesquisa, contou-se que o Hip Hop amplia suas espacialidades, assim como elas transformam a cultura internamente, a partir de referenciais negros, feministas e *queer*.

Mulheres seguem resistindo às desigualdades seculares da sociedade capitalista e transformando espaços a partir de lutas coletivas, no âmbito de movimentos como o feminista, o negro, o LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexuais/agênero, pan e não-binária), o indígena e o do campo. Este texto se concentra nas transformações conquistadas por

mulheres na dimensão de uma cultura negra e periférica, mas que podem oferecer direcionamentos para interpretar outras realidades e construir outros projetos de sociedade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e etnográfica, que buscou estabelecer relações horizontais e dialógicas com as mulheres negras participantes. A pesquisa ocorreu no contexto da pandemia provocada pela difusão do *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), o que implicou em uma adaptação da proposta metodológica inicial.

Trabalhos de campo em batalhas de rima de Londrina foram realizados entre 2018 e 2020. Também ocorreu a participação em eventos online realizados pelos coletivos culturais, sobretudo, da Batalha das Minas Londrina, coletivo feminino que foi acompanhado desde sua formação, em 2020.

Nas pesquisas de campo, as metodologias utilizadas foram a observação participante, diário de campo e as entrevistas. A partir das observações em campo, pude conhecer jovens mulheres hip hoppers e identificar as possíveis entrevistadas. As entrevistas foram semiestruturadas e seguiram um roteiro contextual.

Cinco jovens mulheres negras² participam da pesquisa: Cleópatra, DJ Fran, MC VK, Poetiza e Venezian. **Cleópatra** é MC, tinha 18 anos de idade e estava no último ano do ensino médio. Encontrou o Hip Hop entre os 10 e 12 anos, por meio de um projeto social circense do qual participava. **DJ Fran** é DJ, tinha 30 anos e é formada em Pedagogia. Até os 17 anos era metaleira e nessa idade encontrou o Hip Hop, por meio do atual marido, Mr. Rei. **MC VK** é MC, possuía 21 anos, cursava Farmácia e encontrou o Hip Hop em 2019, por meio de uma amiga que a levou em uma batalha de

² Os nomes ou vulgos são reais, por escolha das entrevistadas que destacaram ser uma forma de afirmar suas identidades. Além disso, o perfil apresentado se refere a situações de vida que tinham nos momentos das entrevistas, realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2020.

rima. **Poetiza** é cantora, MC, grafiteira e dançarina. Tinha 29 anos e conheceu o Hip Hop com sete anos por meio da família que fazia parte da cultura. **Venezian** é MC, possuía 21 anos de idade e cursava Técnico em Enfermagem. Entre os 10 e 12 anos começou a fazer poesias e foi nesse período que ocorreu seu primeiro contato com a cultura Hip Hop.

A partir das entrevistas, foram construídos mapas das espacialidades das jovens mulheres negras em Londrina antes e após seu encontro com a cultura Hip Hop, a fim de compreender possíveis modificações na ocupação do espaço urbano. *Relief maps* (mapas de relevo) também foram elaborados. Rodó-de-Zárate (2013; 2014) faz essa proposição metodológica para o estudo das interseccionalidades na Geografia, permitindo estabelecer relações entre três dimensões: as estruturas de poder (o social), a experiência vivida (o psicológico) e lugares (o geográfico). Com base na forma que as sujeitas se sentem em diferentes espaços e de acordo com os eixos de opressão que as atingem, os locais são classificados como espaços de: opressão; controversos; neutros; e de alívio.

Este conjunto de metodologias foram utilizadas combinando as escalas de análise e ação, a participação nos eventos e as interpretações interseccionadas com as teorias.

Mulheres negras em um movimento interseccional, espacial e corporificado

A posição espacial que as mulheres negras ocupam é condicionada pelas interseccionalidades. Embora o espaço geográfico seja esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, em que trajetórias plurais coexistem (Massey, 2008), os corpos não o vivenciam da mesma forma. As interseccionalidades (CREENSHAW, 2004; AKOTIRENE, 2019) afetam as trajetórias de vida e espaço das mulheres negras, a estrutura de poder impõe espacialidades a elas, restringindo sua apropriação do espaço urbano e as relegando à espaços mais associados a invisibilidade e vulnerabilidade.

No caso das jovens mulheres negras da pesquisa, a intersecção dos eixos de raça, classe, gênero, sexualidade, idade e a própria participação na cultura Hip Hop interfere em suas vidas. Enquanto negras, as jovens são atingidas pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que implica em limitação de oportunidades e no entendimento de que são problemas espaciais (OLIVEIRA, 2020). O racismo também interfere na classe social da qual fazem parte, elas são precarizadas pelo sistema capitalista. As construções de gênero as posicionam desigualmente na sociedade (RIBEIRO, 2018), impondo os papéis de gênero que devem desempenhar (MCDOWELL, 1999; SILVA, 2009). O eixo da sexualidade torna-se opressivo quando as mulheres possuem performances dissonantes da matriz de inteligibilidade (BUTLER, 2003). E enquanto jovens, não são reconhecidas como sujeitas sociais (DAYRELL, 2003), enfrentam os estigmas dessa fase de vida (ABRAMO, 1997) e tem dificuldades de vivenciarem uma condição juvenil (TURRA NETO, 2015).

Nesse sentido, as práticas espaciais das jovens mulheres negras são diretamente afetadas pela intersecção dos eixos apresentados. Elas enfrentam barreiras advindas da estrutura racista, patriarcal e heteronormativa, que implicam também em seus cursos de juvenilização, não possuindo a chance de vivenciar suas juventudes na plenitude. Daí a importância do feminismo negro (CARNEIRO, 2003; COLLINS, 2019) no questionamento das estruturas sociais.

Assim como vivem em espaços estruturados por corpos masculinos, brancos e heteronormativos, sendo obrigadas a encontrar estratégias para apropriar-se dele, as jovens mulheres negras também participam de uma cultura que, historicamente, foi constituída e mantida por homens. Inserido no movimento da sociedade, o Hip Hop reproduz as desigualdades de gênero em sua organização, desse modo as mulheres enfrentam barreiras para praticar essa cultura e utilizar suas potencialidades para a luta por equidade social.

Enquanto uma cultura juvenil negra e periférica, o Hip Hop possibilita que jovens se expressem, construam e afirmem suas

identidades, sociabilizem e exponham suas reivindicações. Trata-se de uma cultura de resistência, em que a juventude negocia a ocupação do espaço, ressignifica a periferia e questiona as estruturas sociais e espaciais. A cultura incentiva a formação de uma consciência periférica e que as/os jovens se constituam enquanto sujeitas/os periféricas/os (D'ANDREA, 2022).

A presença das mulheres no Hip Hop tem se ampliado nos últimos anos, elas têm participado mais da cena brasileira, mas ainda realizam enfrentamentos que, comumente, estão associados ao gênero. Nesse sentido, faz-se pertinente um questionamento, a partir de Freire (2018): “O Hip Hop é um espaço de contestação das convenções de gênero?”. Acrescento: “O Hip Hop potencializa a ocupação do espaço urbano pelas mulheres?”. Questões que foram discutidas na dissertação e serão exploradas neste texto.

Para tanto, a cena do Hip Hop de Londrina foi interpretada, assim como a inserção das mulheres negras nela. A cultura tem mais de 30 anos de existência na cidade (meados de 1980), concentra suas manifestações em áreas periféricas empobrecidas e é marcada pelo tensionamento para que o poder público local reconheça suas potencialidades e contribua com a realização dos projetos e eventos, cedendo espaço e financiamento. Há batalhas de rima em todas as zonas geográficas da cidade, projetos sociais ligados ao Hip Hop, festivais, grupos de rap e *crews* de grafite.

Em relação à presença das mulheres, as jovens da pesquisa destacam que a participação feminina cresceu a partir de 2015. Tal crescimento não ocorreu de forma simples, mas sim com base em muitos enfrentamentos. O coletivo feminino Batalha das Minas Londrina foi criado justamente no intuito de aumentar a participação de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ na cena, propiciando espaços mais democráticos e horizontais de fortalecimento mútuo.

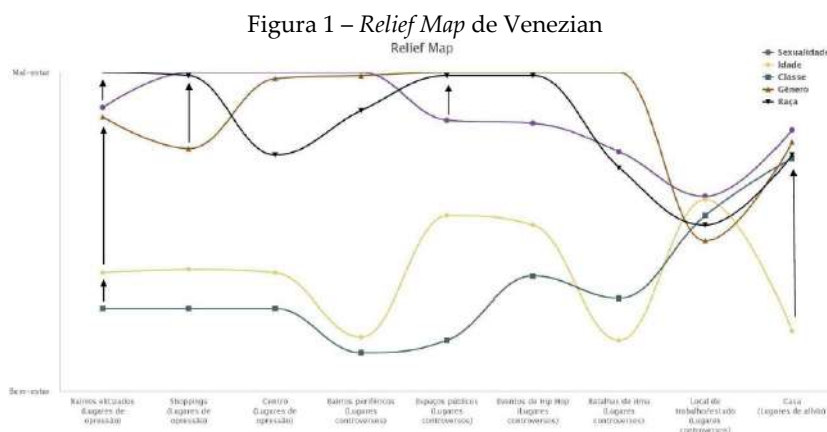
Portanto, as mulheres hip hoppers de Londrina estão organizadas entre si e buscam tornar a cena cultural da cidade cada vez mais justa para a diversidade de identidades. Ainda que a estrutura desigual de poder continue limitando suas vivências e

espacialidades, elas questionam os traços machistas e sexistas do Hip Hop e utilizam dele em busca de equidade na sociedade.

Interpretação das experiências de espaço das mulheres negras por meio de relief maps

A metodologia dos *Relief Maps* (Rodó-de-Zárate, 2013; 2014) proporcionou interseccionar diferentes eixos de opressão que determinam as experiências de vida e espaço das/os sujeitas/os. Com base nos resultados obtidos por meio das entrevistas e de um formulário online enviado às sujeitas da pesquisa, os espaços foram classificados em três, das quatro tipologias estabelecidas por Rodó-de-Zárate (2013): Espaços de opressão: bairros elitizados, *shoppings* e centro da cidade; Espaços controversos: local de trabalho/estudo, bairros periféricos, espaços públicos, eventos de Hip Hop, batalhas de rima; Espaços de alívio: casa.

Por se tratar de um texto síntese, apenas um *relief map* será apresentado, o de Venezian (Figura 1), é o mais diferenciado em relação ao das outras sujeitas. Sua representação assume contornos associados ao desconforto, sobretudo de raça, gênero e sexualidade, em todos os espaços da cidade, até mesmo na casa, que, teoricamente, deveria proporcionar conforto.



Venezian se identifica enquanto uma mulher lésbica e a sexualidade é o eixo de opressão que mais lhe causa desconforto nos espaços, destacando a LGBTfobia na constituição da sociedade e dos espaços. Por anos, a jovem entendeu sua sexualidade enquanto errada e viveu uma heteronormatividade compulsória (BUTLER, 2003), escrever letras de rap foi uma das formas que ela encontrou para expor seus anseios e positivar sua identidade.

Os espaços classificados como opressivos causam extremo desconforto na jovem, há uma intensificação dos afetos em função do cruzamento de raça, gênero e sexualidade. Olhares ainda são direcionados a Venezian devido ao seu estilo, composto por roupas tidas como masculinas, bonés e tatuagens. Ao contrário das realidades das jovens lésbicas investigadas por Rodó-de-Zárate (2013), Venezian não consegue “brincar” com sua identidade para obter privilégios heterossexuais normativos, o estilo dela não lhe permite performar identidades associadas à feminilidade.

Em espaços classificados como controversos, a intersecção raça, gênero e sexualidade permanecem afetando negativamente as experiências de espaço de Venezian, como por exemplo em espaços públicos, que a depender dos dias da semana e horários do dia assumem contornos mais ou menos associados à (in)segurança. Espaços do Hip Hop também são classificados como controversos, dado o panorama já discutido acerca dos traços machistas e sexistas da cultura. Nas batalhas de rima, a performance de Venezian contribui para que a jovem sofra menos discriminações explícitas. Seu estilo tido como masculinizado auxilia na luta contra o sexismo, tornando-se uma ferramenta de resistência, nas palavras de Rodó-de-Zárate (2013). Entretanto, isso não impede que a jovem seja alvo de discriminações, uma vez que as interseccionalidades continuam operando em sua trajetória de vida:

[...] esses dias mesmo eu tava batalhando, aí tipo, o homem tem muita mania de rimar com homem, aí eu lembro que eu falei: “na rima eu mostro meu empenho”, e falei alguma coisa de gênero, aí ele já veio falando de vitimismo e tal, aí eu falei: “mano, eu não to sendo vitimista, a única coisa que eu quero é que você acerte meu gênero (Venezian, em entrevista em setembro de 2020).

Apesar do cenário das batalhas reproduzir o machismo e causar desconforto em relação à determinados eixos de opressão, Venezian encontrou nesses espaços a oportunidade de se afirmar, possibilidade que não encontrou em grande parte de sua vida:

[...] depois que eu comecei no hip hop, tanto para minha identidade como o meu ser, uma coisa ali que eu vejo hoje em dia, eu transformo aquilo no que eu amo, sabe? Se não fosse pela rima eu não pensaria dessa forma e não transmitia dessa forma sabe? (Venezian, em entrevista em setembro de 2020).

A jovem aponta que o Hip Hop lhe proporcionou maior consciência das desigualdades raciais e de gênero. Por já ter sido muito silenciada ao longo de sua vida, após encontrar sua voz na cultura, Venezian assumiu postura de enfrentamento e não aceita ser oprimida sem manifestar suas opiniões.

Por fim, há o espaço da casa que não proporciona completo alívio à jovem. Há uma intensificação das relações estabelecidas pelo fato de ser jovem, ao considerarem que ela ainda é muito nova e está aprendendo sobre a vida. Venezian destaca que sua família respeita sua orientação sexual, todavia, isso não impede que determinados discursos estereotipados sejam reproduzidos e atinjam a jovem. A consciência racial, por exemplo, não é totalmente presente em sua casa, foi por meio do Hip Hop e da escola, que ela passou a se entender como negra.

Desse modo, o *relief map* de Venezian traz estas complexidades, apesar da sexualidade se destacar em suas experiências, é a intersecção entre os eixos de opressão que determinam os afetos sentidos por ela. Sua negociação identitária nos espaços é constante: *“Ah, não se sentir à vontade se você perguntar pra uma mulher, em todo lugar que ela for, ela não vai sentir muito à vontade, né?!”* (Venezian, em entrevista de setembro de 2020).

A partir de todos os *relief maps* da pesquisa, constatou-se que as negociações identitárias nos espaços são constantes. Ainda que não se sintam confortáveis em todos os locais, as jovens transitam pela cidade como um todo, entre espaços periféricos e elitizados, espaços privados e públicos, área central e periférica. O que há de

distinto é a frequência com a qual se deslocam até os locais. Em virtude das interseccionalidades, dificilmente as jovens mulheres negras estão plenamente confortáveis, pelo contrário, estão sempre negociando a afirmação de suas identidades, assim como também são julgadas e vigiadas constantemente pela estrutura de poder racista, patriarcal e heteronormativa.

As espacialidades instituídas pelas jovens negras na e por meio da cultura Hip Hop em Londrina (PR)

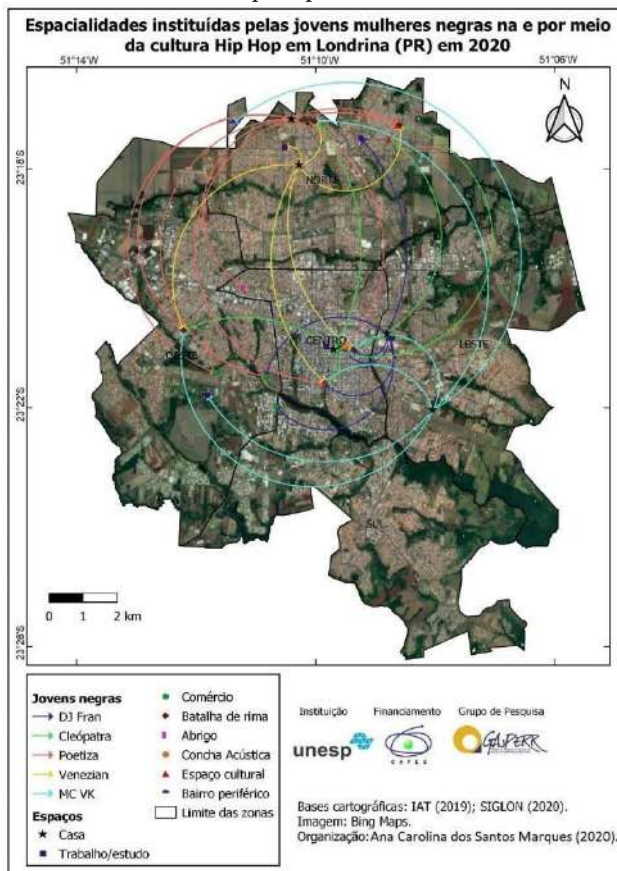
Os afetos representados pelos *relief maps* estão diretamente relacionados com as espacialidades instituídas pelas jovens mulheres negras hip hoppers em Londrina. Por meio dos diálogos com as entrevistadas, elencamos quais locais elas costumavam frequentar antes de seu encontro com a cultura Hip Hop, e quais locais elas passaram a ocupar após sua adesão.

Contatou-se que antes do encontro com a cultura Hip Hop, as espacialidades das jovens negras eram mais restritas³. As trajetórias de espaço se concentravam em suas casas, locais de estudos e um pequeno momento de lazer, representado por locais como a igreja, a vila cultural e um espaço público. Não havia a participação efetiva em coletivos juvenis, isso afetava tanto as redes de sociabilidade estabelecidas pelas jovens, quanto sua mobilidade pelo espaço.

O Mapa 1 apresenta as espacialidades das jovens mulheres negras hip hoppers, após seus encontros com a cultura juvenil. Torna-se evidente que elas passaram a ocupar mais espaços e a transitar mais pela cidade. Com exceção de seus locais de trabalho/estudo e das casas de suas/eus familiares ou amigas/os – não representados no mapa –, todas as suas trajetórias espaciais possuem o Hip Hop na base.

³ A Figura 17, presente na dissertação de mestrado, representa em um mapa as espacialidades das jovens antes do encontro com a cultura Hip Hop.

Mapa 1 – Espacialidades instituídas pelas jovens mulheres negras na e por meio da cultura Hip Hop em Londrina – PR



Org.: a autora, 2020.

Com exceção dos estabelecimentos comerciais e dos locais de trabalho/estudos, os pontos listados no mapa se tratam de espaços públicos ou eventos que acontecem neles, como por exemplo, o Zerão em que ocorre a Batalha da Concha. As jovens preferem espaços de acesso gratuito e que não possuem uma norma explícita, em relação a quem pode frequentá-los. Nesse sentido, há uma valorização dos espaços públicos que proporcionam a sociabilidade juvenil de pessoas empobrecidas.

Todas as jovens afirmam que transitam mais pelo espaço em função do Hip Hop. Poetiza é a sujeita da pesquisa que mais institui espacialidades por meio do Hip Hop, frequenta diversas batalhas, realiza shows em bares e espaços públicos e se desloca até lares de acolhimento e orfanatos. Após o encontro com a cultura, MC VK passou a ocupar mais os bairros periféricos. Cleópatra não somente começou a comparecer às batalhas, mas também a realizar algumas viagens em virtude de sua participação na cultura, principalmente para Maringá (PR). Os deslocamentos de Venezian são, sobretudo, para ir a batalhas de rima. DJ Fran teve suas espacialidades ampliadas para além da cidade de Londrina, viajando para eventos de Hip Hop em cidades como Maringá, Curitiba (PR) e São Paulo (SP).

O centro de Londrina, do ponto de vista da cultura Hip Hop, divide sua centralidade com as batalhas e outros eventos que acontecem nas periferias empobrecidas. As jovens convergem suas trajetórias para os eventos da zona norte, tanto quanto para o centro, sendo que a zona oeste também tem destaque. Desse modo, o Hip Hop altera as centralidades existentes em Londrina, ainda que momentaneamente. Quando os eventos acontecem nas periferias, esses espaços se tornam atrativos para jovens de toda a cidade, e não apenas de seu entorno. Quando as manifestações ocorrem em espaços públicos centrais, a juventude periférica empobrecida ocupa esses locais e imprime sua marca.

As práticas espaciais das jovens negras da pesquisa são orientadas pela cultura Hip Hop, sobretudo, pelo movimento das batalhas de rima. Trajetórias espaciais periféricas distintas se congregam em um único ponto do centro, mas principalmente, da própria periferia. As periferias londrinenses, sobretudo, a zona norte por ser o berço do Hip Hop, assumem centralidade do ponto de vista da cultura.

As batalhas são os principais espaços que as jovens passaram a frequentar. São nesses locais que realmente praticam o Hip Hop e é por meio deles que podemos entender como elas instituem espacialidades *na* cultura de Londrina. Pensando nas

espacialidades que instituem *por meio* do Hip Hop estão seus trajetos até chegar aos locais dos eventos, os projetos sociais, os bares em que tocam rap, lares e orfanatos. Há também os trajetos não representados nos mapas, como por exemplo, os encontros realizados na casa de amigas/os, amizades construídas em função do Hip Hop.

A partir do percurso da pesquisa, conclui-se que engajar-se na cultura Hip Hop produz não somente outras/os sujeitas/os periféricas/os, mas também outras espacialidades na cidade. O processo de instituição de espacialidades é ampliado após a adesão ao Hip Hop, as jovens ocupam espaços que, historicamente, foram negados a elas, afirmam suas identidades e tensionam as estruturas excludentes.

Um Hip Hop feminista?

O questionamento “O Hip Hop potencializa a ocupação do espaço urbano pelas mulheres?”, feito no início deste texto, foi respondido, entretanto ainda é preciso refletir a respeito da outra pergunta: “O Hip Hop é um espaço de contestação das convenções de gênero?”. Ao estudar o Hip Hop soteropolitano, Freire (2018) concluiu que a cultura é um espaço de protesto, mas que ainda não questiona efetivamente as assimetrias de gênero, sendo este um dos desafios: romper com as convenções universais de gênero.

A partir da investigação realizada na cena do Hip Hop de Londrina, mas também da pesquisa que venho desenvolvendo no doutorado em que interpreto as realidades da cultura periférica em Presidente Prudente e São Paulo, é possível constatar que a iniciativa de criação de coletivos femininos se expressa como uma iniciativa das mulheres em romper com os contextos de desigualdade de gênero e sexualidade na cultura Hip Hop, a exemplo da criação da Batalha das Minas Londrina.

O Hip Hop é constituído por contradições sociais e não são os homens que estão questionando as assimetrias internas, mas sim as mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, que pautam a equidade e

assumem posição de protagonismo ao organizar coletivos e eventos específicos para as/os sujeitas/os não hegemônicas/os. As jovens da cultura têm se posicionado contra as discriminações, sensibilizando a juventude que participa dos eventos e tornando os espaços da cultura Hip Hop de Londrina mais democráticos e feministas.

As jovens têm utilizado os recursos da própria cultura para torná-la mais justa, mas agora acrescida de um repertório oriundo de certa militância feminista e *queer*, que confrontam a hegemonia masculina do Hip Hop. Esses referenciais não são, necessariamente, adquiridos por meio de livros acadêmicos e artigos científicos, mas sim do contato com debates feministas na internet e conteúdos progressistas na escola, a interlocução com outras mulheres e a inserção em outros coletivos ou movimentos (como o feminista).

Nesse sentido, as mulheres hip hoppers estão cada vez mais articuladas em coletivos, buscando a oportunidade de expressão, a criação de redes de apoio e fortalecimento, e a equidade. Elas estão em um processo de questionamento das convenções de gênero e realização de debates interseccionais, ainda que possam não ser denominados assim por elas. Portanto, são as mulheres organizadas, que estão modificando a cultura Hip Hop por dentro e utilizando-se dela para desestruturar as bases excludentes de uma sociedade cunhada sob preceitos patriarcais, racistas e heteronormativos.

Considerações finais

Faz-se importante salientar que o intuito da dissertação não foi o de estabelecer conclusões definitivas a respeito das mulheres negras. Atualmente, as cinco jovens que compuseram a pesquisa já não são as mesmas pessoas que entrevistei em 2020, suas identidades estão em constante mudança, assim como a própria estrutura social. Todas continuam possuindo ligação com o Hip Hop e ganharam mais espaço na cultura, justamente pelos

enfrentamentos que realizaram/realizam e que também foram conquistados pela luta de outras mulheres hip hoppers.

Raça, gênero, classe, sexualidade e idade são eixos que formam a sociedade e que, historicamente, são utilizados pela estrutura de poder hegemônica para diferenciar as pessoas e discriminá-las. Cada eixo provoca exclusões específicas na sociedade. Quando interseccionados e espacializados, condicionam de forma mais perversa a vida das/os sujeitas/os. No caso de nós, jovens mulheres negras, a intersecção das matrizes nos torna mais vulneráveis, com menos oportunidades de mudança de vida e mais restrições espaciais.

O Hip Hop possibilita que as jovens ocupem espaços negados a elas e permite que os corpos negros femininos se façam visíveis, autônomos e não subalternos. Ao participarem dos eventos, as mulheres expõem suas reflexões, seus conhecimentos e suas pautas, contrariando a ordem dominante e demonstrando que possuem voz e merecem ser ouvidas. Elas possuem a chance de serem sujeitas de sua história, de desafiar as convenções de gênero e refletirem a respeito de si mesmas, das realidades em que estão inseridas, das relações que estabelecem e dos espaços que frequentam. O acesso aos espaços da sociedade é uma luta diária para as mulheres negras e por meio do Hip Hop elas têm a oportunidade de instituir outras espacialidades, diferente daquelas que lhes foram impostas. Todavia, essas espacialidades não são ampliadas de forma simples e rápida, as jovens negras negociam suas identidades constantemente, os *relief maps* demonstram esse cenário.

As jovens da pesquisa realizam múltiplos enfrentamentos, tanto no Hip Hop londrinense, quanto no espaço urbano da cidade. A marginalização que sofrem enquanto mulheres negras as levou ao encontro da cultura, que por sua vez proporciona que positivem suas identidades. Ao passo em que estão se conectando às redes de sociabilidade em torno da cultura Hip Hop, vão também constituindo uma outra espacialidade em decorrência do enredamento nestas redes, sobretudo as redes femininas. O

processo de constituição de suas identidades e de suas espacialidades é concomitante e indissociável.

É na busca por uma cultura mais democrática e aberta à participação das mulheres, que os coletivos femininos são criados. São mulheres, negras e não-negras, que refletem criticamente sobre suas posicionalidades e criam estratégias de (re)existência. Acrescentam aos elementos históricos do Hip Hop, novos referenciais feministas e *queer*, pautando temas como gênero e sexualidade. Portanto, conclui-se que um Hip Hop feminista está se consolidando em Londrina. No caso das jovens mulheres negras da pesquisa, há um duplo movimento, ao mesmo tempo em que tornam o Hip Hop mais feminista, também enegrecem o feminismo.

Este texto e a dissertação apresentam-se como esforços em busca de uma sociedade mais equitativa e de uma Geografia mais negra e feminista, disposta a contemplar a diversidade de sujeitas/os em suas teorizações.

Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 5/6, 1997.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), 2003.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: RIBEIRO, Matilde. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

D'ANDREA, T. P. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, 24, 2003.

FREIRE, R. **Hip-hop feminista?** Convenções de gênero e feminismos no movimento hip-hop soteropolitano. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2018.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCDOWELL, L. **Gender, identity and place: understanding feminist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

OLIVEIRA, D. A. A questão racial brasileira: apontamentos teóricos para compreensão do genocídio negro. **Revista da ABPN**, 12(34), 2020.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODÓ-DE-ZÁRATE, M. Developing geographies of intersectionality with Relief Maps: reflections from youth research in Manresa, Catalonia. **Gender, Place & Culture**, Londres, 21(8), 2014.

RODÓ-DE-ZÁRATE, M. Young lesbians negotiating public space in Manresa: an intersectional approach through places. **Children's Geographies**, 2013.

SILVA, J. M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: Silva, J. M. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009. p. 25-53.

TURRA NETO, N. Definir juventude como ato político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. (Orgs.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2015. p. 119-135.

O caminho se faz caminhando? Mobilidades cotidianas de jovens mulheres na cidade de Presidente Prudente (SP)

Láís Neves Lopes

Introdução

*A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce
De madrugada que as aranha desce no breu
E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu
E o sol só vem depois...
- A ordem natural das coisas. Emicida.*

Viver é mover-se. Deslocar-se em um constante caminhar para algum lugar. Ou espaço. Ou território. A depender da significância/significado que o caminhante atribui ao seu ponto de chegada, ou o grau de poder que quem caminha tem de apropriar-se do espaço. Em meus tempos de prática religiosa, nas narrativas bíblicas cristãs, em específico católicas, algo sempre martelava em meus ouvidos. As inúmeras vezes que o verbo “ir” era conjugado pelo protagonista bíblico, Jesus Cristo. “Vai, e não tornes a pecar”, disse Jesus à mulher adúltera. “Levanta-te e vai! A tua fé te salvou”, diz Jesus ao leproso, ou também “Vai, levanta-te e anda”, diz ele ao paralítico.

Nas metáforas cristãs, ouvi dizer diversas vezes que isto não era por um acaso, pois, o que se quer dizer é que o caminho se faz caminhando. Que tantas são as coisas que se passam pelo caminho que traçamos, que se tornam elas, na verdade, aquilo que nos molda, aquilo que realmente importa. Me pego refletindo sobre o que acontece, então, quando um dos tantos sentimentos que nos moldam é o medo, pois transitamos em um caminho que por/para nós não foi projetado, apesar de sermos nós quem mais pisam os pés nele? É com base nisso que, sem mais delongas, apresento o

recorte que será realizado neste capítulo, após uma breve introdução que situa ligeiramente onde pisam os meus pés.

O presente capítulo terá o intuito de se debruçar, ainda que como um ensaio, sobre a discussão das mobilidades urbanas realizadas por jovens mulheres, na cidade de Presidente Prudente (SP). Distante da pretensão de apresentar resultados resolutivos, mas sim de suscitar questões que considero pertinentes e atuais para pensar o mover-se na cidade dentro de uma perspectiva feminista, o debate estará estruturado com base nos resultados advindos da pesquisa de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada “Juventudes e Múltiplas Territorialidades: Diferenças e Desigualdades, na Cidade e na Escola”¹, sobre a qual fiz recortes que considerarei cabíveis a discussão, que pudessem nos colocar a refletir não apenas sobre a estrutura do planejamento das cidades, mas também sobre a potencialidade e importância das mobilidades para jovens mulheres, e como estamos cerceadas, desde muito jovens, a pensar nossas rotas a partir da escala do corpo, o espaço que Lynda Johnston e Robyn Longhurst, inspirando-se em Adrienne Rich, consideram como a “Geografia mais íntima” (2023).

Deste modo, denoto como ensaio e proponho como discussão cuidadosa pela completa noção das insuficiências da pesquisa provocadas pela pandemia da COVID-19, que obrigou muitos de nós pesquisadoras(es) a recalcular a rota e reelaborar metodologias, mas que de maneira alguma tornou os trabalhos descartáveis. A pesquisa, portanto, foi realizada como iniciação científica, com início no ano de 2021, e tornou-se também meu trabalho de conclusão de curso. A partir dela surgiram temáticas tão variadas que abriram portas para o tema de mobilidade urbana e gênero, em um contexto de fragmentação socioespacial, o qual estudo no

¹ (Projeto vinculado ao Projeto Temático – Processo 2018/07701-8; e ao Projeto “Juventudes e Múltiplas Territorialidades: diferenças socioculturais em contextos de cidades médias e metrópoles” - Chamada MCTIC/CNPq n.28/2018).

presente momento (2023), no Programa de Pós-graduação em Geografia, da FCT Unesp de Presidente Prudente.

Como objetivo principal, a pesquisa teve a intenção de acessar como se dava a experiência de uma cidade fragmentada, pela posição de margem de jovens empobrecidos, participantes de coletivos/culturas juvenis, entendendo quais leituras e conhecimentos que faziam da posicionalidade na cidade, a partir da interação entre os saberes produzidos nos espaços formais e informais de saber.

Já em relação à metodologia, a pesquisa teve de se adequar ao contexto de isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, de modo que todo contato com os jovens participantes se deu à distância, por meio das mídias e plataformas *on-line*. Lançamos mão de questionário, entrevistas e netnografia, todas feitas após o contato inicial com a Escola Estadual Fernando Costa, que abriu suas portas para colaboração com a pesquisa, assim como após a aprovação no Comitê de Ética Local². No total, foram quatro jovens colaboradores (três meninas e um menino), que compartilharam suas experiências enquanto cidadãos de Presidente Prudente (SP), e que trouxeram inúmeras questões, imensamente ricas, e a quem peço licença para, neste texto, apresentar um recorte pontual em cima da dimensão de gênero, que expressivamente esteve presente nas falas das meninas participantes.

Com isso, proponho dividir a discussão em dois momentos. Em primeiro momento procuro abordar a temática dos espaços públicos e privados e suas atribuições historicamente generificadas, tratando um pouco das ausências sentidas nas esferas públicas de decisão de planejamento e seus impactos nas cidades, em especial, através das mobilidades urbanas/cotidianas de mulheres, em que pese recortar aqui especificamente o fator geracional, e discorrer sobre a interação juventudes e cidade, trazendo o enfoque do gênero.

² Aprovado no comitê de ética local sob o número: 41089520.0.0000.5402.

No segundo momento, trago trechos de entrevistas feitas com as jovens participantes da pesquisa, na intenção de suscitar o debate sobre a importância do transitar na cidade para as jovens, e como a experiência das mobilidades deve levar em conta os fatores múltiplos que atravessam e constituem os sujeitos, e que faz com que as próprias mobilidades ganhem o atributo de plurais, buscando refletir sobre o peso do que (ou quem) se passa no caminho.

O destino dos espaços generificados: um breve olhar através do gênero e das juventudes

*Construir cidades é também uma forma de linguagem.
É evidente o paralelismo que existe entre a possibilidade de
empilhar tijolos (definindo formas geométricas) e agrupar letras
(formando palavras).
- Desterro. Assad, Camila.*

Dentre as diversas contribuições, temas e tensionamentos promovidos pelo feminismo na ciência geográfica, a discussão sobre a quem se destina determinados espaços e por quem eles são projetados e construídos está sempre presente, permeando as falas e reivindicações das geógrafas parte do movimento, uma vez que, sentidas no espaço e no corpo, as ausências tornam-se sim um problema evidentemente geográfico, e para além disso, o gênero e suas relações também variam espacialmente (MASSEY, 2009). É especialmente pós década de 70 que o olhar feminista sobre a materialidade da cidade passa a servir como maneira de interpretar e denunciar a própria expressão patriarcal, desconstruindo a suposta neutralidade do espaço urbano (COLETIVO ALEPH, 2020), que opera sobre os corpos das mulheres dentro da ótica da divisão público-privado, e entre as tantas outras binaridades.

Enquanto o espaço público é designado ao masculino, munido de racionalidade e neutralidade, o espaço das decisões, objetivamente debatidas, características atribuídas ao homem, ao gênero feminino se atribui a esfera do privado, em que se opõem

todas essas características do público, é o espaço do sentimental, do campo subjetivo (QUEIRÓS, 2020) e acrescento aqui também como o espaço do cuidado. Tal discussão não é novidade para a geografia feminista, mas, mesmo assim, defendo sua atualidade, bem como seu potencial político ainda muito contemporâneo, sobretudo em um momento de discussão da tese do fim dos espaços públicos (FÉLIX DE SOUZA, 2022).

Vale ressaltar que a atribuição ao privado e o confinamento das mulheres dentro de suas casas não é apenas uma forma de controle espacial, mas se estende a ordenação de sua identidade, como argumentado por Massey (2009). A autora também contribui para pensarmos como a opressão sobre o gênero feminino mescla a materialidade e imaterialidade, o concreto e o simbólico a todo instante, ao dissertar sobre a construção da imagem feminina e do lar ambos como lugar de estabilidade, de confiança, para onde sempre retornamos, a imagem da mulher em si como um “lar” (*home*), e a figura materna como esse “centro simbólico estável – funcionando como âncora para outros.”³ (MASSEY, 2009, p. 180).

É evidente que, na atualidade, a obediência a esses modelos e papéis estão muito mais complexificados do que outrora, os tensionamentos e conquistas realizadas pelos movimentos sociais (e aqui abro um parênteses para pontuar a importância de todos os movimentos de emancipação, não apenas o feminismo, mas todos os que interseccionam as opressões sentidas na carne, enquanto grupo) colocam em xeque constantemente o cânone de funcionamento da ordem, transgredindo fronteiras demarcadas e construindo outros territórios, ou mesmo clamando pelo lugar de sujeito que lhes é negado, uma vez posicionados como “seres abjetos”, habitantes de uma zona “inabitável da vida social” (BUTLER, 2001, p. 153).

A separação público-privado, tal como o planejamento urbano em si, para além de masculino, é também considerado heteronormativo, elemento que não é preciso ir muito além para

³ Tradução própria. “a stable symbolic centre - functioning as an anchor for others.”

alcançar a percepção, bastando voltar o olhar para as práticas cotidianas, enraizadas e vividas no espaço urbano, onde a normalização exacerbada da violência destinada a sujeitos e práticas não-heterossexuais (RODÓ-DE-ZÁRATE; BAYLINA, 2017) é apenas um sintoma disso.

É certo que a simples presença de sujeitos socialmente oprimidos no plano de decisões políticas não é garantia de que o trabalho será direcionado à emancipação de seu grupo. Disso já sabemos bem. Porém, é claro também que tal possibilidade jamais exclui a tamanha urgência e importância de que estes espaços sejam ocupados por uma gama cada vez maior de diversidade presente na dimensão decisória do que se planeja e espera para o espaço urbano, onde o gênero é apenas uma das peças de um quebra-cabeça enorme, que não apenas se conecta, mas que se intersecciona, e recai sobre o próprio direito à cidade em si.

Se a questão do gênero é apenas um dos caminhos, me proponho aqui a acrescentar, neste texto, a dimensão geracional, e abrir uma breve reflexão sobre tanto a participação das juventudes na produção do espaço urbano, como também as mobilidades urbanas de jovens mulheres, e como o transitar pela cidade é valioso para as juventudes, mas que – longe de qualquer determinismo - se constitui enquanto uma ação que não é/pode ser vivida de forma igualitária por todos, a depender muito dos marcadores sociais que os estruturam.

Como dito anteriormente, a importância do papel das mulheres no planejamento territorial e urbano é incompatível com o grau de sua presença nestes espaços de decisão (QUEIRÓS, 2020), somo a isso a ausência de outra importante camada social e de expressiva presença no espaço urbano, as juventudes. Se tampouco está presente a diversidade de gênero e raça no campo das tomadas de decisões sobre o pensar a cidade, este meio é também distante de qualquer pluralidade geracional, sendo predominantemente adulto.

As juventudes e essa cidade do “[...] lugar de experiência e de construção de identidades” (BERNARDI, 2012), que penso também mesclar materialidade e imaterialidade constantemente, em que

muito do espaço urbano contemporâneo exprime características percebidas em parte das juventudes. Um espaço cada dia mais fractal, fragmentado, em jovens com identidades cada dia mais complexas e também fragmentadas, por vezes contrapostas e de valores até mesmo antagônicos constituindo um mesmo sujeito (PAIS, 2017), que pode ser muitos.

São também os jovens que se destacam nas práticas urbanas contra hegemônicas e subversivas que, normalmente com seus pares, ousam ultrapassar limites espaciais que não foram pensados para eles a priori, ressignificando os espaços e afrontando lógicas homogêneas, especialmente nos espaços públicos, através da ação da apropriação, tão importante para os agrupamentos juvenis. Dessa forma, as experiências de cidade são vistas de modo a interseccionar fatores sociais que condicionam os trajetos, onde o gênero e a idade interferem nos espaços públicos (RODÓ-DE-ZÁRATE; BAYLINA, 2017), e nos caminhos e deambulações que serão traçados pelos sujeitos, no mover-se pela cidade.

Com isso em mente, a mobilidade, ou melhor, as mobilidade(s), configuram como apenas um dos tantos valiosos prismas para se olhar não só as desigualdades socioespaciais, mas poder oferecer alguma esperança de transformação, já que o caminho se faz caminhando. Sobre o tema, Jirón e Gómez escrevem:

La movilidad no es una práctica homogénea, no existe una movilidad sino múltiples movilidades, lo que implica que unos se mueven más que otros, de maneras distintas, y que esto responde a diversas variables sociales, culturales, económicas, entre otras. La movilidad es entonces una práctica social diferenciada, en la cual la estructura social juega un rol fundamental, tanto en términos prácticos como simbólicos (JIRÓN; GOMÉZ, 2018, p. 56)

A mobilidade tratada aqui é a mobilidade cotidiana, aquela que se faz pelos deslocamentos diários dos sujeitos, que se dão no tempo/espaço do cotidiano (LEGROUX, 2021). O tempo do cotidiano expressa sua relevância nos estudos das humanidades, apesar de aparentar ser o tempo da irrelevância e da monotonia, é

no cotidiano que vêm à tona tanto as opressões, quanto às resistências e lutas, por isso a magnitude de apreender o cotidiano como ele é, dinâmico e não monótono (PAIS, 2017).

Pois se então são heterogêneas e múltiplas, isto ocorre em parte porque sim, as mobilidades claramente são diferentes, mas também porque são desiguais, ou seja, o ponto de saída de determinados sujeitos, à qualidade desse caminhar e o destino final da rota não variam apenas pela diversidade social, mas pelas desigualdades socioespaciais. E mais, o que se passa nesse caminho, da menor escala até a geografia mais íntima, significa muito.

Isto posto, parto agora para a conversa a partir de alguns relatos feitos por jovens estudantes da E.E Fernando Costa acerca de seus deslocamentos na cidade, em que foi possível perceber um pouco da afetação do gênero em suas experiências enquanto jovens cidadinas, em suas andanças e trajetos urbanos. Os nomes usados serão fictícios, a fim de proteger a identidade das colaboradoras.

Mover-se com cuidado: os trajetos urbanos e a companhia do medo

Gabi: Eu tinha onze... é, dos onze até os quatorze anos. Eu tinha muito medo, porque uma vez um homem mexeu comigo no ponto, eu tinha muito medo, porque era escuro, era muito... e nenhum aluno pegava o ônibus lá, porque lá, naquele ponto, só passava Jandaia, que é o ônibus que eu pego, e os alunos não iam pra lá. Então eu fazia questão de ir até o Formosinho, que é uma escola longe, para poder pegar o ônibus no mesmo lugar que os alunos do Formosinho pegava, pra eu não ficar sozinha, eu tinha muito medo de ficar lá no ponto...

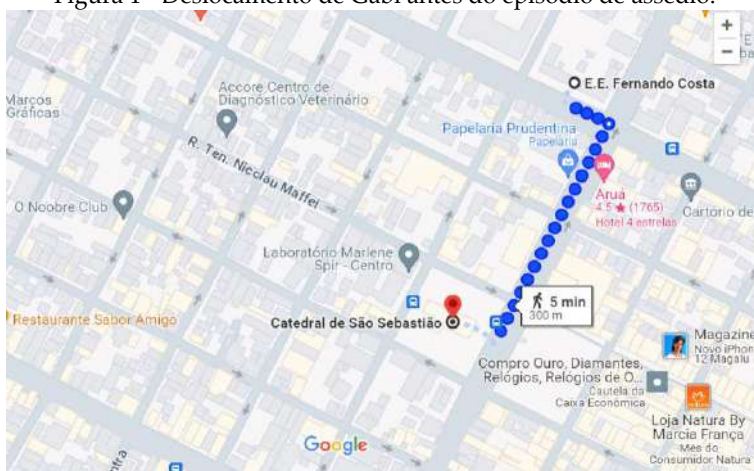
Este é o relato de Gabi, na época, com seus dezesseis anos de idade, cursando o segundo ano do ensino médio. Gabi não era moradora de Presidente Prudente, mas residia no município ao lado, Álvares Machado, portanto, praticamente todas suas atividades se davam na cidade de Presidente Prudente, dos estudos até o lazer. Pela distância entre o local de habitação e onde se desenrolam suas atividades diárias, o deslocamento a pé é longo, e

para chegar até sua casa existe apenas uma linha de transporte público, o que faz com que a outra alternativa seja carona ou *Uber*.

Algumas nuances chamam atenção neste relato de Gabi. A escola Fernando Costa é privilegiada em termos de proximidade a pontos de ônibus, por ser uma escola localizada no centro da cidade e que está a poucos minutos da praça central, onde está a maior quantidade de pontos de ônibus juntos. No entanto, para Gabi, essa proximidade privilegiada acompanha o não privilégio de ocupar um corpo vulnerável, e a jovem se desloca a pé até um ponto consideravelmente mais distante, onde o estar com outros possa oferecer alguma proteção.

Para representar melhor esta descrição, trago duas representações de trajetos. A primeira é o trajeto que Gabi realizaria para pegar o transporte na praça central, consideravelmente mais curto em tempo, enquanto o segundo é a mudança de rota feita pela estudante após sofrer um assédio, em que o tempo caminhando se estica, em detrimento da sensação de segurança.

Figura 1 - Deslocamento de Gabi antes do episódio de assédio.



Fonte: Gerado a partir da ferramenta Google Maps (autoria própria).

Figura 2 – Deslocamento de Gabi após episódio de assédio.



Fonte: Gerado a partir da ferramenta Google Maps (autoria própria).

Quando pergunto à Gabi se a alteração de trajeto teria sido recomendação de algum familiar, até por conta de sua tenra idade na época, a resposta que recebo é que não, que a tomada de decisão foi por conta própria, em um instinto de autoproteção. Nesse sentido, penso o caso da jovem como uma dupla vulnerabilidade. Sabemos que o assédio e violência estão longe de escolher idade ou espaço, porém a vulnerabilidade da infância e juventude se combina aqui à vulnerabilidade do gênero.

Nesse sentido, em uma cidade que prioriza o uso dos automóveis privados (DAL POZZO, 2011) em detrimento do transporte público, me coloco a refletir quais são os impactos na vida daqueles sujeitos que ainda não alcançaram a idade da CNH e tampouco possuem renda suficiente para o gasto constante com aplicativos de corrida, em uma fase da vida que as deambulações pela cidade ainda são importantes para constituição da própria identidade. Evidentemente, o pensamento percorre outro caminho quando falamos das jovens mulheres, em que o transporte público é também espaço de violência, e mesmo o acesso a Carteira Nacional de Habilitação, na vida adulta ainda constitui no Brasil (apesar do aumento nos últimos anos)

minoria em relação aos homens⁴, além, claro, da desigualdade de acesso entre as próprias mulheres.

É perceptível na fala das jovens participantes da pesquisa como o medo faz o caminho. Por vezes, ele chega antes do caminho em si, e se institui como um condutor. Na cabeça, um mapa mental dos pontos de segurança ou perigo, onde estar parada é um problema, mas o movimento sequer é sinônimo de seguridade. Maria, outra colaboradora da pesquisa, mesmo relatando nunca ter sofrido assédio, carrega consigo o medo de utilizar o aplicativo *Uber*:

Maria: Ah, tipo, nunca aconteceu de eu ser roubada ou assediada, ou qualquer coisa do tipo, graças a Deus, né? Mas em questão de segurança, eu tenho um pouco de medo de andar de Uber, mas tá tudo bem...

Maria: É, acho que é porque a gente é mulher, entendeu? (Maria sorri).

Estela, jovem estudante do primeiro ano do EM na época, ao ser indagada se sentia segura na cidade, responde que sim, mas não em todos os espaços, demonstrando as variações das experiências de gênero (e sem dúvidas, todos os outros marcadores interseccionados) no espaço/tempo.

Estela: Normalmente é quando, tipo assim, eu saía com meus amigos e eu ainda não tinha encontrado eles no lugar, por exemplo tipo fora do shopping, a gente marcava de se encontrar em tal lugar aí todo mundo ia pra lá, e às vezes quando eu ficava sozinha eu não me sentia segura de estar ali sozinha, porque eu não sabia o que poderia acontecer comigo.

O inesperado é parte constituidora do cotidiano. O não-saber, a imprevisibilidade, estruturam o próprio caminho e o sujeito que o faz. Todavia, o impremeditável, na fala de Estela, parece soar como algo já esperado que aconteça, que provoca a busca pelo agrupamento, com seus pares. Soa como uma imprevisibilidade previsível.

Para as juventudes, como já dito acima, o grupo constitui importante fonte de apropriação dos espaços e construção de

⁴ Ver <https://detran.pb.gov.br/noticias/detran-em-movimento-destaca-os-desafios-da-mulher-no-transito>

identidade, mas não só, o bando é também sinônimo de proteção. Assim como Gabi, Estela faz o movimento da busca por não estar sozinha, recorrendo tanto a seus iguais, quanto a espaços movimentados, que considero paradoxais, uma vez que não garantem por completo a não violência, reflexo de sua normalização social (vide os próprios transportes públicos), mas que ao mesmo tempo significam certo alívio, oferecido em parte pela vigia pública, que podem frear algum ato.

Considerações finais

Entendendo a cidade como o espaço-tempo que produz e reproduz as relações desiguais da sociedade (SPOSITO, 1993), é ela também o espaço-tempo de possíveis emancipações, de subversões à lógicas que imperam sobre os sujeitos, ora com uma sutileza que torna quase imperceptível, ora com a brutalidade que, por vezes, deixa marcas nos próprios corpos (e espaços) onde habitam as pessoas.

Muitos são os caminhos para ler as linguagens das cidades, escritas por seus tijolos e naquilo que não se vê, separar o que se difere daquilo que é desigual, o diverso do injusto, perceber que as pedras no caminho não são as mesmas para todos e que, apesar disso, os sujeitos parecem sempre encontrar uma fresta onde se estreitam, mas passam. Em especial as juventudes, que têm com a cidade uma relação de mútua e recíproca necessidade, e que sofrem nela dores desiguais.

Não é possível imaginar qualquer resquício de direito à cidade com a exclusão da participação de quem tanto nela pisa. É preciso pensar nas violências (diretas e indiretas) junto das resistências, até porque ambas possuem um trajeto, se espacializam. São, portanto, geográficas em sua essência. No presente texto, o enfoque dado foi nas mobilidades cotidianas de jovens mulheres cidadinas, mas são infinitos os horizontes e possibilidades para se acessar tanto o próprio tema das mobilidades urbanas, quanto o gênero e as juventudes em suas relações com o espaço. Portanto, que possamos continuar

caminhando, nos movendo na ciência geográfica, nos espaços privados e públicos, afinal de contas, o caminho se faz caminhando.

Referências

BAYLINA, M.; RODÓ-DE-ZÁRATE, M. Heteronormatividade y Poder Adulto: Visibilizando restricciones de acceso a la ciudad desde una perspectiva interseccional. *In: Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat y Alides Baptista Chimín Junior (Orgs.). Diálogos Ibero-Latino-Americanos Sobre Geografías Feministas e das Sexualidades*. 1a ed. Ponta Grossa: Toda, 2017. p. 45-66.

BUTLER, J. *Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. *In: LOURO, G. L (Org.). O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

COLETIVO ALEPH. Um olhar não heteronormativo sobre mobilidade e permanência em espaço urbano. *Fórum Sociológico (on-line)*, n. 36º, série II, p. 25-35, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologico/9036>.

FELIX DE SOUZA, A. Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos. *Geosp*, v. 26, n. 1, e-188940, abr. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/188940>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.188940>.

JIRÓN, P.; GÓMEZ, J. *Interdependencia, cuidado y género desde las estrategias de movilidad en la ciudad de Santiago*. *Tempo Social*, v. 30, n. 2, p. 55-72, 2018.

JOHNSTON, L.; LONGHURST, R.. A Geografia mais íntima: o corpo. *In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides (Orgs.). Corpos e Geografia: Expressões e Espaços Encarnados*. [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. Disponível em: <https://www.todapalavraeditora.com.br/store/corpos-geografia-expressoes-de-espacos-encarnados/>.

LEGROUX, J. **A triplicidade do espaço e das práticas cotidianas de mobilidade para o estudo de fragmentação socioespacial.** GEOGRAPHIA (UFF), v. 23, p. 1, 2021.

MASSEY, D. B. **Space, place and gender.** 6 ed. Minnesota: University of Minnesota Press Minneapolis, 2009.

PAIS, J. M.; LACERDA, M. P. C.; OLIVEIRA, V. H. N. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 64, p. 301-313, abr./jun. 2017

QUEIRÓS, M. Planear e ordenar o território com perspectiva de género: uma oportunidade para consagrar espaço à sombra? In: Santana Juarez et al. (orgs.) **Desafíos de la ordenación territorial, planeación integral y gobernanza en Iberoamérica en el siglo XXI.** México: Universidad Autónoma del Estado de México, 2020.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, jan. 1993.

Mobilidade urbana de mulheres periféricas: um olhar interseccional para os estudos urbanos e de gênero

Carolina Stoco Ferrari

Introdução

Ao observarmos o espaço urbano e suas dinâmicas, dentro de um modelo capitalista e neoliberal, nota-se que o acesso a cidade, não se dá de modo equalitário a todos os cidadãos, cada um tem, portanto, diferentes experiências e vivências dentro de uma mesma localidade. Dentro dessas dinâmicas, a mobilidade urbana, que está relacionada aos desafios e facilidades de se locomover dentro desses espaços, se faz um elemento importante para compreender a qualidade de vida dos sujeitos, pois, transitar dentro da cidade é um ato fundamental e que afeta diretamente o dia a dia dos mesmos.

Pode se inferir que a população periférica, é a que apresenta maiores dificuldades em relação à questão da mobilidade urbana, devido a diversos motivos. Um deles é oriundo do fato do Brasil ser um país, no qual o transporte individual é valorizado e priorizado, e o transporte público é cada vez menos eficaz e apresenta inúmeras falhas e desafios. Com isso, os sujeitos afastados dos centros, socialmente falando, periféricos, encontram-se diante de inúmeros desafios ao se locomover.

Vale pontuar, que existe uma população periférica, aqui no sentido espacial, que residem em condomínios fechados em sua maioria, e são de classe média/alta, que se locomovem com transporte individual, como os carros e motos, entretanto apresentam inúmeras diferenciações em suas mobilidades em comparação a população periférica socialmente falando. Quando se cita a população periférica durante esse capítulo, se refere a população periférica social.

Entretanto, pensar apenas nas questões de classe para ler os espaços urbanos e seus desdobramentos, se torna cada vez mais uma visão simplista, que ignora as outras faces dos sujeitos, levando a uma análise incompleta. Surgindo, portanto, a necessidade de analisar esses espaços sobre outros aspectos.

Portanto a interseccionalidade entra como ferramenta metodológica e analítica, que auxilia na ampliação do olhar para outras questões além da classe. A mesma é utilizada para compreender diferentes faces da opressão que podem se concentrar em um sujeito, e a partir disso investigar a sua realidade ao permear no espaço urbano.

A interseccionalidade considera, aspectos além da classe social, como a raça, cor, gênero, idade, religião, entre outros. Entende-se que a classe social é fundamental para a compreensão das dinâmicas urbanas, e não cabe aqui negar essa realidade. Todavia, é necessário compreender que diferentes características influenciam diretamente nessas questões, fazendo-se necessário estudá-las para compreender o todo.

Com isso, ao notar as intersecções, surge a necessidade de se analisar, que o gênero, e outras características, como raça, cor, sexualidade, interferem diretamente na mobilidade urbana. Ao olhar essas diferentes questões, pode-se afirmar, que as mulheres periféricas apresentam uma mobilidade mais dificultosa e desafiadora, em relação a outros grupos da sociedade.

As mesmas em sua maioria são levadas a utilizarem o transporte público, devido sua realidade, em um país, que como já mencionado, possui centralidade em transportes individuais, apresentando um transporte público muito dificultoso.

Além disso, o mesmo, acaba tendo como principal objetivo rotas casa-trabalho, ignorando outras funções que precisam ser realizadas, que sobrecaem, devido ao sistema patriarcal, sobre elas.

Os assédios, sejam físicos, morais, verbais, entre outras diversas questões que se desdobram desses fatores, como por exemplo, pedir para algum familiar, amigo, acompanhá-las, evitar se descolarem por determinadas rotas, ou determinados horários,

devido ao sentimento de insegurança, entre outros, também se fazem presente na mobilidade delas.

Além de que, a interseccionalidade, permite compreender que diferentes características, como a cor e raça, dessa determinada mulher, acrescentam mais uma camada de desafios em seus deslocamentos diários, como por exemplo ataques racistas, dificultando ainda mais a mobilidade, como é o caso das mulheres pretas em nosso país.

Mobilidade e o direito à cidade

O Brasil é, atualmente, um país urbanizado, considerando que mais de 80% da população se concentra em áreas urbanas (PNAD, IBGE, 2015). A dimensão continental do país e a combinação de diferentes formações socioespaciais, com redes urbanas das mais às menos densas, contribui para que os tipos urbanos apresentem particularidades e singularidades que convivem com um nível geral que nos permite compreendê-los como urbanos e identificar neles características e fenômenos comuns. Sem muita hesitação, pode-se compreender que a Cidade é um local no qual as dinâmicas do sistema capitalista, e suas conformações neoliberais, materializam-se e, conseqüentemente, modulam a vida urbana.

A produção social implica em que o espaço urbano se torne um campo de lutas (CORRÊA, 1993) no qual os direitos fundamentais tanto são requeridos, quanto negados. Assim, a produção social do espaço urbano mostra-se desigual e o uso e apropriação da cidade, como produto coletivo, é também desigual. Questiona-se, profundamente, se todos os cidadãos têm o mesmo acesso e utilização dos meios de consumo coletivo (infraestruturas, equipamentos e serviços) (LOJKINE, 1981), o que também deve influenciar sobremaneira as experiências urbanas (RIBEIRO, 2005).

Ao se analisar as diferenças nas condições de vida dos habitantes, elucida-se que o direito e o uso da cidade não se dão da mesma maneira, implicando em que se lute pelo Direito à Cidade (HARVEY, 2012) e, para além dele, se busque uma Justiça Espacial

(VAN DEN BRULE, 2020). Para as autoras Roberta Amanjás e Leticia Bacalli Klug:

O direito à cidade é um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, de que são titulares todos os habitantes da cidade, das gerações presentes e futuras. Direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis. A interpretação do direito à cidade deve ocorrer à luz da garantia e da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais reconhecidos internacionalmente a todos. O Estatuto da Cidade reforçou a importância dos planos diretores como principal instrumento de efetivação do direito à cidade e criou diversos institutos jurídicos e políticos, visando combater processos promotores das desigualdades urbanas, como parcelamento, edificação e utilização compulsórios (AMANAJÁS; KLUG, 2018, p. 21).

Os vários componentes dos meios de consumo coletivo e que envolvem questões como acesso à moradia, transportes públicos, serviços, tanto quanto ao lazer, combinam-se com a insegurança e violência, física e simbólica e submetem os sujeitos, em graus diferentes, à desigualdade social e à diferenciação socioespacial (SOUSA; WHITACKER, 2018). A isso somamos questões como raça, gênero, idade, religião, entre outros, que tornam a experiência urbana ainda mais distinta e implica em que a vida urbana seja vivenciada por determinados grupos de forma extremamente cruel e violenta, o que amplifica a injustiça.

Temos, assim, duas dimensões que se somam na experiência urbana e no direito à cidade e que são vividas pelos distintos sujeitos: a) aquelas que emanam de sua condição social (mais ou menos mensuráveis desde indicadores de desigualdade social) e de onde vivem na cidade e como se movimentam na cidade (avaliáveis desde a diferenciação socioespacial), e que conforma sua condição espacial; b) aquelas que emanam de sua condição de gênero, raça ou etnia, idade, religião, dentre outras, e que se relacionam à misoginia, ao machismo, à homofobia, ao racismo, ao etnocentrismo, ao etarismo e à intolerância religiosa. Estas duas dimensões podem ser combinadas na pesquisa urbana, já que são

sentidas, vividas e sobre elas os sujeitos podem refletir. Isso nos remete ao tema da interseccionalidade na pesquisa urbana, vamos nos dedicar no subitem seguinte.

O movimento é um elemento frequentemente associado à cidade, por isso ao pensarmos no direito à cidade a que cada cidadão tem direito, deve-se incluir a sua mobilidade urbana. Tal movimento, fluxos entre pontos e escalas, é percebido, desde a perspectiva dos sujeitos, por uma relação entre a mobilidade desses e a acessibilidade das áreas (MARES; WHITACKER, 2020; WHITACKER; SOUSA, 2014). Portanto, para se ter acesso pleno à cidade é necessário boas condições de deslocamento, de maneira que os cidadãos possam transitar de forma simples, ágil e segura por ela, o que lhes dá mobilidade. Para Mares e Whitacker (2020):

Tomamos os deslocamentos como elemento-chave, porque o movimento dessas pessoas na cidade indicaria os percursos realizados entre os espaços e, por conseguinte, entre as dimensões, do lazer, do trabalho e da moradia. A combinação desse movimento permite uma distinção importante na mobilidade, ao que chamaremos de “mobilidade ofertada” e “mobilidade efetiva”. A primeira estabelece-se pela avaliação dos meios de consumo coletivos postos à disposição do sujeito para que aconteça seu movimento pela estrutura da cidade. Associa-se diretamente à acessibilidade, a qual está atinente às áreas, não ao sujeito (Whitacker e Sousa, 2014). A segunda, a mobilidade efetiva, é aquela que mais poderia contribuir, de forma imediata, para a análise de processos extremos de diferenciação socioespacial, tal qual a fragmentação. Isso porque, neste último caso, avalia-se, efetivamente, como se desloca o cidadão: para quais áreas da cidade se dirige com distinção de um deslocamento imposto, aquele do trabalho, por exemplo, de um deslocamento possível, aquele do lazer [...]. Estabelece escolhas, em certa medida, influenciadas pelas condições de mobilidade, de acessibilidade, além daquelas ditadas pelo acesso *stricto sensu* a uma área: onde se pode entrar. Isso se traduzirá em onde se pode consumir, onde se pode ter lazer, decisões segmentadas pela renda e por motivações subjetivas de pertencimento ou acolhida (MARES; WHITACKER, 2020, p. 309-310).

A mobilidade urbana, muitas vezes, é vista de forma simplista, relacionada apenas a elementos como transporte, seja público ou privado, e ao trânsito, entretanto, apesar de tais pontos de fato

integrarem as questões de mobilidade, a mesma não se resume apenas a eles. Ela está relacionada aos níveis de facilidade de locomoção dentro de um determinado território, podendo promover atividades que sejam essenciais para a sobrevivência de um determinado indivíduo ou para o seu bem-estar. Com isso surgem questões como: iluminação, qualidade das vias, índices de violência, sentimento de insegurança, são elementos que devem ser considerados quando pensamos em mobilidade.

A mobilidade urbana, portanto, tem uma ligação direta com a qualidade de vida dos cidadãos, dentro do espaço urbano e ao seu acesso à cidade, visto como um direito comum a todos. Pode-se, assim, concluir, que ela é um elemento de grande importância quando se avalia o Direito à Cidade. Usar e desfrutar desse produto social, a Cidade, implica em compreender as distintas condições que conformam os sujeitos e influenciam suas experiências e práticas urbanas, quer seja, sua condição social, espacial e outras que os constituem como agentes.

Cada vez mais, o pensamento sobre o espaço urbano, como um espaço complexo e em constante transformação, é necessário para que isso se reflita em uma mobilidade urbana que leve mais equidade para seus cidadãos.

Albuquerque (2006) enxerga a mobilidade como uma experiência em si, tanto limitadora quanto constitutiva do sujeito urbano, contendo não só os percursos, mas a vivência dentro de tais percursos, e os custos de tal vivência, financeiro, temporal e psicológico, portanto outros elementos que também devem ser levados em consideração.

Pesquisa urbana e a Interseccionalidade

Segundo Silva (2022) a “narrativa da urbanização, ao olhar apenas para a segregação das classes sociais, se apresentaria como construção ideológica de uma classe trabalhadora ideal, homogênea e ausente de marcadores raciais.” Portanto, cada vez mais, o uso apenas da classe social como marcador de desigualdade

para ajudar na compreensão da produção da cidade, tal qual tradicionalmente realizado, mostra-se como insuficiente para compreender as complexidades postas nos espaços urbanos, na convivência de suas dinâmicas, formas, e seus aspectos sociais. Sendo necessário assim a análise de outros elementos e características, para atingir uma análise mais próxima da realidade possível, assim como já posto na introdução deste capítulo. Com isso, a interseccionalidade entra como uma ferramenta metodológica, mas não se limita apenas a isso, entra como uma forma de ver e analisar os fatos, dentro das análises urbanas.

O termo interseccionalidade surgiu no final dos anos 1980, pensado pela feminista negra, professora de direito, Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 1989). A autora começou a pesquisar e estudar tais questões, criando o conceito a partir de uma demanda que chegou até ela. Tal questão era um processo judicial, de uma mulher negra, que alegava sofrer discriminação ao buscar emprego em uma fábrica de automóveis americana, decidindo assim procurar a justiça para garantir seus direitos. Seu processo foi julgado e dividido de formas separadas, entre acusações de racismo contra a empresa e machismo.

Ao ser julgado o juiz teve a compreensão e constatação que o estabelecimento empregava homens negros, responsáveis por serviços braçais, e que também empregava mulheres, entretanto na sua quase totalidade brancas, para serviços de atendentes e secretarias, desqualificando assim as acusações de machismo e racismo que foram julgadas de formas separadas, chegando a um veredito contrário a vítima.

Foi a partir dessa questão que a autora começou a refletir sobre o encontro das diferentes características dos sujeitos, enxergando a intersecção do problema, iniciando, assim, os estudos, pesquisas e debates, acima daquilo que ela denominou de interseccionalidade. No qual, como no exemplo citado acima, fica evidente que há um encontro de diferentes características, que colocam tal sujeita em uma situação distinta, devido a união de sua cor e gênero.

Para Crenshaw (1989), a interseccionalidade, é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

O autor Cristiano Rodrigues (2013) comenta e concorda sobre o conceito formulado por Kimberley, dizendo que o mesmo, como foi formulado originalmente, permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser mulher, no qual não há reducionismo de um princípio unificador comum, mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva.

É de importância ressaltar que apesar do conceito interseccionalidade, foi dado nome por Kimberlé, muitas autoras já trabalhavam com tais ideias, sem nomeá-las em um conceito. No contexto brasileiro, pode-se citar a feminista negra, Lélia Gonzales, como uma das pioneiras das ideias da interseccionalidade no país. Suas obras defendiam que as intersecções entre o machismo e o racismo traziam especificidades únicas, levando a diferentes experiências sociais, resultando assim, em trabalhos únicos e pioneiros no país.

Em seu livro “Por um feminismo afro-latino-americano”, a autora traz fatos e reflexões sobre a posição da mulher negra na sociedade em sua época, no qual apresenta inúmeras semelhanças ainda, com a atualidade. Ela comenta:

Ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica,

ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar”. Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete) (GONZALES, 2020, p. 45-46).

Quando se pensa em movimentos sociais e suas lutas, a lente da interseccionalidade, irá, portanto, possibilitar compreender as questões agregadas e inseparáveis como, por exemplo, as experiências de distintas mulheres dentro de movimentos feministas, no quais implicam na compreensão das diferentes vivências e do próprio contexto histórico; pode-se citar como exemplo, além o trecho de Lélia Gonzales, a questão que ocorria nos anos de 1890, no qual, enquanto as mulheres brancas se uniam na Inglaterra no movimento sufragista, em busca dos direitos políticos femininos, muitas mulheres negras lutavam ainda pela própria liberdade, devido à escravidão que foram violentamente inseridas.

Outro exemplo é a própria constatação trazida por Davis (2016) de que o início do movimento feminista nos Estados Unidos foi, muitas vezes, racista, criando-se a imagem estereotipada do homem negro como abusador, violento, e principal, se não único, responsável pela violência que ocorria contra as mulheres; por isso

a importância da análise de vários aspectos distintos para a compreensão da realidade se faz necessário.

Portanto, quando se pensa em estudar e compreender os espaços urbanos, a interseccionalidade entra como uma forma de análise extremamente útil, já que une diferentes aspectos dos sujeitos, trazendo uma visão mais ampla daquele espaço, do seu processo de produção social e das formas de opressão que neles se desenvolvem.

A pesquisa de motivação interseccional traz, assim, a possibilidade de um novo olhar para os estudos urbanos, tornando-os mais ricos e próximos, de alguma maneira, da realidade, já que une e analisa diversas nuances da opressão dentro da sociedade e compreende que as desigualdades sociais são complexas e não dependem apenas de uma característica específica, fazendo com que o acesso à cidade por um determinado sujeito se dê por diversos fatores e por eles combinados entre si, seja o gênero, a sexualidade, a raça, a idade, a classe social, entre outros.

Assim, pode-se concluir que a interseccionalidade enriquece os estudos urbanos ao juntar diferentes facetas da opressão. Um exemplo dessa associação entre características que se combinam e caracterizam a urbanização brasileira é a questão da raça e da classe, pois, segundo o IBGE, nos 10% da população mais pobre do Brasil, 75% são pessoas pretas ou pardas, dado que evidencia como essas características se unem e se mostram indissociáveis no Brasil. Nas cidades brasileiras, uma terceira combinação é a de condição periférica dos mais pobres, pretos e pardos.

A população parda, preta e pobre, em sua maioria, vivenciará piores condições urbanas, ocupando trabalhos informais e/ou mal remunerados, habitando em bairros mais carentes de infraestrutura, saneamento básico e segurança; também apresentarão uma mobilidade urbana mais complexa, com dificuldades de locomoção, que gera dificuldade em acesso aos locais onde se encontram os equipamentos, serviços e postos de trabalho. Conseqüentemente, as distintas categorias que se combinam na análise interseccional devem ser avaliadas. Se à condição periférica se soma a condição de mulher

periférica e suas necessidades de mobilidade, revela-se um campo novo de investigação.

A mobilidade das mulheres periféricas

Vale iniciar este tópico, fazendo um adendo, de que, a mobilidade urbana não é una e isso tanto é uma questão tácita, quanto um desafio à pesquisa urbana, pois os distintos cidadãos a compreendem desde suas próprias experiências, e essas experiências são de difícil mensuração e avaliação.

Ainda que haja condições evidentes, a locomoção, por exemplo, de sujeitos de segmentos de renda mais baixa tende a ser mais árdua do que dos pertencentes a segmentos médios e altos, principalmente dentro de um país que ainda valoriza o transporte individual em detrimento do transporte público, que, na maioria das vezes, é precário.

A avaliação de condições distintas dos sujeitos é um campo de investigação de considerável complexidade, sobretudo, quando a preocupação é de se ler a mobilidade em um nível de determinação que não homogeneíza o que é, de fato, heterogêneo e que não chega ao nível das subjetividades individuais, em ramos de investigação que se aproxima da psicologia.

Esse nível intermediário de determinações é um nível de co-determinações, um campo interseccional, como exploramos em tópico anterior. Para mulheres e negros, por exemplo, as condições de mobilidade são e estão permeadas por dificuldades que se intensificam ainda mais devido às violências físicas, psicológicas e morais, dentre outras, que os mesmos encontram ao se locomover pela cidade, modificando, significativamente, a relação desses sujeitos com a cidade e com a vida em si.

As mulheres, sejam cisgênero ou transgênero, encaram diariamente uma condição de mobilidade extremamente mais complexa. Assim, a mobilidade ofertada, a mobilidade efetiva e as condições de mobilidade (MARES; WHITACKER, 2020) associam-se com particularidades à Mulher.

Santoro (2018) defende que há uma invisibilidade das mesmas no campo de planejamento urbano, não apenas no sentido profissional, de existirem poucas planejadoras urbanas, mas principalmente no sentido de a cidade não ser pensada e planejada para elas, no qual tem por direito ocupar tais espaços, e complementa:

[...] apesar de existirem alguns estudos nessa área desde os anos 1970, ainda é lenta a incorporação de enfoques específicos sobre gênero em pesquisas urbanas. Como consequência, tem-se a dificuldade de identificação de diferenças e especificidades nas maneiras como as mulheres utilizam o espaço urbano, bem como a falta de enfoques metodológicos que joguem luz sobre grupos sociais historicamente subrepresentados, tal como as mulheres. [...]O uso diferenciado também se expressa na maneira como circulam e se locomovem, estudada a partir das diferenças, tais como motivo e distância das viagens, modo de transporte e a tendência de realizar mais viagens em cadeia, e dentro dos bairros, do que viagens pendulares centro-periferia (SANTORO, 2018, p.57).

Albuquerque (2007) também defende que há uma invisibilidade de deslocamentos femininos em uma malha urbana que, via de regra, somente se foca no sentido casa-trabalho ignorando os significativos deslocamentos realizados para manutenção do lar e os deslocamentos referentes ao cuidado dos entes da família, ambos ainda relegados à mulher na dinâmica patriarcal que a insere como cuidadora primordial do lar.

Devido a essas jornadas, Pinto (2021) e Sampaio (2019), trazem a ideia de que as mulheres acabam se locomovendo mais dentro da cidade do que a população masculina, em razão de terem mais afazeres em seus cotidianos, compreendendo assim, portanto, que uma hora despendida no trânsito por uma mulher, por exemplo, não é a mesma hora gasta pelo homem, devido à diferença de quantidade de afazeres a serem realizados pelas mesmas durante o dia, seja levando os filhos à creche, ao médico, indo ao supermercado, ou realizando outras atividades que lhes são impostas socialmente.

Portanto há uma realidade, no qual, fica evidente que as mulheres têm de enfrentar duplas e triplas jornadas; o trabalho assalariado se tornou, nas últimas décadas, cada vez mais uma realidade na vida das mesmas que, ao passar dos anos, inseriram-se de maneira acentuada no mercado de trabalho.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 67,2% das mulheres brasileiras, entre 25 e 49 anos, que não apresentavam filhos com até três anos de idade, apresentavam emprego formal, enquanto, as que apresentavam crianças com até três anos de idade eram de 54,9%, demonstram a realidade, que apesar de que ainda menos que os homens, as mulheres vêm se inserindo no mercado de trabalho drasticamente. Outro dado, também do mesmo instituto, mostra que a proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada aumentou de 32,7% em 2000 para 39,8% em 2010.

Entretanto, devido ao sistema patriarcal que ainda é vigente em nossas sociedades, fez com que desde a época que as comunidades deixam de ser nômades e passam a ser sedentárias, fosse estabelecido que os cuidados da casa e dos filhos eram das mesmas, enquanto os homens saíam para caçar.

Essa realidade ainda permeia e é muito ativa em nossa sociedade, fazendo com que o trabalho oculto, dentro disso, entende-se cuidados com a casa, com a alimentação da família, com os filhos, com a saúde física e mental de todos, o planejamento e a organização de todas essas atividades, entre outros serviços que são postos de forma obrigatória e mascarado pelo dever, não apresentam, efetivamente, reconhecimento ou remuneração, sendo algo recorrente na vida de quase todas as mulheres.

Nesse sentido, os dados disponibilizados pela Fundação Seade, realizados na Pesquisa Cuidados no Domicílio, vão em direção a tais ideias, eles mostram que 90% das pessoas responsáveis por algum cuidado com outro indivíduo no âmbito familiar, sejam crianças, idosos, enfermos, deficientes, são as mulheres.

Ou seja, fica evidente, que a malha urbana ao se focar, majoritariamente, no sentido casa-trabalho, interfere diretamente

na mobilidade desse determinado grupo, o tornando mais dificultoso, e sobrecarregando as mesmas, que já realizam jornadas duplas e até mesmo triplas de trabalho, cuidando da casa, dos filhos, das necessidades da família, além do emprego formal.

Outras informações que transmitem tal ideia, de que as mulheres realizam essas diversas jornadas, é uma pesquisa realizada pela Rede Nossa São Paulo/Ipec, 2022, que mostram que durante o segundo ano de pandemia, 2021, a percepção de que os afazeres domésticos são divididos igualmente entre homens e mulheres diminuíram, aumentando a aqueles que acham que as mulheres são as responsáveis pela maior parte das tarefas domésticas. Segundo a IPEC o entendimento de que os serviços domésticos são divididos igualmente recua tanto entre homens, quanto mulheres, ainda que entre eles essa percepção siga mais alta.

Outro ponto que dificulta a mobilidade urbana feminina se dá em relação à segurança, por conta de serem vítimas diariamente de problemas de assédio, seja físico, moral, psicológico ou entre outros.

O sentimento de insegurança é a sensação que permeia, de modo geral, nos deslocamentos femininos, seja a pé, no transporte público, ou no privado, devido a questões relacionadas a misoginia e ao sexismo, conforme indicam diferentes pesquisas (ALBUQUERQUE, 2007; BENEDICTO, 2017; KAWANISHI, 2020; MELO, 2018; OLIVEIRA, 2019).

Mas o que seria o assédio? Segundo a cartilha desenvolvida pela organização Think Olga, junto ao ministério público, denominada “Chega de fiu fiu”, o assédio sexual é uma manifestação sensual ou sexual, alheia à vontade da pessoa a quem se dirige. Ou seja, abordagens grosseiras, ofensas e propostas inadequadas que constroem, humilham, amedrontam. É essencial que qualquer investida sexual tenha o consentimento da outra parte, o que não acontece quando uma mulher leva uma cantada.

Em 2013 foi lançada esta campanha, denominada “Chega de fiu fiu”, que tinha como objetivo lutar contra o assédio sexual em espaços públicos. Inicialmente foram divulgadas ilustrações sobre o tema, gerando grande movimentação e engajamento na internet,

resultando em um documentário, seguido por manifestações nas ruas, no qual nasceu um material vasto sobre casos de assédio e sentimento de insegurança das mulheres ao permeiam a cidade, como diversas pesquisas, informações, banco de dados e a cartilha citada acima.

Também foi criado o Mapa Chega de Fiu Fiu, que segundo o site da organização, é “[...] uma ferramenta para tornar as cidades mais seguras para as mulheres ao relacionar geograficamente os locais e motivos que aumentam a incidência de casos de assédio em determinadas áreas em busca de soluções que mudem essa realidade”.

Ela traz um ponto de extrema importância, quando pensamos na mobilidade dessas mulheres, que seriam a diferença entre uma cantada, uma paquera e um assédio sexual:

As cantadas ou os assédios físicos não são uma forma de conhecer pessoas para um relacionamento íntimo. Uma paquera acontece com consentimento de ambas as partes: é uma tentativa legítima de criar uma conexão com alguém que você conhece e estima. Por outro lado, o assédio nunca leva a uma intimidade maior. O sujeito que grita para uma mulher na rua de dentro do seu carro jamais quer ouvir a opinião da outra parte. Ele quer apenas se impor sobre ela. Quem confunde assédio sexual com paquera quer, na verdade, causar confusão justamente para poder continuar a fazer o que quiser sem dor na consciência. Paquera não causa medo e nem angústia. O mais importante é buscar o consentimento e aceitar “não” como resposta (CHEGA DE FIU FIU).

A cartilha também traz outras informações importantes, como a questão do vestuário da indivíduo não interferir nesses assédios, as consequências físicas e psicológicas que as mulheres têm de enfrentar após esse tipo de situação ocorrer, piorando casos como depressão, síndrome do pânico, ansiedade, entre outros transtornos, e causando medo ao se movimentar no espaço urbano.

A pesquisa citada acima, da IPEC, revelou que o transporte público é indicado por uma maior parcela das mulheres, pelo quarto ano consecutivo, como o local onde acreditam correr maior risco de assédio.

Outros materiais, que dialogam diretamente, disponibilizados no site Violência contra as mulheres em dados, apontaram que 97% das mulheres já foram vítimas de assédio em meios de transporte, 46% não se sentem confiantes para usar meios de transporte públicos sem sofrer assédio sexual e 71% conhecem alguma mulher que já sofreu assédio sexual em espaço público.

Também pode-se citar, uma pesquisa realizada, pela *Think Olga* em conjunto a *ASK-AR* e outras organizações, que através de formulários respondidos online obtiveram dados sobre a mobilidade urbana de mulheres, que segundo o próprio *website*, havia quinze perguntas fechadas e uma pergunta aberta que visavam mapear condições dos pontos de ônibus, as sensações experimentadas, bem como, situações de medo vividas neles. Esta amostra não é representativa da população, logo, a pesquisa e as conclusões apresentadas são válidas exclusivamente para esta amostra, mas servem de exemplo para refletir sobre a realidade.

Os resultados da mesma mostraram que o ponto de ônibus é o espaço que mais sentem medo, sendo que 76% das mulheres responderam que se sentem inseguras nesses locais, 68% se sentem inseguras nos trajetos até o ponto de ônibus e 70% acham a iluminação inadequada, tanto nos pontos de ônibus quanto nos trajetos, nos períodos noturnos.

A pesquisa revelou também que as mulheres desenvolvem, aquilo que denominaram “mapas mentais” para a segurança, no qual ao circular pelas ruas, elas precisam pensar nos trajetos mais seguros, mais iluminados, com maior circulação de pessoas, com menos terrenos baldios, além de pensar na roupa que vão sair de casa (THINK OLGA, 2013). Tudo isso exige um desgaste mental e emocional diariamente ao se deslocarem pelas cidades.

Benedicto (2017) defende que o direito à cidade deveria ser a garantia do espaço que permite às pessoas desfrutarem dos seus direitos humanos. Como é um direito coletivo deveria satisfazer a todas as necessidades dos cidadãos. A estrutura social patriarcal, a misoginia e o machismo fazem com que a mulher tenha os seus direitos a cidade limitados, tornando-a um privilégio de homens

que demarcam seu espaço em territórios públicos, como demonstra as denúncias, depoimentos, debates, críticas e notícias que circulam na web. Em suas conclusões finais, ela pontua que:

A mulher das classes sociais mais elitizadas muito pouco ou nada se utiliza dos espaços públicos ou da cidade, portando são menos vulneráveis ao assédio sexual, as cantadas ao “fiu fiu”. Porém, a mulher trabalhadora, negra, indígena precisar transitar por todos os espaços para cumprir a sua função social, ficando sujeita a todo tipo de constrangimento, assédio e violência sem ter a quem recorrer (BENEDICTO, 2017, p.10).

Em muitos casos, pode-se observar, que devido a esse sentimento de insegurança nos espaços públicos, as mulheres tomam diferentes medidas, em busca de se sentirem um pouco mais seguras.

Há, portanto, a alteração de caminho, optando por percursos mais longos e demorados muitas vezes, mais que sejam mais seguros, ou ao menos passem essa sensação, alargando ainda mais os percursos dessas mulheres, que já estão sobrecarregadas, como citados acima.

Também se observa, mudança de horários nos deslocamentos, quando possível, havendo uma preferência por evitar os períodos noturnos. Elas também muitas vezes optam por estarem acompanhadas, por alguém do sexo masculino, durante o trajeto ou um período dele, procuram ruas e locais mais iluminados, entre outras medidas que podem ser observadas nas mobilidades femininas em busca de um mínimo de sentimento de segurança.

Conclusão

Com isso podemos concluir que as mulheres, ainda inseridas num sistema patriarcal, cumprem com duplas e triplas jornadas de trabalho, fazendo com que suas mobilidades sejam prejudicadas e mais desgastantes, devido a forma que o sistema de transporte público atua no Brasil, visando trajetos casa-trabalho, que não são a maioria ou exclusivo percursos das mulheres

Além disso, o sentimento de medo e insegurança ao permear a cidade são extremamente presentes, devido às violências vividas, que além de terem que enfrentar esses assédios, contam com uma sociedade e um governo, que não as protegem e não dão a assistência necessária, pelo contrário, as culpam e as envergonham pelos ocorridos.

Fica evidente que todas as mulheres, de uma forma geral, apresentam desafios ao se locomover, entretanto, são mulheres periféricas, que apresentam condições socioeconômicas mais baixas, que mais sofrem em seus deslocamentos. Isso se dá, muito devido a necessidade que elas apresentam, em transitar através do transporte público e das vias públicas, que como visto, são os que apresentam maiores problemáticas atualmente no Brasil.

Portanto, pode-se confirmar, que surge um padrão nos deslocamentos das mulheres periféricas, no qual, suas mobilidades urbanas, são extremamente mais difíceis, perigosas e árduas. Revelando assim, que o machismo e o racismo estrutural de nossa sociedade, afetam em diversas questões da vida cotidiana dessas mulheres, interferindo em suas qualidades de vida.

Não apenas, devido às dificuldades oriundas de uma população que convive diretamente com essas mulheres, mas também de um governo e uma sociedade que invisibiliza as mesmas, e não pensa em medidas que facilitariam, ou ao menos atenderiam as necessidades dessas mulheres. Espaços que as mesmas têm por direito transitar de forma eficiente e segura.

A necessidade de ter um governo e um plano diretor, que pensem nessas questões e executem essas medidas, pensando em um grupo, que é mais que a maioria da população de um país, 51,1% em 2021 segundo o IBGE, já é uma realidade antiga, que ao não ser realizada, diminui e dificulta a qualidade de vida dessas mulheres, já que afetam seus deslocamentos dentro do espaço urbano. A falta de atitudes governamentais também implica nos casos de assédio, que dificilmente punem os agressores, e socialmente falando, não há repúdio ou reprovação em sua maioria, contra essas atitudes.

Referências

ALBUQUERQUE, M. I. B. O direito à cidade e a mobilidade de mulheres: as potencialidades e as críticas às políticas de transporte exclusivo. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 12, n. 29, p. 173-197, 2007.

AMANAJÁS, R.; KLUG, L. B. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana**. 2018.

BENEDICTO, E. A. F. A mulher e o direito a cidade: Assédio sexual x cantadas. **Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos, história e democracia**, v. 29, p. 1-11, 2017.

CORREA, R. L. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 01, p. 59-65, 2011.

CRENSHAW, K.; BONIS, O. **Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. *Cahiers du Genre*, v. 39, n. 2, p. 51-82, 2005.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

Defensoria Pública do Estado de São Paulo, **Think Olga**. VAMOS FALAR SOBRE: ASSÉDIO SEXUAL, Chega de Fiu Fiu. Disponível em: < https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinkOlga_Cartilha-Assedio.pdf>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38. Edição 2,2021. Disponível: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 17 de ago. de 2023.

Estatísticas de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país. Agência IBGE Notícias. 31 de out. de 2014. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14691-asi-estatisticas-de-genero-mostram-como-as-mulher>

es-vem-ganhando-espaco-na-realidade-socioeconomica-do-pais#:~: text=A%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulheres%20com ,%25%20para%2046%2C5%25.>. Acesso em: 17 de ago. de 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARES, R. M.; WHITACKER, A. M. Fragmentação socioespacial, mobilidade urbana e cotidiano na Bahia, Brasil. **Papeles de Coyuntura**, n. 46, p. 304-327, dez. de 2020.

Meu PONTO Seguro: como melhorar a vida das mulheres que caminham. **Think Olga**. Disponível em:< https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/11/MeuPONTOSeguro_ThinkOlga.pdf >. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

PINTO, B. B. **Violência de gênero e suas implicações na mobilidade urbana da mulher: análise da política pública do vagão feminino do Metrô Rio**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Administração Pública, 2021.

PNAD, IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. **IBGE Educa Jovens**. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html> >. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-12, 2013.

SAMPAIO, L. V. A. **Política pública de gênero e mobilidade urbana** – um estudo da utilização do vagão feminino no Metrô Rio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Administração Pública, 2019.

SANTORO, P. F.; HARKOT, M. K.; LEMOS, L. L. Como as mulheres de São Paulo usam a cidade? Uma análise a partir da mobilidade por bicicleta. **Dearq**, n. 23, p. 5663, 2018.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *In*: _____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SEADE CUIDADOS NO DOMICÍLIO. SEADE. São Paulo. Março, 2023. Disponível em: < <https://cuidadosnodomicilio.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2023/03/Seade-cuidados-domicilio-trabalho-cuidadosfamilia-majoritariamente-feminino-parental.pdf>>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

SILVA, E. A. Um passo além? O que a abordagem interseccional pode oferecer aos estudos urbanos. **Civitas-Revista De Ciências Sociais**, v. 21, p. 434-444. 2022.

VAN DEN BRULE, D, M. As diversas abordagens de justiça espacial na geografia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 2, p. 297-316, 2020.

Viver em São Paulo: mulheres (Rede Nossa São Paulo/Ipec, 2022). **Instituto Patrícia Galvão Dados e fontes**. São Paulo, 2022. Disponível em: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/97-das-mulheres-ja-foram-vitimas-de-assedio-em-meios-de-transporte/>>. Acesso em: 07 de ago. de 2023.

WHITACKER, A. M.; SOUSA, M. T. R. Mobilidade e acessibilidade às áreas de concentração de atividades de comércio e serviços: apontamentos metodológicos a partir de Presidente Prudente-SP. **13º Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Investidores sobre Globalização e Território**, Salvador, Brasil, 2014.

Afectividad espacial en la vivencia transfemenina en recintos carcelarios masculinos

Martin Torres

Introducción

Este artículo tiene por objetivo comprender como se constituye la afectividad espacial en la experiencia transfemenina posterior a las vivencias carcelarias en recintos masculinos en Chile. Entendiendo con ello como se componen las espacialidades tanto dentro de los espacios carcelarios masculinos, como también en los contextos previos al encarcelamiento, vale decir cómo se vincula con las ciudades chilenas donde fueron encarceladas.

De esta forma, este artículo nace de las reflexiones posteriores a la investigación realizada en la tesis de doctorado, que analizó las experiencias carcelarias de mujeres trans en recintos masculinos, de estas reflexiones emanan diferentes interrogantes e intenciones de continuar pesquisando las inequidades de género que aparecen al alero de esta tesis.

Para esta oportunidad fueron tomados en consideración confecciones realizadas por las mismas entrevistadas, las cuales fueron agregadas en los anexos de la tesis de doctorado; en dicha oportunidad no se presentó como una posibilidad pertinente el análisis de este material gráfico, debido a la imposibilidad de análisis en cuanto a dibujo o composición artística, sin embargo, la posibilidad de análisis como parte del texto, abre la oportunidad de obtener un material riquísimo de lo expresado como una afectividad espacial de las entrevistadas.

Según Hutta (2020), los espacios se cargan de sentimientos relacionados con las vivencias expuestas en el mismo. Estas espacialidades y su afectividad, pueden ser entendida como

afectividad positiva o negativa; Ahmed (2014) asegura que los espacios pueden contener afectividades de tristeza, amor, alegría y rabia, entre otras.

En relación con esto, se puede colocar de ante mano que las problemáticas encontradas en las cárceles masculinas chilenas, si bien atañen a la gran parte de la población penal, la comunidad trans ha sido afectada de manera histórica, estando en desmedro tanto dentro como fuera de la cárcel, generando un camino y una trayectoria de precariedad (BUTLER, 2017), lo que ocasiona un tránsito hacia el encarcelamiento (WACQUANT, 2001; 2004; y 2005).

Metodología

Este apartado tiene por objetivo dar a conocer la metodología que fue realizada para efectuar esta investigación y como nace el interés por dar valor a estas confecciones realizadas por las entrevistadas.

De la totalidad de 26 mujeres trans y travestis entrevistadas durante el periodo de la tesis de doctorado realizada en geografía en la Universidad Estadual de Ponta Grossa (UEPG), se toman para este artículo 7 confecciones realizadas por las entrevistadas de manera espontánea, las cuales presentan características interesantes para este artículo, como también una facilidad en la lectura del diseño. Las entrevistas fueron realizadas mediante la técnica de Snow Ball, lo cual se facilita dada la posibilidad del autor de tener material de primera fuente, al ser parte de la comunidad trans, otorgando un material inédito, otorgando un valor al conocimiento situado (ROSE, 1997).

Las entrevistas fueron analizadas mediante categorías discursivas basadas en la metodología de Bardin (1977), del análisis realizado durante la tesis de doctorado arrojó 3.538 evocaciones lingüísticas, las cuales fueron llevadas a 53 categorías discursivas, de estas 53 categorías, se hicieron dos grandes grupos, de los cuales para este artículo es relevante el grupo de 1.816 evocaciones lingüísticas alojadas en la categoría discursiva de *Vivencias*

cotidianas trans en la cárcel. Esta macro categoría contiene una subdivisión que es la finalmente es analizada en este artículo: *Creación de espacialidad afectiva en la cárcel*, la cual contiene 101 evocaciones lingüísticas expresadas por las entrevistadas.

Respecto a las confecciones realizadas de forma espontánea, tenemos que, dichas confecciones fueron realizadas durante la entrevista, a voluntad de algunas de la entrevistadas que se sintieron con la necesidad de exponer de forma gráfica lo que estaban contando en su relato. Esto es acogido en relación con lo expuesto como formas metodológicas no extractivistas, de corte feminista, en búsqueda de acoger y tomar en consideración los conocimientos situados de las entrevistadas (ROSE, 1997; HARAWAY, 1988).

Dichas confecciones son analizadas como parte del relato, como un texto desde una visión geográfica espacial basada en Duncan (1990) y desde el espacio relacional de Massey (2005). Entendiendo que estas confecciones son el resultado de la expresión afectiva de dicha espacialidad según lo expuesto por Hutta (2020).

Desarrollo de resultados

Esta sección está elaborada para presentar los hallazgos encontrados en las entrevistas, y como ello, contribuye a la reflexión de afectividad espacial expresada por las mujeres trans que han tenido vivencias carcelarias en recintos masculinos.

De esta forma se puede expresar que la trayectoria de precariedad según lo expuesto por Butler (2017), genera un camino cargado de inequidades, como también de muerte, según lo expuesto por organizaciones como RedLacTrans (2016, 2017, 2018 y 2019), albergando situaciones tanto de encarcelamiento como también de tortura, abuso y muerte, que generalmente quedan en la impunidad, lo cual se condice con Butler (2015), ante lo expuesto sobre cuáles son los cuerpos que merecen ser llorados socialmente y cuáles no.

Mediante esta teoría y lo manifestado por organizaciones como RedLacTrans, tenemos que lo expuesto en los hallazgos investigativos de este artículo, se relaciona con lo teórico, colocando en tensionamiento, como se manifiestan las afectividades espaciales para las mujeres trans, no solo dentro del espacio carcelario, sino que, durante el tiempo previo al encierro, narrando los motivos que las llevan a un presidio.

También se tensionará en el relato lo percibido como afectividad positiva y negativa. Respetando siempre el relato de las entrevistas y no el juicio valórico que se le puede otorgar a la narrativa por parte del autor.

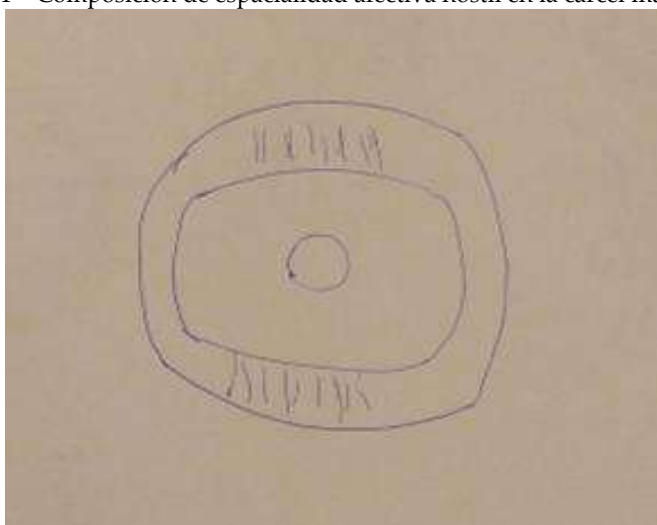
Con ello tenemos que las entrevistadas tuvieron dos categorías discursivas importantes a ser analizadas en la creación de espacialidad afectiva. La espacialidad negativa/hostil dentro de la cárcel, con un 57% de las evocaciones, y la espacialidad positiva/alegre/amor con un 43% de evocaciones.

Dentro de cada categoría tenemos que hay códigos que son importantes de ser expuestos. De esta forma tenemos que la categoría denominada: Espacialidad hostil carcelaria, tiene la siguiente composición: Celda de accidente cuerpos quemados con un 14% de las evocaciones ligísticas; Cuarto de castigo con un 27% de evocaciones; Baños y duchas con un 33% de evocaciones de las entrevistadas; Calabozo de comisaria con un 21% de las evocaciones; y el Patio de la cárcel con un 5% de las evocaciones.

Todas estas expresiones fueron mencionadas con la connotación negativa dentro de las entrevistas, y fueron algunas de ellas acompañadas con las confecciones que a continuación se presentan. Se presentan las confecciones con su descripción y acompañadas de los relatos en los cuales fueron elaborados los dibujos. Partiendo con los elementos de espacialidad afectiva entendida como hostil. Todas las Imágenes han sido extraídas de la tesis de doctorado "La experiencia de travestis y trans femeninas en la vivencia del espacio carcelario masculino en Santiago de Chile". Torres Martin, 2022. Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG- Paraná, Brasil.

1. Descripción de la confección (Galaxia del Girasol): El dibujo es parte del relato, sobre las espacialidades hostiles dentro de la cárcel masculina, tiene relación con el baño/ducha, respondiendo a la evocación lingüística de cuales son aquellos espacios vistos como hostiles. En esta narrativa, la participante comenta como el baño es a la misma vez ducha, y por ende hay que ducharse encima de las excreciones. La confección corresponde a una de las cárceles masculinas de la ciudad de Santiago.

Figura 1 – Composición de espacialidad afectiva hostil en la cárcel masculina.



Fuente: Elaboración Galaxia del Girasol.

Esta confección está acompañada del relato y/o extracto de la entrevista en el cual fue mencionado:

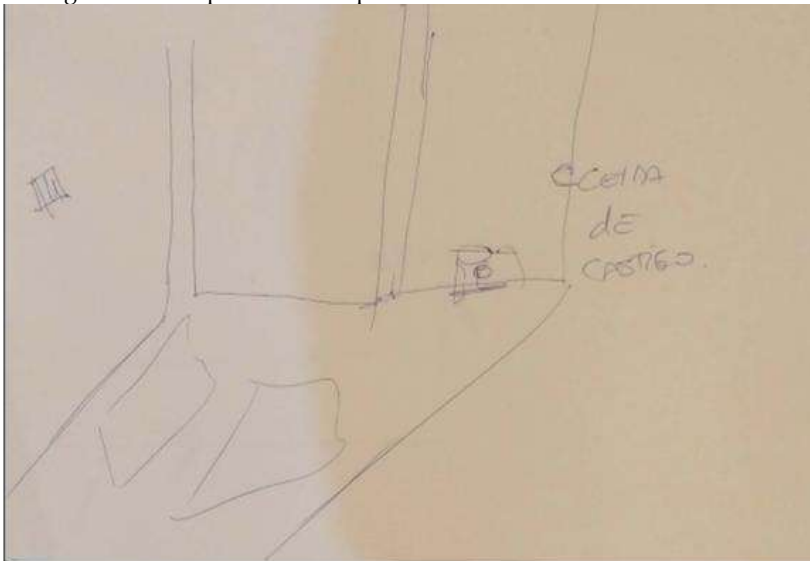
Mira, de lo que yo recuerdo, los alimentos, si estás dentro de la carreta, que es un grupo de gente que junta los alimentos que cocinan dentro de las mismas celdas. Y si no tienes que comer del rancho, que es lo más asqueroso que hay. Eso es una de las cosas, lo otro es que para bañarse recuerdo que había una cuestión donde caía el agua con un hoyo donde defecaban y se bañaban, era un hoyo donde te parabai y podiai defecar y te bañabas, era como una tina water. Y no tenía ni calefont en ese tiempo, yo nunca me fui a bañar, me lavaba nomás, porque me daba cosa.

Yo: ¿Hay algún lugar que recuerdes como el que más te impactó?

R: El baño, como te dije, que era una ducha con una cosa donde se pisaba en un hoyo donde tú te bañabas, defecabas y orinabas en cuclillas... Un baño insalubre, asqueroso. Galaxia del Girasol. Entrevista N° 11. Fecha: 09/06/2018. Hora: 22:45 pm. Lugar: Santiago de Chile.

2. Descripción de la confección (Galaxia de Leo): el dibujo es parte del relato, sobre las espacialidades hostiles dentro de la cárcel masculina, tiene relación con los cuartos de castigo, respondiendo a la evocación lingüística de cuales son aquellos espacios vistos como hostiles. En esta narrativa, la participante comenta como que el cuarto de castigo es una de las espacialidades más hostiles dentro de la espacialidad carcelaria. La confección corresponde a una de las cárceles masculinas de la ciudad de Valparaíso.

Figura 2 – Composición de espacialidad hostil en la cárcel masculina.



Fuente: Elaboración Galaxia de Leo.

Bajo este parámetro tenemos que el relato que se expone a continuación expresa de mejor forma la manera como este espacio se presente como un espacio de afectividad hostil, marcando el

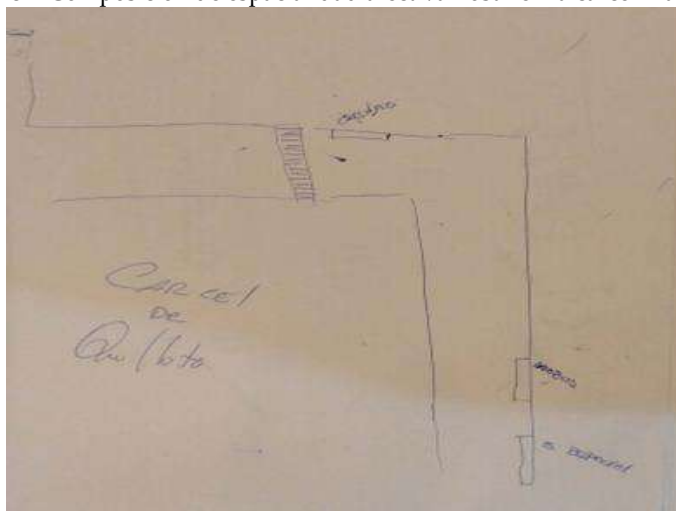
momento del encarcelamiento con este relato particular. La entrevistada lo expresa de la siguiente forma:

Lo que más me llamó la atención, mucho, mucho de la cárcel fueron los cuartos de castigo, yo nunca estuve ahí, pero si, por ejemplo, no sé po, aquí está donde entrái a la cárcel, hay un mesoncito y aquí el pasillo, una reja, -no soy experta pal dibujo- Aquí hay una reja que sigue el pasillo para allá, bueno, acá hay una puerta, acá hay una puerta donde están los castigos, hay los hombres, acá hay una puerta donde están las trans. Sesión especial, y al lado están los castigos. Ese pasillo, esos tres módulos son los que más se pueden unir porque la población penal está pal otro lado, no hay unión por ningún lado por esa wea, pero lo mozos son no se meten en problemas. Al lado. Aquí los problemas, aquí todos po, pero me llamó mucho la atención esta weá huele a mierda, ni un animal merecería estar ahí. Una wea que sí, eso fue una de las cosas que más me choqueo, así como el olor y así un cuarto chico de cemento, un pedazo de cemento pa que estis, una cama de cemento [...]. Galaxia de Leo. Entrevista N° 17. Fecha: 06/08/2018. Hora: 17:50 pm. Lugar: Valparaíso – Chile.

Posterior a ello, analizar que esto se condice con lo expuesto en Robles (2019), referente a como ciertas corporalidades viven al margen de las posibilidades humanas, acabando en estos relatos, a continuación, tenemos otro relato sobre los cuartos de castigos.

3. Descripción de la confección (Galaxia Gran Nube de Magallanes): el dibujo es parte del relato, sobre las espacialidades hostiles dentro de la cárcel masculina, tiene relación con los cuartos de castigo, respondiendo a la evocación lingüística de cuales son aquellos espacios vistos como hostiles. En esta narrativa, la participante comenta como que el cuarto de castigo es una de las espacialidades más hostiles dentro de la espacialidad carcelaria. La confección corresponde a una de las cárceles masculinas de la ciudad de Valparaíso (específicamente de Quillota).

Figura 3 – Composición de espacialidad afectiva hostil en la cárcel masculina.



Fuente: Elaboración Galaxia Gran Nube de Magallanes.

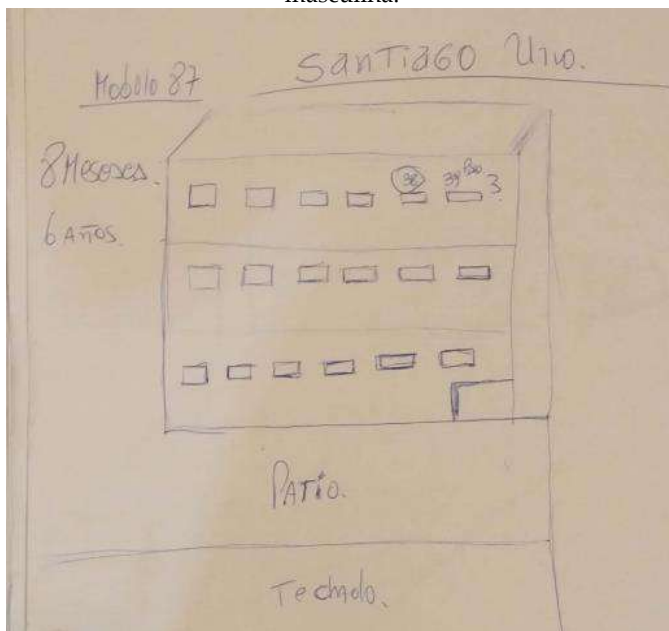
En relación con la categoría de espacialidades positivas, tenemos que según Hutta (2020), esta reflexión y tensionamiento, es extremadamente rica para el análisis de género en la geografía, y las espacialidades de los afectos, ya que posiciona el sentir de las entrevistadas por sobre los conceptos valóricos del autor.

En este sentido, tenemos que la categoría discursiva de espacialidades positivas carcelarias posee los siguientes conceptos y porcentajes; Enfermería 9% de evocaciones lingüísticas; Pieza con un 26% de evocaciones de las entrevistadas; Patio de mascotas con un 7% de evocaciones; Modulo o pasillo trans con un 39% de evocaciones lingüísticas positivas; y Patio de visitas con un 19% de las evocaciones mencionadas por las entrevistadas.

Con ello, tenemos que las confecciones realizadas de manera espontánea por las entrevistadas dan luces de como la afectividad espacial influye en sus decisiones y la experiencia vivenciada en los recintos carcelarios masculinos, para ello, es importante incorporar tanto los diseños como los relatos que acompañaron dichos dibujos, se presenta la descripción y relato en palabras de ellas sobre las espacialidades positivas:

4. Descripción de la confección (Galaxia Centaurus): el dibujo es parte del relato, sobre las espacialidades afectivas dentro de la cárcel masculina, tiene relación la percepción de seguridad y cariño dentro del módulo trans, y específicamente en el cuarto, visto como una espacialidad propia, en donde según la participante, consideraba que esa pieza tenía parte de su vida. En esta narrativa, la participante comenta que la habitan otorgada, y el módulo trans son espacios que recuerda con cariño dentro de la cárcel. La confección corresponde a una de las cárceles masculinas de la ciudad de Santiago.

Figura 4 – Composición de espacialidad afectiva alegría/amor en la cárcel masculina.



Fuente: Elaboración Galaxia Centaurus.

[...] Ahí en el tercer piso, yo vivía, ahí vivía yo en el tercer piso, aquí vivía yo en la última pieza que sería esta (me muestra dibujo) la pieza 39. Para mí ahí, la pieza 39 sería muy significativo, porque tengo muchos recuerdos, escribía en la pared, cosas bonitas, dibujos, mi marido me dejó unos recuerdos, era donde yo pase los momentos, y nunca me salí de ahí. Y mi amiga vivía aquí al lado en la pieza 38, que estaba al lado mío. Entonces ella como trabajaba abajo con los guardias, trabajaba abajo,

cualquier cosa me pasaba comida, jalea, todas esas cosas que a ella le regalaban. Hay un circuito de amistad, porque al final igual el cola estuvo conmigo presa, pero yo con ella me porte regio en la calle [...]. Galaxia Centaurus. Entrevista N° 6. Fecha: 05/04/2018. Hora: 21:05 pm. Santiago de Chile.

En relación con esas afectividades espaciales, se puede construir la idea de pequeñas subversiones en el espacio, consecuentes con las formas de micro espacialidades sentidas como propias. En efecto uno de los hallazgos encontrados en la tesis de doctorado, emanan situaciones en las cuales las entrevistadas expresan que el espacio carcelario acabó siendo su hogar, como también el espacio de la calle, especialmente en horario nocturno, acabó siendo su espacio de ocio, amistad y hogar (TORRES, 2022).

Se presenta la siguiente imagen con una concepción positiva del espacio carcelario:

5. Descripción de la confección (Galaxia del Cigarro): el dibujo es parte del relato, sobre las espacialidades afectivas dentro de la cárcel masculina, tiene relación la percepción de afecto, y alegría dentro del espacio del patio de visitas. En esta narrativa, la participante comenta que el patio de visitas se presta para un reencuentro con el amor, con su familia, amistades que le llevan cosas, estas cosas la ayudan a poder mantenerse dentro del espacio carcelario, por ende, el patio de vistas cumple, la visión de espacialidad y creación de lugar afectivo, tanto por los psicosocial afectivo, como también por la sensación de alegría en la mantención de la identidad dentro de la cárcel. La confección corresponde a una de las cárceles masculinas de la ciudad de Valparaíso.

Figura 5 – Composición de espacialidad afectiva alegría/amor en la cárcel masculina.



Fuente: Elaboración Galaxia Centaurus.

En el relato de la entrevista, lo expresa de la siguiente forma:

A salir al patio, a compartir, a todas esas cosas. Prefería pasar en cómo la carreta donde convivimos las personas precisas, nosotras no más ahí no más salía al patio, esas cosas. En el patio, o como se llamaba el este, en el gimnasio, me gustaban esas visitas, porque podía ver a mi pareja, estar con él, aunque sea un momento, entonces igual para mí era como importante ese este, ese lugar, porque me hacía sentir diferente. Galaxia del Cigarro. Entrevista N° 18. Fecha: 06/08/2018. Hora: 18:30 pm. Lugar: Valparaíso – Chile.

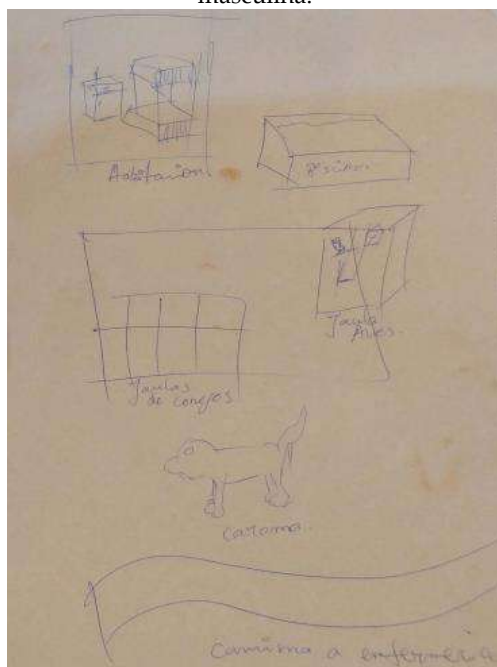
Siguiendo esas expresiones, otra entrevistada plantea como espacialidad afectiva positiva el patio de animales dedicado al módulo trans dentro de la cárcel, este patio de animales es exclusivo solo para este módulo de chicas trans. Se presenta la descripción de la imagen y el relato posteriormente.

6. Descripción de la confección (Galaxia Dwingeloo): el dibujo es parte del relato, sobre las espacialidades afectivas dentro de la cárcel masculina, tiene relación la percepción de seguridad y cariño dentro del módulo trans, en este caso, la participante comenta como parte de la narrativa, que extraña el espacio en la

cárcel, ya que ahí tenía animales, con los cuales creo una gran afectividad, entre ellos comenta, la jaula de las catas, y otros pájaros, la jaula de los conejos, y en especial, su perro, el cual comenta extrañar, y que incluso a veces piensa en que volver a la cárcel sería una buena opción. La confección corresponde a una de las cárceles masculinas de la ciudad de Santiago.

Mis lugares más significativos eran mi pieza y el patio de los animales, la jaula de las catas, y mi perrito. Y también el camino a la enfermería, porque es el lugar en donde se presta para el romance, y te dan regalos los demás presos, los hombres trabajan ahí para tener sus cosas, por eso tienen para darte. Galaxia Dwingeloo. Entrevista N° 8. Fecha: 22/04/2018. Hora: 22:30. Lugar: Santiago de Chile.

Figura 6 – Composición de espacialidad afectiva alegría/amor en la cárcel masculina.



Fuente: Elaboración Galaxia Dwingeloo.

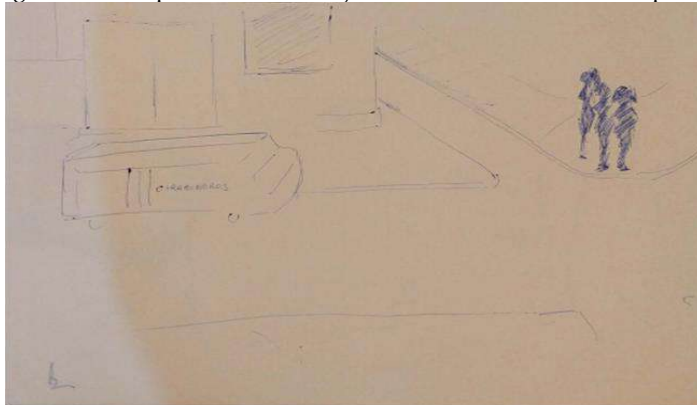
Las construcciones positivas de afectividad espacial se relacionan con poder gestionar la espacialidad desde un punto de vista con micro subversiones en el espacio, atendiendo a la forma

de generar hogar dentro de la cárcel, pero también desde la camaradería.

Posteriormente se presenta el relato de una de las entrevistadas de cómo se vive el proceso de encarcelamiento, el cual lo plantea de una forma mixta, tanto positiva como negativa, atendiendo a que existen formas de pasarlo bien incluso en esos momentos, se presenta la última confesión de este artículo y su relato correspondiente.

7. Descripción de la confección (Galaxia de los Ojos): el dibujo es parte del relato, sobre cómo fue encarcelada, y las técnicas de mantenimiento de la feminidad, en relación con como la espacialidad de la calle, y en específico el trabajo sexual, son parte fundamental de la construcción tanto social como propia de la imagen corporal trans y la trayectoria hacia la cárcel. Además, el dibujo, relata la situación del trabajo en la calle, con otras compañeras, y como elaboraban técnicas con la policía, tanto para evadirla, como también para no ser violentadas, la cual ronda habitualmente por las calles en donde trabajan. La confección corresponde a la calle comercial, de la ciudad de Concepción - Chile; en donde fue detenida en diversas ocasiones la compositora de la confección.

Figura 7 – Composición del trabajo sexual en la calle de Concepción.



Fuente: Elaboración Galaxia de los Ojos.

Como yo vivía en el mismo barrio, o sea vivía como a mitad de cuadra y caminaba a la esquina y ahí trabajaba, todas las chiquillas éramos del barrio, entonces cuando se veían los pacos, era como -ya esta noche no vamos a trabajar- lo tenía como claro, porque no podía ir a pararte a la esquina si te iban a llevarte al tiro, entonces como que jugábamos al policía y al ladrón... claro una wea así, era más como un webeo porque a los pacos no, cuando lo teníamos al frente no le decíamos nada, para que no nos webiara, pero cuando nos subían a esa wea, a esa micro, pa que nos llevaran, más encima, hacían como el atao, porque no sé, nosotras trabajábamos, a la comisaría, puta no sé, en auto serían como 3 minutos, una wea así, pero los weones de puro mala onda, para webiarnos, nos daban como vuelta y hartas vueltas así como, no sé con qué motivación, no se... y eso po, pa wear no más. En ese entonces como que nos pillaban, de hecho, nos escondíamos en edificio, en varias partes, entonces cuando nos pillaban, ya nosotras no oponíamos resistencia sino que ya íbamos, webiando al paco, la cabra le agarran la pichula, no se po, puras weas así, lo agarraban como pal leseo, a la que nos subían, esperábamos que agarraran a las de allá, a las de allá, y cuando ya los pacos se resignaban, ya nos llevaban a todas juntas, y después cuando nos soltaban no nos venían a dejar, nos dejaban allá no más y ahí veíamos nosotras como nos veníamos... nos veníamos a pata. Galaxia de los Ojos. Entrevista N° 10. Fecha: 08/06/2018. Hora: 20:15 pm. Lugar: Santiago de Chile.

De esta forma, se da respuesta a las formas de espacialidad vivenciadas con una afectividad positiva en las experiencias de mujeres trans en recintos de encarcelamiento masculino.

Consideraciones finales

En relación con lo expuesto se puede determinar que la espacialidad carcelaria, y el proceso de encarcelamiento en la experiencia transfemenina de las entrevistadas, se vincula tanto desde los afectos positivos como los negativos, colocando en evidencia, no que la hipótesis de la cárcel como un espacio vinculado al poder y la hostilidad (FOUCAULT, 2003) no sean reales, sino que, dejando en evidencia que los espacios al exterior de la cárcel también están cargado de desmedro y hostilidad para las corporalidad transfemeninas.

Esto queda en evidencia ante relatos de conformación de amistad, hogar, amor, y camaradería que se vinculan en espacio carcelario. Colocando también la fricción y tensionamiento

respecto a la posibilidad de habitar un cuerpo femenino en un espacio masculino.

Mediante los hallazgos expuestos en este artículo se logró dar respuesta al objetivo principal de la investigación, que es comprender como se constituyen las experiencias afectivas espaciales en la vivencia transfemenina en los recintos de encarcelamiento masculino.

Otorgando de este modo, material inédito al respecto que abre puertas a la investigación geográfica de las afectividades en el espacio, y la experiencia vivencial en el mismo.

Se espera además que esta investigación y el material aquí expuesto pueda dar luces no solo metodológicas investigativas, sino que también desde un punto de vista de los derechos humanos de las personas trans.

Referências

AHMED, S. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh University Press Ltd. The Tun – Holyrood Road. 12 (2f) Jackson's Entry. Edinburgh EH8 8PJ. Segunda Edición. p. 265. 2014.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. Edições 70: Lisboa – Portugal, 1977.

BUTLER, J. **Cuerpos Aliados y Lucha Política: Hacia una Teoría Performativa de la Asamblea**. Barcelona - España. Editorial Paidós. Edición 2017.

BUTLER, J. **Marcos de Guerra**. Las Vidas Lloradas. Barcelona - España. Editorial Paidós. Edición 2015.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión**. Buenos Aires – Argentina: Editorial siglo XXI, 2003.

HARAWAY. D. J. **Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinvención de la naturaleza**. Impreso en Graficas Rógar S.A. Madrid – España. 1988.

HECKATHORN, D. D. Snowball versus Respondent–Driven Sampling. **Social Methodol**, v. 41, n. 1, p. 355 – 366, 2011.

HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 42, p. 63-89, 2020.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro– Brasil: Editorial Bertrand, 2005.

NADERIFAR, M; GOLI, H; GHALJAIE, F. Snowball sampling: A purposeful method of sampling in qualitative research. **Strides in development of medical education**, v. 14, n. 3, 2017.

NASH. C. Trans geographies, embodiment and experience. *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, v. 17, n 5, p. 579 – 595, 2013.

NOY, C. Sampling knowledge: The hermeneutics of snowball sampling in qualitative research. **International Journal of social research methodology**, v. 11, n. 4, p. 327-344, 2008.

REDLACTRANS;A. J. **Basta de Genocidio Trans**: Informe 2018 Chile. CEDOSTALC – Centro de Documentación y Situación Trans de América Latina y el Caribe. 2018.

REDLACTRANS; A. J. **Esperando la Muerte**: Informe 2016-2017 Chile. CEDOSTALC – Centro de Documentación y Situación Trans de América Latina y el Caribe. 2017.

REDLACTRANS & A. J. **Guía de Recomendaciones sobre Atención Integral de la Salud de las Mujeres Trans en Latinoamérica y el Caribe**. El Fondo Mundial. 2019.

ROBLES, V. H. **Más Allá del Margen**: Memorias de Mujeres Trabajadoras Sexuales en Chile. Santiago de Chile. Editorial LOM, Ejecución de: Fundación Margen & RedTraSex Latinoamericana y el Caribe, con apoyo de financiero de Promoción de la Mujer Gobierno Regional Metropolitano de Santiago de Chile. 2019.

ROSE, G. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in human geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

TORRES, M. **Vivencias de sujetos en procesos transexualizadores y sus relaciones con el espacio urbano de Santiago de Chile**. 2012. Tesis (Magister), Universidade Estadual de São Paulo, Unesp, Presidente Prudente– SP. 2012.

WACQUANT, L. **Las Cárceles de la miseria**. Buenos Aires – Argentina. 2º edición. Editorial Manantial; 2004.

WACQUANT, L. **Os Condenados da Cidade**: Estudos sobre Marginalidade Avançada. Rio de Janeiro – Brasil. Editorial Revan, FASE 2º edição 2005.

WACQUANT, L. **Parias Urbanos**: Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio. Buenos Aires- Argentina. Editorial Manantial, p. 165-187. 2001.

Arquitetura itinerante: a mulher e a autoconstrução¹

Tiyemi Miyoshi Bianchi

Introdução

A moradia é tida como direito social previsto na Constituição Federal (BRASIL, cap. 2 art. 6) com o intuito de garantir condições mínimas de dignidade aos cidadãos. Habitações podem ser planejadas por profissionais como arquitetos e engenheiros, que garantirão o uso de técnicas adequadas para que se tenha um gasto equivalente com o que será produzido. Além disso, as construções pensadas por esses profissionais são adequadas às necessidades de seus moradores, garantindo que o espaço seja confortável e os ambientes bem qualificados.

No entanto, sabemos que esse processo produtivo nem sempre é acompanhado por um especialista da área, devido ao custo do projeto, dificuldade de entendimento dos processos projetuais e desconhecimento da atuação desses profissionais. A partir desses levantamentos sobre as dificuldades de acesso à arquitetura, este trabalho tem como objetivo questionar práticas convencionais do campo arquitetônico e seu alcance, pois, dificilmente chegam ao público de demandas populares.

Nos bairros periféricos a prática comumente adotada para a produção de habitação é a autoconstrução, ou seja, os moradores resolvem seus problemas de moradia por si mesmos, baseando-se em um conhecimento popular que é repassado para os mais próximos.

[...] a população sempre autoproduziu seus empreendimentos habitacionais sem a ajuda de arquitetos e, por outro lado, os próprios arquitetos têm e até

¹ *Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2018).*

alimentam a imagem do profissional elitizado, que se ocupa, sobretudo, de demandas grandiosas. A maior parte das pessoas nunca contratou serviços de arquitetos, julga não poder pagar por eles e não sabe em que consistem ou porque seriam úteis (NOGUEIRA, 2010, p. 30).

As habitações, de maneira geral, têm por finalidade atender as necessidades de seus moradores. Elegemos para esse trabalho a temática de gênero com recorte para o papel das mulheres em suas residências, uma vez que elas veem nas suas casas uma relação não mercantil, mas sim um espaço para atividades cotidianas.

Os conteúdos trabalhados para embasamento do projeto, estão relacionados com o alcance da produção da arquitetura àqueles que não tem acesso à maneira como ela é estudada e reproduzida pela Academia, ou seja, como um produto final de qualidade e que atenda às necessidades do usuário do espaço.

O intuito do trabalho é oferecer um projeto pensado para a articulação, principalmente das mulheres das comunidades, oferecendo serviços que possam proporcionar a elas maior autonomia, de modo que se sintam seguras para planejar, construir ou fazer pequenas reformas em seus lares sem ter tanta dependência de uma figura masculina.

Dessa forma, o resultado esperado é a incorporação de suas identidades à construção e ao mesmo tempo desenvolver o sentimento de empoderamento, no sentido designado por Paulo Freire (ser agente ativo para gerar mudanças), com o objetivo de “fortalecer a autoestima e a capacidade de adaptação ao meio e propagar mecanismos de autoajuda e de solidariedade”.

A autoconstrução

Nas periferias das cidades, onde estão localizadas a maior parte das classes socioeconômicas menos favorecidas, as tipologias habitacionais são edificadas sem nenhum acompanhamento técnico. “O trabalho de arquitetos junto àqueles que moram na periferia ainda é escasso, mesmo sendo o local onde se encontra a maior demanda por melhorias habitacionais” (MENDONÇA, 2014, p. 6).

As demandas consideradas populares atendem a um tipo específico de público, que pode assim ser caracterizado levando em consideração dois fatores: recursos econômicos e não econômicos. A renda mensal familiar e a disponibilidade de outros recursos a serem investidos na construção ou na reforma de edificações residenciais ou não residenciais, está relacionado com o primeiro tipo de fator, o econômico.

Já o termo popular no sentido não econômico pode ser associado à cultura, ou seja, aqueles que têm um acesso falho aos meios de cultura, o que pode levá-los à dominação por manipulação feita por aqueles que têm acesso a conceitos, regras, e símbolos, por exemplo.

Quando as pessoas precisam solucionar questões construtivas, geralmente recorrem aos pedreiros, quase nunca procuram os engenheiros e os arquitetos. Isso ocorre porque esses profissionais da construção civil não costumam oferecer soluções rápidas e imediatas, e muitas vezes parecem não produzir “padrões construtivos com os quais têm familiaridade” (NOGUEIRA, 2010, p. 19). Além disso, arquitetos e engenheiros oferecem um serviço que é visto como imutável e fechado, em que todas as decisões são tomadas no início do projeto. Na autoprodução², os projetos acontecem num processo aberto e variável ao longo do processo construtivo da obra, podendo ser alterado ou interrompido a qualquer momento de acordo com a vontade e disponibilidade financeira do construtor.

Esse processo de construção por autoprodução não está baseado nas relações de compra e venda da força de trabalho, mas é apenas uma forma dessa classe trabalhadora resolver o seu problema da habitação. É frequente que eles trabalhem nos finais

² Autoprodução é o processo em que o próprio morador da residência gera e toma as decisões da construção, porém não participa do processo construtivo, podendo contratar terceiros para o trabalho. Já o processo de autoconstrução está relacionado com a participação direta no trabalho de construção. Há também autoconstrução sem autoprodução; por exemplo, em mutirões que podem ser geridos pelo poder público.

de semana e nas horas de folga para construir suas próprias casas. Nesses casos, esse processo de construção é um trabalho coletivo e colaborativo, pois os moradores costumam contar com a ajuda de familiares, amigos e até mesmo vizinhos na produção da habitação (MARICATO, 1982, p. 75).

A arquitetura e a autoprodução

A autoprodução de moradias pode estar vinculada a programas públicos de habitação, “[...] a prática arquitetônica voltada para demandas populares ainda está em grande parte vinculada a instituições [...]” (MENDONÇA, 2014, p. 16) sejam elas da administração pública, organizações sindicais ou associações sem fins lucrativos. Isso pode ser percebido devido a existência de programas como Minha Casa Minha Vida Entidades³, financiamentos de crédito para construir e a criação da Lei de Assistência Técnica⁴.

[...] assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (BRASIL, 2008, Lei de Assistência Técnica, Art. 1).

A atuação do arquiteto nesse campo pode ser feita de duas formas: pesquisa e assistência. No primeiro caso, a pesquisa está vinculada com maneiras de melhorar especificidades do processo construtivo, como por exemplo, estudar novos materiais que

³ Programa criado em 2009 com o objetivo de tornar a habitação mais acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. Fonte: <https://goo.gl/vxJK8e>

⁴ A Lei 11.888/2008 de Assistência Técnica assegura às famílias de baixa renda uma assistência pública e gratuita da obra desde o projeto à construção da habitação.

possam tornar o custo final da edificação mais barato e que tenham uma qualidade desejável. Já em relação à assistência técnica, visa atender essas demandas auxiliando no processo construtivo para que seja feito de maneira correta sem perda de materiais ou seu uso excessivo.

As barreiras para pessoas de baixo poder aquisitivo contratar um arquiteto

A realização de projetos para uma classe popular não é comum, pois “A prática arquitetônica usual se mostra ineficiente para atender essas demandas principalmente em virtude do afastamento social existente entre clientes populares e arquitetos” (NOGUEIRA, 2010, p. 7).

No campo da arquitetura há uma tendência de valorização de um conjunto de capitais simbólicos produzidos e julgados pelos seus membros, que coincidem com os que são valorizados pelas classes dominantes (STEVENS, 2003). Valores simbólicos estéticos e intelectuais estão voltados para uma produção restrita diretamente ligada à cultura dominante. Esse tipo de produção é a mais valorizada pelos profissionais de arquitetura pois, permite a eles uma maior autonomia e também porque “[...] arquitetos raramente se destacam entre seus colegas e na sociedade em geral por atenderem demandas pequenas vindas de bairros populares” (NOGUEIRA, 2010, p. 20).

Ao reproduzir uma estética dominante das classes privilegiadas, reforça-se os símbolos que os mantém em posição de domínio. Geralmente, o que acontece quando arquitetos se aproximam dessas classes menos favorecidas para prestar seus serviços é com o intuito de ser suporte por meio da assistência técnica, baseando-se no próprio *habitus*⁵ diretamente ou padrão de pensamento e ação da profissão.

⁵ Conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu: capital, *habitus* e campo. O capital está relacionado com condições desiguais, podendo estar relacionado com

O afastamento das camadas populares acontece antes mesmo do profissional estar no mercado de trabalho. Por muitas vezes as escolas de arquitetura acabam contribuindo de maneira direta ou indireta nessa “falha de contato”. A maior parte das disciplinas trabalham com demandas de médio e grande porte, o que resulta em uma falta de familiaridade com esse outro tipo de demanda, pois, “os formandos saem das escolas tendo como referências somente grandes projetos em detrimento de questões corriqueiras e cotidianas” (NOGUEIRA, 2010, p. 19).

Para que o arquiteto se aproxime mais das reais necessidades e atenda a expectativa dessa classe deve haver “uma troca substancial de informações, para uma compreensão compartilhada de demandas e expectativas” (MENDONÇA, 2014, p. 24). O projeto deve, portanto, se aproximar da realidade do seu usuário, e não partir de um pressuposto muito comum de que quem escolhe e define todos os aspectos relacionados ao produto proposto é o especialista, por ser o “detentor da técnica”. Isso deve ser usado de forma a aliar os conhecimentos técnicos do profissional com o que já é praticado por essa população na construção de habitações, uma vez que “os clientes, por serem autoprodutores, estão muito mais integrados do que acontece no canteiro do que os próprios arquitetos” (NOGUEIRA, 2010, p. 120).

os recursos financeiros ou não. Já o *habitus*, são as características humanas que podem ser adquiridas da forma como conduzimos a vida, sendo consequência da estrutura social. Por último, o campo, na arquitetura, que é regido por capitais de massa ou de produção restrita. No primeiro caso, as demandas econômicas de produção de bens são para todas as classes sociais, como por exemplo a produção de Habitações de Interesse Social. Os projetos, portanto, tem como finalidade atender um “mercado de consumo” priorizando o atendimento a demandas de clientes enquanto indivíduos.

No caso de capitais de produção restrita, os valores simbólicos, estáticos e intelectuais, são voltados para a cultura dominante sendo o campo onde o arquiteto tem maior liberdade de criação. Com isso, ao se reproduzir uma estética dominante das classes privilegiadas, reforça-se os símbolos que os mantém em posição de domínio.

Novas estratégias para autoconstrução

O distanciamento entre classes de menor poder aquisitivo e arquitetos advém de um processo histórico que perdurou por muitos anos. No entanto, algumas ações e trabalhos com novas metodologias vêm sendo desenvolvidos para que esse distanciamento diminua. Além disso, alguns fatores têm contribuído para que o arquiteto não seja mais visto como um profissional elitizado.

Antigamente, conhecer um arquiteto era sinônimo de pertencer a uma classe social favorecida, pois eram nesses meios que eles estavam inseridos, o que reforçava o estereótipo de uma profissão de luxo. Atualmente, com o aumento de cursos de arquitetura em faculdades públicas e privadas, tornou-se mais comum ter em seu círculo de conhecidos e familiares um arquiteto, derrubando a ideia de que esse profissional só se articula nas camadas mais altas da sociedade.

Outro fator que contribuiu para que mais pessoas começassem a procurar profissionais de arquitetura para auxiliar na construção de sua habitação, foi aumento expressivo do poder aquisitivo da população brasileira devido às políticas públicas que incentivaram os cidadãos a comprarem mais para aquecer o mercado, principalmente no início dos anos 2000 - meados de 2007 a final de 2008. Pessoas querendo construir e reformar aproveitaram esse momento para executar a tão esperada reforma ou construção, o que resultou em um aumento nas vendas dos setores imobiliários e do comércio de materiais de construção “[...] possivelmente marcando o início de uma quebra de paradigma por parte da população, que começou a cogitar a contratação de serviços de arquitetura, ainda que com muitas restrições” (NOGUEIRA, 2010, p. 20).

Com relação a estabelecer uma aproximação entre o profissional do cliente, ainda no ensino em arquitetura, temos o exemplo da criação de uma disciplina de projeto ministrada aos alunos do sexto período da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo como tema principal as

abordagens de situações cotidianas e comuns em arquitetura. As aulas foram oferecidas por três semestres consecutivos pela até então aluna de mestrado Priscilla Nogueira e sua orientadora Professora Doutora Silke Kapp. A metodologia baseia-se no *O Método*, criado pelo arquiteto cubano Rodolfo Livingston.

No caso de Priscilla Nogueira, o trabalho deu origem ao projeto *Arquitetos da Família*, baseado na metodologia participativa do arquiteto Livingston. Ela trabalha o desenho do projeto como uma forma de comunicar-se com o cliente, integrando-o no exercício de desenhar, pensar seu espaço e propor mudanças em sua própria habitação. Com isso, ela consegue transformar o que antes era tido como código indecifrável para alguns, em objeto facilitador para seguimento dos processos projetuais.

Além disso, a arquiteta aproxima-se dessas demandas populares, fazendo com que os clientes procurem por ela. Essa procura ocorreu após eles terem tido contato com os panfletos deixados por ela em lugares estratégicos para atender seu público-alvo (associações de bairro, anúncio em jornais e lojas de materiais de construção). Neles continham a explicação de como um arquiteto poderia ajudar o possível construtor e qual sua forma pessoal de trabalho, tudo feito de uma maneira breve, clara e com linguagem simples.

Quanto ao orçamento de seus serviços, Nogueira cobra a partir do grau de complexidade de trabalho, e não por m². Ela divide seu processo em etapas que são independentes e podem ser interrompidas ao longo do processo de execução da obra. Dessa maneira ela consegue criar os manuais de instruções de cada etapa, mostrando cada fase da construção.

A arquiteta Carina Mendonça Guedes realiza um trabalho que segue a mesma linha de Nogueira com relação a permitir uma “autonomia dos participantes: fornece formações para ampliarem o seu leque de escolhas, tomarem decisões e darem andamento a produção de seus espaços de moradia, em vez de tornar dependentes do trabalho e arquitetos e outros profissionais” (MENDONÇA, 2014, p. 17). Seu projeto intitulado *Arquitetura na*

Periferia visa prestar serviços de assistência técnica e por consequência gerar o empoderamento nas periferias de Belo Horizonte de um público específico: as mulheres.

Chegando ao bairro, a arquiteta se reúne com um grupo de mulheres que têm a vontade de reformar ou até mesmo concluir suas casas. Após conversas com o grupo, Mendonça distribui um kit contendo papel, lápis, trena, régua, peças de mobiliários recortados para manipulação em planta na escala 1:100 e uma câmera fotográfica, para que essas mulheres registrem o seu ambiente familiar. Ou seja, elas desenham os cômodos de suas próprias moradias (a arquiteta ensina como usar a trena e como representar de maneira bem simples, uma planta baixa) e com isso começam a pensar em seus espaços, imaginando como melhorá-los a partir de suas necessidades.

A iniciativa da arquiteta baseia-se em três etapas fundamentais: o planejamento, o financiamento e a construção. O primeiro é feito juntamente com as clientes pensando em etapas que sejam possíveis de serem realizadas. O financiamento é uma parte muito importante desse processo, pois é a partir dele que o projeto poderá tornar-se realidade. Mendonça segue um programa de microcrédito, *Yunus*, Negócios Sociais, cujo objetivo final está alinhado à forma de pensar do projeto Arquitetura na Periferia: a redução de um problema social.

A Mulher e a Habitação

Ao pensar na produção da habitação pelo processo de autoconstrução entendemos que os próprios moradores interpretam suas necessidades e as concretizam na edificação. Os usos cotidianos das moradias são melhores representados por aqueles que mais se dedicam às atividades domésticas.

Segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) , as mulheres ainda são maioria no que diz respeito à dedicação às atividades domésticas: 91% contra 53% de atividades domiciliares realizadas por homens nos últimos três

anos. Esses números não sofrem alterações quando levado em consideração quando ambos também saem para trabalhar. Relacionando a dupla jornada, a discrepância no número de homens e mulheres que exercem atividades domésticas ainda se mantém. Ou seja, a porcentagem de pessoas do gênero feminino que realizam atividades domésticas é maior do que a de indivíduos do gênero masculino. Pode-se observar também que a diferença é ainda maior nas classes com menor renda (até um salário mínimo) e menor nas com melhores rendas.

Mulheres que se dedicam exclusivamente ao cuidado de suas próprias residências ou as que têm dupla jornada conhecem muito bem as necessidades espaciais de sua casa, o que as tornam potenciais agentes de ação e transformação de seu próprio espaço. “[...] é o cliente que vai se relacionar diariamente com aquele ambiente que será construído” (MENDONÇA, 2010, p.88).

Outra característica social importante das demandas populares com que tivemos contato é que a iniciativa de melhoria das condições de moradia quase sempre partia das mulheres, embora só acontecesse com o aval dos homens (marido, pai ou irmão). Várias clientes se queixaram do fato de os homens não darem importância aos cuidados com a casa até serem contrários à reforma ou à construção. Outras confessavam a intenção de usar o nosso diagnóstico para convencer os homens da necessidade da obra” (NOGUEIRA, 2010, p.33).

Inserir mulheres nesse cenário da construção civil é muito mais do que apenas ensinar sobre reformas e projetos, pois “[...] elas não enxergam a moradia como uma mercadoria, estão centradas na segurança de sua vida doméstica, da família. Vê na moradia valor de uso, mais do que de troca” (SANTORO, 1997, p. 10). Ou seja, empoderar mulheres para que realizem as próprias reformas domésticas é atender a demanda de sua habitação, conseguindo contemplar o programa de necessidades de maneira assertiva.

Programas que ajudam a inserir o gênero feminino na produção da habitação ajudam a capacitá-las orientando as melhores formas de pensar o espaço da casa e como lidar com as

técnicas construtivas. Além disso, juntamente com o conhecimento prático da execução do processo construtivo, essas mulheres conquistam a autonomia, podendo realizar transformações tão desejadas em seus lares.

O Projeto

O partido e a proposta

O projeto aqui proposto surge a partir da síntese dos estudos analisados neste trabalho, visando atender o público que autoconstrói. Para o início do desenvolvimento projetual, partiu-se de duas perguntas: “onde?” e “por que?” ocorre a autoconstrução, o que levou a entender melhor o seu contexto e problemáticas relacionadas.

As respostas dessas questões levaram a criação de uma árvore de problemas (Figura 42) que pudesse dar um direcionamento para resolver o “problema central” atuando diretamente nas suas causas para que as consequências encontradas sejam minimizadas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Primeiramente trataremos a autoconstrução ou o ato de construir sem o auxílio técnico de um profissional da área como esse problema principal a ser entendido e “resolvido”. Depois, pensando no porquê essa problemática ocorre, trabalharemos em cima das 4 principais causas - já discutidas no corpo deste texto - que estão relacionadas com o profissional arquiteto e com o projeto produzido por ele. A falta de informação do público-alvo sobre não saber a quem recorrer e o desconhecimento das competências do arquiteto unidas ou separadas às demais causas resultam nas consequências expostas no gráfico anterior.

Já com relação ao tipo de produto resultando do trabalho do arquiteto, pode-se entender que as causas estão relacionadas com: o custo do serviço oferecido pelo profissional que, muitas vezes é visto como sendo muito oneroso se analisado separadamente do valor total da obra. Além disso, a representação do projeto criado pelos profissionais de arquitetura é tida como um código que apenas pessoas previamente instruídas conseguem fazer sua leitura e compreender o desenho do produto arquitetônico criado.

Tentando solucionar a problemática encontrada atuando nas causas, o projeto desenvolvido neste trabalho visa se aproximar mais da camada popular, em especial das mulheres. Dessa forma, surgiu o pensamento de criar um produto que tivesse como característica principal estar fisicamente próximo dos bairros periféricos. A ideia se baseou, portanto, em um serviço móvel que pudesse atender demandas da autoconstrução, podendo ser itinerante para que pudesse percorrer as periferias, estabelecendo um contato mais próximo entre os moradores desses bairros e o profissional arquiteto, tentando assim, quebrar as barreiras que os distanciam.

Pensando nesse programa de necessidades, o tipo de veículo escolhido foi um micro-ônibus uma vez que sua área é compatível com as atividades que serão realizadas no móvel. O objetivo é que esse espaço itinerante possa funcionar como escritório de arquitetura, aproximando o arquiteto do contexto no qual estará inserido, servindo como base de informação sobre os

conhecimentos construtivos aprendidos na faculdade, auxiliando-os na construção de suas habitações.

A proposta é que esse escritório móvel seja coordenado por um arquiteto trabalhando em conjunto com mais 2 estudantes de arquitetura (estagiários), realizando consultoria sobre reformas, construções e até mesmo a elaboração de projetos arquitetônicos para pessoas que tiverem interesse em executá-los. Além disso, a intenção é que a área do projeto seja utilizada para realizar discussões com alguns moradores sobre a autoconstrução. Dessa maneira, o foco é poder criar espaço de conversas, principalmente direcionado às mulheres, criando um canal para auxiliá-las e encorajá-las a fazerem as reformas desejadas no seu próprio lar.

Outro serviço a ser oferecido será uma cartilha simples, com a ilustração de um passo a passo das principais demandas de reformas e alterações solicitadas naquele bairro em que passará um tempo. A intenção é que esse material possa ser distribuído no bairro para as moradoras e moradores durante os últimos dias em que o projeto estará fixado na comunidade de forma que eles possam ir repassando os conhecimentos aprendidos para as próximas gerações, mantendo a autonomia de escolha e decisão sobre o projeto, porém produzindo de maneira mais segura e qualitativa, incorporando suas identidades em suas próprias habitações.

Como funciona o projeto na prática?

1. O arquiteto entra em contato com a associação de bairro ou seu representante, para poder ter apoio e divulgação da ação que ocorrerá na comunidade por um período.

2. O ônibus do Arquitetura Itinerante chega até o bairro onde ficará por algumas semanas (de preferência próximo a algum equipamento institucional para poder ter maior visibilidade e também para poder conectar sua tomada de recarga de bateria), e para poder usar o banheiro desses equipamentos públicos.

3. O escritório estará de portas abertas para receber os moradores, atendendo suas demandas e realizando atividades que levem informações sobre autoconstrução. Os estagiários ficarão responsáveis por fazer um levantamento dos tipos de demandas mais solicitadas para reforma e construção, com o objetivo de criar uma cartilha ilustrativa com informações de como realizar os procedimentos construtivos mais recorrentes naquele bairro, de maneira mais eficiente.

4. A cartilha produzida será deixada em pontos estratégicos como equipamentos públicos do bairro e comércio, assim, o morador poderá ter acesso a essas informações quando quiser.

5. Mesmo terminado o tempo de estadia na comunidade, o morador pode ainda ter contato com o projeto e tirar suas dúvidas via e-mail, mensagem de *WhatsApp* ou ligação quando precisarem. Ficará sob responsabilidade dos estagiários responderem essas perguntas, sempre auxiliados pelo profissional responsável.

Atividades propostas para o equipamento:

1. Consultoria, para tirar dúvidas e curiosidades que o morador possa vir a ter na hora de construir ou reformar sua casa.

2. Atendimento às demandas de projetos arquitetônicos que integrem o cliente no processo projetual, assim como nas propostas dos projetos Arquitetos da Família e Arquitetura na Periferia, já descritos neste trabalho e precificados nos moldes da proposta apresentada por Priscilla Nogueira, ou seja, por etapas dos projetos. Além disso, o intuito é ajudar o morador a criar uma visão do todo, para que assim ele consiga se planejar financeiramente para conseguir construir sua habitação ou reformá-la.

3. Criação de oficinas em canteiros de obras que estejam acontecendo: a proposta é que, principalmente as mulheres possam acompanhar alguma construção que esteja sendo feita no próprio bairro, que o dono ou dona dessa edificação em construção, ceda o espaço para um canteiro experimental para as moradoras que

tiverem interesse em aprender algum serviço que esteja naquela construção em andamento.

4. Realizar conversas com as moradoras no espaço do escritório, sobre como elas mesmas podem solucionar aspectos físicos que elas não gostam em suas casas.

5. Os estagiários poderão realizar visitas técnicas nas residências quando forem solicitados, assim poderão aplicar na prática o conhecimento aprendido na universidade, dando um retorno a essa população que está mais afastada da produção de habitação de uma maneira qualitativa.

6. O trabalho de um ou uma arquiteta responsável em conjunto com os estagiários, tem por objetivo não só deixá-los em contato com um profissional já capacitado para lhes passar todo o conhecimento prático, mas também serve como forma de aproximar o futuro arquiteto das demandas que necessitam de assistência em seus processos construtivos.

O produto final

Corte esquemático



Imagem elaborada pela autora, 2018

Vista de topo



Imagem elaborada pela autora, 2018

Imagens internas do projeto:



Imagem elaborada pela autora, 2018



Imagem elaborada pela autora, 2018



Imagem elaborada pela autora, 2018

Referências

ASCHIDAMINI, I. M; SAUPE, R. Grupo focal, estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare enfermagem**, v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004.

Atendimento.pocosdecaldas@caumg.gov.br. **Projeto Rotas**. [Mensagem pessoal] Acesso em: 10 nov. 2018.

BARATTO, R. **USINA 25 anos**: Mutirão Paulo Freire. 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/767957/usina-25-anos-mutirao-paulo-freire/556f59c0e58ece956600026b-usina-25-anos-mutirao-paulo-freire-foto>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BORGES, R. S. Segregação e/ou integração: o "programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados" em Presidente Prudente. 2005. 14 f. **Relatório (FAPESP)** – Universidade Estadual Paulista.

BRASIL. Art. 6º. **Constituição Federal**. Emenda 2015. Assegura os direitos sociais de todos os cidadãos.

BRASIL. **Decreto nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

COMITÉ TÉCNICO DEL PABELLÓN DE MÉXICO (México) (Org.). "**Armando Casas**": um jogo educativo que introduz estratégias para a autoconstrução de moradias. 2016. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/801257/armando-casas-um-jogo-educativo-que-introduz-estrategias-para-a-autoconstrucao-de-moradias>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

CONSTRUÇÃO SÃO PAULO: Autoconstrução: a arquitetura possível. São Paulo: Pini, n. 1494, 27 set. 1976. Mensal.

Documentário: **Fim de semana**. Direção de Renato Tapajós. Produção de Elsa Lopez Kathuni, Ermínia Maricato, Washington Racy. São Paulo: Mega 24 Fps, 1975. (31 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

FEDERAL, Caixa Econômica. **Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. Disponível em: <http://www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/5_Minha_Casa_Minha_Vida_ENTIDADES.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FERRO, S. **Aula 1: Um pouco de teoria e Renascimento em Arquitetura**, 2012. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/home.jsp?tipo=0&_EntityIdentifier=uspoCVjrMVBG7X8yrtE0leP09JbFqlfELVrm9S_Y_BgVZE>. Acesso em: 3 jan. 2018.

GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, Universidade Federal da Bahia, p. 149-161, 2003.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_uso_tempo.html>. Acesso em: 25 jun. 2018.

KAPP, S. *et al.* **Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação**. **IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade"**. Florianópolis: UFSC, 2012.

KOMURO, F. T. R. **Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Estadual Paulista FCT Unesp**. 2018. 114 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MAGALHÃES, Atendimento Cau Poços de Caldas - Marcela. **Projeto Rotas**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <tiy.miyoshi@gmail.com>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 87 p. 1982.

MEDEIROS, E; ROSSINI, P. **Obra seca e rápida: conheça sistemas construtivos muito eficientes** *Isopor, wood frame e steel frame* ajudam a construir paredes e lajes de forma rápida, limpa e com menos gasto. 2012. Disponível em: <<https://casa.abril.com.br/materiais-construcao/obra-seca-e-rapida-conheca-sistemas-construtivos-muito-eficientes/>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MENDONÇA, C. G. de. **Arquitetura na Periferia:** Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres. 2014. 120 f. Tese (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2014.

NOGUEIRA, P. S. **Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família.** 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

Outras maneiras de morar. **Arquitetos da Família.** Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/19_arquitetos_familia/index.html>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Portal dos equipamentos (Ed.). **Invenções facilitam o trabalho na construção civil:** Profissionais criativos inventam equipamentos para tornar a atividade menos monótona e mais produtiva. Disponível em: <https://www.portaldosequipamentos.com.br/equipanews/cont/m/invencoes-facilitam-o-trabalho-na-construcao-civil_12704_39>. Acesso em: 28 jan. 2018.

Psicologia e Saber Social: Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico¹. Rio de Janeiro: Uerj, 01 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.psi-sabersocial.uerj.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SANTORO, P. F. **Gênero e planejamento territorial:** uma aproximação. 1997. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2016/10/ABEP2008_1841.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SÃO PAULO, Presidente Prudente. **Decreto nº 9.697/2018,** de 2018. Institui a Assistência Técnica Pública e Gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda. Presidente Prudente.

STEVENS, G. **O Círculo Privilegiado:** Fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: UNB, 2003.

TORREZAN, R. M. **Lugar e comunidades no Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo: Análise a partir de uma estratégia de educação de jovens e adultos.** 2014. 167 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

VALOURA, L. de C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador.** 2005/2006.

VENTANIA, L. **Arquitetura na periferia: ajude a capacitar mulheres em serviços de construção.** 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/880767/arquitetura-na-periferia-ajude-a-capacitar-mulheres-em-servicos-de-construcao>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

**Parceria Transatlântica na Academia:
Uma colaboração ativa entre a Unesp – Presidente Prudente e o
IGOT – Universidade de Lisboa**

Margarida Queirós

Inícios

Há muitos anos, recebi o primeiro estudante de doutoramento brasileiro no então Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na sua unidade de investigação, o Centro de Estudos Geográficos. Proveniente da Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), *campus* de Presidente Prudente – São Paulo, este estudante foi acompanhado por Antonio Cezar Leal e António Thomaz Jr., seus tutores em diferentes fases de sua formação acadêmica. A gestão de recursos hídricos e de resíduos sólidos urbanos, o planejamento ambiental de bacias hidrográficas, a geografia do trabalho e o agrohidronegócio canavieiro eram as áreas de excelência dos colegas que, em 2006, encaminharam da Unesp o jovem Marcelino Andrade Gonçalves. Esteve por Lisboa durante nove meses.

Estávamos nos primórdios da década de 2000, o estudo sobre o “lixo” era a base da sua tese de doutoramento. Também eu tinha, e ainda tenho, uma especial preocupação com os resíduos produzidos pelos humanos, um tema que até hoje atrai poucos geógrafos. Na altura, colegas do meu departamento questionavam-se sobre o interesse em estudar o “lixo” quando havia, na sua opinião, desafios ambientais mais aliciantes.

Dessa estadia, que sem dúvida contribuiu para o enriquecimento da sua tese, resultou uma publicação conjunta intitulada *Formalidade e informalidade nos modelos de gestão de RSU em áreas urbanas: a Grande Lisboa e Presidente Prudente no Pontal de Paranapanema/S.Paulo em análise* (QUEIRÓS; GONÇALVES, 2006), e

uma outra subsequente sobre a gestão comparada de resíduos sólidos urbanos entre as realidades brasileira e portuguesa (*Um estudo comparado entre a realidade brasileira e portuguesa sobre a gestão dos resíduos sólidos urbanos* – GONÇALVES; QUEIRÓS, GONÇALVES, 2016) realizada também em parceria com mais um estudante (voluntário) que acolhi já no IGOT da ULisboa, o Alexandre H. Gonçalves (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). Em conjunto procuramos pontos de convergência e divergência entre ambos os sistemas e práticas de recolha e destino dos resíduos sólidos urbanos.

Ainda desse encontro distante (e na época muito improvável) entre o Sul e o Norte, facilitado pela ponte que o Marcelino e os seus orientadores construíram com a Geografia da Universidade de Lisboa, resultou uma relação próxima orientada para o ensino e a investigação (mas geograficamente distante) que, com o passar dos anos, se tornou cada vez menos distante e mais imediata. E a “cola” que nos uniu, sobretudo a mim e aos seus orientadores – os “Antónios” –, foi o interesse mútuo sobre desigualdades sociais e justiça ambiental, temas mediados pela sua estreita relação com o “descarte” (de resíduos urbanos) e os “descartados” (catadores). Desde então me desloquei ao Brasil, a convite destes dois queridos colegas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp (que dispensam mais apresentação), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para ministrar disciplinas e realizar atividades integradas em projetos desenvolvidos sob a sua coordenação. Em território brasileiro por eles fui generosamente acolhida e todos os recursos físicos da instituição pública estadual (Fig. 1) – e ainda, o seu precioso tempo – me foram concedidos sem reservas.

Figura 1 – Serviço público estadual: exemplo de recursos da Unesp à nossa disposição para as atividades de extensão (Brasil, 2018)



Fonte: Autora.

As questões relacionadas com o agrohidronegócio canavieiro, o planejamento e a gestão de recursos hídricos do rio Paranapanema, a educação ambiental, bem como a gestão dos resíduos sólidos urbanos foram os temas abordados. Não apenas em sede da universidade, mas também pude assistir a debates informais na casa do Cezar, onde se juntavam colegas e estudantes para discutir questões afins aos temas referidos – sem esquecer as famosas deslocções ao vibrante “boteco” de eleição do Thomaz, degustando saborosa comida brasileira, onde as nossas conversas se prolongavam pela noite adentro. Assim se foram construindo e consolidando relações profissionais fortes, mas também de muito respeito e amizade pessoal.

Desde então fui “convocada” para colaborar nos programas de pós-graduação em diversos anos, conhecendo estudantes e colegas de docência e de investigação. Recordo também, muito em particular, os colegas Everaldo Santos Melazzo, João Osvaldo Rodrigues Nunes e Maria Cristina Rizk, que em todas as passagens

pela Unesp, sem exceção, me saudaram com a sua disponibilidade e conhecimento. Nas minhas estadias como professora visitante na Unesp estiveram sempre dois componentes: por um lado, o ensino, nomeadamente, ofereci disciplinas concentradas na pós-graduação [de onde saiu um capítulo – *Ambiente, desenvolvimento e sociedade: uma revisão crítica* – publicado em livro (QUEIRÓS; VALE, 2021)], e por outro, o trabalho de campo. Destaco o António Cezar Leal, a minha bússola em ambos os tipos de atividades, sobretudo na segunda, onde muito do que ele estudava se revelava diferente do que eu havia também analisado para Portugal. Por este motivo, centro a minha reflexão sobre o trabalho de campo que desenvolvi com o apoio dos colegas da FCT Unesp.

Saliento, neste contexto de partilha de conhecimento, as atividades de Extensão Universitária desta universidade (que desconhecia) e que correspondem ao seu compromisso social. Aquelas atividades compreendem ações direcionadas para a sociedade que se articulam com o ensino e a investigação, experiências político-pedagógicas que viabilizam a troca de conhecimento académico-saber popular. Foi devido à existência de atividades de extensão universitária que pude conhecer de perto diversas experiências e ações em benefício da sociedade civil brasileira.

Recordo ainda que o envolvimento do Cezar (e da sua equipa de estudo) com a realidade dos catadores de material reciclável que trabalhavam no lixão da cidade se devia a um Projeto de Políticas Públicas FAPESP/Unesp *Educação ambiental e o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho* (Fig. 2). Para o Cezar, muito provavelmente a ligação aos catadores começa com este projeto, coordenado pela Unesp e realizado em conjunto com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, e ainda com o apoio de várias instituições públicas e privadas (Unesp/Presidente Prudente, idealizadora e propagadora do projeto, a Companhia Prudentina de Desenvolvimento – PRUDENCO, a Prefeitura Municipal, a

Escola Francisco Pessoa, e a Unoeste, dentre outras parcerias) (CANTÓIA; LEAL, 2002). Foi nesse contexto que os investigadores da Unesp iniciaram os contactos com os catadores para um levantamento socioeconómico.

Tal projeto revelar-se-ia fundamental pois centrou-se no problema da exclusão social enquanto herança do modelo de desenvolvimento do país, bem como nos problemas ambientais causados pelas elevadas quantidades de resíduos sólidos gerados, e forma desadequada com que aqueles eram dispostos.

Figura 2 – Primeira reunião com os catadores para a apresentação do projeto, 2002



Fonte: Projeto de Políticas Públicas FAPESP/ Unesp (Primeira reunião com os catadores) Prudente. Arquivo de Políticas Públicas/ 2002 [também em CANTÓIA & LEAL (2002)]

No início do milénio estimavam-se 200 famílias que sobreviviam da atividade de catação de resíduos recicláveis no lixão do município. Parte deste problema em Presidente Prudente, poderia ser sanado através de um plano de gestão participativo e

integrado de resíduos sólidos o que viria a dar origem a uma parceria de longos anos entre a Prefeitura Municipal (especialmente nas Secretarias de Assistência Social e de Meio Ambiente), a FCT/Unesp e a Prudenco, de entre outras instituições públicas e privadas. Esta iniciativa daria origem a uma cooperativa de trabalhadores (catadores) para recolha seletiva que perdura até aos dias de hoje. Porém para ali chegar foram realizadas diversas reuniões com as pessoas que trabalhavam no lixão, organizaram-se eventos científicos e de extensão universitária, nos quais eles eram convidados a compor as mesas redondas (para terem voz e ganharem visibilidade). E ainda foram efetuadas visitas técnicas a outras cooperativas e centrais de triagem da região, bem como diversas reuniões com a comunidade escolar e população em geral, para obter o apoio necessário à implantação da recolha seletiva e organização dos catadores. O modelo então iniciado em Prudente foi sendo replicado ao longo dos anos em outros municípios no oeste do estado de São Paulo.

Conforme acordo firmado entre as partes (equipe de trabalho e os catadores), a audiência foi agendada e o Prefeito Municipal recebeu a comissão de representantes dos catadores, comprometendo-se em apoiá-los na organização da cooperativa e na implantação da coleta seletiva e na construção de um barracão para abrigar a cooperativa. (...) E acreditamos que somente com essa organização e estruturação da cooperativa, que já está com o barracão em construção, poderemos enfrentar uma outra questão, que é a absorção dos catadores que ainda permanecem trabalhando no lixão. O lixão que será fechado, segundo acordo com a Promotoria Pública, em março de 2003. Se houver a consumação desse fato, prevemos o crescimento do número de cooperados, já que, sem ter onde trabalhar, os que hoje trabalham no lixão, irão procurar a cooperativa (LEAL, 2002, p. 2 - 3 e 14).

O interesse comum pela gestão de resíduos sólidos urbanos, colocando o foco em particular na sua recuperação, foi a alavanca de uma investigação que nos levaria mais tarde a publicar, em parceria (com o colega Mário Vale do IGOT e Fernanda Fuzzi, estudante de doutorado da Unesp), dois capítulos em diferentes livros, respetivamente, *Trabalho e empoderamento: mulheres catadoras*

de materiais recicláveis no estado de São Paulo, Brasil (QUEIRÓS; LEAL; FUZZI, 2020) e Infrastructures of Recyclable Waste as Assemblages: from scavengers on the ground to recycling workers in collectives (QUEIRÓS; LEAL; FUZZI; VALE, 2024).

O catalisador de uma investigação em parceria que se foi desenvolvendo consistiu no entendimento de que os materiais a que me refiro não são lixo se tiverem uma dimensão reciclável e comercializável. Isto é algo que em Portugal acontece e é da responsabilidade da administração pública, que por vezes subcontrata o serviço de recolha a entidades privadas; o circuito é fechado e é totalmente institucionalizado/empresarializado. No caso do Brasil, a tarefa da sua coleta é, em demasiados casos, atribuída à atividade muitas vezes informal de catadores. Foram estes trabalhadores e as tipologias de organização em que se encontravam que inicialmente me chamaram a atenção e sobre os quais me foquei. Mais tarde comecei a perceber que as mulheres “catadoras” de materiais recicláveis eram fundamentais nos processos de transformação do trabalho, as líderes em funções de negociação e da mensagem da proteção ambiental. E é sobre elas e o seu trabalho que as minhas atenções se foram centrando, o que adiante explicarei.

O trabalho como Catador/a de Materiais Recicláveis

Apesar da inegável ligação histórica entre o Brasil e Portugal, os países possuem diferenças em relação à sua especificidade territorial, populacional, económica, social e cultural (GONÇALVES; QUEIRÓS; GONÇALVES, 2016). No Brasil, no caso específico dos resíduos urbanos, estas diferenciações ocorrem na forma como se estrutura o trabalho de recolha de materiais recicláveis, fortemente suportado pelos catadores, atividade que existe informalmente há mais de 50 anos no Brasil. Na maioria dos casos, estas atividades são informais e começam nos depósitos de lixo, vulgarmente conhecidos por lixões, e nas ruas das cidades. Assim, os moldes em que este trabalho (tendo em vista a

comercialização) é realizado tem semelhanças em todo o Brasil. Ocorre de três formas: em bairros urbanos, a recolha é executada por catadores carrinheiros e/ou informalmente nos lixões e aterros, ambas as formas realizadas individualmente; e ainda nas associações e cooperativas de catadores organizados e vinculados a programas de recolha seletiva (IKUTA, 2010).

A maioria das pessoas que recolhem esses materiais, também os transportam, separam, enfardam, negociam e vendem a intermediários (“sucateiros” ou “atravessadores”) ou a centros de processamento e revenda para utilização posterior no setor industrial (RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015). Hoje, no Brasil, estas pessoas são legalmente conhecidas como “catadores de materiais recicláveis” e a sua marginalidade no setor econômico formal (o desemprego) foi o que maioritariamente as levou para a atividade. O trabalho de coleta que realizam é extremamente relevante por múltiplas razões. No sentido de resumir algo bem complexo, uso um extrato já publicado:

(...) a atividade de catação de materiais recicláveis é particularmente relevante para a sustentabilidade urbana, pois proporciona rendimento aos marginalizados pela economia formal e, simultaneamente, providenciam um serviço ambiental, pois recursos são recuperados e redirecionados para os ciclos produtivos e de consumo. (...) estas pessoas criam valor como atores ecológicos e ajudam os governos municipais que lidam com orçamentos escassos para gerir a recuperação de materiais, e ainda contribuem para o aumento do ciclo de vida dos aterros sanitários. Importa ainda referir que o grave problema ambiental resultante da acumulação de resíduos, gera a necessidade de formalização da atividade dos trabalhadores, passando a gestão dos resíduos a ser um desafio também social (socio-ambiental).

O que ficou muito claro e que desde logo me sensibilizou foram as mulheres. Elas são uma grande percentagem das pessoas trabalhadoras neste segmento dos resíduos recicláveis. E estão a apropriar-se dos espaços de trabalho e a conquistar lugares de liderança (na presidência, na tesouraria, no conselho fiscal dos coletivos). Mas nem sempre foi assim: elas “metamorfosearam-se”, ou seja, o seu processo de desenvolvimento foi induzido pela

componente ambiental (apoio da Unesp, entre outras entidades públicas e privadas, mudança de local de trabalho e de comportamentos, etc.) e hoje assumem um papel importante nos grupos organizados de recolha de materiais, sobretudo quando em associações ou em cooperativas de catadores. Por isso, manifestei ao António Cezar a minha vontade de aprofundar o estudo, mas centrando as atenções exclusivamente nas mulheres, solicitação muito bem acolhida.

Começo por detalhar o contexto geográfico: área Oeste do Estado de São Paulo. E foi palmilhando extensos quilómetros neste território que mergulhei nas imprevisíveis vidas líquidas de mulheres que trabalham na atividade de coleta (seletiva) de resíduos recicláveis (“vidas líquidas”, no sentido de Zygmunt BAUMAN – uma metáfora para descrever a sociedade contemporânea e a condição de mobilidade e mudança nos relacionamentos, nas identidades a que se vê submetida). Outrora umas errando pelos lixões e ruas da cidade catando resíduos recicláveis, outras desempregadas em contextos de violência e de abandono. Hoje, trabalhadoras em organizações formais – as associações (entidades para obtenção de apoios formais e defesa de interesses de classe) e/ou cooperativas (entidades com fins económicos) –, focadas na luta pela venda dos materiais recolhidos em melhores condições de negociação com as entidades compradoras. Estas organizações formais podem propiciar estabilidade financeira a estas mulheres: a prestação do serviço de recolha seletiva para as Prefeituras que contratam seus serviços propicia uma renda mensal fixa, complementada pelas vendas do material reciclável recolhido, inclusive podendo comercializar parte deles em rede com outros coletivos semelhantes, ampliando o seu poder de negociação com as entidades compradoras. De uma trajetória sem segurança no trabalho, sempre em movimento, e vivenciando a ausência de certezas, as suas narrativas para obter recursos face à submissão, discriminação e agressão física e psicológica (no ambiente familiar, na comunidade e no trabalho nas ruas e/ou lixões), até se constituírem em coletivos formais, foram a

base da investigação que se seguiu. A transição pela qual cada uma passou até ao presente pressupõe o reconhecimento formal das suas competências para dialogar e negociar com os gestores e demais sujeitos dos setores público e privado, a conquista da estabilidade do rendimento, a garantia da solidariedade de classe, a autonomia face à figura opressora masculina nas suas vidas privadas. Mas, acima de tudo, ainda estão em processos de reconstrução da autoestima e a lutar pela conquista de reconhecimento social. Pude conhecer as suas histórias porque o Cezar me facilitou a entrada nos seus mundos, para que pudesse emergir nos seus universos físicos e imaginários. Naturalmente, os recursos materiais e humanos do centro de investigação, o GADIS – Grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial – FCT/ Unesp, foram um suporte importante no apoio aos estudos que realizamos, no âmbito dos projetos em andamento (sob a coordenação dos colegas brasileiros).

O estudo foi-se centrando na análise dos constrangimentos, mas também das aspirações de mulheres resgatadas da invisibilidade que sobreviveram a situações de abandono, maus-tratos, e ergueram-se como orgulhosas catadoras de materiais recicláveis. Estes contextos de vida criaram frases resignadas como “cada uma por si e Deus por todas”, mas também outras reflexões emancipadas como “o lugar da mulher é onde ela quiser” (roda de conversa em 2018).

Adiante apresento uma reflexão a partir do contexto (nomeadamente, três coletivos em Regente Feijó, Presidente Epitácio e Presidente Prudente) onde decorreram as suas narrativas que deram origem às minhas observações. Propositadamente, os locais e relatos misturam-se, pois em todos eles encontrei especificidades e sobretudo, semelhanças; mas também porque um dos desafios de investigações que têm por base a observação e narrativas individuais, por vezes confidenciais, merecem o cuidado da proteção da identidade das mulheres que participaram das rodas de conversa. Neste estudo considerei-me uma investigadora *insider-outsider*, como explicarei explicarei.

Dentro e fora, reciprocidade e aceitação

Não posso deixar de referir que entendi desde logo que este estudo não seria possível se não começasse por uma relação recíproca: por um lado, uma pequena equipa que incluiu dois *insiders* (da Unesp) e dois *outsiders* (do IGOT-ULisboa – na altura acompanhava-me o Mário Vale que me apoiou no trabalho de campo). Para os segundos, a investigação colaborativa permitiu o acesso e a aceitação das mulheres participantes – as quais por vezes suspeitam dos motivos de pessoas forasteiras a observar e a fazer perguntas – pois através do respeito e da confiança mútuas muitas questões podem ser abordadas de forma significativa (LIU; BURNETT, 2022). Por outro lado, esta colaboração incluiu as mulheres dos coletivos abordados procurando, em estreita cooperação, construir aprendizagens recíprocas, valorizar conhecimentos e diversificar competências – entre o grupo de pesquisa (constituído por colegas nacionais e nós, pessoas forasteiras) e as participantes.

No que me diz respeito, entrevejo ser parte integrante e ativa do processo de investigação: todas as minhas crenças, interesses e atitudes são um resultado da minha história, o que afeta a forma como observo e interpreto (LIU; BURNETT, 2022; BUKAMAL, 2022). Não sou imparcial, tenho múltiplas histórias e uma linguagem própria derivadas de uma biografia a ser explicada às participantes do estudo, incluindo a nacionalidade, gênero, classe, idade, compromissos, ideias, etc. A minha credibilidade depende da posicionalidade assumida, da transparência sobre como me interpreto, como o contexto afeta a minha identidade, e como toda esta bagagem interfere na significação que faço no processo de investigação.

Contudo, não sou uma estrangeira qualquer, sou portuguesa (e esta nacionalidade denuncia o desumano passado colonial), mesmo sendo a minha avó uma brasileira que a diáspora conduziu a Portugal. As potenciais barreiras não são seguramente linguísticas, antes culturais. Resido noutra contexto geo-socio-

cultural, mas a minha ligação ao Brasil seja pela ascendência, seja pela relação chegada com investigadores locais, permite-me alguma elasticidade para renegociar a minha identidade. Esta introspeção coloca-me no que hoje se aponta como ambivalência “dentro–fora” (*insider-outsider*), uma desconstrução articulada por BUKAMAL (2022) e com a qual me sinto identificada. Os colegas da Unesp (“de dentro”) desempenharam o papel de “tradutores” locais qualificados, mas também eles não tinham a perspetiva da equipa “de fora” sobre as mulheres do estudo, podendo assim apreciar as perspetivas de *outsiders*.

Por outro lado, o que tinha eu para oferecer neste estudo? Não muito: apenas a partilha do meu *background* composto pelas minhas raízes ancestrais brasileiras, a extensiva influência europeia no meu quadro de vida, e ainda a minha motivação para escutar a sua “fala”, sobretudo, compreender as suas vidas – muitas delas narrativas de dolorosas memórias que nenhum ser humano deveria experienciar. Ao expor-me, não constituía qualquer ameaça para elas. E para minha surpresa, as participantes desejavam que a sua história (individual e coletiva) fosse ouvida e difundida por uma *outsider*. Não foram muitas as vezes que nas suas vidas encontraram uma forasteira interessada nos seus relatos, e estas interações também representavam a oportunidade de concentrarem em si as atenções. Construámos, assim, uma colaboração recíproca (HERR; ANDERSON, 2014).

Para além das minhas visitas aos galpões/espços de trabalho das catadoras de materiais recicláveis, onde pude beneficiar da observação participante, optei por usar a história oral (como ferramenta base da investigação), de onde emergem biografias e determinadas experiências pessoais. Nestes casos, em que as participantes passaram por diversas situações de violência, de precariedade, expostas a vários riscos de acidente, contaminação e doenças, a sua vida não lhes deixou muitas oportunidades para estudar e se fazerem escutar. Então, dar tempo e espaço para a história oral que regista experiências pessoais, histórias, e memórias, pareceu-me a melhor opção para aprofundar esta

interação. E contar histórias é um modo de comunicação cotidiana, onde nem sempre é possível encontrar uma cronologia dos acontecimentos, beneficiando cada narradora de liberdade para deixar seguir o fluxo de pensamento (LIU; BURNETT, 2022).

O objetivo da abordagem foi permitir que as participantes dessem elas mesmo sentido ao seu mundo e às experiências que viveram. Estas partilhas ocorreram nos seus espaços de trabalho, ora priorizando interações individuais, ora estimulando rodas de conversa. A sua generosidade e hospitalidade foram contagiantes e inspiradoras e tal foi o seu impacto em mim que não mais parei de escrever sobre esta experiência de investigação. Os relatos e significações que se seguem resultam das conversas tidas nos três territórios com diversas recicladoras. Uso uma das situações para ilustração e nesta coloco diversas falas tidas em lugares e tempos diferentes. Territórios e corpos diversos unidos pelo mesmo tipo de vivências, é o que procuro partilhar.

Unidas na natureza, corpos resgatando histórias apagadas

Debaixo de uma árvore, o círculo é composto por mulheres sentadas em cadeiras, materiais que alguém outrora consumiu e descartou. O formato da nossa disposição é irregular, a partir da vontade em colaborar e dialogar. Distância e proximidade, foi a minha primeira emoção quando nos olhei. Estou distante, a minha realidade é a “branquitude”, o privilégio de ter tido uma educação, um ambiente familiar que me protegeu e de viver num canto do planeta favorecido pelo sol e o mar no continente europeu.

Estou próxima, porque me sento ao pé destas mulheres numa roda de conversa, permaneço lado a lado, momentaneamente em circunstâncias idênticas e escuto o coletivo. Partilhamos o chão exterior ao galpão, os seus cheiros e ruídos, o ar quente, as experiências de vida, os nossos pensamentos e memórias. Partilhamos o momento: “estar-com”, “ser-com”, “fazer-com” (C.E.M., 2012). Estando, sendo e fazendo, vou ao seu encontro, estou com todas e com cada uma, escuto desconcertada relatos de

um passado (e em certos casos ainda de hoje) de dor, isolamento e abusos prolongados. Aqui o lugar somos nós, transitando do individual para o coletivo e o inverso também. Juntas fazemos viagens interiores, no tempo.

Então associei estes sons, cheiros, corpos e relatos ao pensamento de Spivak (2021) [e de Gramsci (1988)] que nos explica que uma mulher colonizada e, portanto, não hegemônica, se inscreve na subalternidade, uma condição definida a partir dos lugares dominantes de poder. E foi assim que conheci verdadeiramente a cumplicidade do Ocidente no silenciamento e, ainda, que a decifração por uma outra pessoa (neste caso, eu), num contexto da “fala” de uma subalterna, não deve ser identificada com a “fala” da subalterna; é no melhor dos casos, uma interseção, algo que eu já havia lido em Djamilia Ribeiro (2017). As catadoras de materiais recicláveis vivem a (dupla) subalternidade – algo que jamais senti, pelo que apenas posso tentar decifrar. Mas este silenciamento foi mantido pela sociedade na quale se inserem, e o machismo e o racismo a que foram sujeitas, as moldou como as “outras” submissas, sem possibilidades de escolher modos de vida, e impedidas de cultivar a sua individualidade. Felizmente para estas mulheres um espaço de diferença mudou as suas vidas.

Falar e ouvir à luz das lógicas interpretativas dominantes é ser assimilada pelos códigos impostos e esta significação encontra uma analogia a partir do conceito do “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017). E assim compreendi ter encontrado o fundamento desta investigação na relação das mulheres com o lugar e as materialidades do seu quotidiano, fazendo do corpo, das suas memórias e emoções, características centrais na discussão que me propunha trazer para a geografia – a partir da decolonização. E nestes contextos e momentos, a geografia que queria abraçar não podia ser descorporificada. O que estas mulheres sentem nos corpos é experimentado simultaneamente pelo território, portanto, pensamentos relatados naquelas rodas de conversa são permeados pelo corpo-território. Esta relação codependente ali diante de mim, duas-uma palavra, revelando que as suas vidas e relações não

acontecem da forma convencionada como “normal”. Só queria revelar o brilho destas mulheres que habitam mundos periféricos no contexto das comunidades e economias onde se inscrevem.

Ali processos de transformação e capacitação individual e coletiva têm lugar. Estes iniciam-se assim que estas mulheres deixam a atividade informal nos lixões e se associam ou cooperam (opto por vezes pelo uso da palavra “coletivos”) num contexto formalizado. Ou mesmo antes disso, quando deixaram de estar no naturalizado “mundo perfeito” do casamento e da formação da família: casar, ser submissa ao marido, ser mãe e “pilotar um fogão”, era a idealização do papel de qualquer destas mulheres. Foram criadas pela família para o casamento perfeito, “era a coisa mais linda” a que podiam aspirar na vida. Mas depressa a ficção virou pesadelo: o casamento trouxe consigo a obediência, o medo e a agressão física e psicológica e, em muitos casos, o abandono – “eles sumiram das suas vidas”, e elas “ficaram a zeros, nem sabiam quem eram” –, com as crianças a cargo, despreparadas para gerir uma casa. O trabalho no lixão foi a solução para muitas, depois os coletivos (as associações e as cooperativas), a sua “segunda família”.

O sentido de pertença nos coletivos destaca-se quando referem que “o grupo sempre esteve ali, apoiando, mesmo nos momentos mais difíceis”. O local de trabalho (agora formal) e todos materiais associados (quer da recolha, quer dos necessários à sua preparação para comercialização) produzem efeitos benéficos de inclusão e também de criação de um sentido de posse (Fig. 3). São conquistas, estas materialidades-recursos inestimáveis aos ganhos de autoestima.

Nos galpões que abrigam as componentes materiais (máquinas e outros equipamentos, e materiais recicláveis), as trabalhadoras desenvolvem as suas atividades de uma forma articulada e tornam-se próximas. As decisões são tomadas em grupo, a partilha de problemas e de soluções é uma rotina semanal (QUEIRÓS; LEAL; FUZZI, 2020). As infraestruturas, equipamentos e tecnologias apropriadas melhoraram as suas condições de

trabalho, aumentando assim a quantidade de materiais selecionados e embalados para venda. A sua capacidade de organização e o poder de negociação foi crescendo, aumentando os graus de confiança nas suas competências.

Nas rodas de conversa, as mulheres mostram que ganharam consciência do seu papel na conservação ambiental, da importância do serviço público que prestam à sociedade. Reivindicam o reconhecimento e a valorização social – “a gente mexe com a saúde do município, com a limpeza pública, mas há pessoas que não nos reconhecem (...) não queremos apenas palavras bonitas para nos designar [catadora, pegadora, recicladora...], a legalização da profissão ou o retorno financeiro do nosso trabalho, queremos que não haja preconceito com a nossa categoria”.

Figura 3 – Materialidades-recursos (Brasil, 2019).



Fonte: Autora

Revela-se o gosto pelo que fazem não apenas porque têm valor, mas ainda porque lhes traz independência e, apesar das contrariedades do seu duro trabalho cotidiano, não abandonam aquilo que lhes trouxe responsabilidade e deu autonomia. E mais ainda elas revelam: a autoestima – há que “levantar a cabeça (mesmo doendo)”, “ter orgulho em ser catadora”. Contando com o apoio da Secretaria Estadual das Mulheres do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), trocar experiências

nas reuniões, assim se fortalece o grupo de mulheres catadoras (“há mais como eu, não estou só”).

As mulheres que trabalham na recolha e seleção de materiais recicláveis são verdadeiras líderes comunitárias, capazes de agregar, conciliar e organizar outros trabalhadores no seu ambiente. Elas desejam “ter voz, aprender, procurar a igualdade, ganhar respeito, lutar contra o preconceito, ocupar espaços e assumir a liderança”. Ao discutir essas questões nas suas reuniões e agir coletivamente, elas encontram melhores soluções para os seus problemas (QUEIRÓS; LEAL; FUZZI, 2020). E hoje têm consciência de que a organização do trabalho é fundamental: no quotidiano montam um plano de trabalho que é cumprido e estão cientes de que enquanto houver material reciclável para tratar resultante da coleta seletiva, o dia de trabalho tem de aumentar ou há que tomar a decisão de reforçar as equipas para cumprir com as metas de trabalho, embora tudo isso tenha os seus custos pessoais e nos rendimentos. Eliminar faltas, adaptar e remanejar o trabalho é uma rotina.

A nossa história não termina aqui

Não quero ocupar demais um tempo e um espaço que não são os meus. Termino, assim, deixando a minha gratidão às mulheres que se sentaram ao meu lado e partilharam momentos dolorosos das suas vidas líquidas, mas também alegrias e esperança no futuro. Entre lágrimas e gargalhadas, numa intimidade provisória, emergiram segmentos de vidas cruzadas e reconfiguradas nas sombras dos terrenos dos galpões. Em roda, reconfortadas pelos ruídos da passada, simultaneamente envolvidas pelos sons da chegada dos camiões e das atividades de separação dos materiais recicláveis, ficamos comovidas com os relatos e orgulhosas das trajetórias de capacitação. Infelizmente, dou-me conta que estas mulheres, ainda que empoderadas, e com melhor situação socioprofissional, não deixaram totalmente a subalternidade, pois

esta condição ainda as exclui da maioria das instituições da sociedade onde se inserem. A sua luta está longe de terminar.

Senti que “estar-ser dentro” e “estar-ser de fora” muda constantemente, vai além da nacionalidade, poder e grau de instrução. Tornou-se então evidente que a minha posicionalidade é inerentemente multidimensional, o que me permitiu refletir sobre o meu próprio comportamento nas rodas de conversa e observações e como isso pode ter influenciado as reflexões que aqui deixo. Quero com isto dizer que profissionalmente me senti uma *insider* e, ao mesmo tempo, fui culturalmente *outsider*. Embora possa ter a ilusão de ter sido uma *insider*, esse sentimento pode não ter sido partilhado pelos colegas e pelas participantes.

Sinto que vou voltar a estes universos marginalizados e ajudar carregando às costas o peso das suas narrativas sofridas e difíceis de mensurar e que simplesmente não se podem apagar. Sou consciente de que a nossa diferenciação se dá pelas experiências impossíveis de aproximar, mas através da partilha das próprias diferenças, uma certa aproximação é possível. Tenho ânsia de encurtar as distâncias, de as rever e escutar de novo – também para continuar a minha própria reconfiguração.

Durante as minhas estadias no Brasil, fui calorosamente acolhida pela equipe da Unesp, que disponibilizou todos os recursos necessários para as nossas atividades. O trabalho desenvolvido com as mulheres catadoras mostrou-se fundamental, revelando todo um processo de “crescimento” e também a importância da inclusão social e do enfrentamento dos desafios ambientais associados ao manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Os laços formados entre as nossas instituições e as pessoas envolvidas nas nossas colaborações demonstram que, apesar da distância geográfica, o compromisso comum com a investigação e a educação cria pontes duradouras. E há sempre renovadas conversas e temas que vão surgindo. Os “Antónios” (Cezar e Thomaz), e as outras amizades que por ali residem, jamais deixarão que estas desapareçam. Desde os tempos “do Marcelino” temos dialogado, desenvolvendo atividades e projetos em conjunto, seja

pelas orientações de estudantes de doutoramento, ou pelas redes que vamos abrindo com outras universidades e centros de investigação. Entre ambas as instituições, separadas pelo Atlântico e unidas pelos objetivos, expandimos o conhecimento; os nossos diálogos promovem a cooperação para realizar atividades de natureza académica, pedagógica, social e cultural. Entre as pessoas envolvidas é mais do que isso, é mesmo consideração e amizade.

Referências

BUKAMAL, H. Deconstructing insider–outsider researcher positionality. **British Journal of Special Education**, v. 49, n. 3, p. 327-349, 2022.

C.E.M. Pedras **12. Pessoas e Lugares**. Edições c.e.m. – Centro em Movimento, 2012.

CANTÓIA, S. F; LEAL, A. C. COOPERLIX: HISTÓRIA E IMPLANTAÇÃO. **Formação (Online)**, v. 1, n. 14, 2007.

GONÇALVES, M. A. et al. Um estudo comparado entre a realidade brasileira e portuguesa sobre a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. **Sociedade & Natureza**, v. 28, p. 9-20, 2016.

GRAMSCI, A. **Gramsci's prison letters: a selection**. Zwan. 1988.

HERR, K; ANDERSON, G. L. **The action research dissertation: A guide for students and faculty**. Sage publications, 2014.

IKUTA, F. A. **Resíduos sólidos urbanos no Pontal do Paranapanema – SP: inovação e desafios na coleta seletiva e organização de catadores**. 2010. 235 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

LEAL, A. C. *et al.* **Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva**,

Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho; O processo de organização da cooperativa de trabalhadores em recicláveis de presidente prudente. Relatório Científico - Anexo 7.10. Presidente Prudente: Unesp/FAPESP, 2002.

LIU, X; BURNETT, D. Insider-outsider: Methodological reflections on collaborative intercultural research. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 9, n. 1, p. 1-8, 2022.

QUEIRÓS, M. V; GONÇALVES, M. A. Formalidade e informalidade nos modelos de gestão de RSU em áreas urbanas: a Grande Lisboa e Presidente Prudente no Pontal de Paranapanema/S. Paulo em análise. **Revista Faz Ciência**, v. 8, n. 1, p. 343-343, 2006.

QUEIRÓS, M. VALE, M. Ambiente, desenvolvimento e sociedade: uma revisão crítica. In: LEAL, A. C., CÉSARO, S., TAVARES, G., PEIXOTO, J., DUTRA, S. e SILVA, FRANCO, J., L. (Eds.), **Cooperação Acadêmica para Estudos Ambientais do Cerrado** (vol. 1) (pp. 21-52). Goiânia, Goiás: Kelps. 2021. (ISBN: 978- 65-5859-265-5)

QUEIRÓS, M; LEAL, A. C; FUZZI, F. Trabalho e empoderamento: mulheres catadoras de materiais recicláveis no estado de São Paulo, Brasil. In Sampaio Mateus de A PRADO, Rosa Ester ROSSINI, & Maria Rita I. MACHADO (Eds.) (2021), **Terra e Trabalho: territorialidades e desigualdades**. Vol. II (pp. 210-249). São Paulo: FFLCH/USP. 2020. (ISBN: 978-65-87621-33-3).

QUEIRÓS, M; LEAL, A. C; FUZZI, F. R., & VALE, M. Infrastructures of Recyclable Waste as Assemblages: from scavengers on the ground to recycling workers in collectives. In Truelove Yaffa, & Sabhlok, Anu (Eds.), **Gendered Infrastructures: Space, Scale, and Identity**. Morgantown, Wva: West Virginia University Press (WVU Press) (Cap.9), 2024.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. Coleção Femininos e Plurais, 2017.

RUTKOWSKI, J. E; RUTKOWSKI, E. W. Expanding worldwide urban solid waste recycling: The Brazilian social technology in waste pickers inclusion. **Waste Management & Research**, v. 33, n. 12, p. 1084-1093, 2015.

SPIVAK, G. **Pode a Subalterna Tomar a palavra?** Lisboa: Orfeu Negro. 2021. (original publicado em 1991).

Desvelando a Realidade da Violência Contra as Mulheres na Região Administrativa de Presidente Prudente - SP

Nayara Leva Batista

Introdução

No Brasil, os casos de violência contra a mulher têm atingido os maiores níveis já alcançados. No ano de 2022, de acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram quase 1.500 casos de feminicídios e 900 mil registros de casos de violência doméstica - o equivalente a 102 acionamentos por hora - um aumento de 8,7% em relação ao ano anterior.

Em 2023, foi constatado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que mais de 25 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de violência no território nacional, enquanto mais de 8 milhões de mulheres disseram ter sofrido ainda sua primeira agressão até os 19 anos (FBSP, 2023). O alto número de casos evidencia como a violência faz parte da realidade na vida de muitas mulheres, reconhecendo ainda as inúmeras ocorrências e casos subnotificados, aqueles que não são denunciados.

Ainda que existam políticas atuando sobre a problemática, a violência contra as mulheres não deixou de existir, tampouco, houve uma redução das notificações¹, como podemos notar. A superação dessa forma de violência é um árduo desafio global, não apenas brasileiro. Essa problemática é marcada por uma dinâmica complexa, que atravessa as classes sociais e etnias (ainda que de maneiras desiguais), atingindo mulheres de todas as idades, como

¹ Existem maneiras diferentes de pensar a respeito disso. Por um lado, hoje as mulheres têm maior suporte, amparo e incentivos para denunciar quando vítimas de agressão, o que leva a um aumento no número de registros de ocorrências anualmente. Contudo, esse aumento não demonstra um enfrentamento adequado à problemática, que persiste aumentando a cada ano.

uma forma de legitimação de poder do homem sobre a mulher, denominada de violência de gênero (BATISTA, 2023).

A origem do meu interesse nessa investigação está intrinsecamente vinculada aos desafios de minha própria trajetória enquanto mulher, desde a infância até a atualidade da vida adulta (passei por desafios na minha trajetória que foi marcada pela violência doméstica e intrafamiliar, convivendo com abusos na minha família). Tais experiências me instigaram a desenvolver algumas práticas de pesquisa voltadas a compreensão e a análise da violência direcionada à mulher no contexto brasileiro em que a geografia permite uma visão particular sobre a questão da violência contra a mulher, sobretudo na espacialização da violência e como ela se manifesta.

É de extrema importância desenvolver pesquisas voltadas à compreensão e análise da violência direcionada à mulher no contexto brasileiro, dentro das ciências humanas e da geografia, construindo uma visão particular sobre a questão, explorando a espacialização da violência e suas relações com as práticas espaciais, indicadores demográficos e socioeconômicos. De que maneiras as formas de violência interagem com tais indicadores? É fundamental que esses aspectos sejam colocados em evidência.

Dessa maneira, partimos destas colocações para traçar os objetivos do texto. Em primeiro lugar, trazer uma reflexão sobre as intersecções entre violência e gênero, com foco para violência contra a mulher, suas raízes na história do Brasil; segundo ponto, é imprescindível reconhecer que a problemática não cabe em uma sintetização e existem muitos aspectos que são particulares, por isso vamos explorar um conjunto de dados dos registros de boletins de ocorrências entre 2016 e 2020 da Região Administrativa de Presidente Prudente.

Acreditamos que o tratamento dos dados e a elaboração de representações cartográficas corresponde a uma contribuição significativa para a temática, através da análise, da reflexão e em termos de metodologia; mas também serve ao planejamento territorial e regional no recorte elencado, deflagrando a

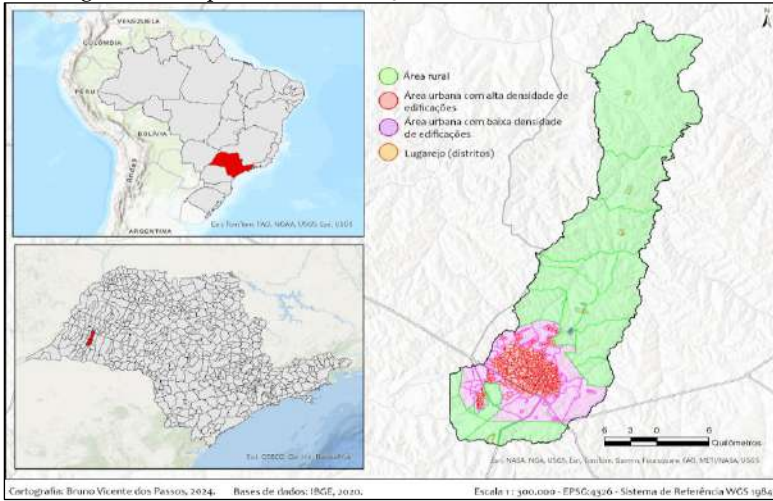
importância da relação entre a academia e a sociedade para beneficiamento coletivo. Adicionalmente, este ensaio também é uma denúncia, com a iniciativa de dar visibilidade e tratar de um problema que ainda é visto como tabu, quando na realidade envolve a segurança e a saúde pública.

A Região Administrativa de Presidente Prudente (SP) está localizada no interior do Estado de São Paulo, no Oeste Paulista, sendo a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, composta por 53 municípios (mapa da figura 2). O município sede, Presidente Prudente² (representado no mapa da figura 1), atualmente conta com 225.668 mil habitantes (IBGE, 2022).

Fechando a introdução, às metodologias empregadas envolveram revisão bibliográfica sobre as principais palavras-chaves da pesquisa (violência, gênero, violência contra a mulher, doméstica e familiar); revisão das estatísticas a partir do conjunto de dados cedidos pela Delegacia da Mulher de Presidente Prudente (registros de ocorrências de casos de violência na Região Administrativa de Presidente Prudente de 2016 a 2020). Por fim, foi realizada a sistematização e organização dos materiais, conformando as representações cartográficas apresentadas.

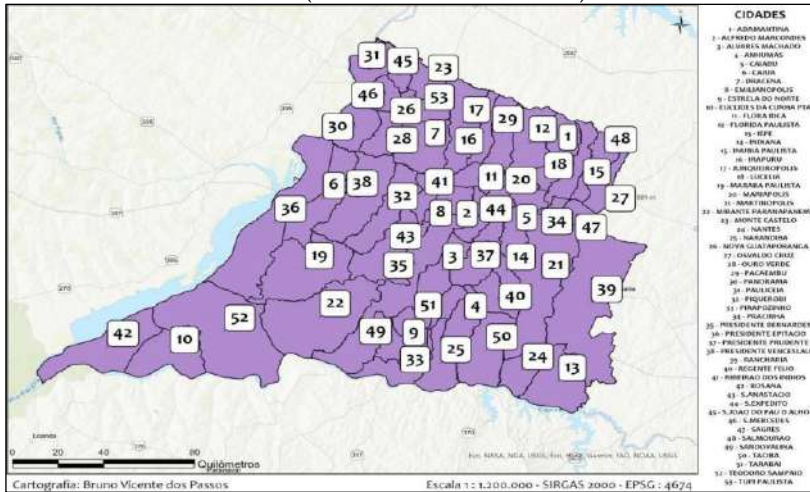
² O município de Presidente Prudente é classificado como uma cidade média, e possui uma população expressivamente maior que as demais, sendo ela predominantemente urbana. A cidade atua com um nó na rede urbana, enquanto um centro de intermediação da oferta de bens e serviços diversificados entre as metrópoles ou as cidades globais e os centros de menor porte demográfico que compõem sua região intermediária. Ademais é a única cidade de porte médio na região administrativa, considerando sua concentração demográfica (REGIC, 2018; SPOSITO, 2017; SPOSITO, 2007).

Figura 1 – Mapa com a localização de Presidente Prudente - SP



Fonte: Bruno Vicente dos Passos, 2024.

Figura 2 - Mapa dos municípios da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (Presidente Prudente – SP)



Fonte: Bruno Vicente dos Passos.
Organização: Nayara Leva Batista, 2022.

Para entender melhor a questão de gênero

Atualmente a compreensão sobre gênero foi ampliada. Em sua gênese, a palavra traz o significado daquele, ou daquela que nasceu com um órgão genital ou com sexo biológico feminino e masculino de maneira naturalizada. Em relação a sua identidade, diz respeito à identificação que a pessoa escolhe e/ou se identifica. No momento presente, gênero não está mais atrelado ao sexo, e sim com as questões sociais de como cada indivíduo se relaciona e se reconhece. Além disso, há uma designação de como a pessoa é ou quer ser tratada pela sociedade, sem que haja uma questão hierárquica de gênero.

Segundo Butler (2004), gênero e sexo, são compreendidos como construções sociais permanentes que vão muito além da mera representação de papéis a serem desempenhados pelos corpos de homens e mulheres sob a hegemonia da heteronormatividade.

De acordo com Bagagli (2015, p. 13):

“Cisgênero” é uma palavra composta por justaposição do prefixo “cis” ao radical “gênero”. O prefixo “cis”, de origem latina, significa “posição aquém” ou “ao mesmo lado”, fazendo oposição ao prefixo “trans” que significa “posição além” ou “do outro lado”. “Cisgênero” estabelece uma relação de antonímia com a palavra “transgênero”. “Transgênero”, por sua vez, é uma palavra rotineiramente utilizada como forma de designar pessoas cuja autoidentificação de gênero não coincide com o gênero atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa, podendo incluir travestis e transexuais (BAGAGLI, 2015, p. 13).

Sendo assim, “cisgênero” é um termo utilizado para designar aquelas pessoas que não são transgêneros, ou seja, aquelas cujo gênero auto identificado está atribuído compulsoriamente de acordo com o nascimento, em virtude da morfologia genital externa. Isso também significa que gêneros não podem ser atomizados, ou seja, o termo “mulher” não será utilizado então

para todas as mulheres, pois essa é uma construção que envolve a própria identidade e experiências.

Violência e violência de gênero

A violência é tema de investigação de muitos pesquisadores, pois a reconhecemos em nós mesmos e, principalmente, nas nossas relações. De acordo com Berlinck (2017), cotidianamente a absorvemos, mas nem sempre paramos para refletir sobre.

A expressão deriva do latim, *violentia*, associada ao uso da força bruta para atingir um objetivo. Conforme o dicionário Michaelis (2024, *online*) a expressão é utilizada para designar a realização de atos de crueldade, o emprego de meios violentos, ou mesmo, coação (ações coercivas) que leva uma pessoa a sujeição, seja através de opressão, constrangimento físico, moral e psicológico. Nas ciências, apesar de sua fluidez conceitual, atitudes interpessoais nocivas sempre estiveram associadas à condição humana ao longo da história.

Tanto para Saffioti (2004) como Chauí (1984), a perda de autonomia, a alienação e sujeição da vontade aos caprichos do outro, que caracterizam violação dos direitos humanos, são utilizados como parâmetros na definição de violência, compreendendo-a como todo ato capaz da violação. Nesse sentido, dentro do ciclo da violência contra a mulher, uma das principais dificuldades é que as vítimas adquiram autonomia necessária para reconhecer o quão graves são as situações vivenciadas.

Segundo Saffioti (2004), a questão de gênero e a opressão às mulheres é tratada como parte de um conjunto estrutural, baseado no ataque do ser humano pelo ser humano, derivado de um sistema escravista, marcado pela barbárie. Conforme Bandeira (2014), tomando o autor de maneira complementar, em uma leitura biopolítica pensada sobre a sociedade pós-moderna, a violência contra as mulheres tem suas raízes relacionada às manifestações de desigualdades de gênero na conformação da sociedade disciplinar.

Na análise de Balbinotti (2018), percebe-se que a violência de gênero é identificada como uma manifestação que engloba uma variedade de atos perpetrados contra mulheres com o propósito de submetê-las a sofrimento, seja de natureza física e/ou psicológica, se caracterizando, especialmente, pela imposição, subordinação e controle do gênero masculino sobre o feminino.

Essas considerações nos levam a refletir sobre alguns pontos fundamentais. Primeiro, o patriarcado se constituiu a partir da imposição da força, que era exercida pelo homem sobre a mulher nas primeiras civilizações. Tal condição, também determinou papéis de gênero na administração do cotidiano que perduram há séculos. Ao longo da história se fez a barbárie e os homens prosperaram explorando seus semelhantes. Esses elementos se fazem bem presentes em um imaginário coletivo, que reforça dois discursos: o discurso de que o homem tem que ser o “machão” e tem que demonstrar virilidade; enquanto a mulher é a figura do lar, responsável pela limpeza e manutenção da casa, o preparo das refeições etc. como bem delimita a sociedade disciplinar de Foucault (1979).

Souza (2005, p. 65) enfatiza essa condição quando analisa os arquétipos introduzidos as crianças do sexo masculino:

Os carros simbolizam poder de locomoção, velocidade, liberdade e status social, que são signos de sucesso e de sedução. As armas têm o poder de submeter o outro a seus desejos e interesses, o poder de vida ou morte. Esses objetos são introduzidos desde cedo na vida do menino, na forma de brinquedos, e passam a fazer parte do universo masculino com todos os simbolismos que possuem no contexto capitalista ocidental contemporâneo.

Embora a Constituição da República Federativa do Brasil (2014, p. 9) postule que [...] “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...] garantindo a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade”, no país, uma mulher é vítima de feminicídio a cada seis horas (FBSP, 2023).

Bem colocado por Borsoi (2018, p. 61) “o corpo feminino é um dos corpos que mais sofrem [...] por serem tratados socialmente como um objeto de funções para os homens”. A autora explica como as pessoas do sexo feminino, ou que assim se identificam, estão inseridas em uma cultura e um sistema do patriarcado, todo estruturado pelo pensamento heteronormativo machista³.

Políticas de resistência no Brasil

No Brasil, foi instituída em 7 de agosto de 2006, por meio da Lei nº 11.340, em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que foi submetida a violência doméstica durante 23 anos e, após um disparo efetuado pelo ex-marido, ficou paraplégica. O projeto de lei foi promulgado com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e fornecer assistência às vítimas. Há 18 anos, desde o início da sua vigência, é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações do mundo quando se fala no enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Embora existam canais de medidas protetivas voltado às vítimas e suas famílias, assim como políticas públicas que realizam repasses financeiros para enfrentamento da problemática, as estatísticas mais recentes (entre 2016 e 2023) evidenciam o contínuo aumento do número de notificações sobre casos de feminicídio, agressões físicas, sexuais e psicológicas ou danos patrimoniais.

Por meio do Ministério de Desenvolvimento Social, existem entidades competentes que oferecem apoio e assistência às vítimas de violência, além dos departamentos de segurança pública e delegacias especializadas. Entre esses órgãos, destaca-se a atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social

³ É a ideia de que apenas relacionamentos dentro dos padrões tradicionais, relacionamentos afetivos entre homens e mulheres cisgêneros, são considerados “normais” pela sociedade.

(CREAS) no apoio às mulheres e famílias em situações de perigo, vulnerabilidade social ou que tiveram seus direitos violados.

O CREAS é responsável por encaminhar as vítimas para um local denominado "casa abrigo", área de hospedagem totalmente sigilosa que garante a defesa e a proteção das mulheres que estão enfrentando violência doméstica, familiar ou sexual, principalmente quando correm risco de vida, bem como de seus dependentes. Ademais, além de oferecer abrigo seguro, essas instituições também oferecem suporte psicológico, assistência financeira e ajuda doméstica para auxiliar as vítimas (e seus dependentes) a reconstruir suas vidas em um ambiente seguro e protegido.

Entre as medidas em vigor atualmente, listamos o distanciamento da vítima do agressor, bloqueio de bens e contas, ordem de restrição, moderação de visitas a dependentes, suspensão de porte de armas e acompanhamento psicossocial da vítima e do agressor. Essas medidas são adequadas conforme cada caso, e em algumas situações a polícia pode ser acionada para que a lei seja efetivamente cumprida (TEIXEIRA, 2023).

Desde março de 2023, as Delegacias da Mulher (DEAM) passaram a funcionar ininterruptamente (24 horas por dia e 7 dias da semana) em todo território nacional, medida essa sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representando um indicativo de mudança no discurso político adotado pela gestão do Governo Federal que se iniciou em 2023. Ademais, nos municípios onde não houver DEAM, as delegacias existentes deverão priorizar o atendimento da mulher vítima de violência por uma agente mulher especializada (BRASIL, 2023).

Nas abordagens mais recentes dos movimentos sociais, o movimento feminista, juntamente com o movimento LGBTQIA+, tem avançado e conquistado direitos para mulheres cisgêneros, lésbicas, transgêneros, e pessoas não binárias, que também estão inseridas entre o público-alvo da Lei Maria da Penha.

Ainda assim o caminho é árduo. Conforme os indicadores analisados, fica evidente como os casos de violência contra as mulheres nos últimos anos ocorreram em sua maioria no ambiente

residencial (68,3%), ou seja, lugar em que a mulher deveria encontrar conforto e segurança. E, as agressões são praticadas na maioria das vezes pelo seu parceiro (53,6%) ou ex-parceiro (19,4%), filhos e parentes próximos (10,7%) (FBSP, 2023).

Ou seja, os casos ocorrem não apenas dentro de casa, mas em maior parte, envolvendo familiares, um elemento que especulamos que pode justificar a subnotificação (uma hipótese a ser investigada), a fim de proteger os agressores, ou seja, as mulheres são agredidas por pessoas íntimas, com sentimento de afeto e, por isso, não querem fazer a denúncia legalmente.

Vamos então pensar no corpo-território, o que envolve refletir sobre como a violência deixa marcas em nossos corpos e está ligada às invasões nos nossos territórios. É preciso entender a história e analisá-la evidenciando como a submissão dos corpos das mulheres são perpetuadas. Desse modo, o corpo também passa a ser um lugar de resistência e de disputa, onde nos permite criar estratégias que conduzam ações de movimentos coletivos (CRUZ *et al.*, 2017). Enfatizando:

Além de produzir homens frustrados com maior tendência a violência que já é perpetuada pelo patriarcado, o capitalismo condiciona as mulheres a se colocarem em situações de “aceitação” da violência devido a precarização de sua situação econômica (GONZA, 2020. p. 45-61).

Logo, a afirmação implica que por muitas vezes as vítimas sentem-se responsáveis pelas agressões sofridas, se sentem culpadas pelo fato de serem atacadas pelo outro, culpadas pelos corpos e suas curvaturas, pelas roupas utilizadas, por seus gestos e falas.

O movimento feminista no Brasil

São notórias as ações ao longo da história ligadas à luta das mulheres por equidade entre seus direitos civis plenos e respeito na sociedade. Desde as bruxas perseguidas na idade média (na Europa), até as lutas femininas que transcorreram para o Brasil, com o

movimento sufragista, que vem do termo “sufrágio”, em que faz referência a palavra voto, em latim. Esse foi um grande movimento de mulheres que foram às ruas para conquistar o direito ao voto, marcando a chamada primeira onda do movimento feminista.

O movimento feminista é um movimento político, filosófico e social que defende os direitos e igualdades entre homens e mulheres. No Brasil, esse movimento possui grandes nomes e marcos, como Nísia Floresta Augusta, em 1832 que lutou pela educação, criando uma escola de meninas no Rio de Janeiro.

Em 1919 a ativista Bertha Lutz, esteve à frente do movimento sufragista no início do século XX, abrindo caminho para o voto feminino, para igualdade salarial e licença maternidade. Em 1949, Simone Beauvoir publicou a obra *O Segundo Sexo*, abordando a opressão feminina. Após esse período, muitas mulheres se juntaram e participaram ativamente da luta contra a ditadura militar.

O primeiro grupo de mulheres feministas, depois de Simone Beauvoir, surgiu em São Paulo, no ano de 1972. Em 1980, o movimento ganha força, unindo-se com outros movimentos sociais, tais como: o movimento contra o racismo. Esse foi um momento muito importante para o movimento feminista, pois, até então, o feminismo era voltado para classe média, e nesse momento ganha adesão das camadas populares, marcando o final da segunda onda feminista no Brasil.

A importância do feminismo como movimento social é inegável para a luta por direitos civis, equidade entre homens e mulheres. É preciso entender que cada um/a de nós é atravessado/a por meio dos inúmeros marcadores sociais (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade etc.) que nos colocam em diferentes posições sociais e orientam nossas reivindicações daquilo que acreditamos ser necessário em uma sociedade.

Os feminismos negros, enquanto movimentos sociais, começam por questionar justamente a categoria mulher como uma unicidade. E fazem isso, principalmente, destacando a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como mulher negra em uma sociedade que, para além de ser sexista, é também racista. Os

feminismos negros, portanto, denunciam que assim como, de maneira estrutural, o sexismo posiciona a mulher de forma subordinada na sociedade; o racismo também ocupa esse lugar quando interseccionado com demais marcadores sociais (ASSIS, 2019).

A terceira onda é delimitada a partir de 1984, quando foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher, que promove uma campanha vitoriosa para inclusão dos direitos da mulher na Carta Constitucional. Na década de 1990, a principal luta do movimento feminista foi contra a violência doméstica, que encontrou forte apoio, já na quarta onda, em 2006, com a criação da Lei Maria da Penha.

Na quarta onda, o movimento já tinha mais força no Brasil, uma grande luta coletiva contra violência sexual, discussões sobre as raízes do patriarcado, marcando o empoderamento feminino e a interseccionalidade como pautas do feminismo. (Também a junção do movimento LGBTQIA+⁴ e o feminismo negro).

Atualmente, ainda vivemos a quarta onda do movimento. Falas ganharam forças como: “meu corpo, minhas regras” no sentido do corpo se tornar uma questão central. A ascensão da mulher na mídia propagando falas como questões frequentemente colocadas sobre os diversos abusos sofridos pelas mulheres, para além do ambiente doméstico, como no trabalho, nas universidades, lugares públicos e privados. A questão do aborto legalizado também é uma contínua pauta das feministas que até o momento defendem a legalização do interrompimento da gravidez, mas o que temos é o aborto legalizado em alguns casos que são: se a gravidez for decorrente de estupro, se apresentar risco de vida à mulher e se for caso de anencefalia fetal (não formação do cérebro do feto) que são resultados de luta do movimento feminista.

⁴ Movimento anteriormente LGBT que se ampliou para LGBTQIA+, cuja sigla significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais. O sinal de mais significa outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam em um padrão cis heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.

Análises sobre a Região Administrativa de Presidente Prudente

Neste capítulo trazemos a síntese dos dados de registros de ocorrência na Região Administrativa de Presidente Prudente. No cartograma da figura 3 os círculos proporcionais indicam a população total do município. Os polígonos municipais com variação na saturação do matiz indicam o número de agressões registradas para cada 100 habitantes, evidenciando aquelas cidades que possuem os mais elevados números de casos de agressões registrados em relação a sua população⁵.

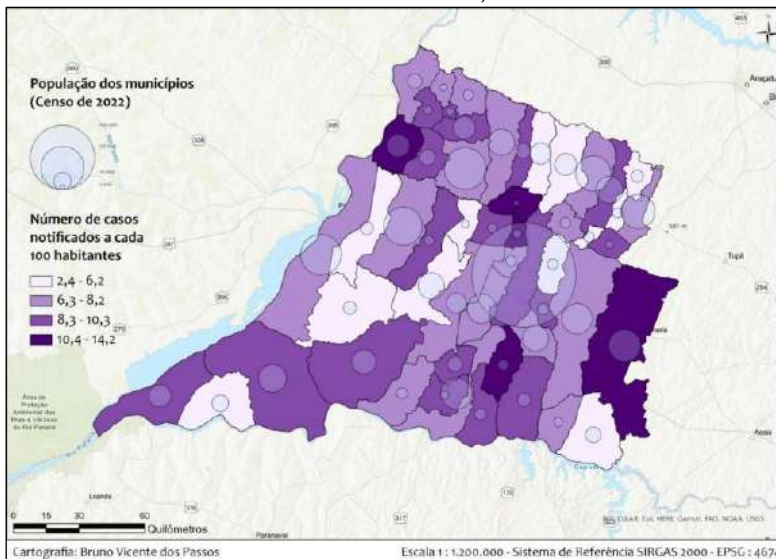
Embora o município de Presidente Prudente não apresente os indicadores mais preocupantes, ainda existe um número expressivo de denúncias quando comparados à região. De acordo com a Delegacia da Mulher da cidade, foram registrados mais de 20 mil casos entre 2016 e 2020, ou seja, aproximadamente, mais de cinco mil notificações por ano. Isto significa que, em média, são realizados 14 registros de denúncias de violência contra a mulher por dia (BATISTA, 2023).

As cidades com maior registro de ocorrências proporcionais foram Anhumas, Flora Rica, Panorama, Rancharia e Santo Expedito. Analisando as circunstâncias e considerando essa conjuntura, se torna relevante espacializar esses dados e criar mecanismos para compreensão da realidade, as potencialidades para o enfrentamento a reprodução de uma ideologia de violência contra a mulher.

Isso não é tudo, entre os anos de 2019 e 2020, conforme os dados do gráfico da figura 4, os crimes que foram mais cometidos na região são de ameaça (37%), seguido de injúria (27%) e lesão corporal (21%), entre outros tantos que incluem, dano patrimonial, abuso e importunação sexual, violação de domicílio, homicídio etc.

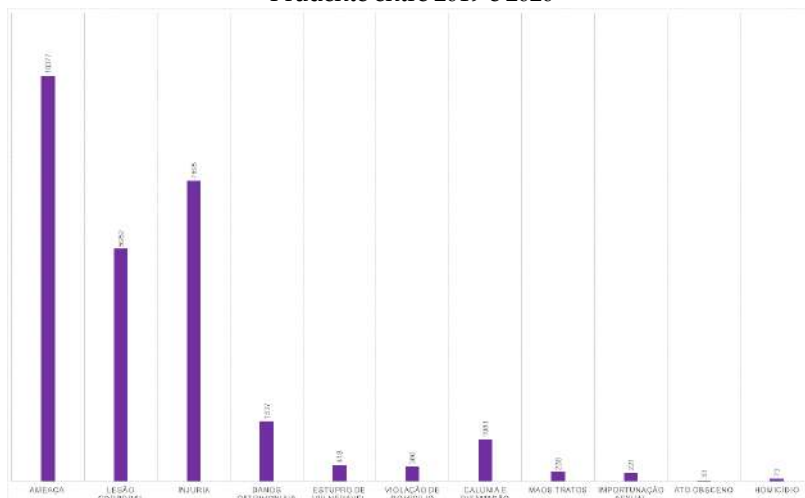
⁵ Uma vez que Presidente Prudente apresenta uma população expressivamente maior que as demais na mesma região, foi necessário trabalhar com uma variável proporcional para o número de registro de ocorrência. Do contrário, os indicadores do município poderiam mascarar o dado real dos demais.

Figura 3 - Mapa indicando a quantidade de agressões a cada 100 habitantes e sua população total na Região Administrativa de Presidente Prudente – SP (dados entre 2016 e 2020)



Fonte: Delegacia da Mulher de Presidente Prudente-SP, 2016 – 2020.
Organização: Nayara Leva Batista, 2022.

Figura 4 – Gráfico dos casos registrados na Região Administrativa de Presidente Prudente entre 2019 e 2020



Fonte: Delegacia da Mulher de Presidente Prudente, 2019 – 2020.

Considerações

O enfrentamento da problemática ainda demanda um árduo caminho, sendo essencial que os debates sobre a violência contra as mulheres se estendam aos sistemas de ensino do país. A conscientização desde a infância e o estímulo ao respeito e à igualdade de gênero são fundamentais para romper com a perpetuação de comportamentos violentos e desiguais.

O aumento dos casos de violência contra a mulher, sobretudo o feminicídio, grau máximo do ciclo da violência contra mulher, resultam em um conjunto de outros problemas sociais que ocorrem em cadeia, como por exemplo os “órfãos do feminicídio”, para filhos que perdem não apenas a mãe, mas em muitos casos o pai para a prisão, ou mesmo cometem suicídio.

Outro fator preocupante são os dados não notificados, embora haja avanços nas políticas públicas de combate e enfrentamento da violência contra a mulher, há muito a se fazer para que vítimas não sejam silenciadas e famílias não sejam destruídas. A agressão verbal seria a ponta do *iceberg*, o primeiro indício de violência, e, por isso, a importância da notificação o quanto antes para a intervenção dos profissionais competentes. As violências contra as mulheres encontram-se no silêncio da sociedade brasileira que normaliza a barbárie diariamente. Além disso, é um dever social não desagregar tais relações de violência aos agressores, culpabilizando as vítimas na reprodução dessa estrutura de poder patriarcal.

Referências

ALVES, A. C. F; ALVES, A. K. da S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. IV **Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, v. 29, 2013.

AMORIM, M. S. M. A. Interseccionalidade, sexualidade e identidade de gênero: um estudo exploratório sobre territórios e territorialidades da comunidade LGBTI+ em Belo Horizonte. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 1682-1699, 2019.

ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2019.

BAGAGLI, B. P. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. **Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações**, 2018.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 449-469, 2014.

BATISTA, N. L. Atualização do banco de dados sobre a violência contra as mulheres na 10ª região administrativa de Presidente Prudente. **Anais [da] XXII Semana de Geografia da FCT Unesp; Anais [do] XVII Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia; Anais [do] VIII Seminário Nacional de Integração da Graduação e Pós-graduação em Geografia [recurso eletrônico]: ciência geográfica e os dilemas atuais da humanidade: entre guerras e pandemias**, 17 a 22 de outubro de 2022 / coordenação geral do evento Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Alberto Feliciano. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2023.

BORSOI, B. F. G. Beleza plástica: a fetichização do corpo feminino como mercadoria no espaço heteronormativo. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 16, p. 61-75, 2020.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Centro de Referências Especializado de Assistência Social. **Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome**. 2019. Disponível em: Acesso em: 29/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 16/09/2023.

BUENO, S; MARTINS, J; BRANDÃO, J; SOBRAL, I; LAGRECA, A; **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. FBSP: 4ª edição, 2022.

BUENO, S. *et al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 2, 2021.

BUTLER, J. **Lenguaje, poder y identidad**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *In*: CARDOSO, R; CHAUI, M; PAOLI, M. C; SORJ, B; MONTERO, P; ANDRÉA, R; RODRIGUES, L. (Orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. v.4. p.23-62.

CRUZ, D. *et al.* **Mapeando el cuerpo-territorio**. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017.

DE PAULA, L. A. C; PEDROSO, M. F. Gênero em espacialidades geográficas: trajetórias e coetaneidade. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 16, p. 5-19, 2020.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na justiça. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 2-49, 2007.

DOS SANTOS, E. C; SPOSITO, E. S. A dinâmica recente do setor industrial e de seu mercado de trabalho formal da região administrativa de presidente prudente–SP. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 8, 2008.

FBSP. Anuário Brasileiro. **Fórum brasileiro de segurança pública**. São Paulo, v. 9, 2023.

GONZA, E. L. J; REZENDE, B. C. As Múltiplas Escalas da Violência contra as Mulheres: A Situação das Mulheres na América Latina durante a Pandemia da Covid-19. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 45-61, 2020.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, p. 59-70, 2005.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: Reestruturação das cidades, reestruturação urbana. In:___ (org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. p. 233 – 253.

TEIXEIRA, L. Medida protetiva como identificar a necessidade e requerer direito. **<Humanista> jornalismo e direitos humanos**. Fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/02/17/medida-protetiva-como-identificar-a-necessidade-e-requerer-direito-entenda/> LUISA TEIXEIRA, Acesso em: 16/09/2023.

TIROS, FACADAS, MEDO E RESISTÊNCIA: geografia das mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil em 2023

Wilians Ventura Ferreira Souza

Precisamos resolver nossos monstros secretos, nossas feridas clandestinas, nossa insanidade oculta. Não podemos nunca esquecer que os sonhos, a motivação, o desejo de ser livre nos ajudam a superar esses monstros, vencê-los e utilizá-los como servos da nossa inteligência. Não tenha medo da dor, tenha medo de não enfrentá-la, criticá-la, usá-la. [...]
Michel Foucault

Introdução

“O Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo”, essa frase já se fixou como um título não desejado que retrata um país campeão no número de assassinatos e motivações que implicam na execução direta e no autoextermínio. O que se observa é a existência de um conjunto de aspectos estruturais e estruturantes que produzem uma sociedade marcada pelo racismo, machismo, capacitismo, LGBTIfobia, entre outras expressões da violência geograficamente reconhecida a partir dos observatórios que produzem tais dados sobre mortes e violações. Apesar do Brasil possuir um número elevado de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+, não basta enunciar que efetivamente somos o país que mais mata tal grupo e segmento, é necessário um aprofundamento e análise sobre os dados, assim como a constituição dos sujeitos mais violados evidenciando aspectos de raça, gênero, sexualidade, faixa etária, classe social etc.

Este capítulo é o resultado de anos de pesquisa atrelados a participação efetiva nos observatórios e instrumentos da sociedade civil organizada que buscam evidenciar um conjunto de processos violadores de direitos e corpos. Tem por objetivo mapear e

espacializar as mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no Brasil em 2023, bem como apontar as interseccionalidades presentes nos contextos da morte e violação. Observa-se de antemão, o relevante papel da geografia não somente na produção de uma análise espacial mais acurada, mas também nas possibilidades do diagnóstico da LGBTIfobia estrutural desempenhadas em diferentes escalas e dimensões da vida.

Busco com esse capítulo realizar uma leitura socioespacial dos dados existentes referentes a violência letal praticada contra sujeitos LGBTQIA+ brasileiros (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades e orientações que extrapolam a sopa de letrinhas ou definições insuficientes), evidenciando um número significativo de casos de violência, pulverizados nas mais diferentes camadas da sociedade, classificadas e lidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, especialmente o Movimento LGBTQIA+ brasileiro, como “crimes de ódio”, já que estes ratificam um processo de brutalização desses corpos, subjetividades e vidas (EFREM FILHO, 2016).

Para uma melhor compreensão do texto, adotamos a sigla LGBTQIA+ (significando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e o “+” indicando outras expressões e identidades), que designa um coletivo de sujeitos genericamente concentrados dentro da categoria maior “diversidade sexual” (NOGUEIRA *et al.*, 2018).

O processo de pesquisa e construção inclui diferentes instrumentos, etapas e momentos de reflexão, como também a análise e compreensão, seja do objeto de estudo ou até mesmo no momento da leitura de dados e informações relacionados à temática que se investiga.

Pesquisar é construir uma investigação de uma história real, dialética e concreta, que acontece nos encontros e desencontros da vida, dos conflitos, das produções, das desigualdades, isto é, relações sociais materializadas no espaço. As temáticas e histórias que atravessam o desenvolvimento de pesquisas e daqueles que a

produzem, ganham um significado e uma melhor apreensão que pode nos levar a diferentes problematizações, mudanças de metodologias, construção de ideias concisas em relação ao tema estudado e a busca pela solução dos diferentes desafios que, possivelmente, surgiram ou surgirão durante o processo de construção científica.

Nesse sentido, uma pesquisa geográfica construída e desenvolvida sobre vidas de pessoas LGBTQIA+ ceifadas por uma violência estrutural, demandou um aprendizado profundo e ininterrupto entre a teoria e a realidade, entre o dado concreto da vida exterminada e a narrativa científico-geográfica construída sobre aquele fenômeno que culminou na existência de territórios marcados pela conflitualidade e brutalização da vida que foge de um padrão de gênero, classe, raça, sexualidade, etnia etc.

As normas da sociedade, de um modo geral, são baseadas em leis onde o “mais forte vence o mais fraco”, onde o corpo é construído sobre a égide da estética capitalista, sobre o conceito de perfeição (mas afinal, o que é perfeição?), quem em algum momento da história disse e determinou que um corpo, sexualidade ou gênero fosse considerado o mais forte, o mais belo ou o normal? Talvez seja essa a pergunta chave que abrirá boa parte das portas que escondem a falsa universalidade do gênero, raça e sexualidade, que por fim, produz diferenças que são utilizadas para marcar os corpos que dentro dessa nefasta lógica valem menos ou então são corpos marcados para morrer.

As questões que envolvem corpo, sexualidade e gênero, são perpetradas pela luta diária de sujeitos que há tempos foram silenciados pelo preconceito, pela violência e descaso. Assim, falar de corpos de pessoas LGBTQIA+, é falar de *expressões e performances* que subvertem a heteronormatividade, é o ato de ir contra essa norma, é demonstrar que existem outras formas de viver, sentir e de se materializar no espaço, visto que ele é socialmente produzido e disputado.

A materialização da violência contra sujeitos LGBTQIA+, é realizada através da construção de diferentes etapas, formas e

intensidades e estão contidas no ato da violência, que pode ser explícita ou estar presente em olhares de desprezo, desconfiança, indiferença e ódio. Também pode estar representada pela violência institucional como a falta do acesso à saúde, educação e trabalho.

No entanto, tratarei aqui da violência explícita nos corpos desses sujeitos, violência que mata e nega o direito ao espaço, o direito à vida. Ao mesmo tempo em que são imersos num contexto marcado pela violência, brutalização e estigma, observa-se o surgimento de diferentes expressões que resistem a esse tempo marcado pelo preconceito e intolerância, são corpos que apresentam uma outra proposta, esta por sua vez heterogênea e plural.

A violência imposta a esses corpos ocorre em um determinado espaço, nele as disputas e narrativas se chocam, se batem, se cruzam e, se transformam em disputas socioespaciais e socioterritoriais que vão desde a dominação/ocupação daquele espaço o transformando em espaços políticos, até a exibição de corpos considerados pela lógica heteronormativa como “transgressores”.

É mediante a essa violência imposta e cruel, que o espaço é produzido de forma desigual, as pessoas LGBTQIA+, que historicamente ocuparam os “guetos”, identificados a partir das redes de sociabilidade, e também outros espaços como praias, zonas de prostituição, hotéis, espaços de pegação, entre outros, onde eram socialmente aceitos e menos violados, já que a maioria dos espaços urbanos se apresentavam como hostis e não permitiam o fluxo de seus corpos, ou corpos que não possuíam características contidas e expressas no padrão heteronormativo ou que fugiam das práticas sociais, culturais e de crenças baseadas na heterossexualidade e cisgeneridade (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

As produções de Silva e Ferreira (2017) e Costa (2007; 2012) estabelecem um diálogo relevante em torno dos papéis desempenhados pelos corpos, suas expressões e os seus propósitos, elementos que estabelecem um diálogo com as suas identidades. Costa (2012, p. 262) revela que “a identidade une e representa um conjunto de sujeitos que se apresentam como uma parcela

importante de certa população, mesmo que determinada como minoria, como estigmatiza e/ou marginalizada”.

Outros (as) autores (as) como Facchini (2002), Molina (2011) e MacRae (1992), foram essenciais para a leitura realizada em torno da história do Movimento LGBTQIA+ brasileiro e dos sujeitos que compõem os movimentos. Ressalta-se, especialmente, a importância da dissertação de Facchini (2002), intitulada “*Sopa de Letrinhas? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*”, em que realiza uma leitura histórica muito precisa em torno da construção das coletividades de determinados sujeitos do movimento, da ação coletiva, do movimento homossexual e das lutas por visibilidade e respeito, materializadas, principalmente, através de mudanças nas dinâmicas espaciais das cidades que inicialmente receberam os primeiros protestos e as Paradas do Orgulho, o que revela a organização popular e a resistência dos movimentos a diferentes tipos de violências e violações praticadas há décadas. O processo de estigmatização desempenhado contra esses sujeitos provocam ações e agrupamento de forças coletivas, que comumente se manifestam através dos movimentos socioespaciais organizados (SOUZA; FELICIANO, 2021)

Esses sujeitos que vivem processos de exclusão não satisfeitos com a condição que lhes fora imposto, se organizam enquanto sujeitos políticos na busca pela disputa daquilo que certamente corresponde a sua sobrevivência. A disputa política evidenciada pelas manifestações em diferentes espaços da cidade e até mesmo a utilização de seus próprios corpos como sinônimo de luta, afirmando, “meu corpo é meu território”, nos traz importantes reflexões em torno dos conceitos clássicos da geografia, tidos como categorias de análise, como espaço e território.

A diversidade sexual e de gênero como um território em disputa

Observa-se atentamente o fortalecimento de diferentes campos políticos em torno de grupos, movimentos, coletivos e instituições que possuem interesses conflitantes na América Latina.

No contexto dos movimentos socioespaciais LGBTQIA+ e do debate de gênero e sexualidade se observa a aglutinação e a concatenação dos movimentos feministas e LGBTQIA+, por outro lado, diferentes segmentos católicos carismáticos e evangélicos, sobretudo, pentecostais, constroem uma narrativa ultraconservadora aliada a política do combate e do enfrentamento à diversidade em todas as instâncias possíveis. O fato é que estamos evidenciando uma disputa por espaços e territórios, a vitória de um grupo, coletivo e paradigma significa a efetivação e materialização de políticas públicas que podem potencializar a vida e a diversidade ou então reduzi-las drasticamente nos espaços de representação e poder.

Os conceitos, os ideais e as pautas de cada um destes movimentos estão bem definidas no campo da disputa simbólica e material. Os movimentos LGBTQIA+, feministas e, de maneira geral, os movimentos que lutam pela diversidade sexual e de gênero, constroem uma agenda tendo por objetivo promover a igualdade de gênero e a extensão dos direitos civis, sexuais e reprodutivos. Por outro lado, os setores conservadores adotam uma política também de identidade e representação, entretanto, com uma agenda voltada para a defesa da “liberdade religiosa”, da família e da moral cristã. Assim, “Sem desconsiderar a heterogeneidade existente nos dois lados, quando se trata das disputas em torno do gênero e da sexualidade, é possível detectar o antagonismo entre uma agenda marcada pelo pluralismo étnico e outra orientada por concepções morais unitárias” (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020, p. 13).

O ponto inicial para se observar a ascensão das pautas ultraconservadoras no Brasil e, em certa medida, na América Latina e no mundo, é averiguar e compreender os caminhos históricos, políticos e ideológicos trilhados por alguns setores estratégicos da sociedade. No Brasil, por exemplo, movimentos como o Escola Sem Partido e as mobilizações em torno da chamada “ideologia de gênero” mostram como a moralidade e os valores tradicionais têm sido centralizados no discurso político. No caso da Argentina,

setores ligados ao movimento *"Con Mis Hijos No Te Metas"* desempenharam um papel crucial ao se oporem às políticas de educação sexual integral, defendendo uma perspectiva religiosa e conservadora sobre os papéis de gênero e sexualidade.

Na América Latina como um todo, a pauta conservadora é frequentemente construída em torno da defesa da família tradicional e da moral, sendo sustentada e reforçada pelo discurso religioso, particularmente por setores influentes de igrejas evangélicas e católicas. Esses discursos atuam como base para a reprodução de uma ordem social que resiste a avanços nos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+. O fortalecimento de líderes populistas, como Jair Bolsonaro no Brasil, que utilizaram essas pautas para mobilizar grandes parcelas da população, ilustra como o conservadorismo encontra eco em momentos de crise social e política.

Neste contexto, a moralidade se torna uma ferramenta de mobilização que, enquanto defende um modelo social hierárquico e excludente, molda o debate público e redefine os caminhos da política e da cultura na região.

A reação dos religiosos conservadores e a ascensão das pautas acima supramencionadas, se inicia na década de 1990 a partir da incorporação de temáticas voltadas para a diversidade sexual e de gênero como uma das diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU). As mobilizações contrárias a essas incorporações e debates se dariam inicialmente, sobretudo, no âmbito do judiciário, legislativo e de protestos de rua em "defesa da família" e contra a "política de gênero".

Como apontam Vaggione, Machado e Biroli (2020), a noção de "ideologia de gênero", que tem sua origem em 1990, seria neste contexto histórico transformado em uma política estratégica que facilitou e contribuiu para a atuação conjunta de diferentes sujeitos conservadores fornecendo, em certa medida, novos e diferentes recursos para a mobilização popular.

Já na década de 2010 se observa a difusão do termo "ideologia de gênero", isso se dá como parte de uma estratégia política

extremamente eficaz. É apresentada como uma espécie de “cola simbólica” que contribuiu significativamente para a atuação conjunta de católicos e evangélicos conservadores cujos interesses são em sua origem distintos.

No Brasil, observa-se um conjunto de reações negativas ao Programa Nacional de Direitos Humanos de 2009 (PNDH-3) e ao Plano Nacional de Educação para o decênio de 2011-2020, o que evidenciou de maneira espantosa que as disputas assumiriam a partir de então um caráter ainda mais intenso e insípido. O apelo popular em torno dessa estratégia se tornaria evidente no ciclo de protestos de rua dos anos 2010, inicialmente na Europa e, em seguida, a partir de 2016, em diversos países latino-americanos, a começar por Colômbia, México e Peru.

Na América Latina, as políticas voltadas para a educação sexual integral, incluídas em planos educacionais e em legislações específicas em vários países a partir de 2010 e, o reconhecimento do casamento igualitário por meio de leis específicas (Argentina, 2009; Uruguai, 2013) ou de decisões judicializadas (Brasil, 2011; Colômbia, 2016; Equador, 2019), acabaram por disparar um conjunto de manifestações, entre elas a “*Marcha de La Familia*” na Colômbia, que levou milhares de pessoas às ruas em 10 de agosto de 2016; a marcha organizada pela *Frente Nacional por La Familia*, no México, um mês depois; e, em novembro do mesmo ano, o lançamento da campanha #*ConMisHijosNoTeMetas* no Peru, que antecede marchas massivas naquele país a partir de março de 2017.

O aspecto mais interessante a ser observado em torno da lógica neoconservadora que fundamenta o discurso de ódio e aversão direcionado às pessoas LGBTQIA+, é de que ela atua sobre alguns modelos e sistemas de governabilidade que tem procurado associar o neoconservadorismo com as exigências do neoliberalismo. Esta aliança entre neoliberais e conservadores, que produz um sistema neoconservador, gera também uma convergência em torno da narrativa de crise que tem como lócus a família.

A aliança conjuntural entre sujeitos católicos e evangélicos tradicionalistas, impelida pelo forte crescimento dos pentecostais

em vários países do continente, defende a família heterossexual, a vida desde a concepção e a moralidade cristã. Opera unificando esses sujeitos no debate e na ação política, como se as disputas morais dentro do catolicismo e do pentecostalismo não existissem.

Nesse sentido, existe uma relação inseparável entre o discurso neoconservador e o fomento aos crimes de ódio e diferentes tipologias de violências materializadas nos corpos de pessoas LGBTQIA+, isso pode ser evidenciado a partir da análise dos crimes cometidos e da inseparabilidade entre o discurso religioso e o discurso de ódio.

Para compreender a indissociabilidade presente nos dados das mortes e violações e no discurso político-ideológico-religioso, é necessário desconstruir o território da diversidade em disputa por esses diferentes grupos. Nesse sentido, a sexualidade não é um resultado meramente biológico como alegam alguns setores conservadores da sociedade, mas é construída a partir das relações e interações sociais que se dão cotidianamente, as sexualidades tidas como “desviantes” são colocadas à margem e categorizadas como pecado, como crime e até em alguns momentos históricos como doença.

Existe assim um projeto de masculinidade e feminilidade, um projeto vigente que coordena as maneiras de se viver a sexualidade, como bem expressa Assunção (2018), as relações de poder influenciam na sociabilidade humana e constroem um modelo hegemônico, a heterossexualidade, como uma norma, a heteronormatividade.

A construção de um discurso religioso em torno das sexualidades reforçou historicamente o processo de estigmatização e violência, ao mesmo tempo em que o Estado reconhecia a existência de outras sexualidades e de suas liberdades, o diálogo entre a igreja e o Estado também diminuía. Assim, na contemporaneidade surgem outros discursos que legitimam uma prática violenta contra sexualidades que não correspondiam aos padrões impostos, o discurso médico e o discurso legal são exemplos da continuidade do processo de violação e estigma.

Pelúcio (2016) observa que a categoria gênero é algo que permeia e atravessa a vida de todas as pessoas, dessa maneira, já se naturalizou equivocadamente a ideia de gênero e, de certa forma, distanciou-se a construção de tal conceito das interações entre os sujeitos e suas diversidades culturais.

A descrição de Scott (1990) sobre gênero traz, desde já, um conjunto de ideias que disputam um território paradigmático, território do saber e do nomear. Assim, ela diz:

Gênero é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida (SCOTT, 1990, p. 12-13).

Pelúcio (2016) aponta para a necessidade de se pensar em gêneros, ou na diversidade dos gêneros, tendo em vista que a construção do gênero se dá a partir do estabelecimento de normas e condutas construídas, principalmente, por meio da cultura e das relações sociais, pré-estabelecidas e estabelecidas pela sociedade/cultura que esse sujeito e corpo está inserido, assim, “temos de pensar em masculinidades e feminilidades e em diversidades de gêneros” (PELÚCIO, 2016, p. 103).

Para além da ideia de gênero e sexualidade como uma construção social e marcada pelas interações, deve-se também às entender a partir da sua dimensão social, estabelecendo relações e correlações com sexualidade, raça, etnia, classe social, pertencimento de geração, entre outras marcas de diferenciação social.

Entende-se que gênero não é sexo, tampouco algo dado pela natureza, também não é imutável, mas apresenta mudanças e modificações importantes de acordo com o contexto histórico, político e, principalmente, cultural. As mudanças e concepções em torno do conceito de gênero não sofrem variações unicamente se comparadas de sociedade para sociedade, existem também, variações que se manifestam no interior de uma sociedade a partir dos recortes já mencionados.

O corpo (sujeito) é, portanto, generificado, o que significa dizer que as marcas de gênero se inscrevem nele a partir dos diferentes parâmetros já expostos. A norma é repetida inúmeras vezes e de forma ininterrupta, daí porque a norma se faz penetrante, daí porque ela é capaz de se “naturalizar” nos corpos e nas relações estabelecidas por eles.

Foucault (2018) alerta para os silêncios ao indagá-los e evidenciar sua potência e capacidade de inscrever fronteiras e práticas espaciais sexualizadas e generificadas, assim, os silêncios são discursos poderosos. A escola é um importante espaço onde se estabelece e se constrói o silêncio, é no ambiente escolar que se tem o contato com diferentes sujeitos sociais, diferentes práticas culturais e políticas, tratar de temas como gênero e sexualidade acaba sendo um verdadeiro desafio para muitos professores que não tiveram qualificação ou contato com esses temas e discussões.

Gênero é algo que se aprende, a partir de pedagogias domésticas, constrói-se ideologicamente e imagetivamente o que é ser homem, o que é ser mulher, quais são os comportamentos aceitáveis e os não aceitáveis, quais as punições, quais as gratificações etc. Butler (2003) afirma que o gênero é discursivo, assim, significa dizer que o gênero é construído por distintas linguagens que, mais do que descrevê-los, formam o que ele é.

A disputa pelos conceitos trabalhados durante o desenvolvimento dessas discussões revelam a presença de diferentes intencionalidades, programas e projetos que, ao serem considerados como hegemônicos, produzem uma compreensão de território baseada em diferentes valores e significados, por esse motivo a diversidade sexual e de gênero se configura enquanto um território em disputa pelos sujeitos, pelo Estado, pela Igreja, enfim, pelas diferentes instituições que buscam conferir e produzir significados sobre o corpo e sobre os diferentes comportamentos.

O trabalho construído por Fernandes (2009) em torno das tipologias dos territórios é uma tentativa relevante de edificar uma leitura sobre as disputas territoriais e os seus processos marcados pelo conflito, assim “convivemos com diferentes tipos de territórios

produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente” (FERNANDES, 2009, p. 197).

Como se sabe o território é um dos mais importantes conceitos da geografia e, nos últimos anos e décadas tornou-se também uma categoria utilizada por outras áreas do conhecimento que centram suas leituras e análises em torno da produção do espaço, assim, “essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território de acordo com as intencionalidades dos sujeitos” (FERNANDES, 2009, p. 198).

É a partir desta concepção de território, isto é, do território relacional, que construímos uma leitura entre diferentes variáveis e conceitos que possibilitam uma compreensão da totalidade e das diferentes matizes e nuances que envolvem a disputa territorial desde a escala do corpo até o urbano (SOUZA, 2020). A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, espaciais e territoriais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade, essa disputa é em muitos momentos violenta e revela a construção de um território normatizado (heteronormatividade, cisnormatividade e patriarcado).

A partir do exposto, é possível compreender os conceitos e o corpo como um importante elemento do espaço geográfico em disputa, que numa apresentação carregada de símbolos e significados, modifica e é modificado pelas relações espaciais desempenhadas por dinâmicas e práticas corporificadas e generificadas.

O espaço como conceito chave para a interpretação das ações do movimento LGBTQIA+ e o corpo como uma escala geográfica viva e potente, nos possibilita construir leituras como essa, em torno das dinâmicas espaciais, das ações coletivas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, dos processos de violação em

curso, da construção de redes de movimentos e territórios de esperança, entre outros temas e questões que ainda serão mais bem detalhados.

Geografia das Mortes de LGBTQIA+ em 2023

Os trabalhos geográficos que de alguma maneira utilizam outros conceitos para inaugurar o debate sobre gênero e sexualidade e, que, porventura, adotam o conceito de território, partem de uma perspectiva que também possui diferentes enfoques, qualidades e fragilidades. Entretanto, não quero me limitar, mas sim, ir além da dimensão material e física, por esse motivo que o território para mim, é multiescalar, multidimensional e está sendo constantemente disputado pelas instituições e movimentos, a presença se faz nas mentes, nos corpos, nas ruas, esquinas, casas e em diferentes outros espaços onde a vida acontece e as relações são produzidas diante da conflitualidade e disputa.

Nesta perspectiva, é possível observar que as cidades possuem um conjunto ilimitado de diversidades e representações das inúmeras possibilidades de ser e se fazer espacial e territorialmente, entretanto, muitos destes corpos e sujeitos que conferem dada e significativa diversidade, não estão representados nos espaços de poder e visibilidade. É importante configurar e postular o que foi dito anteriormente, a diversidade existe, mas possui uma sub-representação, portanto, *“lo corporal como lo espacial están atravesados por múltiples ejes de poder”* (CENICEROS, 2020, p. 71).

Os eixos de poder direcionam e constroem um conjunto de signos e normas que limitam e tensionam a existência de determinados sujeitos e suas práticas culturais, corporais e geográficas. O gênero e a sexualidade são alguns desses eixos que atuam como um sistema de classificação duplamente binário. Dado sistema é referenciado a partir de eixos construídos geograficamente, culturalmente, historicamente e politicamente, fabricam corpos sem direitos, marginalizados, violados e violentados por todas as vias imagináveis.

Um conjunto de discursos e práticas produz uma falsa sensação de que os conceitos historicamente construídos como corpo, sexo, sexualidade e gênero, sempre foram como se apresentam, portanto, posicionam dados conceitos como a-históricos e universais. Entretanto, estes conceitos são resultados da produção social, cultural e geográfica de um determinado tempo e espaço, cujos significados se alteram entre as diversas sociedades e os momentos históricos.

A invenção do gênero como um parâmetro de verificação da normalidade (BUTLER, 2003; DE LAURETIS, 1993; FAUSTO-STERLING, 2002; PRECIADO, 2017), é apenas um dos eixos/matrizes de conotação hierarquizante que através do tempo e de diferentes sociedades foi se estabelecendo e se consolidando. O gênero e sexualidade são, portanto, marcadores sociais que constroem e produzem determinados corpos, sujeitos e práticas espaciais. A invenção desta categoria não é natural, tampouco inocente, deve-se reconhecer as múltiplas intencionalidades presentes na criação do gênero e sexualidade enquanto uma matriz capaz de hierarquizar e produzir desigualdades múltiplas.

O corpo é um exemplo desta relação, já que o lugar que ocupa nas distribuições sociais e espaciais de cada cultura é condicionado a partir de um conjunto variado de significados alicerçados historicamente, politicamente e culturalmente. Esse conjunto de significações sobre os corpos são produzidos discursivamente a partir do que é considerado “natural”, “verdadeiro”, “genuíno” e “legítimo”.

O corpo pode ser lido como um espaço e território em movimento que produz e modifica outros espaços e territórios à medida que os coloca em questão. O corpo também carrega um conjunto variado de símbolos e significados socialmente construídos, o que pode em determinadas circunstâncias provocar crises de conceitos e temas adotados com naturalidade e “inocência” por diferentes setores da sociedade.

A relação destes variados corpos LGBTQIA+ resultam na disputa e apropriação de determinados espaços visando a

construção de referências e possibilidades no que se refere à representação destas pessoas na cidade. A partir da teoria *queer*, pode-se dizer que estes corpos são socialmente lidos como “corpos impróprios”, logo, o impróprio carrega a noção de “não próprio” e “não apropriado” para pertencer ou estar em um determinado espaço.

Para falar sobre a geografia das mortes e de suas representações, cabe mencionar os fenômenos crescentes de invisibilidade e violência contra as pessoas LGBTQIA+ no contexto das cidades brasileiras. Falar de cidade é fundamental, já que é a partir dela que as sociabilidades são construídas e é também nela que sexualidades tidas como dissidentes são assassinadas e violadas continuamente e cotidianamente. A cidade, neste sentido, representa a materialização de um conjunto de relações, interações, disputas e conflitos engendrados pela disputa territorial. A cidade é uma construção permanente e contínua, ela está em constante transformação e mudança, nela estão presentes uma mescla de culturas, identidades, *performances*, visuais, corpos e experiências.

As desigualdades expressas e manifestadas no espaço urbano representam a materialização de um conjunto de contradições e conflitos que foram produzidos a partir do aprofundamento das desigualdades socioespaciais, desigualdades que são reflexos do modelo de produção e acumulação de capital, o que faz com que a cidade seja um espaço de intensas disputas e conflitos.

A concepção construída por Carvalho e Júnior (2017) sobre a “cidade-armário” traz importantes contribuições para a nossa concepção de Geografia das Mortes ou Territórios da Morte materializados também nas cidades brasileiras. A “cidade-armário” é uma construção ideológica que orienta a produção e a reprodução do espaço urbano a partir da lógica e da racionalidade heteronormativa, evidentemente que essa concepção produz um conjunto de regras, normas e violências contra pessoas LGBTQIA+ na cidade. Entretanto, vale sempre ressaltar que cada um desses grupos sofrem e sentem os processos de violência e violação de

diferentes formas, nesse sentido, também vivem e produzem territorialidades distintas no espaço urbano.

A cidade ao não produzir espaços de acolhimento e respeito às pessoas LGBTQIA+, acaba por empurrar todas as sexualidades tidas como dissidentes para o precipício da marginalização e da violência. Para além do reforçamento da universalidade em torno dos sujeitos que compõem o Movimento LGBTQIA+, é imprescindível destacar que determinados segmentos da comunidade sofrem de maneiras distintas à LGBTfobia estrutural. Uma travesti sofre diferentemente de um homem bissexual, que porventura distingue-se das violências direcionadas aos corpos de mulheres lésbicas etc. Aspectos como raça, etnia, cultura e classe social se entrecruzam e produzem na dimensão do corpo o que Efreim Filho (2017) denomina de reciprocidades constitutivas. Isso fica evidente ao relatar o caso do assassinato de Safira, travesti, preta, pobre e “manca”, nesse sentido, é preciso superar leituras monotemáticas e construir uma crítica e resistência a concepção de sujeito universal.

É preciso inicialmente, construir-se uma ideia e pensamento em torno dos contextos das mortes das pessoas LGBTQIA+. Sabe-se que são mortes violentas e, em muitos casos, com crueldade. Indo mais afundo é necessário ler e interpretar as relações espaciais e territoriais que se estabelecem e engendram conflitos, processos, disputas e, em alguns momentos conquistas, a partir do trânsito de corpos considerados anormais, doentes, pecado, subversão e tudo que é posicionado enquanto marginal, não no sentido geográfico, mas sim, no sentido histórico, cultural e social.

O contexto histórico, social e geográfico contribuem para a formação de um quadro de elementos e símbolos materiais e imateriais que percorrem o inexplicável número de golpes, facadas, tiros, ou seja, a brutalidade no ato da violência representa não apenas a execução da vítima, mas a destruição da sua imagem e, principalmente, os símbolos, marcas e disputas que essas imagens carregam e produzem ao se espacializarem nas cidades assim, “é

nos interstícios entre o excessivo e o inexplicável que a homofobia se constrói” (EFREM FILHO, 2016, 326).

Os contextos geográficos e as relações espacializadas e territorializadas são importantes elementos para a constituição do contexto de brutalização e violência. Como bem postula Efreem Filho (2016), o território sexualizado pelo perambular das travestis que se prostituem é o mesmo território criminalizado pela atuação policial e pela circulação de mercadorias ilegais. Nesse sentido e processo, não só a travesti se confunde com o traficante, como a sexualidade se imiscui no crime, esse é um dos vários exemplos que revelam a constituição de territórios marcados pela disputa, medo, violência, crime e morte (SOUZA, 2021).

Os dados revelam esse triste contexto de brutalização e violência direcionada às pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Em 2023 foram registradas 230 mortes de pessoas LGBTQIA+ de forma violenta, sendo 184 assassinatos, 18 suicídios (autoextermínio) e 28 mortes por outras causas.

O Brasil continua a figurar entre os países mais violentos do mundo, conforme revelado pelo Estudo Global sobre Homicídios, divulgado pela ONU em dezembro de 2023. Com um histórico marcado por violações de direitos humanos, especialmente em relação às minorias (sociais), é destacado que a comunidade LGBTQIA+ no Brasil seja um dos grupos mais vulneráveis à violência.

Esse cenário é evidenciado pelo “Dossiê 2023 – Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil”, que aponta um preocupante aumento na violência letal contra pessoas LGBTI+ ao longo das últimas duas décadas, refletindo uma escalada contínua desse tipo de violência.

Entre os sete segmentos analisados no relatório, dois grupos se destacam como os mais frequentemente violentados, repetindo a tendência dos anos anteriores e representando conjuntamente mais de 87% dos casos. A população de travestis e mulheres trans foi a mais atingida, correspondendo a 61,74% das mortes (142 casos), seguida por homens gays, que representaram 25,65% do

total (59 casos). Além desses, foram registrados casos de violência contra homens trans e pessoas transmasculinas (13 mortes, 5,65%), mulheres lésbicas (7 mortes, 3,04%), e pessoa não binária (1 morte, 0,43%). Outras 8 mortes (3,48%) foram identificadas entre pessoas pertencentes a outros segmentos da comunidade LGBTQIA+.

Esses dados refletem a grave realidade enfrentada por grupos que desafiam normas de gênero e sexualidade, especialmente travestis, mulheres trans e homens gays, que seguem sendo os alvos preferenciais de crimes de ódio e violência letal. O crescimento dessa violência demonstra a necessidade urgente de políticas públicas eficazes voltadas à proteção desses indivíduos, além de um esforço contínuo para combater o preconceito e a discriminação estrutural que permeiam a sociedade brasileira.

A pesquisa identificou diversos tipos de violência, como agressões físicas e verbais, a negação de serviços, e as tentativas de homicídio contra a população LGBTQIA+ no Brasil ocorrem em diversos contextos, como o ambiente doméstico, vias públicas, locais de trabalho, instituições de cárcere, entre outros. Para uma compreensão mais aprofundada dos padrões e das causas subjacentes à violência letal dentro de uma comunidade ou sociedade, a análise do perfil das vítimas se configura como uma ferramenta crucial. Essa abordagem permite a identificação de padrões demográficos, incluindo idade, gênero, raça/etnia, status socioeconômico, e práticas socioespaciais, fatores que podem estar correlacionados com um maior risco de vitimização.

A pesquisa revelou que a violência física e psicológica dirigida à população LGBTQIA+ no Brasil afeta indivíduos de todas as raças, idades, classes sociais e profissões, ainda que de forma diversa e, em muitos casos, desigual. No entanto, é comum que as reportagens sobre assassinatos ocultem informações essenciais sobre a diversidade que compõe as identidades LGBTI+, o que contribui tanto para a invisibilização dessa população quanto para a relativização da gravidade da violência sofrida por esses grupos.

Os dados indicam que, em 2023, as idades das vítimas variaram entre 10 e 69 anos. A distribuição por faixa etária revela

que a maior parte das mortes ocorreu entre adultos jovens, com idade entre 20 e 29 anos, contabilizando 70 casos, o que representa 30,43% do total de homicídios. As demais faixas etárias apresentam a seguinte distribuição: 17 pessoas com idade entre 10 e 19 anos (7,39%), sendo cinco dessas menores de idade, com idades entre 2 e 17 anos; 50 vítimas estavam na faixa entre 30 e 39 anos (21,74%); 24 tinham entre 40 e 49 anos (10,43%); 13 eram pessoas com idades entre 50 e 59 anos (5,65%); e 5 vítimas possuíam idades entre 60 e 69 anos (2,17%). Importante notar que, em 51 casos registrados, que representam 22,17% do total, não foi possível identificar a idade das vítimas.

A análise desses dados destaca não apenas a abrangência e diversidade das vítimas da violência letal contra LGBTQIA+, mas também a gravidade das lacunas informacionais que perpetuam a invisibilidade dessas identidades. A falta de informações detalhadas sobre as características das vítimas limita a formulação de políticas públicas eficazes e dificulta a conscientização sobre a complexidade da violência sofrida por essa população.

Ao cruzar os dados de faixa etária das vítimas com os segmentos LGBTI+ analisados na pesquisa, observa-se que a maioria dos casos de travestis, mulheres transsexuais e lésbicas concentrou-se entre pessoas adultas jovens, especialmente na faixa etária de 20 a 29 anos. Para homens gays, homens trans e pessoas transmasculinas, a maior incidência de mortes ocorreu na faixa de 30 a 39 anos. Importa destacar que, dos 51 casos em que não foi possível identificar a idade das vítimas, 72,54% correspondiam a travestis e mulheres transexuais, evidenciando o descaso do poder público e das forças de segurança – especialmente a polícia civil, responsável pela investigação dos casos – na forma como esses segmentos são tratados tanto nas investigações das mortes quanto nas reportagens publicadas pela mídia.

Dos 230 casos registrados em 2023, foi possível identificar a raça/etnia de 151 vítimas, o que representa 65,65% do total. Observou-se uma distribuição relativamente equilibrada entre pessoas pretas/pardas, que somaram 80 casos (34,78%), e pessoas

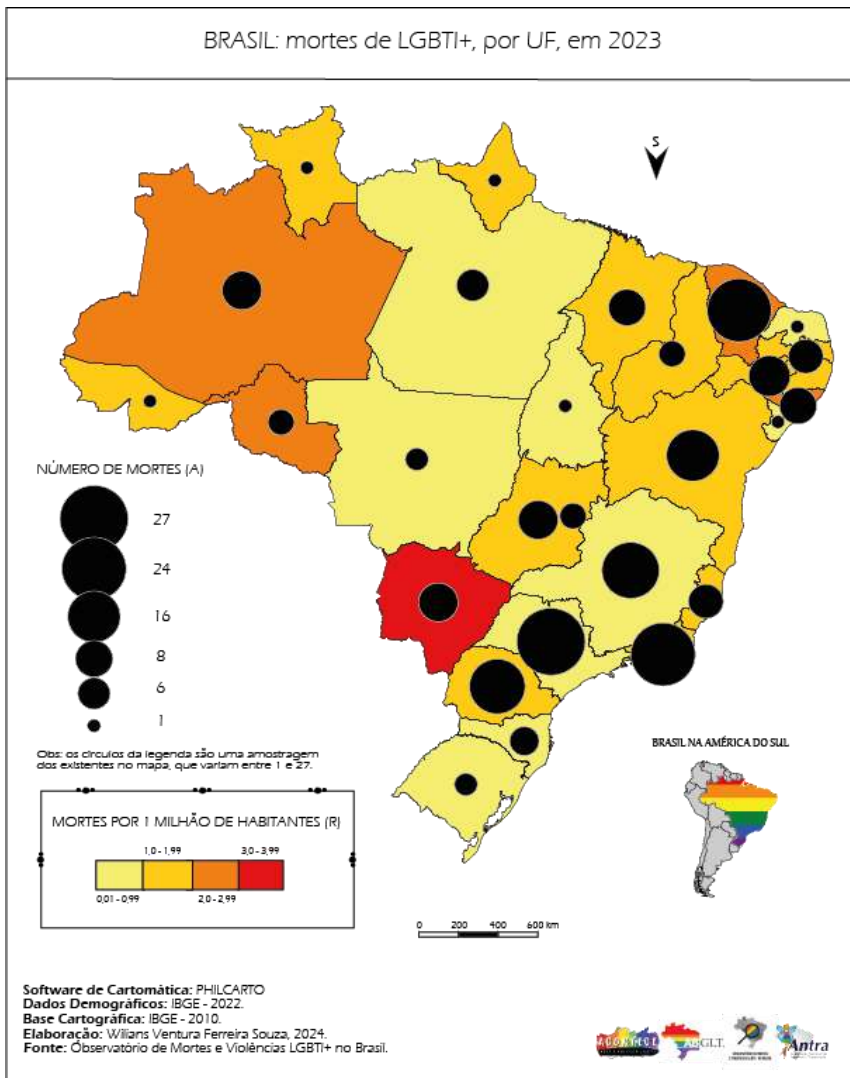
brancas, com 70 casos (30,43%). Apenas uma vítima indígena foi registrada, correspondendo a 0,43% do total. No entanto, 79 vítimas não tiveram sua raça ou etnia identificadas, o que compromete a análise mais detalhada dos dados.

Outro fator crítico é a ausência de informações sobre a profissão ou ocupação de 138 vítimas, o que equivale a 60% do total de mortes registradas. A falta dessas informações limita a análise ocupacional e contribui para a invisibilização dessa população, que continua sendo definida majoritariamente por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, e não por sua participação no mercado de trabalho ou atividade profissional. Entre as ocupações identificadas, a prostituição foi a atividade mais frequentemente mencionada, representando 6,96% dos casos. Isso reflete tanto o nível de exclusão social e violação de direitos básicos que afeta uma parcela significativa da comunidade LGBTI+, especialmente pessoas trans, quanto a vulnerabilidade dessas pessoas à violência enquanto exercem suas ocupações como profissionais do sexo.

A orientação sexual das vítimas foi, em muitos dos óbitos analisados, identificada como a principal motivação para os crimes. As agressões contra a população LGBTI+ são frequentemente carregadas de preconceito e discriminação, violando principalmente os corpos de gays, lésbicas e outros segmentos. Entre os grupos analisados por orientação sexual, os homens gays foram os mais vitimados, representando 59 casos (25,65%). Em seguida, identificaram-se 7 mortes de lésbicas (3,04%) e 8 mortes de indivíduos de outros segmentos (3,48%). Nos homicídios de homens gays, um padrão recorrente é o de latrocínio seguido de homicídio, muitas vezes praticado por parceiros sexuais nas residências das vítimas. Em relação às lésbicas, não foi identificado um padrão consistente, devido ao baixo número de menções desses casos pela mídia.

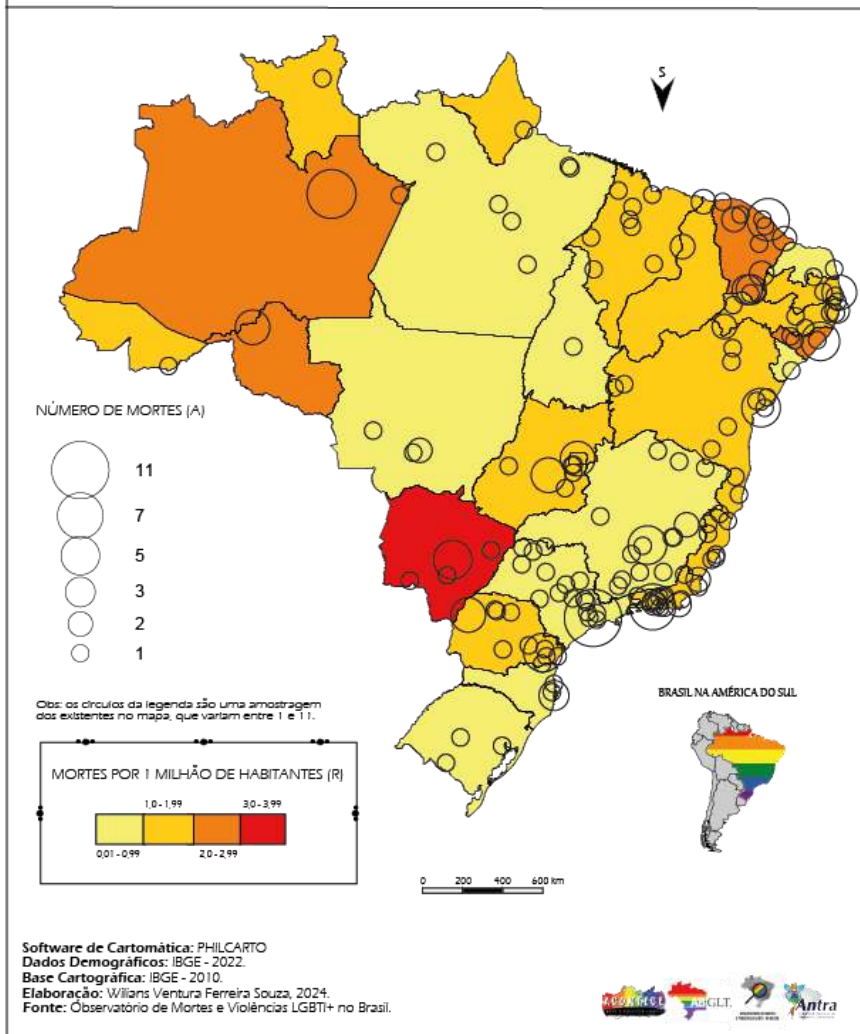
A violência perpetrada contra corpos LGBTQIA+ é, em grande parte, uma manifestação de violência de gênero. Em 2023, o total de mortes de travestis, mulheres transexuais e mulheres cisgêneras alcançou 152 casos, o que corresponde a 66,08% do total. Desse

grupo, as travestis e mulheres transexuais foram as mais atingidas, com 142 mortes (93,42%), enquanto 10 mortes (6,57%) foram de mulheres cisgêneras. Entre os homens, os cisgêneros foram os mais vitimados, com 64 mortes (27,82%), enquanto os homens trans somaram 13 mortes (5,65%).



Fonte: Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, 2023.
 Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2024.

BRASIL: mortes de LGBTI+, por UF e Município, em 2023



Fonte: Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, 2023.

Elaboração: Wilians Ventura Ferreira Souza, 2024.

Em termos das causas da morte, foram registradas 34 diferentes "causa mortis" entre as vítimas LGBTI+, evidenciando a multiplicidade de formas de violência praticadas contra essa população. As duas causas mais comuns foram ferimentos por

arma de fogo, responsáveis por 70 mortes (30,43%), e esfaqueamentos, que ocasionaram 34 mortes (14,78%). Outras causas incluíram espancamento, com 13 óbitos (5,65%); desaparecimento, com 8 mortes (3,48%); asfixia, com 6 mortes (2,61%); e enforcamento, com 5 mortes (2,17%), além de outros métodos violentos.

A análise dos locais de morte revela que 115 casos (50%) ocorreram em espaços públicos, indicando que esses ambientes representam um risco significativo para a população LGBTQIA+. No entanto, os espaços privados também se mostraram perigosos, com 83 mortes (36,09%) ocorrendo em ambientes privados, incluindo 57 casos de homicídios em residências. Esse dado reforça que, para a população LGBTQIA+, nem mesmo o espaço doméstico oferece segurança, refletindo uma vulnerabilidade estrutural que permeia todos os âmbitos, dimensões e escalas da vida

A violência letal de pessoas LGBTI+ ocorreram dispersas por todo o território brasileiro em 2023. Foram registrados óbitos nas cinco macrorregiões do país e nas 27 unidades da federação, em 149 dos 5.568 municípios existentes no Brasil. A preocupação com a representação cartográfica da distribuição espacial das mortes se origina da necessidade de reconhecimento das porções do território brasileiro mais hostis à essa população e que, conseqüentemente, demandam maior atenção por parte do Estado na direção de superar esse contexto marcado pela violência.

Relacionando-se os casos de mortes às populações de cada unidade da federação, os locais mais violentos, ou seja, com os índices mais elevados de mortes para cada milhão de habitantes, foram Mato Grosso do Sul (3,26 mortes por milhão), Ceará (2,73 mortes por milhão), Alagoas (2,56 mortes por milhão), Rondônia (2,53 mortes por milhão) e Amazonas (2,28 mortes por milhão). Além desses cinco estados, outras nove unidades da federação apresentaram número de mortes por milhão de habitantes acima da média nacional, que foi de 1,13 em 2023. Como estados menos violentos em termos relativos, estão o Rio Grande do Norte (0,30

morte por milhão), Rio Grande do Sul (0,28 morte por milhão), Sergipe (0,45 morte por milhão), São Paulo (0,61 morte por milhão)

Partindo-se para uma análise na escala macrorregional, são observadas variações entre as cinco regiões brasileiras. A região Nordeste e Sudeste apresentaram 79 mortes violentas cada; a região Centro-Oeste 26; a Sul 25 e a Norte 21.

No que diz respeito aos municípios brasileiros com mais mortes violentas contra LGBTI+ registradas em 2023, os índices mais altos foram observados em algumas das maiores cidades do país: São Paulo (11); Manaus (8); Rio de Janeiro (7) e Fortaleza (6). Dos dez municípios mais violentos, todos são capitais estaduais, sendo apenas Salvador (5) e Manaus as que se apresentam entre os 50 municípios com índices de violência mais elevados no Brasil, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. Dos 149 municípios identificados com ocorrências de violência letal em 2023, 17 estão entre as 50 cidades mais violentas do Brasil.

Considerações finais

Este capítulo constitui um marco significativo para a identificação, especialmente no campo da atuação científica, dos aspectos que envolvem a relação entre os sujeitos LGBTQIA+ e as diferentes violações que impactam significativamente suas vidas no contexto das cidades brasileiras. Em particular, reflete-se sobre as normas estabelecidas e as existências que as subvertem, entre o que é rotulado como "normal" e "anormal", entre o "corpo sadio" e o "corpo doente". Esses contrastes se manifestam nos diferentes sujeitos que acessam os espaços urbanos de maneiras diversas: enquanto alguns transitam livremente pela cidade, outros são marginalizados, privados de direitos básicos como saúde, educação, trabalho e cultura, e, em alguns casos, confinados a espaços invisíveis, alheios ao convívio público diurno.

Ao revisitar os marcos históricos desse movimento, constatamos que os sujeitos se organizaram em movimentos socioespaciais e formaram redes de sociabilidade com o propósito

central de combater as múltiplas formas de opressão e promover dignidade e igualdade. O Movimento LGBT brasileiro, desde sua gênese, tem desempenhado um papel crucial na luta contra as normas heteronormativas e a LGBTIfobia estrutural, que cotidianamente marginalizam e violam os corpos dissidentes. Essa militância é marcada por uma resistência ativa, tanto no enfrentamento direto à violência quanto na construção de espaços de acolhimento, visibilidade e transformação social.

A atuação desses movimentos tem sido fundamental para superar a violência e o estigma que historicamente cercam as identidades LGBTQIA+. Ao mesmo tempo em que denunciam os corpos brutalmente vitimados durante a ditadura militar, também trazem à luz os assassinatos e violações que persistem em contextos democráticos por meio de ações como campanhas de conscientização, articulações políticas e culturais, e a criação de espaços de convivência seguros, os movimentos têm ressignificado as relações de poder na cidade. Assim, contribuem não apenas para desafiar estruturas opressivas, mas também para promover novas formas de existência, resistência e convivência, pavimentando caminhos para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2023. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ASSUNÇÃO, I. Heterossexismo, patriarcado e diversidade sexual. In: NOGUEIRA, L. *et al.* (Org.) **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 55-85.

BIROLI, F; VAGGIONE, J. M; MACHADO, M. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, C. JÚNIOR, G. S. M. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.

CENICEROS, M. A. Cuerpos improprios apropiando el espacio expropiado: las luchas de las mujeres trans en Tijuana. **Polis [online]**. 2020, vol.19, n.55, pp.112-138.

COSTA, B. P. da. As microterritorialidades nas cidades: reflexões sobre as convivências homoafetivas e/ou homoeróticas. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 257-271, jul/dez. 2012

COSTA, B. P. da. **Por uma geografia do cotidiano:** território, cultura e homoerotismo na cidade. 2007. 362 f. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **cadernos pagu**, n. 46, p. 311-340, 2016.

FACCHINI, R. **“Sopa de Letrinhas”?** – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas, 2002.

FACCHINI, R; FRANÇA, I. L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 54-81, 2009.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, pp. 09-79, 2002.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. br. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018. 7. ed.

LAURETIS, T. de. Através do Espelho: mulher, cinema e linguagem. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 01, p. 96-122, 1993.

MACRAE, E. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, A. *et al.* **Caminhos Cruzados**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MOLINA, L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Revista Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul/dez, 2011.

NOGUEIRA, L; HILÁRIO, E; PAZ, T. T; MARRO, K. (orgs.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 320p.

PELÚCIO, L. “Desfazendo o Gênero”. MISKOLCI, R; LEITE JÚNIOR, Jorge. **Diferenças na Educação: outros aprendizados**. São Carlos: EdUFSCar: 253p. 2016.

PRECIADO, P. B. Manifesto contrassexual. **Práticas subversivas de identidade sexual**. Trad. br. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1, 2017. 3. ed., 2. reimp.

SILVA, J. M; FERREIRA, E. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 31-45.

SOUZA, W. V. F; FELICIANO, C. A. Diversidade, redes e territórios de resistência e afirmação no Estado de São Paulo: uma

leitura a partir da Parada LGBTQIAP+. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 10, n. 1, p. 144-168, 2021.

SOUZA, W. V. F; FELICIANO, C. A. POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+ NO BRASIL/For a geographical reading of the territories of death, fear and resistance LGBTQIAP+ in Brazil/Por una lectura geográfica de los territorios de muerte, miedo y resistencia LGBTQIAP+ en Brasil. **REVISTA NERA**, n. 61, p. 87-111, 2021.

Geografias para prevenir o feminicídio

Carolina Russo Simon

Introdução

O feminicídio é fruto do crime misógino, é a falta de garantia do Estado à vida das mulheres, tanto em âmbito público quanto privado, é a total falta dos direitos das mulheres, direito à vida, é genocídio (SEGATO, 2012).

Desde o meu segundo ano de graduação em Geografia, por volta de 2014, nutria o desejo de explorar a violência contra as mulheres como objeto de estudo. Afinal, pesquisar sobre mulheres representava uma oportunidade de autoconhecimento. Nesse sentido, elaborei um projeto de pesquisa sobre violência doméstica durante a disciplina de Metodologia. No entanto, a avaliação desse projeto se revelou profundamente traumática. O professor questionou a relevância da violência contra a mulher como fenômeno geográfico, de maneira abrupta e hostil, declarando: "Isso não é Geografia!". Na época eu já era parte do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BioGeoS) e esse incidente tornou-se tema recorrente em nossas discussões. Decidimos redigir uma carta, com o apoio de geógrafas e geógrafos latino-americanos para contestar o professor e afirmar que sim, a violência contra as mulheres era um tema geográfico de extrema importância e urgência (SIMON, 2021a)

Essa experiência traumática impulsionou minha exploração das Geografias Feministas, onde pude compreender que: “como mulheres, não éramos consideradas produtoras do pensamento geográfico, o que resultava na irrelevância dos fenômenos que nos afetam para o campo da geografia” (SIMON, 2021a, p. 175).

A partir de 2016, meu engajamento se ampliou, me tornei uma *pesquisadora-militante*, ao me unir a mulheres feministas populares

na criação da Frente Pela Vida das Mulheres (FPVDM) e ter a vivência do feminismo revolucionário que produzia saúde.

A FPVDM é uma coletiva feminista que surgiu com o propósito de coordenar ações de rua em consonância com a agenda de luta feminista, tanto no âmbito internacional quanto nacional, e especialmente em Presidente Prudente - SP. Desde então, ao longo dos anos, tenho direcionado minhas investigações para contribuir com a prevenção e promoção da vida das mulheres. Utilizo diferentes ferramentas metodológicas feministas aliadas ao pensamento geográfico para abordar questões que visam garantir a sobrevivência e a promoção da saúde feminina, alinhando-me às prioridades da FPVDM.

Uma das pautas principais desde o nascimento da FPVDM é o feminicídio. O feminicídio é um termo que se refere ao assassinato de mulheres com motivação de gênero. Compreendemos que, para alcançar essa pauta, é necessário erradicar a violência de gênero, que é um dos maiores desafios das nossas vidas. Isso significa que as mulheres são mortas porque são mulheres, muitas vezes em um contexto de violência doméstica, relacionamentos abusivos, ou como uma forma extrema de controle sobre a mulher. Com o passar do tempo, a luta feminista nas ruas, nas praças, nos muros e dentro da Universidade tem demonstrado e impulsionado pesquisas para compreender o porquê as mulheres morrem, e assim, defendemos que os feminicídios são um problema antigo de saúde que necessita do raciocínio geográfico para ser enfrentado (SIMON, 2024).

Ao me apropriar da teoria feminista para embasar as atividades militantes, tive que aprender a questionar as narrativas dominantes, incorporar uma perspectiva interseccional e promover uma compreensão crítica do espaço e do poder. Na *práxis* e na teoria pude compreender que: “produzir uma Geografia Feminista decolonial implica a difícil tarefa de pensar a partir de lugares não centrais e realizar pesquisas nas brechas da tradição epistemológica e da ordem global editorial” (SILVA; ORNAT, 2020, p. 26).

O compromisso com princípios epistemológicos, a ênfase nas relações na produção do conhecimento e o reconhecimento das

interações da pesquisadora no processo de pesquisa, são elementos fundamentais para produzir uma geografia feminista.

O cerne das Geografias Feministas reside na inclusão das experiências das mulheres na análise geográfica. Destaca a importância de considerar como as relações de poder desiguais, especialmente as relacionadas ao gênero, influenciam a produção e a apropriação do espaço. Essa abordagem parte do reconhecimento de que as estruturas sociais têm um profundo impacto na vivência das mulheres no espaço, e, por sua vez, o espaço contribui para a formação dessas estruturas. (MCDOWELL, 1997; SILVA, 2009; VALENTINE, 2007).

O surgimento das Geografias Feministas anglo-saxônicas na década de 1970 representou uma mudança significativa na crítica à geografia tradicional, que durante muito tempo negligenciou as complexas interações entre gênero, poder e espaço. Inicialmente, o campo se desenvolveu como resposta à exclusão das experiências das mulheres no discurso geográfico convencional. Essa omissão refletia a falta de reconhecimento das relações de gênero e das vivências das mulheres no espaço. No entanto, a partir do início dos anos 1980, as Geografias Feministas começaram a construir uma base teórica e metodológica sólida, lançando luz sobre a complexidade das relações sociais e espaciais (MONK; HANSON, 2016).

Assim, este texto é resultado da minha trajetória acadêmica, que resultou na tese de doutorado que demonstrou como o fenômeno do feminicídio é uma manifestação geográfica da violência que afeta a Saúde (SIMON, 2024).

Metodologia

Apresento as discussões teóricas acerca de temas como feminicídio, Geografias feministas e Geografia para a saúde, buscando articulá-los. Assim, o principal procedimento metodológico foi o levantamento e fichamento bibliográfico de pesquisas que debatem os conceitos elencados, além de outros como interseccionalidade, saúde e promoção da saúde.

Desse modo, tenho a convicção da necessidade de uma ciência parcialmente localizada, por isso parto da minha situacionalidade (HARAWAY, 2009; ROSE, 1997) enquanto mulher, militante e geógrafa pesquisadora, que influenciou no processo de escrita, bem como na escolha das referências bibliográficas, valorizando autoras.

Brasil: o país que mais mata mulheres!

A violência contra as mulheres já havia sido identificada como uma pandemia pelas diretrizes gerais da Organização mundial da Saúde em 2013 (OMS, 2014) e o feminicídio é um resultado de um *continuum* de violências, é um problema de saúde. Estatísticas alarmantes revelam a extensão histórica desse problema que no Brasil já é uma epidemia antiga (SIMON, 2021b).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência física ou sexual, com 641 milhões de vítimas de agressão por parceiros íntimos (ex-companheiros). Aproximadamente 38% dos assassinatos de mulheres em todo o mundo são cometidos por maridos ou namorados (OMS, 2014).

O termo legal de tipificação de homicídio por feminicídio foi ganhando ascensão e hoje já temos alguns dados específicos sobre feminicídio, que nos mostram que 81.100 mulheres foram assassinadas em 2021. Porém, cerca de quatro em cada dez assassinatos de mulheres que aconteceram no mundo não possuem informações contextuais que permitam identificá-los como feminicídio (UNODC; ONU Mujeres, 2022).

Na América Latina, dez países¹ possuem normas sobre a produção de dados e informações sobre a violência contra mulheres e meninas, assim como sobre o feminicídio. Os dados do

¹ Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Equador, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Em contraponto Belice, Cuba, Jamaica, Haiti, Bahamas, Guiana, Guiana Francesa e Suriname não apresentam nenhuma tipificação legal para o assassinato de mulheres por homens motivados por ódio ou menosprezo as mulheres.

Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe revelam que, em 2021, mais de 4.425 mulheres foram assassinadas por serem mulheres na região. O Brasil lidera o *ranking* de assassinato com 1900 mortes (CEPAL, 2022).

Segundo os dados dos Anuários Brasileiro de Segurança Pública, no Brasil, o número de mulheres cisgênero assassinadas aumentou paulatinamente desde a promulgação da Lei 13.104 em 2015. Em 2022, chegamos à triste marca de 1.437 feminicídios e 4.034 mulheres mortas por homicídio. Ao olhar atentamente para essas mulheres assassinadas percebemos que: 61,1% desses corpos matados eram de negras e 71,9% dessas mortes eram de corpos jovens, de 18 a 44 anos (FBSP, 2023).

Outro ponto importante para analisar é que no Brasil e em diversos outros países da América Latina, apesar da lei do feminicídio ser aplicável ao assassinato por ódio ou desprezo de mulheres pelo gênero, incluindo as mulheres travestis e transexuais, nós ainda não temos estatísticas oficiais sobre essas mortes (ARAÚJO; NOGUEIRA; CABRAL, 2023).

A análise dos dados de feminicídio revela a existência de um regime de acoplamento entre sexo e gênero, no qual os corpos são classificados heteronormativamente. (BUTLER, 2007). Essa classificação excludente afeta diretamente as pessoas trans, que não são reconhecidas e contabilizadas como vítimas de feminicídio, mesmo quando assassinadas em decorrência de sua identidade de gênero (ARAÚJO; NOGUEIRA; CABRAL, 2023).

Femicídio: morrer por ser mulher

A palavra femicídio existe há séculos². O termo "femicídio" inicialmente nasce como uma provocação política e evoluiu para

² A palavra já havia sido usada desde 1801 no "*Satirical View of London at the Commencement of the Nineteenth Century*". Em 1827, foi enfatizada por William MacNish em seu livro "*The Confessions of na Unexecuted Femicide*". (Diana Russell, 2001).

uma categoria jurídica e analítica. Ele transcende diferentes correntes feministas e abrange um fenômeno global no qual mulheres são mortas por serem mulheres. Surgiu da necessidade de nomear os assassinatos de mulheres e foi forjado a partir de suas vivências (DINIZ; COSTA; GUMIERI, 2015).

O termo Femicídio ganha espaço no debate latino-americano em 1990, principalmente pelo contexto mexicano em *Ciudad Juárez*, através das denúncias feministas de assassinatos de mulheres, as quais são resultado de diversas violências (estupros, torturas e desaparecimentos), a completa impunidade dos agressores e, principalmente, a omissão do Estado. A *Ciudad Juárez* é uma cidade na fronteira entre o México e os Estados Unidos e é conhecida como um dos locais mais violentos para mulheres na América Latina. O caso também levou à criação de movimentos sociais e políticas públicas para a prevenção e a punição do feminicídio e para a luta pelos direitos das mulheres na região (SEGATO, 2012; PASINATO, 2011).

Neste mesmo período acontecem dois marcos internacionais importantes: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada em 1979, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (conhecida como Convenção de Belém do Pará), estabelecida em 1994. Representando marcos importantes na luta pelos direitos das mulheres, esses instrumentos internacionais, sendo o último vinculativo, reconheceram o direito das mulheres a uma vida livre de violência, tanto no âmbito público quanto no privado e foram ratificados por todos os países da América Latina e Caribe.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, também conhecida como CEDAW por sua origem no inglês (*The Committee on the Elimination of Discrimination against Women*), foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979. Este tratado internacional estabelece os princípios fundamentais para garantir a igualdade de gênero e a eliminação da discriminação contra as mulheres em todas as esferas da vida. Reconhece que a violência contra as mulheres é

uma forma de discriminação e exige que os Estados signatários tomem medidas para prevenir e combater essa violência.

Por outro lado, a Convenção de Belém do Pará é um instrumento internacional vinculativo adotado no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994. Esta convenção é o primeiro tratado a reconhecer especificamente o direito das mulheres para viverem livres de violência. Ela estabelece a obrigação dos Estados signatários de prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, tanto no âmbito público quanto no privado. Além disso, reconhece que a violência de gênero é uma violação dos direitos humanos e estabelece mecanismos para proteger e proporcionar justiça às vítimas.

Ambas as convenções são ferramentas fundamentais na promoção da igualdade de gênero e na erradicação da violência contra as mulheres. Sua existência e aplicação têm contribuído para fortalecer a legislação e os debates acerca das políticas de gênero, ajudando a transformar o feminicídio, como categoria legal e política, em feminicídio como conceito decolonial pensado principalmente por feministas da América Latina.

Femicídio: um problema antigo de saúde, mas invisível na geografia tradicional

O feminicídio é um problema que há muito tempo aflige a saúde pública, mas somente recentemente tem recebido maior reconhecimento. Antes mesmo desse fenômeno misógino receber um nome, especialmente no contexto legal, já havia um debate sobre a violência de gênero e seus impactos na saúde.

Esse debate começou a ganhar forma mais intensamente na década de 1990, quando a violência contra as mulheres e as mortes ocasionadas por esse fenômeno foram inseridas como uma questão de direitos humanos. Antes dos anos 1990, prevalecia a ideia de que a violência era tratada na saúde apenas por meio da Classificação Internacional de Doenças (CID), categorizando-a como causadora

de agravos à saúde que podem levar à morte (AZAMBUJA, NOGUEIRA, 2008).

A expressão "violência contra a mulher" foi cunhada pelo movimento feminista há pouco mais de duas décadas. Essa expressão abrange uma ampla gama de situações, como violência física, sexual e psicológica cometida por parceiros íntimos, estupro, abuso sexual de meninas, e, principalmente, a violência perpetrada pelo Estado, por ação ou omissão.

A violência de gênero, incluindo o estupro, violência doméstica, mutilação, assassinato, feminicídio e abuso sexual, é uma causa significativa de morbidade e mortalidade feminina em todo o mundo. No entanto, raramente é politicamente apresentada como um problema de saúde, embora haja um acúmulo de décadas de pesquisas sobre o assunto, tornando-se assim "O ônus oculto para a saúde" - uma carga oculta para a saúde (HEISE; PITANGUY; GERMAIN, 1994).

Quando se fala em qualidade de vida, está se abordando a saúde em seu sentido amplo. A saúde não se limita apenas à ausência de doenças, mas também inclui o bem-estar físico, mental e social de uma pessoa. A qualidade de vida está intimamente ligada a esses aspectos e a saúde é um elemento central para alcançá-la.

De acordo com Maria Minayo e Edinilsa Souza (1999), a violência é considerada parte do escopo da saúde pública dentro do conceito ampliado de saúde, abrangendo qualquer forma de agravo que represente uma ameaça à vida, às condições de trabalho, às relações interpessoais e à qualidade de vida. Além disso, a violência em sentido restrito afeta diretamente a saúde das pessoas, frequentemente resultando em mortes prematuras.

A definição globalmente reconhecida de saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade," originária da Constituição da Organização Mundial da Saúde de 1946, suscita uma reflexão fundamental: *é possível que uma mulher alcance tal estado de bem-estar em todos esses aspectos?*

Essa definição de saúde é proveniente da luta da saúde coletiva, movimento ideológico que surge da compreensão de que a saúde se desenha no bojo social como um produto, resultado das condições de existência de uma pessoa ou um grupo. A Saúde Coletiva considera a saúde como um fenômeno complexo e multidimensional, moldado por fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais. As teorias produzidas sob as premissas da coletividade destacam a importância das desigualdades sociais na saúde e busca promover a equidade em saúde, reconhecendo que grupos marginalizados frequentemente enfrentam piores resultados de saúde e a Geografia latino-americana tem dado contribuições históricas para diminuir as desigualdades que geram iniquidades em saúde (GUIMARÃES, 2014).

A luta da Saúde Coletiva abrange diversas áreas-chave, incluindo a consideração dos determinantes sociais da saúde, como renda, educação, habitação e ambiente, reconhecendo sua influência crítica na saúde da população. Essa abordagem também promove a participação ativa das comunidades na identificação de problemas de saúde. Além disso, a Saúde Coletiva concentra-se na promoção da saúde, incentivando estilos de vida saudáveis, fornecendo educação em saúde e, principalmente, criando espaços propícios a escolhas saudáveis. Essa abordagem é interdisciplinar, por causa disso, a saúde é concebida na Geografia latino-americana enquanto promoção da saúde e não como prevenção de doenças (como faz a Medicina) (ALMEIDA FILHO, 2011; GUIMARÃES, 2014).

A promoção da saúde é produzida pela materialidade de práticas de saúde a partir das quais se desenham práticas de vida e não de morte, de saúde e não enfermidade. Para compreender essas práticas há duas concepções de promoção da saúde que precisam ser diferenciadas: a promoção da saúde tradicional e a nova promoção da saúde.³

A promoção da saúde tradicional é proveniente da conceituação de Leavell e Clark (1976) como um elemento primário

³ Para saber mais ver Simon, 2020, p. 33.

de atenção à medicina preventiva (BUSS, 2003), que visa aumentar o bem-estar através da prevenção de doenças. Assim, ao valorizar o modelo biomédico, essa abordagem tradicional de promoção da saúde tem provocado um imaginário de culpabilização, uma vez que as pessoas seriam vítimas de seus próprios hábitos.

Em contrapartida, a denominada “Nova promoção da saúde”, baseada no entendimento de que há uma ruptura entre prevenir e promover a saúde, pontua a necessidade de explicitar que a promoção da saúde não é sinônimo de Prevenção de Doenças. Pelo contrário, a promoção teria como horizonte, ou meta, a eliminação permanente, ou pelo menos duradoura, da doença porque buscaria atingir suas causas mais básicas, trazendo elementos do ambiente, e não apenas evitar que as doenças se manifestem nos indivíduos e nas coletividades

A Geografia desempenha um papel crucial na promoção da saúde. Ao deslocar o foco das doenças para a saúde, a Geografia fornece uma lente que nos permite enxergar o mundo a partir dos lugares que ocupamos (GUIMARÃES, 2014)

Tradicionalmente, dentro da geografia humana, a saúde foi estudada por geógrafos médicos por meio do mapeamento de índices de doenças e morbidade, bem como de óbitos e mortalidade. Porém, por muito tempo, os óbitos de mulheres não foram pautados com a mesma relevância (SIMON, 2021b). Os corpos e as experiências das mulheres com essas inscrições, bem como tratamentos associados, desempenharam um papel fundamental nessa crítica à geografia médica, assim como no desafio às noções de saúde e doença de forma mais geral.

Quando analisamos as experiências das mulheres, observamos como a intersecção de gênero, sexualidade, violência e acesso à saúde influencia a saúde como um todo, pois, “[...] a saúde da mulher pode ser articulada ao conceito de espaço geográfico, social e historicamente construído e refletido pelo corpo” (ALVES *et al.*, 2019, p. 12).

Desta forma, a relação entre promoção da saúde e feminismo é complexa e multifacetada. O movimento da promoção da saúde

reconhece que a paz, a educação, a justiça social e a igualdade de gênero são pilares essenciais para a obtenção de um estado saudável. Isso converge com os princípios feministas, que buscam uma sociedade onde as mulheres desfrutem de direitos iguais e possam tomar decisões autônomas sobre suas vidas e corpos. O protagonismo social e político das mulheres feministas nas conferências de promoção da saúde reforça a ideia de que "nosso corpo nos pertence", realçando a importância da autonomia sobre nossos próprios corpos e escolhas (BARATA, 2009; BUSS, 2003; MINAYO, 2005).

A promoção da saúde é um conceito que transcende a mera ausência de doenças, abraçando o bem-estar físico, mental e social como sua pedra angular. Contudo, é imperativo compreender que esse conceito está intrinsecamente ligado às questões de gênero e às lutas feministas que têm redefinido a compreensão da saúde. Enquanto a prevenção de doenças se concentra na identificação e mitigação de riscos específicos, a promoção da saúde adota uma perspectiva holística, levando em consideração os determinantes sociais, culturais e estruturais, revelando, assim, uma intersecção vital com o feminismo.

A Geografia Feminista, por sua vez, pode contribuir significativamente para a saúde ao chamar a atenção para como o gênero, a raça, a classe e outros fatores sociais interagem para influenciar os resultados e as experiências de saúde. Isso inclui a análise dos contextos sociais e culturais em que a saúde é produzida e vivenciada, identificando as causas subjacentes das desigualdades em saúde e desenvolvendo intervenções mais eficazes. A Geografia Feminista também ajuda a desenvolver políticas de saúde mais inclusivas, considerando as diversas necessidades e experiências de diferentes grupos (ALVES *et al*, 2019; PEDROSO *et al*, 2022; SIMON; BORSOI, 2022).

Isabel Dyck (2003) há vinte anos identificou várias semelhanças e diferenças entre a geografia feminista e a geografia da saúde. Uma das principais semelhanças é que ambos os subcampos estão preocupados com as dimensões sociais e culturais

da saúde e da doença, e como essas são moldadas por fatores como gênero, raça, classe e lugar. Ambos também enfatizam a importância da incorporação de conhecimento experiencial e teoria crítica em suas análises.

No entanto, a autora aponta que também existem algumas diferenças importantes entre os dois subcampos. A geografia da saúde tende a estar mais alinhada com o estabelecimento médico e muitas vezes se concentra em questões como o mapeamento de doenças e a prestação de cuidados de saúde. Em contraste, a geografia feminista é mais propensa a ser crítica em relação ao estabelecimento médico e a se concentrar em questões como a construção social da saúde e da doença e as maneiras pelas quais as relações de poder moldam os resultados de saúde (DYCK, 2003). Apesar dessas diferenças, argumenta que há uma sobreposição significativa entre os dois subcampos, especialmente em termos de seu interesse comum nas dimensões sociais e culturais da saúde. Nas palavras da autora:

[...] Então, onde estão as geografias feministas da saúde e da doença? Parece que geógrafas feministas interessadas em questões relacionadas à saúde ocupam uma posição desconfortável nas margens da geografia da saúde, apesar da influência do trabalho feminista em perturbar a fronteira da geografia médica "tradicional" (ISABEL DYCK, 2003, p. 366 - tradução minha).

Nós, geógrafas feministas, estamos fazendo contribuições importantes para a geografia da saúde ao trazer uma perspectiva crítica para o estudo da saúde e da doença, e ao destacar as maneiras pelas quais gênero, raça e outros fatores sociais se interseccionam para moldar os resultados e as experiências de saúde. Essa perspectiva destaca como as diferentes identidades se intersectam, resultando em experiências únicas de opressão e privilégio. “Portanto, nós, geógrafas, devemos [...] também operacionalizar o conceito de interseccionalidade como elemento-chave dos contextos de iniquidades, visando assim promover todas as vidas” (SIMON; BORSOI, 2022, p.55).

Em suma, a Geografia Feminista para a promoção da saúde das mulheres vai além da análise geográfica médica tradicional. É um campo que se entrelaça com o feminismo e a busca pela igualdade de gênero. Ao reconhecer que a saúde das mulheres é moldada pelo espaço e pela sociedade, podemos trabalhar conjuntamente para construir um mundo onde todas as mulheres possam alcançar o completo bem-estar físico, mental e social, livre da sombra da violência e da desigualdade.

Considerações finais

Este texto é fruto de um conjunto de reflexões de mais de dez anos produzindo conhecimento geográfico para a vida das pessoas. Especificamente nos últimos quatro anos, quando me dediquei diariamente a pesquisar sobre feminicídio, lendo, cartografando e ouvindo sobre mulheres mortas por serem mulheres (SIMON, 2024).

Ao escrever este texto, para mim e, espero que para você que lê, tenha ficado nítida a importância da teoria e da *práxis* feminista para que possamos alcançar a vida frente ao cenário da América Latina genocida (SEGATO, 2012) e assim, possamos alcançar a promoção da saúde, como a utopia proposta na definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo o completo bem-estar físico mental e social.

São muitas as contribuições das Geografias Feministas para o avanço do debate de promoção da saúde e para a prevenção do feminicídio. E o contrário é recíproco, quanto mais geógrafas feministas estudando os pressupostos da saúde coletiva, mais vamos avançar na luta pela vida das mulheres.

Faz importante ressaltar que nós vivemos no país que mais mata mulheres na América Latina, região essa que apresenta números de mulheres mortas relativos a conflitos de guerra. Assim, a realidade demanda a nós, geógrafas, geógrafes e geógrafos a contribuir com a prevenção e promoção da saúde das mulheres

com todas as ferramentas metodológicas disponíveis, principalmente com as cartografias críticas feministas.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, 160p.

ALVES, N. C; PEDROSO, M; F GUIMARÃES, R. B. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 09-24, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.Unesp.br/index.php/cpg/article/view/6435>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ARAÚJO, T. A; NOGUEIRA, S. N. B; CABRAL, E. A. **Registro Nacional de Assassinatos e Violações de Direitos Humanos das Pessoas Trans no Brasil em 2022**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 7a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2023.

AZAMBUJA, M. P. R. de; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, v. 17, p. 101-112, 2008. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300011>>. Acesso em: 21mar2024.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Editora Fiocruz, 2009.

BRASIL. **Lei 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BUSS, P. M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D. FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 19–42.

BUTLER, J. **El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Editora Paidós, 2007.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/feminicidio-ou-femicidio>. Acesso em: 21 mar. 2024.

DINIZ, D; COSTA, B. S; GUMIERI, S. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 114, p. 225-239, 2015. Disponível em: <<https://bd.tjdft.jus.br/jspui/handle/tjdft/48458>> Acesso em: 21 mar. 2024.

DYCK, I. Feminism and Health Geography: Twin tracks or divergent agendas? **Gender, Place & Culture**, v. 10, n. 4, p. 361–368, 2003. DOI: <<https://doi.org/10.1080/0966369032000153331>>. Acesso em: 21mar2024.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023**. São Paulo: FBSP, ano 17, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/229>. Acesso em: 21mar2024.

GUIMARÃES, R. B. **Saúde: fundamentos de Geografia humana**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014, 110p. DOI: <<https://doi.org/10.7476/9788568334386>>. Acesso em: 21mar2024.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), 7–41, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

HEISE, L; PITANGUY, J; GERMAIN, A. **Violencia contra la mujer: la carga oculta sobre la salud**. Programa Mujer, Salud y Desarrollo, Organización Panamericana de la Salud, 1994. 103 p.

MINAYO M. C. de S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100005>.> Acesso em: 21 mar. 2024.

MINAYO, M. C. de S; SOUZA, E. R. de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 7-23, 1999. >DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100002>.> Acesso em: 21 mar. 2024.

MONK, J; HANSON, S. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. Em: SILVA, J.; ORNAT, M.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Eds.). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. 1. ed. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016. p. 31–54.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014**. Genebra: OMS; 2014.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos pagu**, p. 219-246, 2011. DOI <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200008>> Acesso em: 21mar2024.

PEDROSO, M. F; SIMON, C. R; GUIMARÃES, R. B. A RUPTURA DO SILÊNCIO NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA: A GEOGRAFIA QUE ACONTECE NA VIDA DAS MULHERES NO BRASIL E NA ARGENTINA. In: **Desigualdades em saúde, desigualdades no território: desafios para os países de língua portuguesa em contexto de pós pandemia**. [s.l.] Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2022. p. 233–242.

ROSE, G. **Feminism and Geography: The Limits to Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity, 1997.

SEGATO, R. L. Femigenocidio y feminicidio: una propuesta de tipificación. **Herramienta**, v. 49, mar. 2012.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>> Acesso em: 21mar2024.

SILVA, J. M; ORNAT, M. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1. DOI: <<https://doi.org/10.1353/lag.2020.0019>> Acesso em: 21mar2024.

SIMON, C. R. **A promoção da saúde feminismo e contraespaço: mulheres e sua luta para se manterem vivas!** Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.Unesp.br/handle/11449/193184>> Acesso em: 21 mar. 2024.

SIMON, C. R. FEMINICÍDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁTICAS MISÓGINAS NA GEOGRAFIA. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 166–189, 2022. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2289>> Acesso em: 21mar2024.

SIMON, C. R. **Rompendo o silêncio e o anonimato: feminicídio como fenômeno geográfico.** Tese de Doutorado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 2024, 395p. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/11449/253606>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SIMON, C; BORSOI, B. Uma Geografia para todas as saúdes: feminismo como direção para promoção da saúde. **Metodologias e Aprendizado**, 5, p. 49-66, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.21166/metapre.v5i.2644>> Acesso em: 21mar2024.

UNODC; ONU MUJERES (Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito y Entidad de las de mujeres y niñas por razones de género). **Estimaciones mundiales de asesinatos de mujeres y niñas en el ámbito privado en 2021.** Mejorar los datos para mejorar

las respuestas. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3SmJb1U>>
Acesso em: 21 mar. 2024.

VALENTINE, G. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10–21, fev. 2007. DOI: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9272.2007.00587.x>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

Relações de gênero e saúde em Maputo, Moçambique: análise geográfica sobre o HIV/AIDS

Mateus Fachin Pedroso

Introdução

Como primeiro movimento, cabe destacar que o presente texto é fruto do projeto “Do outro lado do oceano: o contexto geográfico e as situações de vulnerabilidade de mulheres soropositivas HIV/AIDS em Maputo - Moçambique”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa/ do Estado de São Paulo - FAPESP (processo nº 2019/05071-0)¹. Desde a elaboração do projeto inicial até a execução da pesquisa em sua práxis, o objetivo central primou pela compreensão da realidade experienciada pelas mulheres que vivem com HIV/AIDS na Cidade de Maputo, Moçambique.

Destarte, todas as ações de pesquisa estiveram comprometidas com a elaboração de uma interpretação geográfica contextual que envolvesse os principais elementos que constituem as vulnerabilidades de gênero e saúde vividas por estas mulheres. Isso requereu considerar que a epidemia de HIV/AIDS manifesta sua potência através de distintas desigualdades, como as de gênero, a pobreza, a fome e a instabilidade econômica encontradas na sociedade (UNAIDS, 2019). Estas condições agudizam a manifestação patogênica do HIV/AIDS, sobretudo, nas camadas mais vulneráveis, resultando em insegurança física, social e financeira, o que compromete o cuidado aos sujeitos e suas famílias na Cidade de Maputo, Moçambique (ANDRADE; IRIART, 2015; MAÚNGUE, 2020).

¹ Esse processo esteve vinculado à pesquisa que resultou na tese de doutorado intitulada “Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP” (PEDROSO, 2022).

Neste sentido, a realização desta pesquisa esteve embasada por um conjunto de importantes questões dedicadas às múltiplas complexidades acerca do HIV/AIDS, como por exemplo: como tem sido compreendida esta questão enquanto fenômeno global em diferentes escalas? Quais são os principais recortes empíricos que coadunam as pesquisas sobre o HIV/AIDS? Por quem são realizados tais estudos? Como a geografia tem contribuído para a compreensão do HIV/AIDS em África? E em Moçambique?

As questões supracitadas, evidenciam a imprescindibilidade da temática se fazer presente na geografia, dado que o arcabouço teórico-metodológico geográfico pode contribuir sumariamente em inúmeros aspectos, desde a elucidação da realidade dos sujeitos até mesmo na construção de políticas públicas de saúde (GUIMARÃES, 2015).

Partindo dessas ponderações iniciais, destacamos que o presente texto se encontra organizado em duas seções - para além da introdução e considerações finais - que aludem sobre percursos trilhados durante a pesquisa. A primeira seção está dedicada aos passos metodológicos utilizados para elaboração da pesquisa, desde a organização do referencial bibliográfico até o levantamento e sistematização de dados. Já a segunda seção versa sobre as reflexões atinentes à Cidade de Maputo e sua composicionalidade acerca do fenômeno do HIV/AIDS em mulheres.

A construção da pesquisa: passos metodológicos e interação com o contexto

A condição da produção da ciência está ligada às interpretações da realidade produzida de forma prática, ao modo que organiza o corpo do conhecimento adquirido na ação de pesquisa. Deste modo, o desenvolvimento da geografia está pautado sobre estas premissas, de modo que apresenta em seu histórico alguns movimentos de construção e reconstrução (CAMARGO; ELESBÃO, 2004).

É fato que a realidade encontrada em Moçambique aguçou em nós a necessidade de aprofundamento teórico, já que sua compreensão do assunto é de alta complexidade. Isso fez com que buscássemos entender as configurações do HIV/AIDS por diferentes caminhos, estes mesmos trilhados enquanto passos processuais e metodológicos. A partir disso ponderamos a realidade moçambicana vivenciada *in loco*, reconhecendo suas limitações, bem como as possibilidades de readequações para êxito.

O primeiro movimento de pesquisa foi a realização de um levantamento bibliográfico acerca da temática central em bases digitais (nacionais e internacionais) e físicas (bibliotecas, instituições de pesquisa, associações e Organizações Não Governamentais). Cabe destacar que foram encontradas referências bibliográficas em português e em inglês que tratavam sobre as questões de Moçambique, ora com especificidades, ora em perspectivas amplas sobre África.

Se faz válida a menção sobre a dificuldade de encontrarmos produções acadêmicas de caráter geográfico, ou mesmo produzidas na Geografia. Isso porque a produção científica acerca da situação do HIV/AIDS em Moçambique possui duas perspectivas: 1. Pesquisas demográficas (realizadas por grandes organizações: Estado; Nações Unidas; Organizações financiadas por empresas); 2. Pesquisas situacionais-ideográficas (dedicadas a distintas vertentes sobre o HIV/AIDS em Moçambique).

Essa preocupação nos ajudou a adentrar inicialmente a complexidade da realidade não só da Cidade de Maputo, mas de Moçambique, ao ponto que expressa as inúmeras combinações de adversidades que podem configurar e reconfigurar a epidemia do HIV/AIDS no país, mostrando a nós a importância da articulação entre diferentes escalas (CASTRO, 2000). A partir deste ponto, decidimos dar prioridade aos estudos que apresentassem maior robustez (dissertações e teses) sobre a temática. Assim o intento foi de conhecer a realidade do HIV/AIDS em Moçambique para, posteriormente, nos aprofundarmos sobre as questões de gênero e saúde para as mulheres maputenses que vivem com HIV/AIDS.

Este caminho de investigação possibilitou contato com diferentes trabalhos acadêmicos que pertencem a áreas que dialogam com as questões de saúde. Como evidencia o quadro 1, encontramos nas bases acadêmicas moçambicanas oito dissertações de mestrado que se dedicaram ao tema do HIV/SIDA sob diferentes enfoques, metodologias e áreas do conhecimento, o que revela a crescente preocupação com o tema.

Quadro 1 – Dissertações sobre HIV/SIDA defendidas em Moçambique

Título	Ano	Autor(a)	Nível acadêmico	Área do conhecimento	Univer- sidade
Mecanismos “tradicionais” de proteção da criança órfão e vulnerável no contexto de HIV/SIDA: caso do distrito de Sussundenga	2007	Agatha Manuel Teodoro Ntauma	M	População e Desenvolvimento	UEM
Valores e atitudes nos Programas de Educação para prevenção e combate do HIV/SIDA: estudo do seu impacto	2007	Margarida Benjamim Langa	M	Ciências da Educação	UEM
Dilemas da ajuda externa e da apropriação de políticas de combate ao SIDA em Moçambique: o caso do Conselho Nacional de Combate ao SIDA, 2005-2009	2011	Benedito de Álvaro José Manjate	M	Governança e Administração Pública	UEM
Adesão a terapêutica anti-retroviral (TARV): experiências dos serviços farmacêuticos do Hospital Central de Maputo	2011	Feliciano Pedro Maurício Cumaquela	M	Saúde Pública	UEM
O impacto da revelação do diagnóstico da seropositividade no subsistema conjugal: o caso de casais concordantes e discordantes	2015	Érica Kátia Langa	M	Terapia Familiar e Comunitária	UEM
Avaliação de conhecimentos, atitudes e práticas dos jovens e adultos em relação ao HIV e SIDA: caso do Centro de Alfabetização e Educação de adultos ADECOMU-OPTAR da cidade de Maputo	2016	Adelaide Emília Cumbane	M	Educação de Adultos	UEM
Percepção de jovens e adultos sobre o risco de contratação do HIV/SIDA nos rituais de	2017	Sultan Sarandaz Khan	M	Educação de Adultos	UEM

purificação: casos do Bairro Vila Massane e Nhaconjo da Cidade da Beira					
Análise do papel das organizações não governamentais (ONG) no desenvolvimento das comunidades locais das Cidades da Beira e Dondo	2018	Valeriana da Inocência Rufino Lemia	M	Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento	UEM

Fonte: Repositório da Universidade Eduardo Mondlane / Organização: do autor, 2019.

Outro elemento que adentrou as questões bibliográficas foi o encontro de dissertações e teses sobre o HIV/AIDS em Moçambique defendidas no Brasil, o que demonstrou forte conexão - além de questões linguísticas -, já que existe uma significativa produção de dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação brasileiros, ora perpetuado por moçambicanas (os) que lá estudaram (SUBUHANA, 2007; 2009), ora por brasileiros que se dedicaram ao tema e a Moçambique, o que acabou por totalizar mais seis trabalhos, sendo quatro dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, como evidencia o quadro 2.

Quadro 2 – Dissertações e Teses sobre HIV/SIDA defendidas no Brasil

Título	Ano	Autor(a)	Nível acadêmico	Área do conhecimento	Univer sidade
A epidemia pelo HIV/AIDS e suas repercussões sobre a saúde da população moçambicana (1986 a 2003)	2007	Antônio Manuel Sousa	M	Saúde Pública	ENSP
Compartilhando olhares, diálogos e caminhos: adesão ao tratamento anti-retroviral e qualidade de vida em pessoas vivendo com HIV/AIDS em Maputo Moçambique	2007	Larissa Polejack Brambatti	D	Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde	UNB
Mulheres moçambicanas e o HIV/AIDS: proteção, prevenção e tradição	2011	Mariana Vaz Caetano	M	Psicologia	UFRJ
Brasil, de receptor a doador? O caso da cooperação em HIV/AIDS do Brasil em Moçambique	2013	José Alejandro Sebastian Barrios Díaz	M	Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional	UNB
Vulnerabilidade de gênero e infecção pelo HIV: percepções de pessoas vivendo com HIV/AIDS e de profissionais de saúde da cidade de Maputo, Moçambique	2014	Arune João Estavela	D	Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde	UNB
A face feminina do HIV e SIDA: um estudo sobre as experiências de mulheres infectadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique	2015	Hélio Bento Maúngue	M	Sociologia Política	UFSC

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações **Organização:** do autor, 2019.

A partir desta perspectiva, realizamos a leitura de todo o material, de modo que foi possível nos inteirarmos sobre as dimensões e complexidades acerca do HIV/AIDS em Moçambique de forma coerente e qualificada. Além da intensa leitura, realizamos trabalhos de campo (ZUSMAN, 2011), que tiveram duração de quatro meses e meio, e foram permeados por visitas técnicas, participação de eventos e reuniões, obtenção de dados secundários, bem como a realização das entrevistas.

Assim, os trabalhos de campo foram ações fundamentais na realização de busca ativa por dados, informações e pessoas que contribuíssem com o desenvolvimento da pesquisa. Logo, foi mediante estas preocupações que priorizamos refletir a epidemia do HIV/AIDS pelo raciocínio geográfico, o que nos aproximou do plano vivido pelas mulheres maputenses a partir da ótica dos serviços de saúde de forma articulada, como disposto a seguir.

Aproximações e contextualização: o HIV/AIDS em mulheres na Cidade de Maputo

Partindo do pressuposto da caracterização da escala analisada, cabe destacar que a Cidade de Maputo, na condição de capital nacional, atualmente apresenta o contingente populacional de 1.120.867 de pessoas, sendo estas, em sua maioria, residentes da zona periurbana ou quase urbana. Salienta-se também que a maior parte da população da Cidade de Maputo é feminina, com o total de 577.771 mulheres, contrabalanceado pelo contingente masculino que totaliza 543.096 homens, ao modo que ambos os sexos expressam forte concentração etária na camada jovem (INE, 2019).

Para além dos números gerais, faz-se necessário a dedicação sobre alguns outros elementos, como as taxas e ponderações que expressam a movimentação deste contingente populacional, sendo estas relacionadas à natalidade, à mortalidade, à mortalidade infantil e à esperança de vida ao nascer, como apresentado no quadro 3.

Quadro 3 - Indicadores demográficos da Cidade de Maputo, Moçambique

Indicadores	2015	2016	2017	2018
Taxa Bruta de Natalidade (%)	23,0	22,6	22,2	22,0
Taxa Bruta de Mortalidade (%)	9,4	9,3	9,3	9,1
Taxa de Mortalidade Infantil (%)	50,5	49,3	48,1	46,4
Esperança de Vida ao nascer (anos)	62,3	59,1	59,4	60,0
Homens	55,3	55,6	55,8	56,4
Mulheres	62,3	62,7	63,1	63,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2017)

Organização: do autor, 2019.

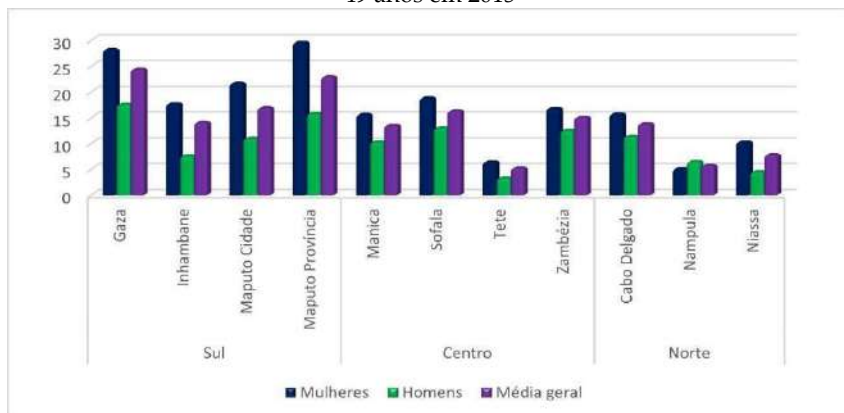
Os dados referentes às taxas e expectativas de vida da população da Cidade de Maputo expressam um cenário agudo, ainda que este seja um dos menos graves quando comparados a outras províncias e cidades do país. Sob este aspecto, cabe considerar outras estruturas e ofertas que somente são encontradas devido ao foro de capital nacional, como por exemplo, as condições gerais de vida, educação, saúde e emprego, que quando elencadas configuram um diferencial expressivo.

Ainda assim, notamos uma sutil queda nas taxas apresentadas, destacando que a taxa de natalidade ao longo destes últimos quatro anos decresceu 1%. Também se evidencia o mesmo movimento de queda na taxa bruta de mortalidade, sobretudo, na taxa de mortalidade infantil, que dentre todas as mencionadas apresenta uma maior variação, tendo decaído de 50,5% (2015) para 46,4% (2018). Em contrapartida há uma pequena oscilação na expectativa de vida ao nascer, na qual a expectativa geral regrediu do ano de 2015 e voltou a crescer a partir de 2017-2018, dado que este crescimento também é notável quando verificado pela razão dos sexos que apresentam o crescimento de 1,1 anos para homens e 1,4 anos para as mulheres no respectivo período.

As movimentações das taxas apresentadas para a Cidade de Maputo parecem bem tímidas - ainda que elevadas -, no entanto, há de se ponderar uma questão central para a população da Cidade de Maputo, o HIV/AIDS, dado que apresenta fortes impactos no que tange a notificação e diagnóstico dos casos. Vale rememorar

que a capital está localizada na região sul do país, e que esta é constituída pelas províncias de Gaza, Inhambane e Maputo Província, a parte mais afetada pelo HIV/AIDS (MAÚNGUE, 2015; 2020), onde se encontra os mais elevados graus de incidência em Moçambique, como pode ser verificado pelo gráfico 1.

Gráfico 1 – Incidência de HIV em moçambicanos (homens e mulheres) entre 15-49 anos em 2015



Fonte: IMASIDA, 2015
Organização: do autor, 2019

Uma breve análise de conjunto evidencia a significância da região sul do país acerca da incidência do HIV, uma vez que traz direcionamentos sobre a problemática investigada pela presente pesquisa, dado que é possível observar a expressividade das mulheres infectadas de forma geral em todas as províncias com exceção de Nampula na região norte. Tais dados estatísticos sobre a incidência do HIV em Moçambique corroboram com a sustentação do fenômeno da feminização do HIV/AIDS, o que acaba por trazer contrastes e levantar questões pertinentes à investigação.

Sobre esses aspectos relacionados ao HIV/AIDS, Bastos (2000) destaca que o ponto principal do processo de feminização é a questão da vulnerabilidade de gênero e as inúmeras iniquidades intrínsecas a este processo que, cada vez mais, potencializam as desigualdades já

existentes (SILVA, *et. al.*, 2007; ESTAVELA, 2014; MAÚNGUE, 2015; 2020). Estas relações fazem parte da realidade de Moçambique, já que o país “[...] vive a feminização da SIDA, que tem atingido cada vez mais as mulheres, sendo estas consideradas como o grupo mais vulnerável na sociedade, tendo em vista todas as violações de direitos que sofrem” (RODRIGUES; LYRA, 2018, p. 400).

Assim, o perfil dos casos notificados de AIDS em mulheres está diretamente atrelado à fatores que corroboram à situação de vulnerabilidade, entendido que “a infecção pelo HIV e o adoecimento é resultado de um conjunto de características dos contextos político, econômico e socioculturais que ampliam ou diluem o risco individual” (BUCHALLA; PAIVA, 2002, p. 118). Deste modo, configuram elementos constituintes e fundamentais para a análise geográfica, pois segundo os dados do IMASIDA (MOÇAMBIQUE, 2015), as mulheres notificadas possuem menor escolaridade que os homens sob as mesmas condições, uma vez que a discrepância educacional condiciona as mulheres a uma situação socioeconômica menos privilegiada, tornando-as mais vulneráveis a infecção (SANTOS *et al.*, 2009; MAÚNGUE, 2020).

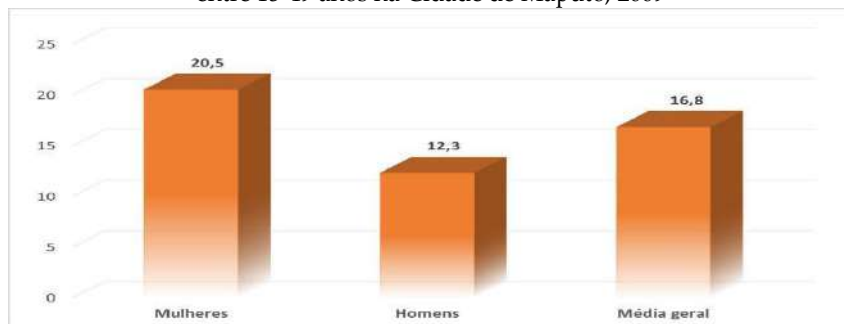
Ao direcionarmos olhares especificamente para a Cidade de Maputo conseguimos visualizar que está lógica também se reproduz, percebido que as taxas de incidência e prevalência são mais agravadas em relação a outras províncias do país, bem como a média nacional. Esta dura realidade pode ser observada nos gráficos abaixo, visto que apresentam os dados da incidência no gráfico 2 (MOÇAMBIQUE, 2015), e os dados da prevalência no gráfico 3 (MOÇAMBIQUE, 2009) para pessoas de 15 a 49 anos de idade residentes da Cidade de Maputo.

Gráfico 2 – Incidência de casos de HIV em moçambicanos (homens e mulheres) entre 15-49 anos na Cidade de Maputo, 2015



Fonte: IMASIDA, 2015
Organização: do autor, 2019.

Gráfico 3 – Prevalência de casos de HIV em moçambicanos (homens e mulheres) entre 15-49 anos na Cidade de Maputo, 2009



Fonte: INSIDA, 2009
Organização: do autor, 2019.

Os gráficos supracitados expressam a gravidade e a profundidade das diferentes complexidades que atravessam o contexto moçambicano, sobretudo, a Cidade de Maputo, quando tratado as questões do HIV/AIDS. Ainda é possível ressaltar uma vez mais as questões de gênero que na Cidade de Maputo também se fazem presentes com expressividade ao que tange o acometimento da população feminina (ESTAVELA, 2014), visto que é possível notar a discrepância da relação de infectados - tanto incidência como na prevalência - entre homens e mulheres. Sob esta conjuntura, é prudente considerarmos as contribuições de Maúngue (2015) que chama a atenção para elementos que precedem a infecção feminina em estrito senso na Cidade de Maputo, como os

[...] cenários de pobreza urbana e, como acontece no país inteiro, as mulheres são o segmento da população onde essa característica tem maior incidência. E, como veremos [...] a problemática do HIV e SIDA vem agravar os cenários vividos pelas mulheres, bem como aumentar os custos sociais na procura de melhores condições para si e seus dependentes (MAÚNGUE, 2015, p. 53).

É sob esta questão, que nos debruçamos especificamente sobre o contingente populacional afetado pela epidemia do HIV/AIDS na Cidade de Maputo, com a intenção de compreender a dinâmica existente entre as diferentes complexidades que perpassam tais questões (CAU, 2016). Isto fez com que nos direcionássemos para o volume das pessoas e as respectivas respostas em relação ao acesso e cobertura dos serviços na Cidade de Maputo. Estas informações, para nós, se fizeram importantes porque dimensionaram a gravidade e a proporção da epidemia experienciada na escala do vivido, o que contribuiu para a elucidação dos períodos mais recentes como expresso no quadro 4.

Quadro 4 – Número de casos notificados de HIV de 2015 a 2018 na Cidade de Maputo

Descrição	2015	2016	2017	2018
HIV	118.716	143.240	133.214	135.700
TB/HIV	4.185	3.989	3.893	3.712
TARV	20.419	29.239	27.738	25.248

Fonte: Direção da Saúde da Cidade de Maputo (2018)
Organização: do autor, 2019.

Em linhas gerais, a situação do HIV/AIDS na Cidade de Maputo se mostra complexa e agravada dada a expressividade dos casos diagnosticados ao longo dos anos, bem como se evidencia a intensidade dos casos de coinfeção entre a Tuberculose e HIV, - ainda que tenha havido um decréscimo - o que normalmente caracteriza um diagnóstico tardio (Moçambique, 2015). Outro elemento interessante é a cobertura da Terapêutica Antirretroviral (TARV) que apresenta iniciativas importantes, mas que ainda ficam distantes da realidade notificada na capital, já que se aproxima de

16 a 28% de cobertura do total dos casos notificados, o que acaba por evidenciar limitações acerca do tratamento e de sua continuidade para estas pessoas.

Ao partirmos dessas premissas, reforçamos a ideia de que é preciso contribuições geográficas sobre a saúde, de modo que haja a interação com as pessoas e com os serviços especializados, de modo que seja levado em conta as estruturas basilares da realidade investigada. Foi por este caminho que priorizamos destacar os principais elementos sobre o HIV/AIDS na camada feminina da população moçambicana, especificamente, a residente da Cidade de Maputo, pois é a que mais tem sofrido com a crescente notificação de novos casos e o decorrente número de adoecimentos (MAÚNGUE, 2015; 2020).

Por meio das análises destacadas acima, compreendemos que a vulnerabilidade de gênero em mulheres moçambicanas é um elemento imprescindível para a compreensão geográfica do HIV/AIDS, uma vez que as iniquidades presentes nas estruturas sociais condicionam essa camada da população a situações de vida bastante precárias (ESTAVELA, 2014) em termos de acesso e manutenção da saúde. Isso se torna evidente pelas disparidades e complexidades enfrentadas pelas mulheres e pelos serviços de saúde na luta contra o HIV/AIDS, principalmente quando direcionado olhar para a realidade das mulheres que vivem na capital do país.

Considerações finais

Estes esforços permitiram-nos dimensionar a complexidade do fenômeno, visto que sua expressão tem proporções extremamente significativas para o contexto do país e do continente.

Ainda relacionado a tempos e escalas, é preciso salientar a importância das dissertações e teses que foram destacadas, dado que serviram de base estruturante para a compreensão da complexidade que envolve as questões acerca do HIV/AIDS em

Moçambique. Os trabalhos apresentados expressam o teor da necessidade de se empenhar cada vez mais ações que estejam voltadas a esta pauta, visto que se trata de uma questão interdisciplinar, que envolve diferentes facetas dos sujeitos, dos serviços de saúde, e das ações fomentadoras das políticas públicas.

Através deste movimento é que foi possível nos dedicarmos a compreensão específica da realidade das mulheres residentes da Cidade de Maputo, uma vez que tomamos como caminho a caracterização da epidemia na cidade, bem como nos ancoramos nas contribuições de profissionais e/ou representantes de instituições envolvidos com a temática do HIV/AIDS, já que são estes que lidam diariamente com as demandas que atravessam a vida das mulheres.

Foi por meio destas articulações que construímos as interpretações acerca da vulnerabilidade de gênero vivida pelas mulheres maputenses em relação ao HIV/AIDS. Por fim, este conjunto apresenta os avanços e dificuldades enfrentadas em relação a epidemia, bem como reforça a importância de continuar e aprofundar inúmeros aspectos sobre a realidade das mulheres moçambicanas, posto que estas mesmas experienciam dificuldades e opressões cotidianas, o que acaba por dificultar o acesso e permanência nos serviços de saúde.

Referências

ANDRADE, R. G; IRIART, J. A. B. Estigma e discriminação: experiências de mulheres HIV positivo nos bairros populares de Maputo, Moçambique. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, 2015, p. 565-574.

BASTOS, F. I. A Feminização da Epidemia de AIDS no Brasil: Determinantes Estruturais e Alternativas de Enfrentamento. **Coleção ABIA - Saúde Sexual e Reprodutiva**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 1-27, 2000.

BUCHALLA, C. M; PAIVA, V. S. F. Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n.4, p. 117-119, 2002.

CAMARGO, J. C. G; ELESBÃO, I. O problema do método nas ciências humanas: o caso da Geografia. **Rev. Mercator**, Fortaleza - CE, v. 3, n. 6, p. 7-18, 2004.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 2000, p. 117-140.

CAU, B. M. Female migration, local context and contraception use in urban Mozambique. **African Journal of Reproductive Health**, v. 20, n. 1, p. 52-61, 2016.

ESTAVELA, A. J. **Vulnerabilidade de gênero e infecção pelo HIV: percepções de pessoas vivendo com HIV/AIDS e de profissionais de saúde da cidade de Maputo, Moçambique**. 2014. 84 f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2014.

GUIMARÃES, R. B. **Saúde: Fundamentos de Geografia Humana**. São Paulo: Editora Unesp. 2015, 110 p.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Folheto Estatístico** – Cidade de Maputo. Censo 2017, IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2019.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Geografia de Moçambique**, 2019. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/>>. Acesso em 03/10/2019.

MARSTON, S. A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**. v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MAÚNGUE, H. B. **A face feminina do HIV e SIDA: um estudo sobre as experiências de mulheres infectadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em

Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MAÚNGUE, H. B. Mulher moçambicana: cultura, tradição e questões de gênero na feminização do HIV/SIDA. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 28, v. 1, 1-13, 2020.

MOÇAMBIQUE. **Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA em Moçambique (IMASIDA)**. Instituto Nacional de Saúde (INS); Instituto Nacional de Estatística (INE). Relatório Preliminar de Indicadores de HIV. Maputo, Moçambique, 2015, 18 p.

MOÇAMBIQUE. **Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA)**. Ministério da Saúde (MISAU); Instituto Nacional de Saúde (INS); Instituto Nacional de Estatística (INE). Maputo, Moçambique, 2009, 310 p.

PASSADOR, L. H; THOMAZ, O. R. Raça, sexualidade e doença em Moçambique. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2006, p. 263-286.

PEDROSO, M. F. **Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente**, SP. 2022. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Presidente Prudente.

RODRIGUES, T; LYRA, J. Construindo estratégias de negociação: dialogando com o feminismo no contexto do HIV e SIDA. In: ROCHA, S; VIEIRA, A. C. S; BARBOSA FILHO, E. A. **HIV AIDS e as teias do capitalismo, patriarcado e racismo: África do Sul, Brasil e Moçambique**. Recife: Editora UFPE, 2018, p. 397-423.

SANTOS, N. J. S; BARBOSA, R. M; PINHO, A. A; VILLELA, W. V; AIDAR, T; FILIPE, E. M. V. Contextos de vulnerabilidade para o HIV entre mulheres brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso), v. 25, p. 321-333, 2009.

SILVA, T. C; ANDRADE, X; OSÓRIO, C; ARTHUR, M. J. **Representações e práticas da sexualidade entre os jovens e a feminização do SIDA em Moçambique**. Maputo: WLSA Moçambique, 2007, 189 p.

SUBUHANA, C. Estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidade e redes sociais. **Imaginário**, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 321-355, 2007.

SUBUHANA, C. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. **Pro-Posições**, Campinas, v.20, n. 1, p.103-126, 2009.

UNAIDS, **Global HIV & AIDS statistics – 2019 fact sheet**. Disponível em: <<https://www.unaids.org/en/resources/fact-sheet>>. Acesso em 02 de outubro de 2019.

ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, v. 7, n. 7, p. 15-32, 2011.

Trabalho docente na pandemia: a perspectiva de mulheres na educação municipal de Presidente Prudente/SP

Isabella Bocchi Costa
Ricardo Pires de Paula

Introdução

Este trabalho apresenta resultados obtidos em pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2021/10708-7. A problemática do estudo diz respeito aos impactos da pandemia sobre o trabalho docente, com recorte de gênero sob a perspectiva de mulheres professoras da educação municipal de Presidente Prudente/SP.

A emergência da pandemia da COVID-19 apresentou aos sujeitos dos mais diversos setores da sociedade a necessidade de reestruturação das dinâmicas vivenciadas em seus cotidianos. A determinação de ações de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, como a quarentena ou isolamento social, foi fundamental no desenvolvimento de estratégias de atenuação das consequências de tais medidas.

Em âmbito educacional, o impreterível fechamento das instituições de ensino levou à transposição das atividades realizadas presencialmente para o ambiente virtual por meio da implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Neste primeiro momento, o magistério precisou realizar adaptações em seus métodos e ferramentas de trabalho, agora realizados em seus lares. Esta nova modalidade de ensino demandou recursos didáticos e pedagógicos diferenciados, uma vez intermediados pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs).

Com o aumento da vacinação e significativa melhora dos quadros hospitalares, a amenização dos riscos relacionados à

contaminação pelo coronavírus propiciou à comunidade escolar o estabelecimento de protocolos para a retomada de suas atividades presenciais de acordo com as exigências legislativas em relação aos cuidados sanitários. Esse retorno às atividades presenciais foi cercado de tensionamentos, dada a pressão de determinados setores da sociedade que cobravam por rapidez e, por outro lado, das incertezas e preocupações junto aos segmentos profissionais, em particular, do magistério.

A fim de contemplar o objeto de estudo desta pesquisa, dando enfoque às questões de gênero, fez-se necessária a elaboração de um panorama acerca da construção social da docência enquanto um trabalho feminino, frente à socialização imposta às mulheres. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica relacionando gênero e mundo do trabalho, além de uma análise de dados estatísticos sobre a presença feminina no magistério.

Por meio de recortes temporais da pandemia da COVID-19, foram analisados os impactos das conjunturas de enfrentamento sobre as rotinas laborativas das mulheres professoras, tendo em vista as responsabilidades domésticas e familiares atribuídas socialmente a elas. Desse modo, adotou-se a hipótese de que o cotidiano feminino sofreu sobrecarga em meio às circunstâncias excessivas impostas às professoras por falta de subsídios das escolas e pelas desigualdades vividas historicamente.

A perspectiva de mulheres professoras do município de Presidente Prudente/SP foi apresentada por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com uma docente que possui dois cargos na rede municipal e uma docente que preside o Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente e Região (SINTRAPP), que abrange o professorado municipal.

Além disso, foram analisadas as ações mobilizadas pelo SINTRAPP frente às condições impostas ao professorado em meio ao ensino remoto e no posterior processo de retomada às atividades presenciais, o que demandou maior atenção e acompanhamento por parte do sindicato, junto ao Ministério Público e à Secretaria de Educação.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos que guiaram o desenvolvimento do presente trabalho dizem respeito à realização de ampla pesquisa bibliográfica acerca das mulheres no mundo do trabalho a partir de fontes como livros, artigos, revistas, publicações digitais etc., o que propiciou a construção de um panorama acerca da relação entre a socialização das mulheres e a divisão sexual do trabalho a partir das contribuições de Heleieth Saffioti (1976; 1987), Silvia Federici (2019), Claudia Nogueira (2004), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007). Além dessa bibliografia, foram aprofundadas leituras em torno dos debates sobre gênero nas pesquisas em Geografia, como os resultados da dissertação de Terezinha Brumatti Carvalhal (2003), e na abordagem sobre gênero e magistério por Jane Rosa da Silva (2020), Guacira Lopes Louro (2004) e Cláudia Pereira Vianna (2016).

Com base nisso, o estudo foi direcionado para o trabalho docente e a feminização do magistério, buscando evidenciar as nuances e vivências da mulher professora. Para isso, foram levantados e sistematizados dados provenientes do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes aos anos de 2020 (INEP, 2021) e 2021 (INEP, 2022).

Partindo desses pressupostos prévios, fez-se um recorte temporal orientado pelas diferentes etapas da pandemia da COVID-19 e suas transformações nas dinâmicas laborativas em âmbito docente. Para isso, foi analisada a pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, publicada na Sinopse Estatística da Educação Básica 2021 do INEP, visando apresentar o cenário encontrado nas instituições de ensino do país em relação às medidas adotadas para viabilização das atividades remotas.

Além disso, foi realizado um estudo de caso relacionado ao ensino municipal de Presidente Prudente/SP a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas com duas professoras, uma que

possui dois cargos na rede municipal – em uma escola atende uma turma de Educação Infantil e em outra, de Ensino Fundamental I – e outra que preside o Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente e Região (SINTRAPP). Os grandes eixos norteadores das entrevistas foram: a trajetória educacional das docentes, as jornadas profissionais e domésticas, a atividade política e a percepção dos impactos da pandemia em suas rotinas.

A partir da realização das entrevistas, foi possível confrontar as experiências vivenciadas pelas professoras entrevistadas com o referencial teórico e estatístico, bem como realizar uma sondagem de informações quantitativas e qualitativas, especialmente relacionadas às tentativas de retomada das atividades presenciais.

Por fim, buscou-se compreender a atuação do SINTRAPP no enfrentamento às adversidades encontradas na trajetória do ensino remoto ao retorno das aulas nas escolas visando a garantia da segurança dos discentes, docentes e demais funcionários e a adaptação às novas dinâmicas escolares por meio da pesquisa na sua documentação (jornais e panfletos), bem como nas informações colhidas na entrevista realizada.

Desenvolvimento

A partir dos procedimentos metodológicos indicados, buscamos articular o referencial teórico, o levantamento de dados estatísticos e a análise sobre as experiências relatadas pelas professoras entrevistadas a fim de responder à hipótese apontada. Os desdobramentos provenientes da pesquisa estão organizados da seguinte maneira: primeiramente, construímos um panorama acerca da construção social da categoria docente com base na divisão sexual do trabalho e os estereótipos de gênero; posteriormente apresentamos as especificidades do contexto pandêmico em âmbito educacional e, então, a trajetória anterior à retomada das atividades presenciais.

A construção da docência enquanto trabalho feminino

Desde antes da Era Cristã, a organização funcional das atividades compreende divisões de trabalho que evidenciam as estruturas desiguais que sustentam a sociedade. Ao longo do desenvolvimento dos sistemas de produção, as possíveis ocupações integradas aos processos produtivos foram atribuídas às diferentes categorias de sexo, delimitando a relevância dada a elas. De maneira geral, as mulheres foram direcionadas a um papel econômico fundamental, embora desvalorizado, em relação à manutenção da existência da família enquanto unidade de produção (SAFFIOTI, 1976).

Dominado pela lógica patriarcal, o ambiente doméstico esteve sob os cuidados femininos desde o início da divisão sexual do trabalho, em que elas foram encarregadas das tarefas de subsistência e cuidados com a higiene e alimentação de todos os familiares. Uma vez que as funções sociais, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), foram delineadas a partir dos princípios de separação e hierarquia, pode-se considerar que a dicotomia entre trabalhos masculinos e femininos foi estabelecida com base na identidade social designada para cada categoria de sexo, direcionando funções de prestígio social aos homens e funções acessórias e reprodutivas às mulheres (SAFFIOTI, 1987).

No decorrer do tempo histórico e das consecutivas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, as mulheres passaram a ocupar diferentes cargos frente à sociedade, especialmente no contexto pós-industrialização, com a expansão do trabalho feminino. No entanto, este estava voltado a funções subalternas, que exigiam pouca habilidade ou força física, evidenciando a subvalorização das capacidades da força de trabalho feminino e sua conseqüente marginalização no sistema produtivo. Este processo definiu o caráter subsidiário das atividades produtivas femininas, que, considerando a prevalência das responsabilidades domésticas e familiares sobre a esfera

profissional, busca justificar a baixa remuneração dos trabalhos direcionados às mulheres (NOGUEIRA, 2004).

Representando as facetas de manipulação e violência do capitalismo, as mulheres vêm sendo submetidas à responsabilidade de realização de atividades domésticas visando a manutenção do lar e da família. Embora não seja diretamente mercantil, o papel desempenhado por elas com o trabalho doméstico é “[...] indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital” (ANTUNES, 2005, p. 61).

Assim sendo, o modo de produção capitalista opera uma desvantagem bidimensional sobre suas vidas, inferiorizando suas capacidades em contraposição à construção da hegemonia masculina e, por conseguinte, marginalizando as funções laborais ocupadas por elas (SAFFIOTI, 1976).

Nesse sentido, as atividades produtivas historicamente direcionadas às mulheres demonstram a reprodução e o estabelecimento de extensões das facetas e dos estereótipos do papel de dona de casa e cuidadora desempenhado em âmbito reprodutivo (FEDERICI, 2019). Assim, tendo em vista os atributos de zelo e carinho, determinados ambientes laborativos são caracterizados pela forte presença feminina por conta da divisão sexual do trabalho; dentre eles, as salas de aula e os demais espaços escolares.

Entre os séculos XVI e XVIII, a prática docente estabeleceu-se por meio da atuação de homens religiosos. Entretanto, posteriormente, os homens passaram a buscar outras oportunidades de emprego, propiciadas pelos crescentes processos de urbanização e industrialização. Desse modo, as mulheres começaram a ter espaço na docência, ampliando sua função na sociedade. Embora muitas vezes elas fossem vistas como despreparadas profissionalmente para lidar com esta ocupação, o trabalho docente mostrou-se como uma extensão das responsabilidades femininas de educar e cuidar de crianças (LOURO, 2004).

Tendo em vista que o trabalho docente era concebido como uma atribuição que expressava o amor, a doação e a vocação do/a

professor/a, a feminização do magistério foi legitimada, qualificando-o como um trabalho feminino, dada a atribuição dos estereótipos de afetividade, cuidado e paciência, socialmente relacionados às mulheres. Além disso, foi reforçada a ideia de vocação para educar, conhecida tradicionalmente pelo viés religioso do “sacerdócio” (LOURO, 2004), implicando seriamente no reconhecimento social da profissão, principalmente, no que diz respeito à remuneração dado que a imagem do sacerdócio está associada ao trabalho voluntário.

Desse modo, a imagem socialmente construída sobre as mulheres docentes passou por algumas mudanças ao longo do tempo. Inicialmente, as professoras que trabalhavam com crianças eram vistas como as “tias da escola”, evidenciando o caráter maternal e amoroso dessa ocupação em detrimento do reconhecimento de sua autoridade profissional (LOURO, 2004).

Paralelo ao processo de profissionalização da carreira docente, que propiciou uma construção coletiva do professorado e representar maior inserção social das mulheres frente à sociedade, a estrutura machista impunha um cenário de proletarização que concebia o exercício da docência como uma ocupação transitória, provisória ou subsidiária, que justificaria a baixa remuneração feminina, junto do fato de ser um “trabalho de um só turno”, estrategicamente voltado para a conciliação de sua vida profissional com a familiar (LOURO, 2004).

Observa-se, afinal, que a construção histórica da docência está relacionada com a manutenção das estruturas sociais de opressão às mulheres, uma vez que “o processo de feminização do magistério associa-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como à reprodução de estereótipos por parte da escola” (VIANNA, 2016, p. 90).

As configurações das dinâmicas escolares ao longo da história da docência no Brasil foram determinadas com base nas relações de gênero, classe, etnia, raça e religião, moldando as desigualdades educacionais para discentes e docentes.

A primeira lei escolar, de 1827, do Brasil Império, determinou a fundação das “Escolas de Primeiras Letras”, mantidas por pessoas religiosas e/ou leigas de moral incontestável e nas quais os estudos de meninos e meninas eram separados, com currículos diferenciados. Em geral, aos estudantes eram ensinados leitura, escrita, operações matemáticas e doutrina cristã. Separadamente, os professores homens ensinavam aos meninos noções de geometria e ganhavam maior remuneração por exercerem esta função. E as professoras mulheres ensinavam às meninas tarefas relacionadas à cozinha, ao bordado e à costura enquanto extensões das atividades domésticas e, por isso, recebiam remunerações menores (LOURO, 2004).

Assim sendo, a realização de afazeres domésticos e cuidados familiares esteve presente na vida das meninas desde o início de sua socialização, muitas vezes de forma prioritária em relação à escolarização, sobretudo nas camadas mais populares da sociedade. A priorização do trabalho reprodutivo na vida das mulheres moldou as bases de sua educação, que favoreceu uma formação moral, virtuosa, de caráter e bons princípios, dada a necessidade delas de se tornarem boas esposas e mães, uma vez que a manutenção do lar e a constituição do caráter dos futuros homens estariam sob sua responsabilidade (LOURO, 2004).

Desse modo, “a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua *função social de educadora* dos filhos ou, na linguagem republicana, na formação dos futuros cidadãos” (LOURO, 2004, p. 447, grifo nosso).

Neste sentido, o exercício da docência, além de ser uma extensão do âmbito reprodutivo, demonstrava reforçar a hierarquia doméstica em relação às responsabilidades atribuídas em ambiente escolar. Enquanto os homens exerciam funções de poder – sendo diretores ou inspetores –, as mulheres estavam dentro de salas de aula, desempenhando as incumbências imediatas de ensino (LOURO, 2004).

As situações descritas, relacionadas à construção da docência enquanto trabalho feminino, ainda repercutem sobre o trabalho docente atualmente. A distribuição das categorias de gênero no magistério varia de acordo com as etapas de ensino, sendo que existe uma concentração de professoras nos anos iniciais associada a uma diminuição gradativa conforme o nível escolar aumenta. De acordo com dados do INEP (2021), o corpo docente da educação infantil era composto por 96,4% de mulheres em 2020, 88,1% nos anos iniciais do ensino fundamental, 66,8% nos anos finais e 57,8% no ensino médio.

Tal cenário pode ser entendido como consequência do processo de feminização do magistério, especialmente nos anos iniciais da educação básica, dada a suposta vocação e a consequente responsabilização das mulheres pela educação de crianças. No ensino secundário, a porcentagem feminina tende a diminuir, mas mantendo sua predominância em comparação à quantidade de homens, por conta do crescente desprestígio social da docência, que, em contrapartida, continua sendo uma interessante alternativa de trabalho para as mulheres. Isto se dá pela suposta facilidade de conciliar a atividade profissional com os afazeres domésticos, considerando também os períodos de férias escolares, e pelas possíveis vantagens do funcionalismo público em determinados casos (BRUSCHINI; AMADO, 2013).

É possível constatar que o trabalho docente está impregnado de estigmas vinculados à sua construção, como suas próprias condições laborativas devido à desvalorização sofrida pela categoria frente à sociedade, especialmente relacionada à remuneração. Neste sentido, muitos profissionais vêm a necessidade de compensar economicamente o exercício da docência e, então, passam a ministrar aulas em mais turmas e escolas, aumentando suas jornadas de trabalho (LOURENCETTI, 2014). Uma das professoras entrevistadas descreveu sua rotina de trabalho tendo dois cargos no município de Presidente Prudente/SP:

Então, de manhã eu fico [...] com a educação infantil. A gente tem um horário que é das sete (7h) ao meio-dia (12h), porém com o aluno é das sete e quarenta (7h40) ao meio-dia (12h). O planejamento vai de acordo com o ano que você está, né?! E as atividades da educação infantil, elas são bem diferenciadas. Já no ensino fundamental I, eu trabalho no Castilho Cabral, né?! [...] E é do primeiro ao quinto ano. Também já trabalhei em todos os anos e esse ano (2022), especificamente, trabalhei com o quarto ano. A aula vai do meio-dia e trinta (12h30) até às cinco e meia (17h30), porém com o aluno até dez para as cinco (16h50). E as aulas são divididas, [...] tem uma grade, né?! Quantas aulas você tem que dar por semana de cada disciplina.

Desse modo, as professoras desdobram-se para conseguirem articular as dinâmicas escolares das diferentes turmas e até instituições de ensino, tendo em vista a necessidade de preparar conteúdos didáticos específicos ao longo do ano, desenvolver processos de ensino e aprendizagem de acordo com as especificidades de cada turma, elaborar e corrigir atividades avaliativas, entre outras burocracias escolares (LOURENCETTI, 2014). Neste sentido, a professora apresentou as atividades extraclasse:

Ainda, a gente tem o horário de HTPC, que são quatro horas (4h) além do horário dessas cinco horas (5h) que a gente tem em sala. Esse horário que eu te falei, que a gente fica sem aluno, né?! Que é das sete (7h) até sete e quarenta (7h40) e das dez pras cinco (16h50) até às cinco e meia (17h30), ele chama HTP, que é um horário que a gente faz de planejamento, de organização do material, dessas coisas. Então é dentro da sala, mas fazendo atividades que não são com alunos. O HTPC é um horário que a gente faz em horário que não é horário de aula, não é horário que você está lá. Então, no meu caso, como eu tenho dois cargos, inclusive, né?! Essas escolas que eu trabalho, elas oferecem o HTPC noturno. Então eu trabalho das seis (18h) às dez (22h) em dois dias da semana, né?! Um em cada escola, pra fazer esse HTPC, que é um horário de trabalho pedagógico coletivo, que é com a escola toda.

De maneira geral, o trabalho docente possui múltiplas facetas e, ao longo do tempo, perpassa por variadas dinâmicas, que se relacionam com seus históricos estigmas e a consequente precarização voltados à categoria, sobretudo em meio às políticas neoliberais que vêm emergindo por meio de políticas de

privatização dos serviços públicos, de pagamentos a docentes por bonificação e retirada de direitos trabalhistas (DE PAULA; ROBERT, 2018).

Mais recentemente, toda a comunidade escolar viu-se em um cenário de novas demandas educacionais em meio às exigências provenientes da pandemia da COVID-19, em que as relações de ensino-aprendizagem passaram por reestruturações em seu desenvolvimento, tanto durante a pandemia, quanto depois.

Trabalho docente em contexto de Ensino Remoto Emergencial

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, apresentando a exigência de promover ações estratégicas, nas distintas esferas sociais, de contenção à acelerada propagação da doença que emergia naquele momento. Em âmbito educacional, ocorreu o fechamento das escolas e uma necessária reorganização do calendário escolar, tendo em vista a pretensão de desenvolver atividades não presenciais em convergência com os apontamentos do Conselho Nacional de Educação (CNE)¹.

A reestruturação das dinâmicas escolares foi imprescindível para minimizar os impactos nos processos formativos e educacionais dos estudantes brasileiros em consequência das providências tomadas para controlar a disseminação do novo coronavírus (BRASIL, 2020).

No estado de São Paulo, a Secretaria de Educação publicou, em abril de 2020, a Resolução SEDUC 45 com a proposta de planejamento e desenvolvimento de atividades não presenciais durante a pandemia por meio do uso de tecnologias digitais e, conforme a necessidade de cada instituição de ensino vinculada ao

¹ Para um compilado das normativas aprovadas pelo CNE, estabelecendo diretrizes sobre a educação durante vigência da Pandemia do Covid-19, acesse: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19>.

Sistema de Ensino do Estado, materiais didáticos impressos (SÃO PAULO, 2020).

Considerando que o contexto pandêmico apresentou complexidades específicas, que demandaram uma reconfiguração dos métodos de ensino tradicionais e das possibilidades de acesso à educação (MARCON; REBECHI, 2020), este cenário político propiciou o estabelecimento de uma nova modalidade de ensino, instaurada como principal alternativa possível para manter a atividade escolar: o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Buscando compreender as medidas adotadas pelos estabelecimentos de ensino brasileiros, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira realizou um estudo denominado “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil” (INEP, 2022), na qual foram analisados os parâmetros organizacionais de planejamento e gestão escolar no período em que as atividades presenciais estavam suspensas.

Observa-se, a partir da pesquisa realizada, que as escolas se preocuparam com a readequação do calendário de maneira estratégica para o desenvolvimento das atribuições escolares remotamente, uma vez que 98,1% das instituições de ensino buscaram aprimorar suas condutas de preparação, coordenação e acompanhamento das atividades *online*.

A reorganização das dinâmicas escolares no ciberespaço deu-se, em partes, pelo conhecimento prévio e apropriação, em algum grau, sobre os ambientes virtuais por parte dos discentes e docentes, a partir de desdobramentos de outras esferas de suas vidas sociais na internet. Portanto, considerando a necessidade dos aparatos didáticos e pedagógicos serem transportados para o ambiente digital, tornou-se imprescindível o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para mediar a utilização da virtualidade enquanto novo arranjo dos tempos e espaços escolares (NONATO; SALES; CAVALCANTI, 2021).

Desta maneira, 63,7% das escolas pesquisadas pelo INEP buscaram contribuir com a capacitação dos docentes para o uso adequado de recursos didáticos voltados para o ensino não

presencial. Em relação à adaptação da infraestrutura domiciliar do professorado, 30,3% facilitaram o acesso a equipamentos e ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento das atividades remotas, como computadores/notebooks, câmeras, microfones etc., e somente 6,3% disponibilizaram acesso gratuito ou subsidiado pela instituição a uma boa internet em domicílio.

De maneira geral, a professora entrevistada da rede municipal de Presidente Prudente afirmou que o ensino remoto foi implementado sem a organização e o planejamento necessários por parte da secretaria municipal de educação para um bom funcionamento de suas dinâmicas *online*, confirmando os resultados da pesquisa do INEP nos quais indicavam que a grande maioria das redes não teria oferecido insumos básicos para a adaptação do professorado a esta conjuntura, seja com equipamentos ou pacotes de internet.

Além disso, não se pode esquecer que se, por um lado, as escolas pouco contribuíram com os docentes para trabalharem no formato remoto, menos ainda as escolas e sistemas educacionais puderam prover de condições mínimas aos estudantes das redes públicas de ensino nesse processo de adaptação para o ensino mediado pelas TDICs².

Esta situação pode acarretar defasagens de conteúdo e de aprendizado, especialmente nas redes públicas, uma vez que as barreiras político-sociais do contexto brasileiro foram determinantes para a limitação da eficácia da implementação dos recursos digitais na educação, tendo em vista a falta de acesso e acompanhamento às atividades remotas por parte dos estudantes (DIEESE, 2020).

² Professores, pais e alunos apontam dificuldades e limitações do ensino a distância *in*: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/04/professores-pais-e-alunos-apontam-dificuldades-e-limitacoes-no-ensino-a-distancia>. Acesso em 31/03/2024; Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância *in*: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255>. Acesso em 31/03/2024.

Constata-se, assim, que as escolas não conseguiram subsidiar todo o processo de adequação dos sujeitos da comunidade escolar para suprir as necessidades impostas pela pandemia. Quanto ao professorado, boa parte dos ajustes intrínsecos às novas demandas laborativas em seus lares foi realizada pelos próprios profissionais. Logo, eles desdobraram-se para custear e empenharam-se em compreender o manuseio dos recursos tecnológicos e estruturais necessários ao trabalho docente remoto, tornando-se responsáveis pela transposição das dinâmicas escolares para seus lares. Uma das professoras entrevistadas relatou:

Eu tinha duas crianças em casa que tinham aula online e eu tinha que dar aula online. E eu não tinha esse tanto de equipamento disponível, não tinha uma internet boa o suficiente. Então eu tive que aumentar bastante a velocidade para dar conta, tive que pedir computador emprestado para que os três tivessem acesso.

Isto posto, podem-se notar acúmulos de responsabilidades e afazeres sobre a categoria docente, que passou a dispor de novas atribuições com os desdobramentos da nova modalidade de ensino, como a necessidade de expandir as jornadas formais de trabalho para realizar gravações, disponibilizar as aulas gravadas em plataformas digitais e atender os estudantes por meio de aplicativos de conversação, como o *WhatsApp* (SOUZA *et al.*, 2020).

O trabalho excedente aos parâmetros formais, resultado de uma ampliação das demandas cotidianas devido às dinâmicas remotas, implica em uma diminuição do tempo dedicado ao descanso e aos cuidados pessoais por parte do professorado. Assim sendo, o corpo docente das escolas encontrou-se mais exposto aos prejuízos derivados de negligências à sua saúde, tanto física quanto mental. Sobrecarregados pelas excessivas jornadas laborativas, os professores, atingiram altos níveis de estresse, fadiga, frustração e preocupação relativos à realização das atividades escolares, articuladas com os demais âmbitos de suas vidas (SAÚDE, 2022).

Neste momento, o magistério estava enfrentando mais um processo de flexibilização e consequente precarização de sua atuação

profissional sob os novos moldes de organização do capital. Ao estender o trabalho produtivo para os lares dos trabalhadores, o trabalho reprodutivo doméstico é incorporado na jornada de trabalho, de modo que as mulheres são ainda mais exploradas a partir das particularidades deste período (ANTUNES, 2005).

Tendo em vista as questões apresentadas pelo contexto da pandemia, partimos do pressuposto de que a necessidade de conciliar simultaneamente as responsabilidades sociais e profissionais com as obrigações familiares e domésticas no ambiente do lar acarretaria sobrecargas de trabalho sobre professoras e professores. Isto especialmente quando buscamos compreender as repercussões das jornadas excessivas de acordo com as especificidades e nuances dos grupos sociais que compõem a categoria docente.

Ao fazer um recorte de gênero, é possível articular as consequências da estrutura de socialização feminina com as novas configurações das rotinas laborativas e domésticas das mulheres professoras diante da implementação do ensino remoto. Para isso, serão consideradas diferentes nuances acerca das vivências cotidianas e dos contextos sociais em que as docentes podem estar inseridas.

Em condições emocionais e socioeconômicas favoráveis, parte dos professores conseguiu priorizar a realização de atividades visando seu desenvolvimento pessoal e sua profissionalização, participando de eventos, cursos e palestras realizadas em ambientes digitais (PESSOA; MOURA; FARIAS, 2021).

Para estes profissionais a justaposição dos compromissos de diferentes naturezas no próprio lar, associada à crescente utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), facilitou o acesso a estas atividades, uma vez que o tempo, antes direcionado ao deslocamento e demais atribuições relacionadas à realização das obrigações profissionais e sociais, pode ser direcionado à sua formação continuada.

Entretanto, a realidade da maior parte do professorado foi diferente devido às atualizações em suas dinâmicas de trabalho e

do lar, especialmente nas rotinas das mulheres. Considerando a reprodução de estereótipos historicamente associados à condição de mulher, relacionada à sua socialização sob a estrutura patriarcal, existe um acúmulo de responsabilidades de diversos âmbitos para a mulher professora, o que, durante o período de isolamento social, passou a coincidir nos mesmos espaços e tempos. E a realidade das professoras antes da pandemia já mostrava esse acúmulo, conforme expõe a dirigente do SINTRAPP:

Professor trabalha muito, geralmente trabalha de manhã e à tarde, às vezes trabalha de manhã, à tarde e à noite – e ainda cuidam da casa e, muitas vezes, dos filhos, né?! Então a maioria, a grande maioria das mulheres nossas que atuam na educação tem essa dupla e tripla jornada, sim. Raramente elas dispõem de alguém que possa estar na sua casa, fazendo o seu trabalho [doméstico] enquanto [...] ela está fora. Normalmente, essas mulheres, assim como eu também, chegamos em casa no final do dia e ainda vamos cuidar dos afazeres domésticos, no final de semana. Quando muito, a gente tem uma pessoa que ajuda na limpeza maior de vez em quando, a cada quinze dias, uma vez por mês. Mas a grande maioria são as próprias mulheres que fazem.

A justaposição das responsabilidades sociais e profissionais e das obrigações familiares e domésticas acaba ultrapassando suas diferenciações nas rotinas organizadas e estabelecidas nos lares em relação aos limites de tempo para a realização de cada atribuição, antes formalizados nos ambientes específicos para cada atividade.

Sobre isso, uma das professoras entrevistadas comenta: “ao mesmo tempo eu tinha que preparar a aula, mas aí eu tinha que fazer comida, arrumar a casa, limpar a casa e tudo isso foi bem difícil, porque não dava. O tempo não dava, porque quando você está aqui você tem que fazer tudo.” Em geral, as rotinas femininas acabaram tornando-se ciclos de repetição devido à execução de tantos deveres paralelamente, o que chegou a ocasionar casos em que as mulheres quase não viam “[...] diferença entre os dias de semana e os finais de semana, feriados ou mesmo férias, [...] com a sensação de sobrecarga” (PESSOA; MOURA; FARIAS, 2021, p. 178).

Como pontuado anteriormente, o contexto pandêmico apresentou novas demandas organizacionais e burocráticas para a efetivação do trabalho remoto, especialmente durante o processo de adaptação à mudança do ambiente escolar para o ambiente doméstico, juntamente com o aprimoramento de materiais, métodos e estratégias de ensino e a adequação estrutural dos instrumentos de trabalho.

É importante ressaltar que, muitas vezes, os lares dos professores compreendiam mais pessoas que também passaram a ficar mais tempo em casa com o isolamento social, frequentemente desempenhando suas atividades cotidianas de maneira remota. No caso de professoras com filho(s), o acompanhamento do desempenho escolar da(s) criança(s), em geral, era responsabilidade delas enquanto mães. Portanto, elas precisavam dispor de atenção, cuidado e mais recursos para auxiliar o(s) filho(s), além de dedicação como educadora ao desenvolvimento das atividades pedagógicas de suas turmas.

Para além disso, havia uma grande preocupação com a proteção de todos os membros do lar quanto à contaminação pela COVID-19, especialmente no período em que o sistema de saúde estava colapsado, conforme aponta a professora entrevistada:

Olha, eu acho que o que mais me afetou foi, principalmente, quando eu peguei COVID, que eu peguei de uma forma bem, bem forte e aí foi uma coisa bem difícil. A questão psicológica durante a pandemia... Eu acho que eu estava tão preocupada com o pegar e como tava tudo colapsado, né?! Então, eu estava desesperada com isso, que eu acho que isso me deixou muito mais preocupada do que tudo que eu estava passando e eu fui uma das pessoas que lutei para que a gente ficasse em home office enquanto não tivesse segurança. Então foi difícil? Foi difícil. Tive que me virar? Tive que me virar. [...] Mas isso, pra mim, não foi o que pesava. Eu queria mesmo era que eu e meus filhos estivéssemos em segurança. Porque a situação era muito crítica, né?!

Por isso, ela, junto ao SINTRAPP, lutou pela continuidade do trabalho remoto enquanto não fosse seguro retornar presencialmente, mesmo diante da pressão de determinados

setores que começaram ampla campanha pelo retorno imediato das atividades educacionais, como a “Lugar de Criança é na Escola”³. Os argumentos utilizados para a retomada das atividades presencialmente relacionam-se com a insuficiência dos riscos de contágio entre as crianças e as consequências do isolamento na saúde física, mental e social delas. O grupo reconhece a falta de estruturas de algumas escolas e afirma a necessidade de cobrar investimentos públicos e privados para adequação dos ambientes a fim de possibilitar sua reabertura.

As incertezas e conflitos sobre a retomada das atividades presenciais e a atuação sindical do SINTRAPP

A rede municipal de ensino de Presidente Prudente/SP, de acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2021, reúne 76 estabelecimentos de ensino infantil, 85 de ensino fundamental e 41 de ensino médio, entre escolas municipais, estaduais e privadas. São quase 3 mil professoras e professores atuando e mais de 40 mil crianças e adolescentes sendo atendidos.

Os rumos da educação brasileira variavam de acordo com as especificidades de cada período da pandemia e os decretos políticos estabelecidos nas diferentes regiões. Em Presidente Prudente/SP, as medidas a serem adotadas entre 2020 e 2021 foram acompanhadas e até mesmo confrontadas pelo SINTRAPP visando representar as necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Representando o funcionalismo público municipal desde 1988, o sindicato dos servidores de Presidente Prudente/SP pode ser considerado um sindicato combativo que construiu sua base regional unificando a luta dos servidores e servidoras a fim de conquistar direitos trabalhistas, qualificar e conscientizar os

³ Grupo com mais de 400 pediatras e milhares de pais e mães se mobiliza pela volta às aulas na rede pública no início de 2021. **São Paulo para Crianças**, 04/12/2020. Disponível em: https://saopauloparacrianças.com.br/lugar-de-crianca-na-escola/#google_vignette. Acesso em 31/03/2024.

profissionais, contribuir para com as lutas sociais e inserir o proletariado na sociedade de maneira multifacetada. (ANDRADE, 2014).

Seu histórico de lideranças é marcado fortemente pela presença feminina na presidência, sendo atualmente dirigido por uma mulher que está há 5 anos no cargo. A partir de informações concedidas por ela, foi possível compreender melhor a estrutura do sindicato e seus desdobramentos políticos. O SINTRAPP é filiado à Central Única dos Trabalhadores – CUT, à Federação dos Trabalhadores da Administração e dos Serviços Públicos Municipais – FETAM e à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – CONFETAM.

Devido à sua atuação em 28 municípios e no Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, a direção sindical é composta por 130 pessoas, sendo 70 mulheres e 60 homens. Abrangendo diversas áreas do funcionalismo público, o número total de filiados chega a 4.853, sendo majoritariamente feminino também: 3.611 mulheres e 1.242 homens. É notável a concentração feminina quanto à filiação e atuação nas atividades como assembleias, reuniões e ações nos movimentos, uma vez que existe um suporte oferecido para cuidado dos filhos das mulheres sindicalizadas.

Em relação à atuação sindical durante a pandemia, logo no início, em março de 2020, o sindicato levou às secretarias de Saúde e Educação os questionamentos e demandas dos servidores e servidoras, visando avaliar as ações necessárias naquele momento. Também, os secretários e administradores municipais foram cobrados em relação às medidas de segurança no trabalho. Foram solicitadas a redução das jornadas de trabalho, a disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI), o cuidado com trabalhadoras e trabalhadores enquadrados nos grupos de risco, bem como conscientização e orientação.

O SINTRAPP prezou pela segurança e saúde de seus sindicalizados, realizando visitas aos trabalhos que se mantiveram

presenciais e distribuindo máscaras, bisnagas de álcool em gel e panfletos informativos. Sobre este período, a dirigente relata:

A gente teve muito trabalho, foi muito difícil, né?! Conhecer tudo isso que estava acontecendo – e que a gente até então não sabia o que era – e levar essa defesa da trabalhadora e do trabalhador, das políticas públicas e tentar garantir e manter a saúde, a vida. E, não diferente do Governo Federal, os nossos governantes, aqui, locais também resistiram um pouco, então teve essa questão de abrir comércio, teve essa questão de querer voltar. Então a gente teve muito trabalho nesse período, mas a gente acompanhou, sim.

Desde setembro de 2020, a Secretaria de Educação tinha intenção de retomar as atividades presenciais, o que levou à criação do Comitê Intersetorial de Volta às aulas visando debater e organizar os protocolos sanitários e pedagógicos necessários para isto. Acompanhando as reuniões e compreendendo as circunstâncias de falta de vacinação e de implementação de protocolos bem articulados em relação à segurança sanitária das escolas, o SINTRAPP posicionou-se contrariamente a este retorno, apesar de entender as limitações do modelo remoto no processo de ensino-aprendizagem.

Em fevereiro de 2021, o sindicato reforçou seu posicionamento contrário à retomada das atividades presenciais, tendo em vista os possíveis riscos à saúde dos docentes, discentes e demais membros da comunidade escolar devido à falta de vacinação e de condições adequadas nas unidades de ensino para um desenvolvimento satisfatório do retorno presencial. Importante destacar que a pandemia no Brasil teve 2 momentos de alta no número de mortes, de abril a agosto de 2020 e de março a junho de 2021. Após esse período, ainda que houvesse retomada no número de contaminação, o avançado estágio de vacinação da população contribuiu para manter o número de óbitos em baixa⁴.

⁴ Covid-19: balanço de dois anos da pandemia aponta vacinação como prioridade *in*: <https://www.fiocruzbrasil.br/covid-19-balanco-de-dois-anos-da-pandemia-aponta-vacinacao-como-prioridade/>. Acesso em 31/03/2024.

Buscando conscientizar a população acerca das condições de trabalho que o professorado estava vivenciando com as aulas remotas, em maio de 2021 o sindicato publicou uma carta aberta expondo a realidade⁵. Os professores tinham rotinas estafantes, com demandas que extrapolaram os limites de suas jornadas diárias por conta de atividades além das aulas, como comunicação com a direção da escola, atendimento familiar, preparação e aplicação de atividades, busca ativa por estudantes etc.

Nesse sentido, o sindicato reforçou a importância da imunização de todo o funcionalismo público para que fosse possível voltar a oferecer os serviços presencialmente sem colocar em risco a saúde e a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. De maneira geral, a presidente do SINTRAPP comenta sobre o esforço realizado pelos sindicalistas durante todo o período de fechamento das escolas:

Conseguimos resistir que as escolas, que as aulas presenciais só retornassem quando as pessoas já estavam vacinadas e quando estava amenizado o quadro da COVID, com vagas nos hospitais, enfim, que tinha caído bastante, relativamente bem, a estatística de óbitos, né?! Então, nós, assim, daqui da região, nós fomos o município que mais resistimos. Então, assim, a Secretaria de Educação queria voltar e soltava o decreto, a gente ia, a gente pressionava – [...] carta aberta à população, à comunidade, nós participamos do comitê de contingenciamento. Então, assim, a gente teve esse trabalho...

Após o enfrentamento às tentativas de retomada prematura das aulas nas escolas, o cenário amenizou-se em relação à saúde pública e, então, o sindicato buscou acompanhar a adequação do retorno das atividades presenciais no município:

[...] logo que os professores foram retornando – e até antes pra preparar esse retorno –, nós fizemos o acompanhamento; o Ministério Público esteve nas unidades e a Secretaria de Educação e nós, também, para verificar a questão da ventilação, a questão dos equipamentos, se tinha máscara disponível, a questão do álcool em gel, da higienização, se tinha, seria feito a limpeza, a

⁵ O site do SINTRAPP, que abordava os acontecimentos de forma detalhada em suas matérias, encontra-se fora do ar.

higienização com espaço de tempo menor, com mais funcionários, né?! [...] Eles não voltaram o dia todo, né?! Voltou por um período, depois que foi ampliando, né?! A jornada.

O retorno presencial aconteceu aos poucos, com restrições de horários e de quantidade de pessoas nas escolas de acordo com as condições do momento, até a Secretaria de Educação tornar obrigatório o retorno presencial de todos os estudantes da educação infantil, do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino em Presidente Prudente/SP, em novembro de 2021 (G1, 2021).

Cada município estipulou um calendário de retomada em consonância com as particularidades de suas localidades e populações. Todo o processo de retorno teve implicações no cotidiano escolar de discentes e docentes, considerando as estruturas oferecidas pelas unidades escolares e possíveis mudanças laborais no magistério, tendo em vista a experiência com o ensino remoto e as TDICs e as fragilidades evidenciadas pelas vivências pandêmicas.

Considerações finais

O presente estudo permitiu a compreensão dos impactos da pandemia da COVID-19 no cotidiano laboral de mulheres professoras, desde a implementação do Ensino Remoto Emergencial às incertezas sobre a retomada das atividades presenciais. Para isso, iniciamos analisando as consequências relacionadas à socialização das mulheres em sua inserção no mundo do trabalho. Considerando a divisão sexual, é possível observar o histórico direcionamento dos homens para a esfera produtiva e das mulheres para a manutenção e reprodução do lar.

Neste sentido, a introdução e expansão do trabalho feminino foi caracterizada pela subvalorização e consequente marginalização das mulheres no sistema produtivo, ocupando funções tidas como subsidiárias e, normalmente, marcadas pela

expressão das facetas do papel de dona de casa e cuidadora. Esta situação é evidenciada na docência, marcada pela forte presença feminina devido ao histórico processo de feminização do magistério relacionado com a responsabilização das mulheres pela educação de crianças.

Associadas aos estereótipos de vocação e doação, o trabalho docente apresenta premissas de desprestígio social, defasagens nas condições laborais e desvalorização salarial, o que leva o professorado a ministrar aulas em diversas turmas e escolas visando uma possível compensação econômica. Estas circunstâncias acarretam sobrecargas em suas rotinas, sendo que, no caso das mulheres, sua responsabilização social pelo trabalho doméstico também contribui para os excessos cotidianos.

A emergência da pandemia da COVID-19 implicou no fechamento das escolas e na conseqüente transposição das dinâmicas educacionais para os lares de toda a comunidade escolar. Para isso, os professores tiveram de arcar com boa parte das adaptações estruturais e capacitações profissionais a fim de propiciar um bom desenvolvimento das atividades *online* através de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs).

Considerando este cenário, articulamos as questões da feminização do magistério com as novas dinâmicas do trabalho docente em meio à pandemia. Para responder à hipótese inicial, analisamos outras pesquisas relacionadas ao trabalho docente em meio à pandemia e as respostas das entrevistas realizadas com educadoras de Presidente Prudente/SP. Assim sendo, ponderamos que a conciliação de atribuições do ensino remoto, compromissos sociais e responsabilidades domésticas e familiares nos mesmos espaços e tempos geraram sobrecarga nas rotinas das mulheres professoras.

Além disso, o professorado contou com diversas tentativas prematuras de retomada das atividades presenciais por parte da administração municipal, como abordado no texto sobre o caso de Presidente Prudente/SP. Ressaltamos a importância da atuação sindical no enfrentamento às adversidades vivenciadas pela

categoria docente em relação às decisões sobre os rumos da educação, tendo em vista a atenção necessária às fragilidades evidenciadas pelo contexto pandêmico.

Referências

ANDRADE, H. A. R. **Gênero e Sindicalismo**: sindicato dos trabalhadores de Presidente Prudente, um sindicato de gênero forte (1998-2002). Monografia (Especialização em História Sociedade e Cultura) – Faculdade de Ciências, Letras e Educação, Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, p. 70. 2014.

ANTUNES, R. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BRASIL. **Parecer CNE/CP5/2020** - Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

BRUMATTI, T. **A Questão de Gênero nos Sindicatos de Presidente Prudente/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, p. 205. 2003.

BRUSCHINI, M. C. A.; AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64 (1988), p. 4–13, 2013. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1179>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

DE PAULA, R. P.; ROBERT, A. D. A LUTA DOCENTE CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL E NA FRANÇA. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 19, n. 3,

p. 347–368, 2019. DOI: 10.33026/peg.v19i3.5899. Disponível em: <https://revista.fct.Unesp.br/index.php/pegada/article/view/5899>. Acesso em: 31 de mar. de 2024.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica nº 244**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec244covidEducacao.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. de 2022.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico**. Brasília: Inep, 2021. 70 p. [recurso eletrônico]

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 22 de nov. de 2022.

LOURENCETTI, G. C. A baixa remuneração dos professores: algumas repercussões no cotidiano da sala de aula. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 13-32, jan./abr. 2014.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. *In*: Priore, Mary Del (org.); Bassanezi, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCON, N.; REBECHI, R. R. A diferença entre ensino remoto emergencial e ensino a distância. **Debate Terminológico**, n. 18, p. 92-100, 2020.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

NONATO, E. R. S.; SALES, Mary Valda Souza; CAVALCANTI, T. R. Cultura digital e recursos pedagógicos digitais: um panorama da docência na Covid-19. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 45, p. 8-32, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i45.8309. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8309>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PESSOA, A. R. R.; MOURA, M. M. M.; FARIAS, I. M. S. A Composição do Tempo Social de Mulheres Professoras Durante a Pandemia. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 161-194, 2021. DOI: 10.35699/2447-6218.2021.29532. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29532>>. Acesso em: 6 de set. de 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B.. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Resolução SEDUC 45**, de 20-4-2020 – Dispõe sobre a realização e o registro de atividades escolares não presenciais pelas unidades escolares vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, durante o período de restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID19. São Paulo: SEDUC, 2020. Disponível em: <<http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEDUC%2045.HTM?Time=16/11/2022%2015:31:31>>. Acesso em: 17 de nov. de 2022.

SAÚDE mental de professores é negligenciada durante a pandemia. **O Povo**, 2022. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/saude/2022/09/05/amp/saude-mental-de-professor>>

es-e-negligenciada-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

SEDUC acata recomendação do MPE e obriga retorno presencial de todos os alunos da rede municipal em Presidente Prudente. **G1**, Presidente Prudente, 09 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2021/11/09/educ-acata-recomendacao-do-mpe-e-obriga-retorno-presencial-de-todos-os-alunos-da-rede-municipal-em-presidente-prudente.ghtml>>. Acesso em: 25 de ago. de 2022.

SILVA, J. R. “Ela **desatinou, desatou nós**”: os lugares que se cruzam na trajetória das docentes no ensino superior privado. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, p. 236. 2020.

SOUZA, K. R. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.19, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309>>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 17-18, p. 81–103, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644555>>. Acesso em: 3 mar. 2022.

Reflexão sobre o conhecimento de professores da região de Presidente Prudente (SP) acerca do *bullying* LGBTfóbico no cenário escolar

Gabriel Batista Mota

Introdução

O presente capítulo apresenta uma discussão sobre os resultados de uma pesquisa de 2021 desenvolvida em um programa institucional interno¹ do *campus* da Unesp em Presidente Prudente (SP) e que teve como meta investigar quais os saberes de professores(as) estaduais atuantes em Presidente Prudente (SP) sobre as diversidades sexuais na escola.

O objetivo foi questionar os saberes docentes sobre a temática a partir da investigação de seu conhecimento do *bullying* de caráter LGBTfóbico e as ações/políticas educacionais acerca deste tipo de discriminação na contemporaneidade.

Para isso, foi construído um questionário *on-line* para ser respondido de forma voluntária e anônima por professores que lecionam nos anos finais do ensino fundamental e médio.

Esse formulário recebeu a autorização do Departamento de Educação da Unesp de Presidente Prudente e da Diretoria de Ensino Regional. Organizado com perguntas abertas e fechadas e com a intenção de atingir o maior número possível entre os 350 docentes da região, ele foi enviado às 45 escolas públicas

¹ O programa denominado “**Formação Complementar**” permite que projetos de pesquisa sejam executados desde que apresentados, e aprovados, previamente no conselho do Departamento no qual o(a) orientador(a) esteja vinculado(a). Ele não exige que os projetos ou resultados passem pelo Comitê de Ética da universidade. A pesquisa original, de 2021, foi realizada com a orientação da Profa. Dra. Renata Maria Coimbra do Departamento de Educação da Unesp de Presidente Prudente (SP).

pertencentes à referida Diretoria de Ensino com um texto de apresentação/explicação da pesquisa.

Procedimentos metodológicos e Instrumentos de pesquisa

Foi elaborado um questionário *on-line* anônimo e voluntário para investigar a relação dos professores do ensino fundamental II e médio da rede estadual com as discussões sobre as diversidades sexuais na escola atual. Primeiramente, foram feitas perguntas fechadas para conhecer o perfil dos participantes, como idade, gênero e orientação sexual. Em seguida, por meio de perguntas fechadas, foram abordados 06 tópicos para avaliar a opinião dos professores sobre esses temas e se sabiam como trabalhá-los em sala de aula. Por último, perguntas abertas permitiram que os participantes se expressassem livremente sobre essas questões.

Depois da obtenção do consentimento oficial por escrito da Unesp de Presidente Prudente e da Diretoria Regional de Ensino, os pesquisadores encaminharam por *e-mail*, em duas ocasiões distintas, o *link* do questionário às 45 escolas estaduais locais. Apenas quatro responderam a mensagem e entre os 350 professores que atuavam na rede na época, somente 116 (33%) responderam ao questionário.

No que se refere ao perfil dos participantes, podemos perceber que entre estes 33% de educadores(as) da rede regional de Presidente Prudente (SP), que responderam ao questionário, são compostos por professoras (67,2%) com idade entre 30 e 39 anos (29,3%), heterossexuais (86,2%), casadas (46,6%), católicas (65,5%), com algum LGBT em seu círculo familiar ou de convívio (88,8%), que possuem entre 10 e 20 anos de experiência (33,6%), atuantes tanto no ensino fundamental II quanto no médio (40,5%), majoritariamente na rede pública estadual de ensino (86,2%) e que sempre tiveram a docência como profissão desejada (62,1%).

O debate sobre a diversidade sexual no âmbito escolar

A instituição de ensino não se resume apenas a um ambiente de compartilhamento e/ou facilitação de conhecimento, mas também de confrontos e batalhas sociais, uma vez que reflete a sociedade em que está inserida. Dessa maneira, essa esfera também se caracteriza como um ambiente no qual as pessoas LGBT devem reivindicar seus direitos, bem como respeito.

Isso acontece devido ao fato desse grupo ser considerado uma minoria social, sendo responsabilizados por terem adotado um modo de vida desaprovado culturalmente, o que resulta em serem frequentemente alvos de agressões, discriminações e violações dentro do contexto educacional (MOTA; FRANCISCO, 2018).

Discutir as diferentes manifestações de diversidade e suas dificuldades ainda é um tema delicado tanto na sociedade quanto no ambiente escolar do Brasil, que se baseia em uma cultura que valoriza a separação entre os gêneros como um dos princípios fundamentais (FRY; MACRAE, 1985). Um exemplo disso é a divisão de atividades logo desde os primeiros anos de vida, de acordo com o gênero, ou a discriminação entre comportamentos considerados heterossexuais e homossexuais.

Devido a essa divisão em categorias de 'macho' e 'fêmea', 'coisas de homens' e 'coisas de mulheres', aqueles que não se encaixam nesse dualismo ocidental são considerados impuros e, por isso, indivíduos que necessitam de 'reparos' ou ajustes para se adequarem ao padrão e evitar que pessoas LGBT possam ter comportamentos socialmente inadequados do ponto de vista heterossexual (FRY; MACRAE, 1985). Segundo essa linha conservadora e limitadora, essas 'reparações' deveriam ser feitas exclusivamente por profissionais de psicologia ou psiquiatria, conferindo assim um caráter médico à orientação sexual.

Desde os primórdios do Cristianismo, as diversidades sexuais foram consideradas distúrbios mentais ou médicos. Foi somente em 17 de maio de 1990 que a homossexualidade deixou de ser classificada como doença pela Organização Mundial da Saúde,

marcando o início de um novo tempo. A partir desse marco, diversos grupos sociais puderam se organizar e atuar de forma mais livre, sem o estigma da patologização como uma barreira a ser superada. No Brasil, após essa data, houve a criação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), mostrando a força e união dos agentes dessa luta (PINHO; PULCINO, 2016).

No campo educacional, embora os eventos ocorridos entre as décadas de 1960 e 1990, abordarem as variabilidades e orientações sexuais ainda se mostra um assunto sensível e com poucos apoiadores nesse contexto, especialmente devido à persistente influência dos princípios religiosos cristãos provenientes do Império Romano e amplificados pelas Igrejas Católicas e Evangélicas.

A conexão entre a Educação e esse assunto ainda é percebida como inadequada, suja ou capaz de mudar as pessoas de forma negativa ou positiva, principalmente por ainda estar associada, no senso comum, ao aparecimento em massa das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) na década de 1980 (ALTMANN, 2013).

De maneira oposta ao restante do Brasil, Porto Alegre (RS) se destacou no tema da diversidade na educação ao estabelecer um projeto de 'Educação Sexual' voltado para a capacitação de professores(as) em 1990, através da Secretaria Municipal de Educação (SMED), impulsionado pelas iniciativas dos movimentos sociais e acadêmicos da comunidade LGBT local (NARDI, 2012).

Atualmente, no Brasil, poucos avanços são observados em relação à integração da Educação e das Diversidades Sexuais nas escolas, devido à interferência de grupos conservadores e religiosos que se opõem a qualquer iniciativa de promoção dos direitos humanos e da valorização das minorias.

Esse vazio é resultado da falta de preparo e desinteresse dos professores, mas também do forte controle da heteronormatividade, que se manifesta em suas palavras, omissões

e ações. É fundamental reconsiderar essa lógica e expor os mecanismos de exclusão que estão presentes no dia a dia escolar.

Devido à negligência ou despreparo em relação às diversas orientações sexuais no ambiente escolar do Brasil, é frequente a ocorrência de agressões, preconceitos e intimidações (MOTA; FRANCISCO, 2018). Infelizmente, tais comportamentos são muitas vezes endossados pelas próprias instituições de ensino, que não se manifestam de forma contrária a esse tipo de violência contra a comunidade LGBT.

Isso resulta em desafios frequentes, pois as escolas não capacitam adequadamente os professores, os quais chegam às salas de aula abordando temas relacionados à sexualidade com conhecimentos superficiais, muitas vezes baseados em concepções populares ou até mesmo sem embasamento, o que impede o desenvolvimento de uma visão crítica e não estimula a busca por respeito e igualdade nesses ambientes (ALTMANN, 2013).

Levando em consideração esses pontos, é possível afirmar que o diálogo não é encorajado no Brasil. Em uma pesquisa realizada pela equipe de Garcia e Bizzo no local, foi constatado que, no ano de 2018, nenhum dos sete municípios da região do ABC paulista abordaram esse tema em seus planos educacionais municipais. Isso se deu, de acordo com os autores, devido à influência de segmentos religiosos nesse planejamento.

Atualmente, os movimentos sociais avançaram na conquista de poucos direitos e na obtenção de respeito. No entanto, é fundamental que tais lutas sejam levadas para dentro das instituições de ensino. Isso ocorre porque é nesses locais que os casos de preconceito são mais frequentes e nem sempre são devidamente investigados ou punidos. Muitas vezes, essas ocorrências são atribuídas à imaturidade das crianças ou dos adolescentes, ignorando a possibilidade de maldade em suas ações. Além disso, é relevante destacar que os LGBTs são apontados, em diversos estudos científicos, como o grupo social que mais sofre com a intolerância no ambiente educacional.

É primordial destacar que, apesar de ser um tema socialmente complexo, é fundamental que essas discussões sejam inseridas nos espaços de educação e comunicação de conhecimento, visto que representam uma das diversas formas naturais pelas quais as pessoas constroem sua identidade e relações afetivas, seja em grupo ou individualmente, e que tais expressões não estão necessariamente relacionadas com a sexualidade ou com a personalidade de cada indivíduo (COSTA, 1992; HEILBORN, 2004; GAGNON, 2006; CASS, 1984).

Essa conexão se torna cada vez mais urgente, especialmente devido ao ressurgimento do conservadorismo dos anos 60 que está presente na sociedade brasileira atual, como evidenciado por um estudo do American Journal of Public Health que revelou que jovens LGBTs entre 13 e 18 anos têm sete vezes mais chances de cometer suicídio do que jovens heterossexuais na mesma faixa etária, devido à discriminação contra LGBT também presente nas escolas (MOTT, 2009).

Neste contexto de restrições, falta de tolerância e tentativas de calar a voz, torna-se fundamental trazer essas discussões para o ambiente educacional, não apenas para debater e desmistificar os temas relacionados ao gênero e à sexualidade, mas também para conscientizar os jovens de que essas características fazem parte da natureza humana, ou seja, são normais (RIBEIRO, 2008) e, portanto, deveriam ser livres de qualquer forma de segregação ou preconceito.

Ainda que muitos educadores não se sintam aptos ou motivados para abordar esses temas, pois foram educados em um ambiente conservador e fortemente ligado à religião cristã que não os preparou para isso (FERNANDES, 2008).

Por esse motivo, esta pesquisa analisou as ideias e as crenças desses sujeitos em relação à abordagem desses temas no contexto educacional, utilizando um questionário *on-line* autoaplicável, voluntário e anônimo respondido por 116 professores do ensino fundamental II e médio da rede estadual de ensino de Presidente Prudente, no interior sudoeste de São Paulo.

Reflexões dos resultados a partir da Teoria *Queer*

Após identificar os participantes que concordaram em participar de forma anônima e voluntária neste estudo, a pesquisa abordou seis tópicos considerados sensíveis para o ambiente escolar. Esses temas estavam incluídos em perguntas de múltipla escolha que exigiam respostas com mais de uma opção.

As duas maneiras de responder a um assunto específico foram realizadas da seguinte maneira: inicialmente foi apresentada uma questão contendo algumas frases comuns sobre um dos seis temas. Após escolher livremente com quais frases concordava, o participante avançava para as perguntas seguintes, que eram de múltipla escolha. Nessas perguntas, ele deveria indicar se sentia capaz de abordar o tema em sala de aula e se acreditava que os pais ou responsáveis concordariam com tais discussões na escola.

Assim, os professores primeiro selecionam as sentenças com as quais concordam, para depois responderem às questões de múltipla escolha em geral. Esse formulário foi escolhido para que a opinião desses profissionais pudesse ser entendida, além de dar liberdade, pois responder pessoalmente essas perguntas poderia incentivar o sentimento de constrangimento, mas como neste caso, esse questionário poderia ser feito anonimamente, a probabilidade das respostas serem verdadeiras seria muito maior.

Os tópicos incluem: **HIV, assumir-se, orientação sexual, casamento LGBT, adoção por casais LGBTs e comportamento sexista**. Após esses seis tabus apresentados em dois tipos de questões (múltipla escolha e escolha das sentenças com as quais concordam), o questionário trouxe dois tópicos adicionais. O **assédio** e a **LGBTfobia** ficaram na última posição porque apresentam, além dos dois tipos de perguntas, como nos tópicos mencionados anteriormente, uma indagação aberta na qual os respondentes poderiam escrever seus pensamentos em forma de um pequeno texto.

O primeiro ponto discutido foi o **Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV)**. Como já explicado, a primeira questão era uma

lista de 15 frases baseadas ou não no senso comum. Os entrevistados podiam escolher quantas quisessem, mas apenas oito foram escolhidas. “Eu sei o que é o HIV” foi o mais escolhido (94%), seguido de “O HIV não é uma disciplina importante para ser abordada na escola” (8,6%), “LGBT são os principais alvos do HIV” (3,4%). “O HIV só pode ser trabalhado nas escolas na perspectiva heterossexual” (2,6%), “O HIV não vem de Deus” (2,6%), “O HIV só pode ser trabalhado nas escolas na perspectiva LGBT” (1,7%) e “HIV é algo que só acontece com pessoas LGBT” (0,9%). Ainda sobre o HIV, na questão seguinte de escolha múltipla, segundo a opinião dos professores, 83,6% dos pais seriam a favor que este tema fosse abordado nas escolas.

Como pode ser visto neste primeiro tabu, os professores que responderam afirmaram saber o que é o HIV e também pensaram que seria um ponto que receberia a aprovação dos responsáveis quando atuam em sala de aula, mas também é possível perceber uma certa ligação com a religião e uma visão errada da relação HIV-LGBT, pois entre muitas outras expressões de senso comum, dois dos poucos escolhidos afirmaram que tal vírus não seria algo dado ou permitido por uma divindade e que as pessoas LGBTs seriam o principal público-alvo dessa síndrome.

Isso é devido a dois fatores. O primeiro é um resquício da memória dos anos 1980, com o *boom* da AIDS, amplamente atribuído apenas aos homens homossexuais e também apelidado de “câncer gay”. A segunda também é deste período histórico, pois naquela época as religiões cristãs voltaram a pregar o celibato, as relações sexuais apenas em casamentos heterossexuais com fins reprodutivos e desencorajaram o uso do preservativo pela população, o que contribuiu para a propagação do vírus durante a década.

Essa intolerância de pensamento e associação apenas dos LGBT ao microrganismo está enraizada na dualidade do senso comum, ou seja, a sociedade brasileira está dividida entre dicotomias, como heterossexualidade *versus* homossexualidade, por exemplo. Socialmente tornou-se um uso popular para isso, pois mostram a negatividade da sexualidade referindo-se apenas à

homossexualidade, tornando-a impura, pecaminosa e o principal alvo de críticas, julgamentos e punições (MISKOLCI, 2009).

Outro tema foi o “**Sair do armário**”. Este termo refere-se às ações de pessoas LGBTs que contam à sua família e/ou amigos sobre a sua orientação sexual. Um rito de passagem que alguns consideram necessário, outros sentem como uma obrigação e há quem não o considere importante.

Como de costume, a primeira questão apresentou uma lista de 18 afirmações baseadas em crenças socialmente construídas. Dada a oportunidade de escolher quantas quisessem, os participantes escolheram 13 delas. A mais popular foi “Eu sei o que são pessoas LGBTs” (76,7%), seguida de “Eu sei o que é assumir-se” (56,9%), “Assumir-se é algo que só diz respeito à pessoa” (56%), “Eu sei que é Sair do Armário” (56%), “Assumir-se é difícil e doloroso” (50,9%), “LGBTs não deveriam ter que se assumir” (10,3%), “Assumir-se é algo que diz que só respeito uma pessoa, sua família e amigos” (9,5%), “Toda pessoa LGBT deve se assumir” (8,6%), “Assumir-se só afeta a pessoa e sua família” (7,8%), “Assumir-se acontece com todas as pessoas LGBT” (6,9%), “LGBT não é um assunto que deveria ser discutido nas escolas” (6,9%), “A saída do armário não é um tema que deva ser discutido nas escolas” (6%), “Sou contra o assunto da saída” (2,6%) e “A saída do armário diz respeito apenas à pessoa e seus amigos” (1,7%).

Nas duas questões seguintes de múltipla escolha 51,7% acham que os pais não gostariam que o tema **LGBT** fosse mencionado nas escolas, e 63,8% também acham que o “Sair do armário” seria malvisto pelos responsáveis caso fosse discutido no campo da educação. Na terceira questão, que abordou esses dois temas, 51,7% indicaram não saber trabalhar com esses itens quando solicitados.

Olhando esse tópico do formulário, continuamos a constatar falta de interesse nestes estudos. Embora a maioria veja o “Sair do armário” como importante para as pessoas LGBTs, também pensam que não é importante para o ensino ou discussão, tal como a minoria que deslegitima estas discussões e assim reforça a intolerância e o silêncio nestas situações. Embora não faça parte da

teoria *Queer*, Foucault (2007) lista tal comportamento como uma forma de biopolítica, ou seja, como uma forma de controlar todos ou alguns grupos sociais para forçá-los a se conformar às normas sociais existentes e, assim, negar a sua individualidade e singularidade.

A terceira questão no estudo foi a **Orientação Sexual**. Tal como nos casos anteriores, os inquiridos escolhem inicialmente quais as afirmações que mais se aproximam daquilo em que acreditam. Entre as 13 pessoas da lista, foram selecionadas nove, a primeira foi "Eu sei o que é orientação sexual" (87,9%), seguida de "Orientação sexual é de caráter afetivo" (29,3%), "Orientação sexual é de caráter social" (24,1%), "Orientação sexual é de caráter biológico" (23,3%), "A prática é uma coisa cultural" (19,8%), "Orientação sexual não deve ser discutida na escola" (7,8%), "Eu sou contra a ideia de orientação sexual" (1,7%), "Orientação sexual é uma forma de doutrinação" (1,7%) e "Orientação sexual fala apenas sobre a não-heterossexualidade" (0,9%).

Nas duas questões seguintes, 50% não saberiam lidar com esse tema e na questão restante houve um percentual igual, onde 50% foi o percentual que acreditavam que os pais ficariam insatisfeitos com o debate do encontro entre essa turma e 50% representa o número de pessoas que pensam o extremo oposto.

Essas respostas sugerem que não há um consenso entre esses professores sobre as origens da orientação sexual, pois alguns seguem explicações biológicas e outros culturais.

Há também quem veja isso como uma forma de doutrinação ou que pense que não deveria ser admitido em instituições de ensino. Além de se configurar como uma forma de controle do biopoder de Foucault, é também uma maneira de invisibilizar essas afirmações, uma vez que a orientação sexual é uma característica natural do ser humano e, como lembra Miskolci (2009, p.153), com base na Teoria *Queer*, esta característica não deve ser ignorada porque "[...] o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele [...]" há muito tempo e isso não deveria se mostrar como um

tabu, pois esse padrão comportamental heterossexista “[...] que parece natural [na verdade] é histórico [...]”.

O quarto tópico foi sobre o “**Casamento LGBT**”. Para compreender a atitude dos professores sobre este tema, foram formuladas 11 afirmações razoáveis e apenas oito foram escolhidas. As mais votadas, pela ordem, foram “Eu sei o que é o casamento LGBT” (92,2%), “O casamento LGBT não deveria ser ensinado nas escolas” (12,9%), “Legalmente, pessoas LGBT não podem se casar no Brasil” (10,3. %), “O casamento LGBT é contra a ordem de Deus” (6,9%), “Sou contra o casamento LGBT” (3,4%), “O casamento LGBT não é uma bênção para Deus” (2,6%), “O casamento é apenas para heterossexuais” (2,6%) e “LGBTs não deveriam poder casar” (1,7%). Na questão de múltipla escolha a seguir, 75% das respostas indicam que esses profissionais acreditam que os pais criam obstáculos ao discutir o assunto com os alunos, e 53,4% afirmaram não saber como abordar esse problema em seu ambiente educacional.

Importante ressaltar desta vez que esta temática é a primeira, entre as anteriores, a representar um direito legal conquistado pela população LGBT e surpreendentemente é a que recebeu maior reprovação até o momento.

Ao contrário do que alguns pensam, esse tema também pode ser trabalhado na educação, principalmente em disciplinas humanísticas e em linguagens que tratem de direitos humanos, respeito e igualdade entre todos. Justamente por isso, o nível de desinformação desses profissionais é preocupante, pois mostra que eles se distanciam de tais debates e que podem sugerir falsas teses.

Todo esse panorama é catalisado por uma série de preconceitos em torno da sexualidade, uma vez que ela sempre foi um dos principais instrumentos de poder utilizados para controlar grupos sociais não hegemônicos (SEIDMAN, 1996).

O quinto tema diz respeito à **adoção por casais do mesmo sexo**, direito obtido em 2015 por meio do Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre as nove frases apresentadas para livre escolha, as três mais votadas foram: “Eu sei o que é adoção LGBT” (93,1%) seguida de “Adoção LGBT não deve ser discutida nas escolas” (7,8%), a “Adoção LGBT não é natural” (5,2%), a “Adoção por casais LGBTs não é legalizada no Brasil” (3,4%), “Sou contra a adoção por casais LGBTs” (2,6%), a “Adoção por casais LGBTs não é abençoada por Deus” (1,7%) e a “Adoção por casais LGBTs é contra os mandamentos de Deus” (0,9%).

Nas questões seguintes, 62,1% afirmaram que os responsáveis pelos alunos odeiam esse tema na escola e, na outra, 53,4% não saberiam como lidar com esse *tabu* em sala de aula.

Assim como na questão anterior, este também é um direito civil conquistado pela comunidade LGBT através de muitas lutas e com o raro apoio do STF, que, assim como no caso da igualdade no casamento, teve que intervir com uma medida provisória.

Embora a educação tenha sido um dos primeiros setores brasileiros a adotar a teoria *queer* na década de 1990 (MISKOLCI, 2012), o campo ainda mantém traços da pedagogia tradicional e do conservadorismo das décadas de 1960 e 1980, além da falta de habilidades das pessoas. Questões de direitos, religiosidade intolerante e tradicional também são perceptíveis.

O penúltimo conteúdo deste questionário *on-line* foi o sexismo nas escolas. Para analisar o que os voluntários pensavam e quais eram os seus valores em relação a este conceito, foram estabelecidas 16 frases nas quais os participantes, tal como nas anteriores, podiam escolher quantas quisessem. Apenas a afirmação “O esporte deve ser ensinado preferencialmente para meninas” não foi sinalizada por nenhum dos 116 profissionais. As três sentenças de maior popularidade foram: “Há uma divisão de gênero na educação (entre coisas para meninos e coisas para meninas)” (51,7%), “Os meninos são ensinados a serem mais violentos do que as meninas” (46,6%) e “As meninas são ensinadas a serem mais gentis e amorosas do que os meninos” (44,8%).

Como pode-se perceber, a maioria concorda com a existência de uma divisão sexual nesse ambiente e as afirmações mais votadas

mostram também que, aos olhos desses profissionais, a educação ministrada pela família e pela escola, especialmente para o sexo masculino, visa transformá-los em mais violentos, desbravadores, competitivos e envolvidos em esportes, além de terem menos supervisão/apoio familiar em relação ao seu desempenho acadêmico. As meninas, por outro lado, adotam comportamentos destinados a transformá-las no oposto dos meninos.

Miskolci (2012) lembra que, do ponto de vista da Teoria *Queer*, o grande desafio da educação contemporânea, no que diz respeito à sexualidade, é pensar em formas de educação que não se baseiam apenas em normas heterossexistas, ou até mesmo sexistas para alcançar a tão esperada educação emancipatória de Paulo Freire que permite, por exemplo, que estudantes LGBTs não se sintam mais tão oprimidos, monitorados e condenados em um ambiente que não deveria lhes oferecer sentimentos e sensações negativos ou opressivos.

Os dois últimos tópicos foram o *bullying* e a LGBTfobia. O *bullying* veio primeiro e contou com uma pergunta aberta para que se pudesse conversar sobre o conceito. De modo geral, todos conseguiram conceituar o vocábulo e suas respostas foram muito parecidas, ressaltando que esse tipo de violação é apresentada como uma forma de humilhação. Ninguém reagiu de forma diferente ou defendeu este tipo de comportamento.

Na questão de múltipla escolha seguinte, 85,3% alegaram já ter presenciado episódios dessa agressão na escola e a maioria afirmou, resumidamente, que conversou com esses alunos e/ou encaminhou o assunto à direção ou à polícia. Apenas um voluntário destacou ser a vítima, mas não deu mais detalhes. Houve também duas respostas que pontuaram que tal ação era normal para eles e que não tinham tomado qualquer iniciativa. Todas as intervenções desses profissionais cessaram após discussões ou aconselhamentos com a equipe gestora e nenhuma disse ter maior conhecimento do caso, mostrando que tais eventos são minimizados.

O último tópico foi a **LGBTfobia**, que apresentou resultados diferentes dos coletados para o *bullying*. Na pergunta aberta deste verbete, apareceram apenas 10 respostas erradas sobre este tema. Alguns mostraram categoricamente que não conheciam essa fobia, enquanto outros escreveram não se interessar pelo tema. Quando questionados se já presenciaram alguma vez essa discriminação contra pessoas LGBTs, 50% disseram que sim e a outra metade expressou que não. Quando interpelados sobre o que faziam diante desses casos, a maioria das respostas foi semelhante ao *bullying*, mas houve uma minoria que demonstrou preocupação diante dessas cenas.

Na tentativa de investigar melhor a LGBTfobia, por meio de mais alternativas nas quais poderiam sinalizar quantas quisessem, foi questionado se esses educadores foram preparados durante sua graduação para enfrentar esse problema e 93,1% expôs que não, mas 58,6% achavam que sabiam como promover esse debate com seus alunos ou colegas e 76,7% indicaram não sentir qualquer preocupação neste momento. Ainda neste tema de estudo, 49,1% acham que as pessoas LGBTs são tratadas de forma diferente dos seus colegas. Sobre a importância desse debate na educação, mesmo com alguns não, a maioria confessou que pensa que é essencial promover essa discussão nas escolas. Por fim, 60% acham que os cursos universitários deveriam ter um tema específico para falar sobre a diversidade sexual humana e suas consequências sociais, como o *bullying* e a LGBTfobia, por exemplo.

As respostas a estes dois últimos tópicos mostram claramente que o *bullying* LGBTfóbico continua a ser uma área sensível para o sistema de ensino público nacional contemporâneo, não só porque mais de metade destes professores não estão preparados para isso, mas também porque existem grupos que não estão interessados na inclusão destas temáticas no seu enquadramento teórico e prático, salvo quando há uma pequena ajuda das equipas de gestão. A vontade dos pais e o receio das consequências decorrentes do conservadorismo cristão prevalecem nesse círculo profissional. Porém, mesmo com esta visão, devemos lembrar o caráter

democrático da escola, sua possibilidade de fluidez e de desconstrução das normas sociais impostas pela cultura dominante contemporânea (MISKOLCI, 2012).

Considerações Finais

A escola configura-se como um ambiente não apenas de mediação/transmissão de conhecimentos, mas também como local de amadurecimento físico, intelectual e psicológico. Essas questões talvez sejam além da capacidade ou competência da dessas instituições, mas acabam sendo naturais pelos desafios que essas crianças e adolescentes enfrentam diante de seus pares e pelos obstáculos que encontram no dia a dia.

Para alguns grupos sociais, estas barreiras não são apenas circunstanciais, mas permanentes e criadas por ações sociais ou pelo silêncio de consentimento. Entre esses grupos estão os LGBTs. Historicamente, pelo menos desde que o Império Romano dominou a Grécia ou quando o Catolicismo surgiu e se fortaleceu no início do século I d.C., estes indivíduos têm sido marginalizados e sujeitos a constantes provas de sobrevivência, talvez inimagináveis por aqueles que não as experimentaram.

No Brasil, por exemplo, ser LGBT não envolve apenas enfrentamentos diários em diversas áreas da vida – social, acadêmica, familiar, religiosa, jurídica, política, saúde, etc. Mas também uma estimativa de vida menor, em comparação com os heterossexuais, e uma comunidade que vive em um dos lugares com as maiores taxas registradas de preconceitos e crimes de ódio do mundo. Em 2019, por exemplo, uma pessoa LGBT era morta a cada 19 horas apenas por causa de sua orientação sexual (SOBRINHO, 2019), já em 2023 essa estimativa obteve uma melhora e caiu para 38 horas (OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL, 2024).

Ou seja, não foram agredidos mortalmente num assalto, invasão em domicílio, sequestro ou rapto, uma vez que a taxa de criminalidade heterossexual registava o mais alto nível nacional,

mas sim porque alguém que andava na rua, talvez um estranho que nunca tinha visto na sua vida, simplesmente não gosta de suas roupas, da maneira como se comporta ou do fato de segurar a mão do companheiro e, guiado por seus preconceitos agressivos, construídos pela impunidade brasileira e pelo dogma cristão, ataca aquele indivíduo LGBT apenas para enfatizar sua heterossexualidade.

É importante ressaltar que a intolerância não tem gênero, raça, idade ou classe social. Em outras palavras, essa ideia de que os homens brancos de classe média são os mais LGBTfóbicos não tem base estatística válida e se fundamenta simplesmente no senso comum. “Não se baseia em estatísticas sólidas” porque a maior parte das investigações são feitas em pessoas que ainda acreditam neste sexismo, segundo o qual os membros do gênero masculino são os mais violentos e capazes de atos indescritíveis baseados na educação tradicionalista a que foi submetido. Isso é lenda! As mulheres também são violentas e LGBTfóbicas, a diferença é que raramente são denunciadas porque usam menos força física e pela construção social de que o gênero feminino é sempre frágil e dócil. Em relação à idade, raça e classe social, as explicações anteriores também se aplicam. Os negros, os pobres, os ricos e os jovens também apresentam comportamentos degradantes às minorias sexuais.

Na época em que esse estudo estava em fase de conclusão, em 2021, ao assistir a um telejornal da principal emissora de televisão do país, foi apresentado um estudo que destacava os números da LGBTfobia em 2020 e 2021, durante a pandemia, e indicava que a maioria dos países não dispunha de meios oficiais para catalogar esse tipo de agressão ou para diferenciá-la de outras violações impossibilitando, assim, contar e produzir números reais. Este despreparo advém da negligência e do desinteresse do poder público – judiciário e legislativo – na criminalização constitucional destes ataques e, por isso, no incentivo à continuidade do silêncio com essa população.

Essa omissão não ocorre apenas nesses locais, mas na escola é que tais acontecimentos são mais visíveis e palpáveis. A Educação

Física, por exemplo, é um dos principais momentos de intolerância, porque esta disciplina, em especial, tem a justificativa do contato físico para esses ataques.

Como mostra o estudo aqui realizado, que entrevistou 116 profissionais da educação estadual de Presidente Prudente (SP), a maioria dos participantes têm conhecimento desse painel de intolerância nas instituições, mas poucos manifestam interesse em fazer algo eficaz a longo prazo para acabar com esses casos. Ainda existem grupos, não tão pequenos como se pensava anteriormente, que ignoram questões básicas de direitos civis relacionadas com a sexualidade e outros que têm pouca vontade de procurar conhecimento ou informação.

Há também professores que ainda estão enraizados em discursos biológicos para justificar estes preconceitos e há aqueles que ainda recorrem às suas divindades para justificar a discriminação ou validação. Nas questões que abordam os direitos conquistados pelo movimento LGBT, como o casamento igualitário ou a adoção por casais do mesmo sexo, por exemplo, muitas respostas contêm profunda desinformação, fora aquelas que revelam o descontentamento de alguns sobre a causa LGBT, de certa forma, exigir direitos, mesmo que a Constituição garanta-os desde 1988.

Assim, mesmo que em algumas questões as respostas alcancem ou ultrapassem os 50% de conhecimento sobre o que foi perguntado, esta pesquisa conclui que as práticas e saberes aqui analisados representam não apenas um despreparo para enfrentar a diversidade sexual no ambiente educacional, mas também a falta de interesse e preocupação diante de tais *tabus* sociais.

Diante dessa constatação, para que estes cenários se repitam com cada vez menos ocorrências, estes professores devem estar preparados para saberem gerir este tipo de debate, o Estado deve fornecer políticas públicas escolares que promovam o respeito e a igualdade e que impossibilitem o silenciamento das vítimas, bem como a promoção de momentos em que a equipe escolar possa ser capacitada sobre esse tipo de tema e possa discutir a partir da

experiência ou dúvidas dos próprios professores, sem a intervenção da medicina ou da psicologia – o que atribui um caráter patológico a esta questão - e, por fim, que as pesquisas científicas sobre esta intersecção entre Diversidade Sexual, Educação e o *bullying* LGBTfóbico sejam cada vez mais incentivadas, reconhecidas e recompensadas a nível nacional e internacional.

Referências

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n.13, abri. 2013. Disponível em: scielo.br/pdf/sex/n13/n13a04.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

CASS, V. C. *Homosexual identity: a concept in need of definition*. *Journal of Homosexuality*, New York, n.9, 1984, p.105-126.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. 3.ed. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

FERNANDES, F. B. M. Precisamos discutir as homossexualidades na escola?. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira da; MAGALHÃES, Juliana Cristina; QUADRADO, Raquel Pereira (Orgs.). **Educação e Sexualidade**: Identidades, Famílias, Diversidade Sexual, Prazeres, Desejos, Preconceitos, Homofobia...Rio Grande: FURG, 2008, p. 152-157.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GARCIA, P. S.; BIZZO, N. O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.43, no.1, jan./mar. 2018. Disponível

em: scielo.br/pdf/edreal/v43n1/2175-6236-edreal-68702.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

HEILBORN, M. L. (Org.). **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MISKOLCI, R. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 21, jan./jun. 2009. Disponível em: scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 05 ago. 2021.

MISKOLCI, R. **Teoria *Queer*: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

MOTA, G. B.; FRANCISCO, M. V. **Bullying e LGBTfobia: um balanço da produção de artigos científicos no contexto escolar brasileiro**. 2018. 15 f. Monografia (Pós-graduação em Docência e Gestão na Educação Superior) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MOTT, L. O jovem homossexual: noções básicas para adolescentes, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. In: FIGUEIRÓ, M.N.D. (Org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009, p.17-33.

NARDI, H. C. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n.11, ago. 2012. Disponível em: scielo.br/pdf/sess/n11/a04n11.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020.

ACONTECE; ANTRA; ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PINHO, R.; PULCINO, R. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos

LGBTTT. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-S1517-9702016148298.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

SEIDMAN, S. *Queer Theory*. Malden: Blackwell, 1996.

SOBRINHO, W. P. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório**. 2019. Disponível em: noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

Perspectivas e desafios de jovens assentadas: um estudo a partir de grupos focais em assentamentos rurais paulistas

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Introdução

Este texto é resultante de um dos capítulos da tese “A bela flor do/no campo” (PAULA, 2020), defendida em 2020 na FCT/Unesp. Tal estudo dedicou-se a compreensão de estratégias de reprodução socioespaciais de assentadas integrantes da Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), em Araraquara e da Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS), em Rosana.

A técnica de grupo focal foi utilizada para compreender as dinâmicas das jovens dos assentamentos. O grupo focal caracteriza-se por ser uma metodologia qualitativa, pois busca respostas acerca do que as pessoas pensam e quais são os seus sentimentos. De acordo com Aschidamini e Saupe (2016), os grupos focais deveriam ser mais utilizados por pessoas que estudam temas sociais e pautam-se na metodologia qualitativa, pois permitem a investigação de questões complexas em pouco tempo e baixo custo.

A produção de informações a partir da técnica de grupo focal prevê a reunião de um grupo de pessoas com características internas comuns, conduzido por um(a) moderador(a), que deve manter a centralidade da discussão sobre determinado tema. Se este grupo apresentar, além de semelhanças, uma relação de proximidade entre si, a troca pode ser mais intensa. Esta técnica possibilita o intercâmbio de ideias, experiências, sentimentos, crenças, comportamentos, pontos de vista, de modo inclusive, a fomentar a mudança de opinião inicialmente exposta por algum(a) participante (PRATES *et al*, 2015).

A definição dos integrantes do grupo focal é importante e pode resultar na qualidade das informações obtidas. A amostra destes grupos é intencional, seguindo critérios de coesão interna (por sexo, idade, escolaridade, diferenças culturais, estado civil etc.), tais critérios podem variar, desde que permaneça ao menos um traço comum (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2016).

Os grupos focais da pesquisa apresentavam uma intencionalidade manifesta, ou seja, promover o debate entre as jovens dos assentamentos. Neste ponto de vista, a interação com elas para que expusesse a pesquisa e para que aceitassem a participação consistiu-se em um dos desafios. Minha experiência foi marcada pela proximidade com mulheres maduras, de meia-idade e idosas, apenas eventualmente, durante o mestrado, entrevistei uma adolescente; meu contato com este público era limitado. Assim, foi extremamente válido realizar a técnica na última etapa da pesquisa de campo, de modo que já havia frequentado os assentamentos outras vezes, tinha estabelecido uma relação de confiança, inclusive com algumas assentadas que possuíam laços de parentesco com as jovens.

Os grupos focais e sua relação com os estudos de juventudes

A vivência das jovens apresenta uma dinâmica diferenciada das mulheres associadas, pois elas saem do assentamento com maior frequência, para a escola, faculdade, estágio e trabalho. Por isso, reuni-las foi mais difícil do que agrupar as associadas para as demais atividades da pesquisa.

Esse tipo de procedimento é muito satisfatório em estudos com juventudes. De acordo com Weller (2006), quando os(as) jovens estão entre colegas de mesma faixa etária e meio social, sentem-se mais à vontade para falar sobre seu cotidiano, e a seu modo. Dessa forma, o(a) pesquisador(a) obtém detalhes do convívio de jovens, informações não alcançadas por meio de outros tipos de procedimentos que envolvem apenas as entrevistas, por exemplo.

Antes de iniciar ao debate, eu fazia uma sensibilização ao tema de gênero e juventudes rurais, apresentava um curta-metragem em forma de animação chamado “Vida Maria”, de autoria de Márcio Ramos, e mostrava alguns dados sobre o êxodo de jovens e o envelhecimento da população do campo brasileira, por meio de gráficos, tabelas e mapas.

Pautei as análises de modo a me afastar da visão dualista entre campo e cidade. É comum estudos sobre juventude rural que apontem para o sentimento de ambivalência, no sentido de quererem ficar em virtude do ideário de paz, relações horizontais, qualidade de vida e bucolismo. Acredito que essa visão reforça as dicotomias, além de não atentar para a ocorrência de fatos que estão presentes também no rural, como vi em campo, a questão vício em drogas lícitas e ilícitas entre a juventude, além da violência, o exacerbado uso da internet e redes sociais.

As jovens que participaram do grupo focal no Assentamento Monte Alegre tinham entre 12 a 21 anos, houve uma participação excepcional de uma mulher de 29 anos. Já no Assentamento Gleba XV de Novembro, as participantes tinham entre 15 a 23 anos, com uma participação especial de uma mulher de 28 anos. Participaram dos grupos focais, um total de 5 e 8 jovens, respectivamente.

Nos grupos nota-se uma variação considerável sobre a idade das participantes. Entendo que há uma complexa discussão sobre a definição de juventude. Acredito que existem muitas formas de ser jovem, o que me induz a pensar em termos plurais, juventudes. Compreendo que uma das participantes do grupo focal do Assentamento Monte Alegre não configura o perfil de jovem, não por causa de sua idade, mas em virtude do contexto que ela vivencia, pois casou-se precocemente e possui quatro filhos. A dinâmica de sua vida não a circunscreve em um contexto de juventude, porém, no dia da atividade, ela compareceu ao local, soube da pesquisa e demonstrou interesse em participar, e eu jamais poderia negar-lhe isso, ela poderia se sentir excluída e rejeitada.

Neste sentido, recorro à discussão trazida por Prates *et al* (2015), de que o grupo focal deve ter uma estruturação prévia,

porém, deve-se aceitar a participação de indivíduos que não atendem aos critérios de inclusão da pesquisa, mas que já estruturam o grupo estudado. Curiosamente, durante o debate, percebemos que ela apresentava simultaneamente alguns comportamentos de uma pessoa jovem e adulta, alguém que pretendia viver coisas que lhes foram dificultadas, pela sua trajetória, como estudar, concluir o Ensino Médio, cursar graduação; mas também a preocupação com os filhos e a família.

Os grupos focais são formados por muitas vozes, essas vozes por vezes formam um coro de semelhanças, e outras, de diferenças, permitindo construções e desconstruções da própria intersubjetividade que o caracteriza (KIND, 2004).

Juventudes emergentes: os desafios enfrentados pelas jovens dos Assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro

Carneiro (1998; 2007) advertiu que ocorre uma saída massiva de mulheres do campo, devido às questões intrafamiliares, como as desigualdades pautadas nas relações de gênero, na qual as moças são mais incentivadas a prosseguirem com os estudos e a buscarem oportunidades de trabalho fora do assentamento, por mais que se identifiquem e gostem de alguns elementos da vida no campo.

Aguiar e Strapassolas (2010) compreendem que é necessária a criação de projetos intra e intergeracionais na família e na comunidade rural, que possibilitem aos jovens, moças e rapazes, assumirem o protagonismo de ações em prol do espaço em que vivem. Atividades de extensão e projetos de organizações não governamentais podem ajudar neste sentido (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010). Primeiro, temos que assimilar que gênero e juventude são duas categorias que perpassam os eixos de sexo e idade. Estes dois termos relacionais implicam relações de hierarquias e reciprocidades horizontais (SCOTT, 2010).

Segundo Sant'Ana (2003), o trabalho assalariado não-agrícola, apesar de infelizmente estar muitas vezes ligado a uma situação de renda insuficiente e de pobreza, pode significar uma opção para

os(as) jovens que não querem se submeter ao trabalho árduo na lavoura ou à autoridade paterna. Mas isto, por vezes, é usado como impedimento para a transmissão de herança da terra às jovens. Já que há o costume de transferir a posse da terra para os(as) filhos(as) que contribuíram para a construção de patrimônio e que efetivamente trabalharam com a agricultura. Na verdade, isso apenas encobre a discriminação de gênero, pois o trabalho de filhos e filhas é frequentemente direcionado, desde a infância, de acordo com o gênero.

Há em curso, principalmente em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, um processo de grande saída de jovens dos espaços rurais, sobretudo de garotas, indicando um êxodo rural seletivo, que direciona às cidades, sobremaneira a população feminina, configurando assim, a masculinização de áreas rurais (ANJOS; CALDAS; COSTA, 2006).

Os(as) jovens são agentes importantes na transmissão do patrimônio fundiário. A ampliação da propriedade e a herança são estratégias de base, e é uma questão cada vez mais relevante, uma vez que as populações dos espaços rurais estão envelhecendo, além de concentrar um número maior de homens do que de mulheres, com a migração seletiva das jovens. Segundo Moreira (2012, p. 282): “O espaço rural está se tornando cada vez mais envelhecido e masculinizado, em face da falta de perspectiva de permanência dos filhos na agricultura e da inserção das mulheres em serviços domésticos e gerais.” Sobre essa questão do envelhecimento, uma das jovens participantes disse o seguinte:

Bem, aqui no assentamento, o que a gente observa é que estão ficando os pais e o avós e é isso, mesmo, porque os filhos não querem dar continuidade. Está havendo um envelhecimento grande. Tinham lotes que antigamente produziam muito leite, hoje não produz mais, porque os jovens foram embora e ficaram só os pais e os pais não têm saúde, né? Pra você produzir um bom leite tem que ter um bom pasto. E pra ter um bom pasto você tem que manejar o pasto, isso gera muita dificuldade, né? Ficando só os mais velhos, eles não têm condições. A própria atividade de tirar o leite, exige

muita saúde, mesmo. Acaba com a coluna do agricultor (Bromélia¹, jovem assentada da Gleba XV de Novembro).

Para Silva (2015), os problemas de sucessão hereditária podem causar o comprometimento da reprodução social das famílias de agricultores(as). Devido ao machismo, a transição leva mais em conta a capacidade e a disposição para o trabalho desempenhado pela figura paterna do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas para o desenvolvimento das atividades da família. Então, apesar de a transmissão da posse da terra estar baseada na consanguinidade, o fato é que o direito à herança não ocorre de modo igualitário entre os filhos e filhas. A ideia que paira sobre tais decisões é o fato de que a jovem, ao se casar, agregará seu patrimônio ao da família do esposo, e assim, ao invés de ampliar os bens, acaba por fragmentá-los.

Aguiar e Stropasolas (2010) explicam que a qualificação do trabalho agropecuário como “pesado”, “sofrido” e “sujo” integra um conjunto de desestímulos para a permanência da juventude no espaço rural e isto se choca com o ideário de feminilidade socialmente construído, de “delicadeza”, “fragilidade” da mulher. Percebi nos grupos focais que algumas jovens têm a ideia de que o trabalho agropecuário é árduo e exaustivo, porém em nenhum momento elas o relacionaram com os padrões reguladores de gênero.

Muitas vezes o tamanho da propriedade rural e as condições financeiras da família, não permitem que todos(as) os(as) filhos(as) permaneçam no local, já que a divisão da terra costuma ser realizada até um ponto limite que não comprometa a redução da unidade familiar, assim, resta aos(as) filhos(as) não contemplados(as), migrarem para as cidades (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

Quando as expectativas lançadas pelos(as) jovens não encontram respaldo nas condições do espaço rural, elas são

¹ Para preservar a identidade das jovens participantes às mesmas serão atribuídos nomes de flores.

projetadas para o espaço urbano, que no ideário dos jovens apresenta maiores oportunidades para as suas realizações pessoal, profissional e financeira, de modo a terem uma renda, acesso à educação de nível médio e superior (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010). As jovens que participaram dos grupos focais demonstram senso crítico e bom senso, ao pontuarem os aspectos positivos e negativos de viverem nos assentamentos:

Eu mesma gosto de morar aqui porque é um lugar bonito, sossegado, tudo mais. Mas quando eu terminar meus estudos eu quero ir pra fora porque aqui você não encontra nada de legal pra você fazer (Iberis, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Aqui dá pra fazer uma hortinha, tem algumas vantagens que dá para empurrar com a barriga. Dá para criar um franguinho, né? Plantar uma coisinha. Já é uma vantagem. Mas, é só aquilo ali, se você quiser crescer um pouco mais aqui não dá. Mas também, viver na cidade, pagar aluguel, é difícil, por isso tem alguns que vão para a cidade, mas acabam voltando depois (Dália, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

Para as jovens rurais, a educação se constituiu num mecanismo de reconstrução das relações de gênero, pois pôde proporcionar a autonomia feminina, permitindo a elas o direito de escolha e a liberdade (STADTLER; SILVA, 2010). É importante frisar que nos grupos focais, todas as participantes, de ambos os assentamentos, se referiram aos estudos como algo relevante, que merecia atenção. Elas reconhecem que a educação para as mulheres do campo é um direito arduamente conquistado. E sabem disso, porque suas avós e mães não tiveram a mesma oportunidade:

Minha avó não foi pra escola, minha mãe também não estudou. Ela estudou só até a quarta série do fundamental. A gente teve como estudar porque construíram essa escola aqui porque se não tivesse construído, eu não sei como seria, se a gente teria condições de ir para cidade para ficar estudando. Se teria um ônibus para levar (Alfazema, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

Alfazema encontra-se numa situação diferenciada. Dentre as participantes dos grupos focais, ela é a única cuja vida não se adequa à noção de juventude, nem pela faixa etária e nem pelo contexto vivido. Ela tem 29, engravidou precocemente, teve que deixar a escola e hoje é mãe de cinco filhos. Mas quando soube da pesquisa, prontamente se ofereceu para participar e ajudou convidando jovens e adolescentes para o diálogo:

O meu erro foi namorar cedo. Aí eu casei, parei de estudar porque cuidar de filho e estudar não dava certo. Eu penso em voltar agora, mas voltar com filhos pequenos, é difícil. Eu tenho vontade, eu tentei voltar, mas não deu certo por causa das crianças. Eles estudavam e tinham as tarefas deles, às vezes meu marido não estava em casa, ficava difícil (Alfazema, assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

No Assentamento Gleba XV de Novembro também constatei essa relação, de valorização dos estudos, baseada na trajetória de suas antepassadas:

A minha mãe, ela não pôde estudar, ela estudou só até a quarta série, que era proporcionado na época. E eles paravam e era aquilo dali, iam pra roça, era o que tinha. Minha mãe mesmo foi terminar o ensino médio depois de casada. E eu vejo muitas mulheres que também era assim, não tinha mais perspectiva que isso, não (Cravina, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Stadtler e Silva (2010) apontam a importância da escola no sentido de ser uma instituição conscientizadora sobre direitos, discriminações, gênero e violência, evidenciando relações de violência simbólica e material que as mulheres de comunidades rurais vivenciam. Mas, além disso, é na escola, que as jovens se despertam para a condição enquanto assentadas, de sua classe, ainda que indiretamente. E isso ocorre porque ali entram em contato com o diferente, observam realidades contrastantes e sofrem preconceito:

Eles (cidadinos) acham que por a gente morar aqui, não temos as mesmas regalias que eles, mas a gente tem. Internet, uma boa casa, uma boa TV. **As mesmas coisas que eles têm, a gente tem, só o lugar que é diferente.** [...] “Olha os sem-terra, os pé vermelho, os pé rachado.” Eu já fiz muitos amigos meus virem no sítio para ver a casa que a gente morava. Até hoje, falou em sem-terra e falou em assentamento, eles acham que a gente mora em barraquinho, não em uma casa normal, de tijolo (Alfazema, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

No que tange às áreas disponíveis para lazer em bairros rurais e assentamentos, as jovens são as mais prejudicadas. Os rapazes além de terem mais acesso às formas variadas de lazer, possuem maior autonomia para sair à procura de diversão. As moças têm sua circulação fora da comunidade rural mais limitada. A escola assume uma função importante neste sentido, pois se constitui num espaço de lazer para as jovens, onde encontram suas amizades, praticam esportes, interagem sob diferentes formas de sociabilidade (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

Essa diferença na permissão ao lazer para rapazes e moças foi bastante ilustrativa em uma das falas:

Na casa da minha mãe, minha mãe deixa meu irmão ir aonde ele quiser, se eu peço **ela não deixa porque eu sou mulher**. Ele sai com os amigos dele, né? Que são meus amigos, também, estudam na minha sala. Aí eu peço pra ir junto, e **ela fala que não porque eu vou ficar “falada”**. É desse jeito. Eu tenho 15 anos e meu irmão 16, vai fazer 17 (Prímula, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

A questão do lazer foi um ponto bastante comentado nos grupos focais. No Monte Alegre as jovens disseram que sentem falta de estabelecimentos comerciais no assentamento, como lanchonetes onde possam frequentar como uma forma de lazer. Isso também é observado na Gleba XV de Novembro: “Sinto falta de diversão, não tem um *shopping* não tem festa, uma pizzaria, uma sorveteria, uma lanchonete, uma pracinha pra gente conversar” (Helicônia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Aguiar e Strapasolas (2010) argumentam que as jovens por mais que estejam inseridas nas atividades agropecuárias da família, não têm direito ao lazer, não possuem renda fixa, nem mesmo uma porção própria da terra. Quando estão solteiras, devem atender às determinações paternas e, ao se casarem, são subordinadas à autoridade do esposo. Assim, suas vidas são marcadas pela falta de liberdade e insatisfação. Esta situação não é unânime, mas é algo real, expresso em diversos lugares sob maior ou menor incidência.

As jovens demonstram o entendimento da assimetria das relações de gênero, pois vivenciam isso no seu cotidiano. Tal constatação foi mais intensa no grupo do Assentamento Gleba XV de Novembro:

Minha mãe fala que quando trabalhava na roça, que ela trabalhava desde pequena, as mulheres ganhavam a metade que os homens ganham. Até hoje aqui na Gleba, a mulher tem uma diferença de uns 10 reais na diária (Miosótis, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Sempre tem essa diferença. Sempre eles. É a mulher sempre que tem que cuidar do serviço de casa, cozinhar, lavar, limpar. Meu irmão até faz os serviços de casa, assim, lavar uma louça, recolher a roupa do varal, mas só se a gente pedir (Prímula, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Meu pai não faz nada, não! Quando a gente viaja e volta para casa, a casa está toda suja, imunda mesmo! Nem parece que a gente limpou (Helicônia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Na minha casa todo mundo trabalha um pouco. Meu pai também ajuda a gente bastante. Ele cozinha, lava a área, limpa a casa (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Apenas uma fala indica que há compartilhamento de tarefas, nas demais é explícita a sobrecarga de atividades domésticas sobre as mulheres, bem como a desvalorização de seu trabalho pela remuneração desigual.

Os projetos dos(as) jovens frequentemente envolvem a necessidade de uma parcela da propriedade, ou ainda sua

capacitação e formação para a promoção de uma atividade produtiva; ou seja, além do consentimento dos pais, precisam de um conjunto de fatores materiais e imateriais para tal realização (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010). Acrescento que além disso, os(as) jovens assentados(as) precisam de incentivos do setor público, que pode subsidiar infraestruturas, oferecer capacitação, mas infelizmente estão relegados(as) ao descaso, e as jovens de ambos os assentamentos manifestam seu descontento:

A maioria chega no primeiro colegial já quer ir embora, tem pouco jovem no assentamento. Eu acho que é a única solução no caso para vencer na vida. Porque aqui não tem como, se a gente for ficar aqui, vamos viver só disso que a gente sempre viveu. E se a gente tem possibilidade de crescer, tem que sair daqui, aqui estamos abandonados à própria sorte (Cravina, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Quando os pais têm condições de investir nos filhos aqui dentro, aí fica fácil para o filho não ter que sair daqui. Dá um jeitinho de pagar a faculdade ou compra um lote para o filho. Alguns têm essa condição, tem alguns pais que a gente conhece, são poucos, que consegue comprar um sítio pra os filhos para eles criarem o gadinho deles. Terem alguma rendinha, né? Mas quem não tem isso, não tem o que fazer, **não tem nenhuma política pública para a gente** (Berdana, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

Tem que gerar mais emprego pra juventude, né? Porque mesmo que gere emprego em Primavera, tem que ir pra lá gastar combustível ou ir morar lá. Se gerasse emprego dentro dos assentamentos pra ajudar os próprios lotes, acho que seria uma oportunidade (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Tem que investir mais na agricultura, mas para os jovens, né? **Porque tudo que sai de programa é para os donos dos lotes que são os nossos pais.** Mas nós jovens, poderia ter alguma coisa, também. Talvez disponibilizem uma DAP² (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para gente, tomara que dê certo (Alfazema, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

² A DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) é um documento que certifica a condição de agricultor(a) familiar, sendo utilizada para acessar políticas públicas como o Pronaf e o PAA. É comum que os(as) filhos(as) se casem e vivam como agregados(as) no lote dos pais, porém ficam impossibilitados(as) de se

Sabe, que tenho vontade de trabalhar no lote, mas com o meu pai não posso. No lote, na verdade, meu pai não faz nada. Assim, o lote que eu moro é do meu avô, ele passou para o nome da minha mãe, para quando ele fechar o olho ficar para a gente. Aí, já tem um gado lá que é do meu avô, e não tem espaço lá para a gente comprar mais gado, ou fazer uma horta, ter uma renda só nossa com a terra (Bromélia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

De modo geral, pude observar que as migrações têm dois fatores estimulantes: conclusão de estudos e procura por trabalho, mesmo que, em algumas situações, o emprego alcançado seja de baixa remuneração, como empacotador(a) de supermercado, jovem aprendiz, vendedor(a), por exemplo. Aqueles(as) que saem com alguma formação, técnica ou universitária, geralmente têm mais chances de conquistarem empregos com melhores salários e condições de trabalho.

No caso ainda hoje, o colegial estuda na cidade, o colegial pega o ônibus às cinco horas da manhã. É bem mais cansativo, se tivesse aqui seria mais fácil. Aqui só tem o ensino fundamental, tem que sair de todo jeito para fazer ensino médio, faculdade (Alfazema jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

Muitas vezes a pessoa abandona o pai, a mãe e vai morar com parentes para estudar, trabalhar na cidade, essas coisas. Porque é impossível aqui! (Prímula, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

O pessoal sai para fazer os dois, né? Estudar e trabalhar! Tem pessoas que moram aqui, e só vem fim de semana pra casa dos pais. Daí eles estuda, trabalha e só vem de fim de semana (Dália, jovem assentada do Monte Alegre, 07/08/2018).

Precisava ter um emprego para a gente não precisar sair para fora. Uma fábrica, uma coisa que os jovens não precisassem ir pra fora. Eu acho que as pessoas que saíram daqui não escolheram sair daqui, saíram por obrigação, para poder arrumar um bom emprego. Mas no pensamento deles eles

inscreverem nos programas citados por causa da DAP, que é unitária para a família, geralmente associada ao(a) titular do lote.

gostariam de ficar aqui mesmo (Caliandra, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

A fala de Caliandra é um exemplo de como a desvalorização do rural está presente entre a juventude do assentamento, mesmo que isso não seja consciente; quando ela afirma que poderia existir uma fábrica para empregá-las, remetendo a ocupação de um trabalho urbano.

Na Gleba XV de Novembro, embora haja escola que contemple o ensino médio, o fator de busca por emprego leva a juventude a deixar o assentamento. Há jovens com cursos técnicos, em enfermagem e agronegócio, com graduação em pedagogia, porém não conseguem emprego nos municípios próximos:

Eu sou formada em curso técnico de enfermagem, mas não tem oportunidade. É muito concorrido aqui (Miosótis, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Aqui não tem serviço, se a gente for fazer uma faculdade, dependendo do lugar é muito longe. Não é toda faculdade da região que tem o curso que a gente quer fazer. Tudo aqui para trabalhar tem que ser concursado e é muito difícil, muito concorrido (Helicônia, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Eu quero arranjar um emprego e ir embora, mas queria que fosse um emprego aqui em Primavera, que eu ficasse próxima da minha família, dos meus amigos. Que não precisasse ir muito longe, sei lá, em Presidente Prudente. Queria que tivesse um emprego aqui perto, mas é meio complicado (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

Eu quero fazer psicologia. Não tem aqui. Vou ter que fazer vestibular em Nova Andradina (MS). Como é período integral, se eu passar meu pai terá que me sustentar lá, pagar aluguel, essas coisas. E se eu quiser continuar morando aqui até posso tentar fazer o curso porque de Nova Andradina dá para voltar, mas de Prudente não tem como, porque é mais longe (Lótus, jovem assentada da Gleba XV de Novembro, 11/09/2018).

As falas acima expressam que a situação geográfica é uma condição que também influencia as decisões que essas jovens fazem ao planejarem seus futuros. Presidente Prudente está a mais de duas horas de distância de Rosana, sendo mais viável para esta estudante ingressar numa faculdade do Mato Grosso do Sul, estado que faz divisa com o município do assentamento, permitindo a ela, diante da impossibilidade financeira de morar fora, ir e voltar da faculdade para o assentamento todos os dias.

A razão da sucessão geracional implicar na desigualdade de gênero tem como uma das causas o fato de que as jovens não são preparadas, nem estimuladas, para desenvolverem ou despertarem interesse pelas atividades agropecuárias, já que desde tenra idade o rapaz é o filho que é inserido na produção e gestão da propriedade, enquanto cabe às moças o auxílio nas tarefas domésticas (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

A juventude rural, assim, como a urbana é multidimensional, portanto, o problema da migração só pode ser reduzido ou solucionado caso ações multidimensionais e integradas sejam executadas, desde a infraestrutura e acesso à terra, a construção de melhores estradas, investimentos em projetos produtivos, a estruturação do comércio, além de respostas às demandas por renda, educação, saúde, lazer e cultura (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

Há um encontro de aspectos rurais e urbanos, como a palavra usada por Massey (2008), há “coetaneidade” de tais espaços, propiciado por um conjunto de processos, como a intensa modernização agrícola, a informatização das formas de produção e de comunicação, a crescente cientificidade usada em atividades agrícolas, a inserção da agricultura na globalização (SANTOS, 2002). Esses processos, apesar de não se estabelecerem com a mesma intensidade em todos os lugares, exercem influências constantes sobre eles.

A juventude rural está hoje vivendo estas fronteiras com mais intensidade, isso altera as experiências e percepções da população rural, que apresenta suas próprias peculiaridades nas interações geracionais. As jovens participantes têm compreensão sobre as

mudanças que a modernidade efetuou no espaço rural. Me chamou a atenção, as observações que fizeram no sentido de utilizarem a internet, o computador ou o celular; e também sobre a progressiva redução do número de filhos(as) por família no espaço rural. Rossini (1993) já havia destacado que as famílias rurais tinham grande quantidade de filhos(as), que posteriormente se tornariam mão de obra no trabalho árduo das lavouras, hoje nota-se que isso ocorre em menor proporção.

As jovens da pesquisa vivenciam uma mobilidade maior do que seus pais, e muito maior do que seus avós, por exemplo. Houve uma evolução técnica dos meios de transportes, asfaltamento de estradas rurais, ampliação do uso de motocicletas, isso ampliou a mobilidade física destes(as) jovens. Por outro lado, há ainda a mobilidade virtual, por meio do intenso uso de celulares e computadores que possibilitam o saltar escalas para estas jovens, conhecendo e interagindo com outras pessoas em pontos diversos do país e do mundo.

É o processo de estreitamento das distâncias, conforme Carneiro (2007, p. 57):

Essa situação de estreitamento das distâncias, do estar, ao mesmo tempo no “lugar”, na localidade, ou na sede do distrito, e estar sofrendo os efeitos das dinâmicas de “fora”, na localidade, de escala nacional ou global, certamente não afeta apenas a percepção sobre o mundo, mas também afeta a maneira como as populações rurais, de pequenos agricultores, por exemplo, pensam e organizam suas próprias vidas.

Isso nos coloca na condição de pensarmos na necessidade de ampliar a interpretação dos lugares como fechados, isolados, finalizados, no caso discutido aqui, os espaços rurais. A citação de Carneiro (2007) dialoga com a visão de Massey (2000), para quem o lugar é resultado da mescla distinta de todas as relações práticas, intercâmbios, que se entrelaçam dentro deste nó, num sentido global de lugar. O lugar como sentido global é composto pela intersecção de correntes e interações. Relações socioespaciais que se entrecruzam, e a meu ver, as jovens são essenciais nesta

modalidade do lugar, suas práticas e vivências espaciais extrapolam com maior aptidão as fronteiras entre estes espaços.

A juventude não está circunscrita apenas a uma delimitação de idade mínima e máxima, nem ao contexto escolar ou de lazer. Há uma pluralidade das formas de ser jovem. Neste sentido, concordo com a abordagem defendida por Dayrell (2016), para quem a juventude é simultaneamente uma condição social e uma representação. Há uma característica geral que concerne aos jovens, moças e rapazes, enquanto indivíduos em uma determinada faixa etária passando por transformações, físicas e psicológicas. Porém, em cada sociedade, este grupo irá se representar de formas variadas, de acordo com o contexto, por isso fala-se em juventudes plurais.

As jovens com as quais dialoguei vivem no espaço rural, porém não devemos delimitá-las apenas por esta característica. Essas jovens têm gostos culturais diferenciados, praticam atividades físicas diferentes umas das outras, professam sua fé em distintos credos, frequentam pontos diversos no próprio assentamento e na cidade, ademais elas possuem sonhos e desejos específicos que não estão necessariamente vinculados ao que o senso comum imagina para uma jovem do campo.

Para as mulheres assentadas que participaram da pesquisa, é unânime a opinião de que os assentamentos não possuem projetos e atividades que despertem o interesse destes(as) jovens, o que, segundo elas, está deixando o assentamento com o perfil cada vez mais idoso, já que os(as) filhos(as) opta por migrar. A maioria das associadas afirmou que têm interesse que seus/suas filhos(as) permaneçam no assentamento, trabalhando com a agricultura, apenas uma delas disse não nutrir este desejo, devido às condições difíceis de vida e trabalho no campo.

Tulipa acredita que uma alternativa para a juventude da Gleba XV são os cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera):

É muito bom o que eles fazem com os jovens, incentiva eles a fazerem faculdade, a fazerem um curso, adquirir conhecimento que depois eles

possam exercer na comunidade do assentamento. É um incentivo do governo federal, que eles envolvem com o Pronera, fazem faculdade e vêm trabalhar no campo (Tulipa, associada à OMUS, 24/04/2018).

O Pronera é uma política criada a partir da luta de movimentos sociais, vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento do espaço rural. O programa tem como público-alvo jovens e adultos(as) de assentamentos reconhecidos pelo Incra, quilombolas, trabalhadores(as) acampados(as) e beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Esta política abrange todos os níveis de educação. Há cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde alfabetização até o Ensino Fundamental e Médio, cursos de graduação e de pós-graduação (especialização e mestrado). O programa capacita educadores(as) para atuarem nos assentamentos rurais. A proposta da política é interessante e tem gerado resultados positivos em vários cantos do país, apesar disso, dentre as jovens que participaram do grupo focal no Assentamento Gleba XV de Novembro, nenhuma foi contemplada com o programa.

Em 20 de fevereiro de 2020, o governo federal publicou o decreto nº 20.252 que reorganizou a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfraquecendo programas que beneficiavam assentados(as) rurais e quilombolas. Um dos efeitos foi a extinção da coordenação responsável pela Educação do Campo, inviabilizando a continuidade do Pronera (SUL 21, 2020). Felizmente, no atual governo (2024), os programas mantidos pelo Incra foram retomados.

Pensar sobre gênero na dinâmica dos espaços rurais não é fácil e quando consideramos a transversalidade etária é ainda mais complicado. Em um mundo no qual as informações circulam ao “toque dos dedos”, as jovens vivenciam o conhecido dilema do “ficar ou partir”. Algumas situações são parecidas com a de suas mães e avós, há resquícios, isso é inegável, mas também é inquestionável que há uma mudança em curso.

Considerações Finais

A partir da pesquisa foi possível compreender as complexidades da realidade vivida pelas jovens assentadas. Apesar de viverem em assentamentos em distintas regiões do estado de São Paulo, situados em específicas situações geográficas, muitas situações se assemelham, como por exemplo, as dificuldades para prosseguirem os estudos, ou para ingressarem no mercado de trabalho; a inexistência de espaços destinados ao lazer e a práticas culturais dentro dos assentamentos. Além disso, é recorrente em suas falas, uma questão que ultrapassa gerações: a desvalorização do trabalho feminino, expressa nas diferenças salariais, no acesso à terra e na obtenção de renda através das atividades agrícolas.

A precária inclusão da juventude rural em políticas públicas voltadas à agricultura familiar é consequência de um olhar enviesado para a população camponesa que sempre se pautou na figura masculina. Mas o campo brasileiro não é um espaço predominantemente masculino, nele vivem e trabalham mulheres, jovens, idosos e mesmo crianças (em determinadas situações).

Portanto, pensar e planejar políticas públicas para o espaço rural, deve ser um exercício que, imprescindivelmente, considere a multidimensionalidade dos sujeitos que o constituam, seus desafios, seus interesses, melhorar as formas de vivência e as condições de trabalho. Do contrário, testemunharemos a largos passos, o esvaziamento e envelhecimento da população camponesa.

Referências

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar *In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, 2006.

ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. Grupo Focal-Metodologia Qualitativa: um ensaio teórico. *Cogitare Enfermagem* (UFPR), v. 9, p. 9-14, 2016.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In: CASTRO, E. G. (Org.); CARNEIRO, M. J. (Org.). Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In: SILVA, F. C.; SANTOS, S.; COSTA, L. F. C. (Org.). Mundo Rural e Política. Campus*, Rio de Janeiro, *Campus*, p. 95-118, 1998.

DAYRELL, T. J. Juventude: que fase da vida é essa? *Revista Educação Pública: ensino médio*, v. 1, p. 43-45, 2016.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10(15), 124-136, 2004. Acesso em 02 de julho, 2014.

MASSEY, D. B. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008.

MOREIRA, E. V. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2012.

PAULA, L. A. C. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de

Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

PRATES, L. A. *et al.* A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. **Cadernos de Saúde Pública** (Online), v. 31, p. 2483-2492, 2015.

ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, 1993.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na Terra**: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SCOTT, P. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

STADTLER, H.; SILVA, M. Ações Educativas de uma ONG feminista em zona rural e mudanças no discurso local de jovens. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

WELLER, W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa (USP. Impresso)**, São Paulo, v. 32, p. 241-260, 2006.

A participação das mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo e nos movimentos de lutas por igualdades de gênero

Simone Leia Rui
Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol

Introdução

Esta pesquisa é resultado da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente (FCT Unesp) no ano de 2019. A pesquisa teve por um dos objetivos analisar a participação das mulheres agricultoras do estado de São Paulo no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O acesso a políticas públicas pode contribuir para melhorar a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade, ajudando a superar valores e preconceitos ainda existentes, que impedem a sua plena realização como agricultoras (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011). De acordo com o documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹:

¹ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Essa secretaria assumiu parte das atribuições que antes eram do MDA. A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário ficou vinculada à Casa Civil da Presidência da República (SEAD) do Brasil. Essa secretaria foi criada em 27 de maio de 2016 pelo decreto nº 8.780 e sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto nº 8.786 de 14 de junho de 2016. Em 2023 a Medida Provisória nº 1.154 recria o órgão com o *status* de ministério, passando a se chamar **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, e o deputado federal Luiz Paulo Teixeira Ferreira assumiu o cargo de ministro no dia 3 de janeiro de 2023.

A inserção econômica das mulheres rurais é marcada pela pobreza e pela invisibilidade das suas atividades produtivas. Significativa parcela do seu tempo de trabalho é considerada trabalho doméstico, ou apenas uma ajuda ao trabalho do “chefe da família”, mesmo que esta seja decisiva para a manutenção do grupo familiar. O impacto dessa situação na obtenção de renda é muito grande. Uma pequena proporção de mulheres tem alguma renda, e nestes casos a renda é bem menor do que aquela obtida pelos homens (BRASIL, 2005, p. 11-12).

Apesar de importantes transformações nas famílias, permanecem as relações desiguais de poder que se expressam no campo afetivo, econômico, político e cultural. Os avanços registrados nesse âmbito, é importante ressaltar, só foram possíveis pela mobilização e organização das mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL, 2005). Sendo assim, elas estão se organizando e exigindo melhor qualidade de vida, oportunidades e condições de trabalho, principalmente por meio da luta por políticas públicas voltadas às mulheres na medida em que estão presentes culturas organizacionais que operam com base em valores tradicionais patriarcais que, muitas vezes, sequer são percebidos como tal.

Mulheres agricultoras vêm construindo movimentos de ações e lutas por políticas públicas e o fim das desigualdades de gênero e sociais. Embora historicamente as mulheres participem das lutas e movimentos sociais no campo, a história de movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil é relativamente recente. As primeiras organizações específicas de mulheres rurais datam do início dos anos de 1980, estimuladas principalmente pela Igreja Católica, nos grupos ligados a Teologia da Libertação, movimentos sindicais e partidos políticos, e tomaram maior força nas regiões Sul e Nordeste do país (HERÉDIA; CINTRÃO, 2006).

Alguns grupos começaram com atividades de artesanato, processamento e comercialização. Para Siliprandi e Cintrão, a participação das mulheres nesse tipo de atividade pode ajudar a melhorar a renda e promover a autonomia econômica, bem como aumentar a autoestima (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Sendo assim, mesmo as mulheres agricultoras se constituindo como uma força importante para a agricultura familiar, elas ainda sofrem preconceitos pelo simples fato de serem mulheres. Contudo, é importante aqui compreender que a existência das mulheres rurais é bem diversa dependendo da realidade em que elas estão inseridas.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), direcionado para trabalhadoras rurais, tenciona levar em conta as especificidades sociais e culturais da agricultura familiar, possibilitando compreender que as políticas públicas são um instrumento importante que podem modificar a situação de vida dos seus beneficiários, na medida em que se constituem como uma intervenção governamental, que tem como objetivo principal alterar uma situação indesejável entre os indivíduos. (ZORZI, 2008).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pela Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003. Através deste programa, podem ser adquiridos alimentos diretamente de agricultores familiares, com dispensa de licitação, para serem doados às instituições sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou serem destinados à formação de estoques públicos.

Os objetivos do PAA são incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar e contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como colaborar na formação de estoques (BRASIL, 2005). O Programa funciona de maneira a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares a preços baseados na cotação do mercado regional e fornecê-los às entidades da rede socioassistencial. Em muitos municípios, os produtos são entregues nos bancos de alimentos e depois são redirecionados as entidades sociais e/ou pessoas físicas.

Podem participar do PAA homens e mulheres, em economia de base familiar, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombolas e agricultores assentados. Contudo, para participar do PAA é preciso estar enquadrado nos critérios do PRONAF, através da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP foi criada para identificar os agricultores e agricultoras familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF.

A posse da DAP está sendo uma das principais limitações de acesso ao PAA. Se o assentado não a possui, não consegue se cadastrar nas associações e, conseqüentemente, não pode participar do Programa (THOMAZ JUNIOR, 2012, p.39).

A origem dos recursos utilizados no programa variou ao longo do tempo. Entre os anos de 2003 e 2005, o PAA foi operacionalizado somente com recursos do MDS através do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN) em parceria com governos municipais e estaduais, e com a CONAB. A partir do ano de 2006, o MDA, por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar, passou a compor o Conselho Gestor do programa com dotação orçamentária própria, disponibilizando recursos para a aquisição de produtos e a formação de estoques dos agricultores e de suas organizações (VIANA; VIEIRA 2009). Através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (atual Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD) ou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA), os produtos fornecidos são pagos de acordo com os preços de referência estabelecidos regionalmente. Os limites atuais disponíveis por família agricultora foram instituídos pelo Decreto 7.775, de 04 de julho de 2012, sendo de até R\$ 8 mil para Compra Direta, R\$ 8 mil para Formação de Estoque e Decreto 8.293,

de 12 de agosto de 2014, sendo R\$ 8 mil para a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (BRASIL, 2016).

As modalidades Doação Simultânea, Compra Direta Local Estadual e Compra Direta Local Municipal se assemelham por envolver compras feitas diretamente de agricultores familiares com doação simultânea às pessoas em situação de insegurança alimentar. A diferença entre as três modalidades se dá principalmente na forma de operacionalização. No período de 2013 a 2016, sozinha a modalidade movimentou recursos na ordem de 1 bilhão de reais. Podemos observar que, até 2012, os recursos do programa avançavam ano após ano, porém em 2013, os recursos apresentaram queda de 33 % em relação à 2012. Essa redução na execução do programa é apontada pela Conab por diferentes fatores. Entre eles, a companhia aponta a seca que ocorreu na região Nordeste, a redução da demanda da modalidade compra direta, além do cancelamento da modalidade Formação de Estoque com liquidação física, e também a remodelação dos normativos (CONAB, 2014).

A modalidade Doação Simultânea é operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através de contratos com organizações de agricultores, que elaboram os projetos e recebem os recursos, responsabilizando-se pela entrega dos produtos, pagamentos dos agricultores e prestação de contas. Já nas modalidades Compra Direta Local são realizados convênios entre o MDS e os governos estaduais ou municipais, que elaboram os projetos e se responsabilizam pelo cadastramento das famílias agricultoras e pela prestação de contas (CONAB, 2016). Os beneficiários intermediários do programa são entidades fornecedoras de refeições cadastradas nos Bancos de Alimentos para atender famílias ou indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende ainda a programas sociais de acesso à alimentação, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias, alunos de escolas públicas, creches, abrigos, albergues e hospitais públicos.

Já a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR Estoque) tem como objetivo financiar estoque de produtos da safra vigente oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais. A estocagem é realizada nas próprias organizações dos produtores, fortalecendo sistemas e circuitos da agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil. A Formação de Estoque foi criada em 2006 e a fonte de recursos, que inicialmente era exclusiva do MDA, passou a contar também com recursos do SEAD. É operacionalizada pela Conab por meio de repasse de recursos. É efetivada através de organizações econômicas da agricultura familiar, como as cooperativas, associações, agroindústrias familiares, entre outras. Os participantes devem enviar proposta em que define qual será o produto a ser estocado, o prazo para a formação do estoque, quais produtos serão adquiridos, seus respectivos preços e quais agricultores familiares serão beneficiados. Deve constar, ainda, como o produto será mantido como garantia. De igual forma à modalidade Compra Direta, na Formação de Estoques evidenciou-se o importante papel das organizações dos agricultores.

Este cenário revela importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional, vista agora como segmento estratégico para a produção de matérias primas e abastecimento alimentar das populações, bem como à própria dinâmica de desenvolvimento rural que se quer impulsionar no marco das políticas públicas (BECKER; SACCO DOS ANJOS; BEZERRA, 2011).

A principal ideia por trás do PAA é a promoção do desenvolvimento com inclusão social por meio do desenho de políticas diferenciadas e dirigidas para segmentos da agricultura familiar. O programa atende também mercados institucionais e grupos da sociedade em situação de insegurança alimentar e nutricional (BONNAL; KATO, 2011). De um modo geral, o PAA busca incentivar a agricultura familiar por meio de ações vinculadas à distribuição de alimentos de origem agropecuária aos grupos sociais em situação de insegurança alimentar, além de

facilitar o processo de comercialização no âmbito local e promover a formação de estoques estratégicos de alimentos (MATTEI, 2007).

A implantação desta política pública pode ser vista como uma via de desenvolvimento rural, pois não contempla apenas o plano econômico, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e o estabelecimento de novas relações com outros atores econômicos. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é referência internacional de uma política pública brasileira bem-sucedida, é possível verificar a importância que o Programa de Aquisição de Alimentos tem, não somente para os agricultores familiares que contam com mais um canal de escoamento da sua produção, mas principalmente para as entidades e famílias, que passam a ter acesso a uma variedade de produtos alimentícios assegurada diariamente.

A participação no PAA das mulheres agricultoras no estado de São Paulo

O PAA, em suas distintas modalidades, colabora para a valorização do trabalho feminino, pois vem criando canais de comercialização para seus produtos a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011). Contudo, ainda existem desafios que precisam ser superados para que a autonomia econômica das mulheres ocorra de maneira mais efetiva. As limitações com as quais as trabalhadoras enfrentam o seu cotidiano expressam-se na esfera da atividade produtiva, afetando questões como o cadastramento de beneficiários das terras, acesso ao crédito e serviços de assistência técnica e capacitação (PEREIRA, 1996).

A resolução nº 44 do PAA, implementada a partir de agosto de 2011, determinou a participação de, pelo menos 40% de mulheres no total de produtores para que os agricultores familiares pudessem participar das operações feitas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar e Compra Direta Local com Doação Simultânea. Essa resolução resultou no aumento da

participação de agricultoras no programa. Ao unir forças, as agricultoras passaram a ter mais visibilidade para reivindicar e lutar pelos seus direitos. De fato, a relevância do PAA é real e é possível que esse programa tenha trazido benefícios para as agricultoras que o acessam, como se demonstrará no caso da associação pesquisada no município de Mirante do Paranapanema. Contudo, é visível que o programa está em verdadeiro declínio, tanto em termos de valores quanto em participações, o que cada vez mais dificulta o acesso das mulheres às políticas públicas.

Segundo informações obtidas pela CONAB (2018), a participação é mais expressiva na modalidade Compra com Doação Simultânea. Neste caso, a presença das mulheres como fornecedoras chega a 52%. "As ações de promoção da participação das produtoras rurais visam estabelecer relações de igualdade e de oportunidades no meio rural" (CONAB, 2018).

Outra consideração é que as trabalhadoras rurais que fazem parte de organizações ou movimentos sociais assumem e reconhecem seu triplo papel: produtivo, reprodutivo e militante. A construção de novas relações entre homens e mulheres remete ao esforço de mudança da ordem social como um todo (GARCIA; THOMAZ JUNIOR, 2002). Ainda na atualidade, a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros) (NOBRE, 1998).

As associações de agricultoras que acessaram o PAA no Estado de São Paulo foram: **Associação Força Feminina e Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema** (Mirante do Paranapanema), a **Associação de Mulheres Solidárias e Gênero do Assentamento 17 de Abril** (Restinga), **Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro** (Rosana), **AMARP - Associação das Mulheres Assentadas de**

Ribeirão Preto (Ribeirão Preto) e OMAT - Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (Euclides da Cunha Paulista).

No ano de 2010, acessaram o PAA somente duas (02) associações, sendo uma em Euclides da Cunha Paulista, a OMAT - Organização de Mulheres do Assentamento Tucano - e a Associação de Mulheres Solidárias e Gênero do Assentamento 17 de Abril, no município de Restinga. No ano de 2011, o número de associações que acessaram ao PAA aumentou para seis (06), estando elas localizadas em Euclides da Cunha Paulista (01), Mirante do Paranapanema (02), Restinga (01), Ribeirão Preto (01) e Rosana (01). O que nos faz acreditar que este aumento tenha de fato ocorrido devido à resolução nº 44.

O ano de 2012 foi o ano em que o programa apresentou o maior número de associações de mulheres participando do programa, sendo sete (07) no total, localizadas em municípios tais como Euclides da Cunha Paulista (OMAT – Organização de Mulheres do Assentamento Tucano), Ribeirão Preto (AMARP - Associação das Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto), Rosana (Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro), com uma associação cada; e em Mirante do Paranapanema (Associação Força Feminina e Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema) e Restinga (Associação de Mulheres no Desenvolvimento Sustentável Rural e Urbano do Estado de São Paulo e Associação de Mulheres Solidárias e Gênero do Assentamento 17 de Abril - Fazenda Boa Sorte Associação), com duas associações cada. Verifica-se ainda que no ano de 2012, foi identificado o maior número de projetos aprovados de associações de mulheres, no total foram 10 projetos, totalizando R\$ 1.177.390,39, sendo que, no mesmo ano foram aprovados 316 projetos no estado de SP, perfazendo R\$ 57.611.810,91 em pagamento para as associações e cooperativas.

No ano de 2013 participaram do PAA quatro (04) associações, sendo elas localizadas nos municípios de Mirante do Paranapanema (02), Restinga (01) e Rosana (01). No ano seguinte, 2014, houve um aumento na participação das associações, sendo

seis (05) no total, localizadas nos municípios Euclides da Cunha Paulista (02), Restinga (01), Ribeirão Preto (01) e Rosana (01). Este ano foi o que mais se destacou em termos de valores, apesar da diminuição do número de projetos aprovados. No total foram 297 projetos aprovados no valor total de R\$ 95.484.966,71. Já os projetos de associações de mulheres agricultoras, foram seis (06), com o valor de R\$ 5.602.888,35.

No ano de 2015, a participação de associações de mulheres apresentou uma queda, apresentando quatro (04) associações, sendo elas localizadas em Euclides da Cunha Paulista (01), Mirante do Paranapanema (02) e Restinga (01). Por fim, no ano de 2016, a participação das associações de mulheres caiu drasticamente, sendo que apenas uma (01) associação teve sua proposta do PAA Doação Simultânea aprovada no PAA, estando ela localizada no município de Restinga, ou seja, a Associação de Mulheres Solidárias e Gênero do Assentamento 17 de Abril - Fazenda Boa Sorte Associação. É importante ressaltar que para a agricultura familiar e para as mulheres agricultoras, a diminuição dos recursos do PAA é uma perda inestimável e que interfere drasticamente na vida dos produtores e produtoras, pois estes passam a não ter mais garantia de venda da sua produção.

A Marcha das Margaridas e a construção de ações coletivas para luta dos direitos das mulheres rurais

No final dos anos de 1980, as mulheres rurais foram à luta pela sua afirmação como agricultoras, surgindo organizações e sindicatos para reivindicar os seus direitos econômicos e sociais. As reivindicações eram pautadas no reconhecimento da profissão de agricultora, nos direitos igualitários à terra na reforma agrária, previdência social e de se sindicalizar, bem como nas questões ligadas à saúde da mulher. Recentemente, passaram a reivindicar também ações mais específicas como o acesso ao crédito rural, às políticas de comercialização e assistência técnica, além da

contribuição na melhoria da segurança alimentar e nutricional (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

As Marchas das Margaridas, homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves² (assassinada em 1983), foram um marco porque permitiram colocar diretamente em negociação com o governo federal as antigas, e também as novas, reivindicações dos movimentos de mulheres rurais. De acordo com Heredia e Cintrão (2006), provavelmente as mobilizações permitiram também levar discussões sobre os problemas de gênero para um número mais amplo de mulheres rurais, dado que a preparação para a Marcha nacional envolveu todo um processo de organização, no qual sindicatos e associações realizavam localmente reuniões e seminários para discutir os problemas e as reivindicações das trabalhadoras rurais, bem como incentivaram atos públicos e manifestações voltadas para reivindicações específicas nos estados e municípios.

A primeira Marcha das Margaridas foi organizada como parte do movimento internacional Marcha Mundial de Mulheres, sendo um movimento com o intuito de combater a fome, a pobreza, a violência sexista, originado no Canadá, em junho de 1995, quando ocorreu uma marcha de 850 mulheres que percorreram 200 quilômetros em Quebec. A Marcha das Margaridas é um movimento que visa construir um novo Brasil com igualdade de gênero, organizado pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) em conjunto com entidades parceiras, foi a maior mobilização nacional de mulheres já realizada na história do país. No que diz respeito a sua forma de se mobilizar, a repercussão política desta ação dentro e fora do país, ou seja, pelas

² Margarida Maria Alves, a líder sindical que foi assassinada na porta da própria casa, na frente do marido e do filho, por um pistoleiro na sua cidade natal, Alagoa Grande, no Brejo Paraibano. Com o seu assassinato, no dia 12 de agosto de 1983, a história de Margarida Maria Alves ganhou mais força e notoriedade. A data da sua morte tornou-se o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária. Seu nome batiza a maior mobilização de mulheres rurais da América Latina, a Marcha das Margaridas.

dezenas de milhares de trabalhadoras rurais em todo o país organizadas em marcha.

Em pesquisa realizada pelo IPEA, na Marcha das Margaridas de 2011, o dado que mais chamou a atenção foi a proporção expressiva de 26% das mulheres entrevistadas, com domicílio permanente ou intermitente no meio rural, que acrescentaram, entre os trabalhos identificados por elas como afazeres domésticos, ao menos uma atividade frequentemente vinculada à esfera da produção, como o cultivo de hortas e pomares, o trato e a criação de animais e a participação na produção agrícola. A questão convida a refletir, portanto, em que medida a associação dessas atividades a afazeres domésticos contribui para a invisibilização de uma parte significativa do trabalho feminino na unidade familiar. (IPEA, 2011, p.31). Vale ressaltar que as mulheres participantes da Marcha das Margaridas formam um público específico e, em todo caso, parece relevante destacar que este primeiro retrato já é bastante distinto daquele oferecido pelas estatísticas oficiais, no qual, por exemplo, apenas 42% das mulheres com domicílio rural são classificadas como economicamente ativas.

Sendo assim, ressaltamos através das ações coletivas da Marcha das Margaridas que podemos constatar que, ao se envolver em movimentos sociais, seja participando das marchas, ou de associações e/ou cooperativas, as mulheres agricultoras se sentem fortalecidas e começam a produzir seus processos de reação à submissão, passam a reconhecer que possuem força organizativa para mudar a realidade em que vivem.

Considerações finais

O PAA ao criar mecanismos, como os 40% na participação de mulheres por associação e cooperativas, revela a preocupação com essa parcela da sociedade rural. Deste modo, fica claro a relevância do PAA e que este traz benefícios para as agricultoras que o acessam, contudo, o programa passou por um verdadeiro declínio, o que cada vez mais dificultou o acesso das mulheres às políticas

públicas. É incontestável que ao unir forças, as agricultoras passam a ter mais visibilidade para reivindicar e lutar pelos seus direitos. A Marcha das Margaridas é um exemplo dessa organização de mulheres que saem às ruas e pautam as suas mobilizações em indicativos que trazem incontáveis benefícios para as mulheres. Podemos afirmar que ao viabilizar políticas públicas que contribuam com as mulheres e, no caso desta pesquisa, com as mulheres trabalhadoras rurais, vai ao encontro de tornar visível sua participação na produção.

Referências

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, A. J. A. **O Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na Segurança Alimentar e no Desenvolvimento Rural.** In: Anais 48º CONGRESSO SOBER, Campo Grande, MS, 2010.

BONNAL, P.; KATO, K. **O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro.** In: LEITE, S. P. *et al.* Políticas públicas, atores sociais desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA. Serie Desenvolvimento Rural Sustentável. v14, p. 61-88, 2011.

BRASIL, Companhia Nacional de Abastecimento. **O Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em 24 de março de 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Autonomia e Cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Andrea Butto e Isolda Dantas (Orgs.) – Brasília, MDA, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cirandas do Pronaf para Mulheres:** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero: A experiência brasileira.** José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (Orgs.) – Brasília: MDA, 2010.

HEREDIA, B. M. A; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a política pública no meio rural. **Revista Nera** – Ano 9, n.8 – Jan/ Jun de 2006. Presidente Prudente – SP.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM**, v. 7, n. 27, p. 33-44, 2007.

NOBRE, M. et al. Gênero e Agricultura Familiar. **Revista Cadernos Sempre Viva**, 1998.

PEREIRA, H (Orgs.). **Agricultura familiar nos assentamentos rurais: as relações entre mulheres e homens.** O caso do Pontal de Paranapanema. Rio de Janeiro, FAO/INCRA, 1996.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In. **Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 18 p. 12-32 - Campinas, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A.; FRANCO GARCÍA, M. Trabalhadoras Rurais e Luta Pela Terra: Interlocação Entre Gênero, Trabalho e Território. **Revista Terra Livre**, Ano 18, N.19, jul./dez., p. 257-272, 2002.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf – Mulher em Ijuí – RS.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

A categoria gênero como elemento para a análise da reprodução socioterritorial em assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP

Ana Lúcia Teixeira Tabuti

Introdução

Pesquisadora: A senhora perdeu o marido há pouco tempo?

Meus pêsames.

Assentada: Não lamente não, minha filha...

Pesquisadora: Como? Por quê?

Assentada: Agora eu tenho a minha liberdade, vou para onde eu quero, faço o que eu quero aqui dentro do lote.

(Diálogo entre pesquisadora e assentada do assentamento Gleba

XV de Novembro, 2012).

A necessidade de tornar visível a situação das mulheres nos assentamentos rurais surge de uma pesquisa realizada para o governo, de um momento em que uma senhora, titular de seu lote, nos fornece uma resposta tão inesperada que causou espanto e reflexão. Que tipo de repressão aquela mulher passou durante anos? Que alívio era esse expresso em seu semblante? Enfim, naquele momento decidimos que ao tratar de qualquer tema/pesquisa sobre os espaços rurais não deveríamos negligenciar a questão de gênero.

Portanto, este trabalho versa sobre a importância da categoria gênero dentro dos estudos acerca da reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema. Utilizando como recorte territorial os assentamentos Porto Maria (Rosana-SP) e Nova Conquista (Rancharia-SP), ambos do Pontal. Este texto deriva da pesquisa realizada durante o doutorado na FCT Unesp, intitulada: “Construindo uma nova geração camponesa: estratégias de

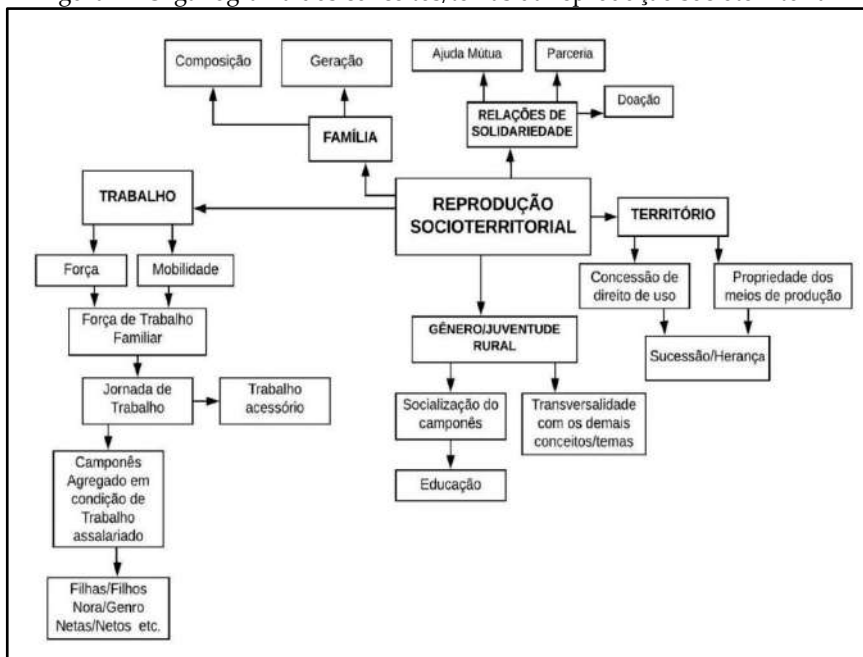
resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema (2020)".

A reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais se dá à medida em que, a família camponesa assentada, ao estabelecer uma relação com a terra, busca considerando um conjunto de elementos mantê-la sob seu domínio através de gerações de sucessores. O gênero, família, trabalho, território, relações de solidariedade, juventude e geração são os elementos que estão no cerne do processo, que se apresenta em movimento constante, costurado e tecido no transcórre dos dias, adquirindo características distintas, por vezes contraditórias, resistindo e constituindo-se em esperança.

Pensar na reprodução socioterritorial é pensar obrigatoriamente na categoria "agregado" e para este trabalho, realizaremos uma reflexão sobre a mulher agregada. O camponês/camponesa agregado (a) é um sujeito compreendido no âmbito de sua classe social, ou seja, dentro das questões que permeiam a classe trabalhadora, está, por sua vez, atravessada por questões de gênero e geração e que produz e reproduz território. É através da relação dos agregados com os demais membros da família (estratégias intergeracionais) e com a terra, que compreendemos as possibilidades de continuidade do território sob domínio do campesinato.

Gostaríamos de propor a denominação "camponeses agregados em condição de trabalho assalariado" para tratar de agregados semelhantes aos que encontramos em assentamentos como o Nova Conquista, que se desdobram para cumprir com as atividades dentro e fora do lote com o objetivo de posteriormente permanecer no assentamento.

Figura 1 - Organograma dos conceitos/temas da reprodução socioterritorial



Fonte: TABUTI, A. L. T, 2019.

Estudar as questões de gênero dentro da reprodução socioterritorial é fundamental para a compreensão do presente e do futuro dos assentamentos rurais. Portanto, o primeiro tópico deste capítulo dedica-se a uma apresentação teórica sobre os estudos de gênero no espaço rural, o segundo tópico, enfatiza a necessidade de pensar gênero, dentro dos estudos sobre assentamentos rurais, em suas relações com as demais categorias da reprodução socioterritorial (apresentadas no organograma acima). Além dos tópicos mencionados, contamos com a introdução, metodologia e as considerações finais.

Metodologia qualitativa: é no caminhar que construímos o caminho

Para a construção da pesquisa foram utilizadas metodologias qualitativas. No que se refere à entrevista, optamos pela semi-

diretiva" (semiestruturada), que foi o tipo utilizada na pesquisa de mestrado e foi aproveitada no doutorado, nela há formulação de um roteiro no qual as perguntas são organizadas previamente; o entrevistador tem uma participação mais ativa que na entrevista não estruturada, apesar da necessidade de se observar um roteiro (COLOGNESE; MELO, 1998, p.144-145). No concernente à natureza das informações optamos pela "entrevista oral" utilizada em trabalhos que incluem "obtenção de informações amplas e detalhadas sobre processos sociais", pois não pressupõe questões rigidamente pré-fixadas, o que requer, além de roteiro, estratégias de condução da entrevista.

Batista (2014, p.32) ao trabalhar cartografia social com assentamentos rurais ressalta a importância de utilizar o mapa como instrumento de luta, pois ele permite a compreensão de uma "lógica espacial, cotidiana (compreendida na relação entre as diversas escalas)" e concomitantemente tal instrumento abre a possibilidade de "reivindicar condições objetivas para a resistência no espaço e quiçá a possibilidade da transformação social".

Dentre as técnicas utilizadas em campo, ressalta-se a construção de diários de campo (para registrar os momentos de diálogo) e da metodologia do relógio para averiguar o uso do tempo pelos camponeses agregados.

Os estudos sobre gênero no espaço rural

Conforme García (2004), o primeiro estudo da geografia feminista no espaço rural data de 1986 quando publicado no "*Journal of Rural Studies*" da Inglaterra, correspondendo a uma publicação que, desde o início, compreendeu o Gênero como uma categoria de análise importante. Duas instituições foram fundamentais para fomentar este debate: o coletivo de geógrafas *Women and Geography Study Group* (WGSG) do Instituto Britânico de Geografia (IBG) e a revista anglo-americana *Antipode; A Journal of Radical Geography*.

O trabalho é uma categoria igualmente importante para a mulher no espaço rural e a divisão sexual do trabalho comparece em distintas obras sobre o campesinato verificando o caráter de “auxílio” e de trabalho “leve” que é qualificado às atividades desempenhadas por mulheres. Neste sentido, Becher e Klanovicz (2016) destaca que:

O trabalho “leve” não significa trabalho agradável ou pouco exigente em termos de esforço físico, assim, a divisão sexual do trabalho não pode ser interpretada só e nem apenas definida em função de uma racionalidade biológica, pois em grande medida ela é definida culturalmente (BECHER; KLANOVICZ, 2016, p.03).

A categoria trabalho apresenta centralidade quando pensamos nas conquistas e nas lutas das mulheres camponesas, que se transformam durante a luta por igualdade envolvendo-se em todo o processo e interessando-se por compreender não apenas os programas, mas também as formas de plantio e comercialização. Passar por esse processo significa para muitas delas reconhecer-se como protagonistas no espaço rural. Os homens ainda são considerados os “responsáveis” pelo sustento da família e o trabalho feminino, na maioria das vezes, desenvolvido na esfera privada, continua desvalorizado, excluídas da esfera pública, atribui-se a elas as atividades de reprodução. A mulher tem um papel fundamental na garantia da segurança alimentar de sua família ou comunidade, e esse trabalho oculto tem apresentado novos contornos ou maior visibilidade no campo devido à participação das agricultoras em políticas públicas.

São as camponesas que participam menos que os camponeses nos eventos (reuniões, oficinas de trabalho etc.) cujo tema é a atividade econômica e participam mais de reuniões com tema social (saúde, educação etc.), quando elas começam a participar das políticas públicas, passam a ocupar também os espaços de discussões econômicas (“esfera produtiva”).

De acordo com Becher e Klanovicz (2016) em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF). Já em 2003 através do artigo 19 da lei nº10.696 é implementado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) coordenado em âmbito nacional pela Companhia Nacional de Abastecimento, a CONAB. De acordo com Leal (2017, p.16) o PAA é uma conquista dos movimentos sociais e tem como objetivo “estimular e fortalecer o campesinato através da aquisição da produção de alimentos dos mesmos e distribuição gratuita para entidades como: associações comunitárias, asilos; albergues; (...) e a populações com risco de insegurança alimentar e nutricional”.

Percebe-se que a criação desses novos programas gerou uma maior visibilidade das mulheres nas questões que envolvem não só a produção como também a participação em reuniões de organização, comercialização de produtos, o que favorece a geração de renda na unidade familiar e também a autonomia dessas mulheres rurais (BECHER; KLANOVICZ, 2016, p.16).

Não obstante, os autores afirmam que os avanços dos programas favoreceram, de forma fragmentada, as políticas públicas para as mulheres, mas essas políticas ainda não estão articuladas completamente com o conceito de gênero.

Aproximando-nos das discussões de gênero em assentamentos rurais, especificamente na região do Pontal do Paranapanema, verificamos a tese de doutorado de María Franco García, de 2004, intitulada “A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema”. A hipótese principal desta é a de que o espaço/tempo do acampamento envolve relações de gênero diferenciadas do espaço/tempo do assentamento.

A autora afirma que é fundamental para as relações de gênero a busca pela compreensão de como se dão as relações de poder numa determinada formação social, se a manifestação dessas relações se dá através da opressão (“exploração, discriminação, marginalização, violência”) ou através do privilégio (“o poder sobre os outros”). Sendo assim, a inserção da categoria gênero para a reflexão do processo de luta pela terra no Pontal, significa, além de situar acampamentos e assentamentos, compreender os locais

nos quais se “concentram e onde se excluem” as trabalhadoras durante o processo de luta e como vivenciam ou realizam a gestão dos espaços construídos nos assentamentos (GARCÍA, 2004, p.35).

García (2004, p.68) destaca que é importante lidar com as escalas do acampamento e do assentamento e o conflito tanto nacional quanto regional e global que os gera. No entanto, neles também existem outros lugares e outras escalas geográficas como: corpo, barraco, lote e todas essas escalas em justaposição são “apreensíveis na prática cotidiana”. Portanto, “materializa-se e reproduz-se a ideologia de gênero, mas também se modifica”.

Nos acampamentos tivemos a oportunidade de verificar como a exclusão social e o projeto político de ocupação e resistência unem na mesma luta acampados e acampadas. A organização do acampamento em barracos próximos uns dos outros facilita a cooperação e a socialização da vida entre todos os seus membros. Não obstante, a coletivização das funções não implica a mudança dos valores sociais que reproduzem a assimetria de gênero, fazendo com que as mulheres fiquem presas a convencionalismos e moralismos dos quais os homens não são cobrados. Além, o discurso da equidade entre homens e mulheres é apropriado por acampadas e assentadas, mas continua-se acreditando que certas tarefas cabem “naturalmente” às mulheres porque elas levam mais “jeito” (GARCÍA, 2004, p.199).

Desta maneira, García (2004) constata que os avanços conseguidos em termos de uma equidade parcial entre acampados e acampadas perde o significado quando passam a assentados e assentadas. No espaço do assentamento, com a propriedade privada e a família, a participação feminina se torna “surpreendentemente restrita”.

No texto “A organização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo”, Adélia Oliveira Farias (fundadora e presidente da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo - OMAQUESP) e Farias e Norder (2011) ressaltam a participação política das mulheres rurais na luta por direitos e melhorias nos espaços da reforma agrária e nos quilombos.

O censo agropecuário de 2006 revelou que 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros são da agricultura familiar.

Quase 14% destes, correspondem a 600 mil unidades familiares, administradas por mulheres. A partir deste contexto, Farias e Norder (2011) revelam que o número de mulheres rurais gestoras de seus lotes nos assentamentos só aumentou e que uma nova perspectiva para a agricultura estava em construção a partir do quintal. O trabalho feminino a partir do quintal é uma importante estratégia familiar de produção econômica e de reprodução social que, na maioria das vezes, não é contabilizado, caracterizando-se como “apoio”.

As mulheres assentadas passaram a ser incluídas em todos os procedimentos administrativos apenas em 2003. Neste período, havia 24,1% das mulheres como titulares de seus lotes, passando para 55,8% em 2007. Sobre tal fato, Mafort e Reis (2018, p.41) afirmam que:

Entre as principais conquistas que tivemos antes do golpe está o reconhecimento das mulheres camponesas enquanto público prioritário das ações governamentais no âmbito dos programas sociais. Desde 2003, tornou-se obrigatória a titularidade conjunta dos lotes de reforma agrária, ou seja, quando a família conquista a terra, a Concessão de Uso é em nome da mulher e do homem (e preferencialmente da mulher), independente do estado civil, assegurando o direito da mulher à terra em caso de divórcio, desde que ela detenha a guarda dos filhos. Tratou-se de um reconhecimento de que a mulher também é protagonista da produção familiar, propiciando ainda que ela comprove a atividade rural para fins de acesso aos benefícios previdenciários, como salário-maternidade e aposentadoria.

Durante a entrevista a um casal de titulares, agregados de seus pais, no assentamento Nova Conquista, evidenciamos no depoimento de Mário como ocorre a questão da titularidade no lote:

Pesquisadora: Como você identifica sua situação no assentamento você era agregado e agora você é titular?
Mário: Isso é com ela porque está tudo no nome dela [Marta-esposa], não ponha mais no nome do homem é tudo no nome da mulher, o lote, as vacas, tudo, a única coisa que tem no meu nome aqui é só o meu carro e meus filhos (Trabalho de campo 2017, entrevista cedida por camponês do Nova Conquista-SP).

As mulheres camponesas assentadas são diretamente “golpeadas” nas questões que envolvem a discussão sobre conceder o título de propriedade privada aos lotes dos assentamentos rurais, o que vai na contramão do direito conquistado de tornar-se titular do sítio.

O estreito leque de conquistas também está em jogo diante da aprovação da Medida Provisória nº 759, convertida na Lei 13.465 de 11/07/2017, que busca conceder o título de propriedade privada da terra às famílias assentadas. Com o título definitivo (título de domínio) as famílias assentadas poderão colocar seus lotes como garantia em operações bancárias (que podem ser requeridas em caso de não pagamento da dívida), ou mesmo vender a terra, o que antes era proibido por lei. Para se ter uma ideia do quanto isso atinge as mulheres, a recente aprovação da lei já está gerando manifestações por parte dos homens assentados que se separaram de suas companheiras e deixaram, por consciência ou força da lei, o lote para mulher e filhos, pois reivindicam que o lote seja então titulado e vendido, e que se divida em partes iguais o resultante de tal venda (MAFORT; REIS, 2018, p.43).

Essa questão evidenciada pelas autoras, nos interessa, na medida em que passamos a compreender as consequências das ofensivas do capital para a camponesa assentada, mas também, para os assentamentos de forma geral, comprometendo a reprodução socioterritorial dos mesmos.

No que se refere à juventude rural, a convivência durante o campo com uma jovem militante do MST de 18 anos, assentada do Porto Maria, nos apresentou novas questões como uma militância inspirada na militância da mãe, a preocupação com projetos sociais para o assentamento, necessidade de apresentar programas como o PRONERA para todos os jovens, já que ela revela que antes de participar do movimento ela desconhecia este programa, e finalmente, a juventude militante constrói uma visão diferente do território propondo projetos para o mesmo.

Desde pequena eu era acostumada ir com a mãe em eventos como dia da mulher, sempre o MST está bem envolvido nesses movimentos para qualquer tipo de causa social e minha mãe sempre foi bem ligada a D. Neusa, que faz parte das mulheres que lutaram pela terra e tem essas organizações

que falam ONGs, né? Minha mãe sempre foi participativa, eu nasci aqui no assentamento e fui acompanhando a luta e sempre tive bastante interesse em questões sociais, na escola a gente começou com dia da mulher né ai acho que em 2017 em Março, a gente foi para a Feira Nacional da Reforma Agrária e lá eu tive um contato com o movimento, né? Vamos dizer assim maior, lá nós trabalhamos em coletivos eu fiquei no estoque e eu fui conhecendo mais a luta conhecendo mais as pessoas que participam mesmo, foram 5 dias lá, e criei contatos com os amigos (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Medeiros (2008, p.10) revela que quando se trata de assentamentos rurais muitas vezes há uma ênfase nas características conflitivas da criação destes espaços e acaba invisibilizando alguns dos sujeitos que se engajaram na luta, como, por exemplo, o caso das mulheres que ganham destaque apenas quando se tornam lideranças. Para Medeiros (2008) é muito importante verificar no tocante à luta, as questões de gênero em que em determinados momentos as mulheres vão à frente como símbolo de suas famílias e em outros momentos permanecem em casa e os homens vão à frente. A experiência do processo de luta tem significados diferentes para homens, mulheres e crianças de uma mesma família.

De acordo com Medeiros (2008, p.11) há rupturas e continuidades no que se refere à passagem do sujeito de acampado para assentado. Dentre as rupturas evidenciamos que, após a estabilização do assentamento, os laços de solidariedade construídos no momento da luta parecem encontrar dificuldades para continuar. Todavia, no que concerne às continuidades, as autoras verificaram que, após as discussões e mobilizações propiciadas na luta pela terra culminaram na incorporação da “linguagem dos ‘direitos’ que parece se solidificar”. Isso significa que as assentadas têm agora consciência de seus direitos (médico, créditos, titulação da terra etc.).

Segundo Medeiros (2008, p.13) muitos estudos têm evidenciado uma organização das famílias assentadas em relação à divisão do trabalho que reproduz os traços típicos dos estudos clássicos sobre

campesinato. Neste sentido, o homem é responsável pelo lote e apresenta-se como “chefe de família”, ele é o responsável pela tomada de decisões, produção e comercialização, além de realizar os contatos com os técnicos, os bancos e as cooperativas. Ao desempenhar esses papéis o homem “acumula um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder”.

No entanto, gostaríamos de salientar que as pesquisas nos assentamentos rurais em estudo (Nova Conquista e Porto Maria) têm nos proporcionado a reflexão de que há mudanças no que se refere à compreensão da importância do trabalho da mulher e nos papéis desempenhados por ela. Tais mudanças são vislumbradas quando analisamos a questão intergeracional verificando que a estrutura mencionada por Medeiros (2008) é atualmente mais comum entre pais (titulares), que passa a ser questionada ou modificada pelos filhos (agregados) na constituição de uma nova família. Essa compreensão é construída a partir das pesquisas realizadas no Nova Conquista em 2015, onde acompanhamos a rotina por meio da metodologia “observação participante” de titulares do assentamento e já nesta pesquisa, evidenciamos as mulheres que são gestoras de seus lotes (como mencionado também por Farias e Norder, 2011) quebrando assim, o entendimento da divisão sexual do trabalho mencionada pela bibliográfica clássica do campesinato no Brasil.

Outra questão importante, apontada pela autora, refere-se à reflexão sobre gênero, as mudanças na lógica camponesa nos assentamentos e o próprio perfil dos assentados, que passaram por muitas ondas de migrações e fez com que o assentado adquirisse experiência urbana (em atividades propiciadas pelo subemprego e precariedade). De tal modo, Medeiros (2008, p.14) afirma que essas experiências somadas à vivência nos acampamentos permitem a “relativização do significado dos valores tradicionais camponeses” e explica que estes já estavam em crise antes mesmo do assentamento porque, no geral, os modos de vida tradicionais

passam por rupturas devido aos avanços das grandes economias como no caso do agronegócio.

Uma característica importante destacada pelos estudos da autora é a de que a participação da mulher na produção é maior do que seu poder de decisão. Sobre isso é revelado que:

Mas a palavra final muitas vezes é só dos homens. As autoras interpretam o uso do termo “ambos” como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas (MEDEIROS, 2008, p.14).

Já no que diz respeito ao papel da educação, a autora verifica que a escola talvez contribua para o questionamento, cada vez maior, dos papéis exercidos pela mulher, as jovens, por exemplo, podem se recusar a assumir o papel de “dona de casa”, mas ela também não consegue encontrar espaço nas questões da comunidade.

Visto que o agronegócio representa uma força do capital representativa, pois concentra a união de diferentes frentes já que engloba os proprietários de terras, mercado financeiro, bancos, grande mídia (etc.), ele traz mudanças estruturais no rural e altera as formas de luta dos movimentos sociais que têm de atuar no enfrentamento a uma força complexa e destrutiva. Ao buscar compreensão sobre o enfrentamento de modelos que permeiam o mundo rural contemporâneo, vislumbramos também a questão de gênero como uma transversalidade de classe, em que o capitalismo lucra e muito com a opressão das mulheres da classe trabalhadora em diferentes espaços.

As desigualdades de gênero começam nas famílias, são reforçadas nas escolas, religiões e meios de comunicação que cotidianamente alimentam o machismo através de propagandas que sujeitam a mulher a mero objeto de desejo e consumo. Uma das expressões desse padrão de gênero desigual é o próprio trabalho doméstico (cozinhar, limpar a casa, lavar roupa, cuidar das crianças e idosos, cultivar a horta, cuidar de pequenos animais, buscar água etc.). Também é tido como trabalho invisível, geralmente realizado pelas

mulheres e não considerado como trabalho produtivo, porque não está diretamente vinculado à produção de mercadorias, mas sim à subsistência e manutenção da família e, portanto, da força de trabalho disponível para o capital. Logo, o sistema capitalista lucra com a opressão das mulheres (MAFORT, 2013, p.99).

Neste sentido, quando analisamos os assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema, buscamos na compreensão das alterações (mesmo que pequenas), da divisão sexual do trabalho dentro dos lotes, pistas dos enfrentamentos e resistências das jovens trabalhadoras camponesas, que forjam no, cotidiano práticas para alcançar suas liberdades, tanto em escala de corpo quanto em escalas mais amplas como a econômica.

Nos assentamentos encontramos mulheres como Andressa, agregada no Nova Conquista, que relata uma rotina em que cuida do trabalho da casa, do lote e ainda se dedica ao artesanato e ao trabalho como manicure na cidade. No mesmo assentamento evidenciamos Maria, agregada no lote da sogra, que trabalha na seringueira (fazenda) e nas atividades produtivas do lote, mas que divide com o marido as atividades de reprodução da família como os cuidados com a casa e com as filhas. Uma das filhas de Maria, por sua vez, é encorajada pelos pais a auxiliar nas atividades produtivas do lote, inclusive na tarefa de ordenhar os bovinos.

Com o apoio ou não de seus companheiros, as mulheres assentadas seguem encorajadas por sua trajetória de luta pela terra e na terra em busca de novos caminhos para a comercialização da produção dos lotes, inclusive no assentamento Nova Conquista, a produção em estufa (importante fonte de renda) é de responsabilidade, na maioria dos casos evidenciados, das mulheres da primeira e segunda geração da família.

Verificamos então, a importância da teoria sobre o rural não negligenciar a experiência feminina, visto que, a reprodução socioterritorial ocorre com um forte protagonismo de mulheres assentadas (titulares ou agregadas).

As relações de gênero nas demais categorias da reprodução socioterritorial

Antes de adentrarmos especificamente na questão de gênero, devemos compreender que a pesquisa revelou, que agregados (as) do assentamento Nova Conquista utilizam estratégias para permanência na terra diferentes dos ex-agregados (as) da Gleba XV de Novembro, hoje titulares do Porto Maria.

Nos estudos sobre a família camponesa de Nova Conquista evidenciamos estratégias intergeracionais que visam à permanência dos filhos nos lotes. Os pais apoiam a família construída pelos filhos por meio de “ajuda” no momento do casamento tanto no que se refere a móveis, até mesmo no material para a construção da moradia que é construída porque eles cedem um espaço, autorizam a nora e o genro a trazer as criações (animais) que oriundas dos lotes dos pais, cedem espaço para o roçadinho e por vezes a DAP para que eles possam participar de políticas públicas, o apoio financeiro para a compra das benfeitorias de lotes de desistentes também comparece nas pesquisas embora seja menos frequente. Por outro lado, os filhos trabalham nas tarefas do lote, além de trabalhar fora do assentamento para manter a família e (em casos de possíveis sucessores/herdeiros) adquirir equipamentos/infraestrutura para o lote. Entre os camponeses de forma geral há ainda a troca de alimentos, cultura herdada pelos agregados.

O assentamento Porto Maria possibilita a compreensão de outro conjunto de estratégias que visam a continuidade dos filhos na luta em assentamentos rurais. A pesquisa verificou que o turismo rural se apresenta como alternativa para criar possibilidades para os jovens e que a educação através de escolas localizadas no campo (por mais que a necessidade seja de escolas do campo) é importante para a sociabilidade entre filhos de titulares de diversos assentamentos. A principal estratégia de reprodução socioterritorial apresentada a partir do Porto Maria é o retorno do agregado à luta pela terra, pois os agregados que saíram do Gleba XV de Novembro tornaram-se titulares em diversos assentamentos da região, não apenas no Porto

Maria, apresentando uma ligação importante com essa questão, está o fato de um grupo de jovens agregados do Porto Maria participar da militância do MST.

A categoria gênero, sozinha, garante reflexões importantes para a reprodução socioterritorial, porém, não podemos perder a atenção para o fato de que ela permeia todos os outros elementos: família, trabalho, relações de solidariedade, território e juventude rural. Nosso objetivo não é esgotar as inúmeras possibilidades de análise sobre as relações de gênero dentro de cada elemento da reprodução socioterritorial, e tampouco, conseguiríamos num primeiro momento abordar a interseccionalidade entre gênero, raça e classe que marcam as agregadas. Assim, investigaremos a importância das relações de gênero em elementos como juventude e trabalho (os demais elementos surgirão na conexão/relação com estes) e ainda as estratégias encontradas pela nova geração camponesa de agregadas para enfrentar a exclusão como “herdeiras do lote”.

Partimos da compreensão de que muitas mulheres agregadas têm uma participação ativa na gestão do lote de seus pais, protagonistas quando se refere ao provimento econômico de seu lar e na organização de outras companheiras assentadas, recebem apoio em dinheiro ou “ajuda” de seus pais, mas que no momento de “herdar” o lote acabam em muitos casos à margem, dentre outros motivos, por estar (quando casada) residindo no lote dos pais do marido. Quando perguntamos para Isadora (camponesa agregada no assentamento Nova Conquista, 2017) sobre os irmãos que resolveram sair do lote de seus pais, ela relata que: “eu saí e voltei aí tem a minha irmã, né...ela saiu porque casou, mas mora no lote do marido”.

A exclusão das agregadas da condição de herdeiras do lote começa desde a infância, tomando contornos significativos na juventude. As reflexões que propiciam a juventude rural no âmbito da reprodução socioterritorial trazem para esta temática a compreensão do ficar e do sair, por mais complexo que isso possa ser, não é possível pensar na continuidade do território e da família

sem buscar entender como os jovens estão inseridos no assentamento e como a juventude se dá, assim como a dimensão de gênero, que fornecem pistas sobre o futuro do sítio.

Iniciaremos refletindo sobre a socialização do camponês que deve ser discutida dentro deste tópico por se tratar da diferente inserção de crianças e jovens no mundo rural. Sobre a socialização do camponês, de acordo com Tavares dos Santos (1984, p.45), temos que as crianças desde pequenas exercem atividades dentro da unidade camponesa, de início com pequenas enxadas, seguem sem a obrigação de trabalhar como os adultos, porém começa o processo de apreender a trabalhar através da observação e do manuseio de ferramentas em miniaturas, quando a criança cresce ela já começa a trabalhar com os instrumentos adentrando na divisão social do trabalho dentro da propriedade.

Na visão dos pais (nos casos evidenciados no trabalho de campo para agregados que possuem filhos) o processo de inserir as crianças no modo de vida do assentamento (realizando pequenos trabalhos, como, por exemplo cuidar de galinhas e porcos) é fundamental para que estas não tenham o tempo ocioso que muitas crianças do espaço urbano possuem e que por isso têm contato com “amizades erradas”. Ter o tempo ocupado com “coisa que presta” para que não tenham tempo de aprender coisas ruins.

É importante tratar na questão da socialização do camponês, o fato de que muitas vezes a inserção dos meninos no trabalho do lote é diferente da inserção das meninas e que por isso algumas meninas (como as entrevistadas no Porto Maria) relatam querer deixar o lote para seu irmão e seguir seus estudos na cidade e por lá permanecer. Em alguns casos, menos explícitos do que o depoimento relatado abaixo, atua a regra do filho ou filha que mais investiu no lote, normalizando, muitas vezes, o homem continuar com o sítio, já que o trabalho fora do assentamento para agregadas ainda é restrito, pois se apresenta em geral no espaço urbano e pouco em usinas e propriedades próximas ao assentamento, como no caso dos agregados. Assim, verificamos no depoimento abaixo a situação da então titular do Porto Maria e ex-agregada na Gleba

XV de Novembro (assentamento vizinho do Porto Maria), sobre a situação dela no antigo lote dos pais:

Pesquisadora: Por que você não quis continuar no lote da sua mãe?

Valquiria: Ah porque a dificuldade de 7 alqueires e meu pai tinha falecido faleceu em 95 então ficava difícil e meu irmão que é mais novo do que eu falou que o lote quem mandava era ele e ele iria fazer o que queria então para mim ficou difícil ai eu resolvi juntar minhas economias e comprei meu sítio...ele era mais novo e já liderava no sitio então ficou sendo o dono do sitio e está lá até hoje, ele que administra... (Trabalho de campo 2018, entrevista cedida por camponesa do Porto Maria-SP).

Aqui se expressa não apenas a última genitura, mas também a questão de gênero e a necessidade da camponesa de comprar as benfeitorias de um lote para continuar no assentamento como uma das estratégias encontradas para enfrentar a exclusão. Também, na morte do pai, os filhos homens assumem as atividades dos lotes (na maioria dos casos) e tornam-se gestores das atividades sem grandes conflitos com sua mãe acabando por “herdar” o sítio. No relato acima, a agregada foi impossibilitada por seu irmão de assumir o lote.

Impossibilitadas de tornarem-se gestoras do lote de seus pais, por diferentes motivos, a continuação dos estudos através de cursos técnicos e de universidades na área urbana tornam-se uma atrativa para as meninas, que diferente de suas mães (que por muitas vezes não tiveram oportunidade de estudar e por isso trabalharam em todos os espaços do sítio) não tiveram contato com o trabalho na totalidade do lote, pois conciliaram com a escola as tarefas no espaço doméstico. O fato de os meninos conciliarem a escola com o trabalho no “espaço de produção” (lidando com os bovinos em lactação ou com os cultivos voltados para a produção) tornam estes mais seguros para desejar um futuro no lote, porque de acordo com alguns deles “já sabem como tocar o sítio”.

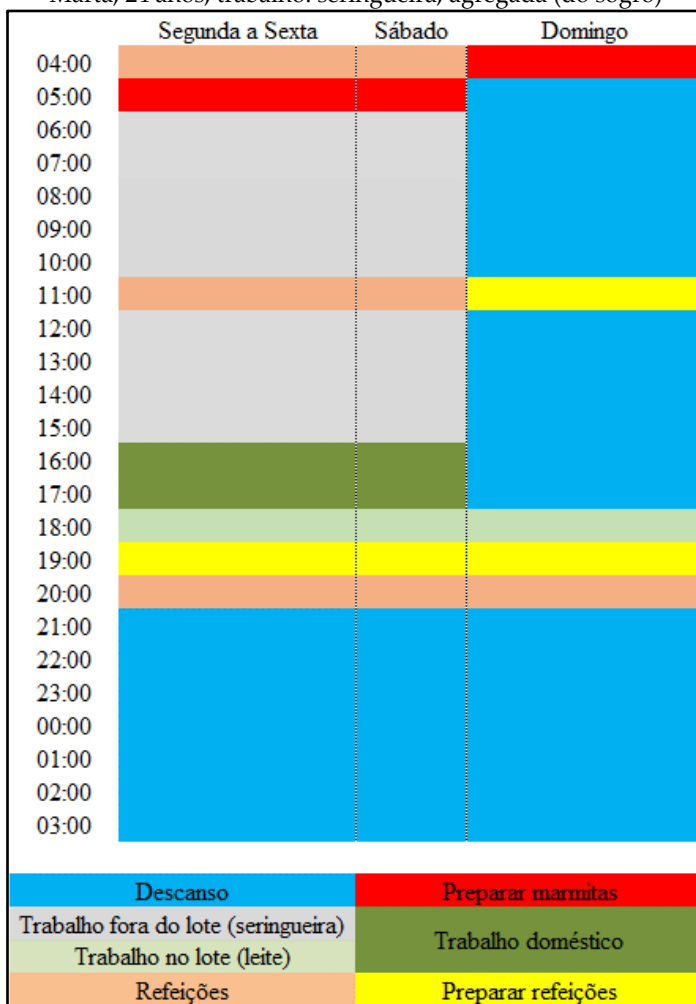
Não obstante as dificuldades enfrentadas pelas agregadas desde a tenra idade, perpassando a fase da adolescência, muitas mulheres devido a diversos fatores conseguem permanecer no

assentamento ou na área rural e quando adultas tornam-se gestoras de seus lotes, garantindo, ora através de atividades frequentemente desenvolvidas na região do Pontal do Paranapanema como a produção de leite (bovinos em lactação) ou através do cultivo de hortas, associações ou em outras atividades, a renda principal da família camponesa. Nesse sentido, não se pode ignorar a composição da família brasileira no geral, que tem como característica o aumento expressivo de lares chefiados por mulheres, 600 mil unidades familiares no campo são chefiadas por mulheres de acordo com o censo agropecuário de 2006.

Felizmente, uma nova geração camponesa está alterando aspectos dessa socialização das crianças no espaço do sítio. Evidenciamos no Nova Conquista o depoimento de uma agregada que direciona nossas atenções para a questão: muitas famílias mais jovens não têm grandes dificuldades para estimular que a menina participe das tarefas do lote. A agregada relata, que desde pequena, o pai não deixava que ela aprendesse a “tirar leite”, mas que ela aprendeu já adulta com o marido e ensinou sua filha de 12 anos a realizar as tarefas do curral, pois o casal tem duas meninas e as incentivam para que um dia “deem continuidade ao lote”.

Para além das questões que envolvem a “herança”, dentro do elemento “trabalho”, verificamos no que se refere às camponesas agregadas em condição de trabalho assalariado, uma rotina exaustiva de atividades, com pouquíssimo tempo de descanso, que se resume de 5 a 6 horas de sono, excluindo momentos de lazer e autocuidado.

Figura 2– Rotina da “camponesa agregada em condição de trabalho assalariado”
Marta, 24 anos, trabalho: seringueira, agregada (do sogro)



Fonte: TABUTI, A. L. T, 2019.

Org: FELICIANO, C. A, 2019

As mulheres que trabalham fora do assentamento dividem seu tempo entre trabalhar no lote (inclusive nas atividades econômicas como ordenhar os bovinos no curral), trabalhar nas atividades domésticas (acordam muito cedo para fazer a marmita dela e do marido) e trabalhar fora do assentamento (no caso do Nova

Conquista há um grupo pequeno de mulheres que trabalham na seringueira e as demais em outras atividades na cidade). O trabalho fora do assentamento é uma estratégia para permanecer nele, agregadas lutam todos os dias para melhorar a infraestrutura produtiva e a moradia dentro dos lotes dos titulares, sacrificando sua saúde física e mental, mas poucas “herdam” o lote da família. Assim, García (2004, p.35) nos traz a assertiva de que “o gênero condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados”.

Considerações finais

Os estudos corroboram com a visão dos teóricos Becher e Klanovicz (2016) de que as mulheres camponesas têm enfrentado uma cultura mais patriarcal do que no espaço urbano e podemos evidenciar tal afirmação em cada elemento da reprodução socioterritorial. Se o camponês agregado em condição de trabalho assalariado dispõe de diferentes estratégias para garantir essa reprodução (que ocorre de formas distintas nos assentamentos em estudo) para a mulher agregada o desafio é maior, pois ela enfrenta dificuldades dentro de sua própria família e na comunidade.

Podemos evidenciar, já na socialização do camponês, a maneira como mulheres e homens desde a infância são inseridos no trabalho do sítio de forma distinta, garantindo que homens tenham segurança no momento de “herdar” o lote no futuro.

A jornada de trabalho da agregada é extensa, pois compreende o espaço doméstico, contemplando o roçadinho (área dentro do lote doada pelos titulares para os agregados cultivarem produtos para subsistência ou comercialização) e ainda o trabalho fora do lote. As mulheres que são lideranças ainda acumulam a responsabilidade de cuidar dos assuntos da comunidade.

Feliciano (2018) afirma que o Estado dispõe de 96 mil hectares de terras devolutas na região do Pontal, que estão sob poder dos latifundiários grileiros, se ocorresse a retomada dessa área para

beneficiar famílias, 6.500 poderiam ser beneficiadas. Pois bem, se levarmos em consideração que o ITESP afirma no período de 2013-2014 que há no Estado cerca de 20.743 agregados dos quais 9.752 estão na região do Pontal do Paranapanema podemos verificar que há terras e há demanda. Gostaríamos de enfatizar que dentre os agregados existe uma demanda significativa de mulheres, que sonham em conquistar um lote e, se possível, permanecer no assentamento onde reside sua família.

Os estudos sobre as estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema apontaram, que para garantir o acesso das mulheres à terra, o poder público deve ir além de garantir a titularidade do lote para a mulher, deve-se fomentar práticas e políticas para garantir que suas filhas (agregadas) tenham condições de serem suas sucessoras. Para tanto, o caminho é árduo e além das políticas públicas, torna-se necessário o rompimento com uma maneira antiga de socialização da menina nos trabalhos do lote e desestruturar a cultura de que o homem é quem cuida da terra.

Referências

BATISTA, S. C. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação em geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BECHER, C; KLANOVICZ, J. Mulheres Camponesas e os Desafios do Acesso às Políticas Públicas para Igualdade de Gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**: Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 159 - 177, 2016.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**: Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

FARIAS, A. O; NORDER, L. A. C. A organização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo. **Retratos de Assentamentos**: Araraquara, n. 14, v.02, p.151-173, 2011.

FELICIANO, C. A. Violência, desmatamento e luta pela retomada das terras griladas no Pontal do Paranapanema: da destruição dos territórios indígenas à construção de uma região em disputas de classes. **Pegada**: Presidente Prudente, V.19, n 03, p.04-75, 2018.

GARCÍA. M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2004.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema – SP no contexto dos conflitos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.

MAFORT, K. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da Via Campesina**. 2013. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2013.

MAFORT, K. C. O; REIS, A. T. A lata d'água mais pesada: mulheres do campo e a luta contra o golpe. *In*: **Cadernos de análise de conjuntura**, n. 1, p.35-46, 2018.

MEDEIROS, L. S. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. *In*: LOPES, A.L; BUTTO, A. (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária – A experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1984.

**Mulheres “tejiendo” história:
relatos de luta desde o campo e a floresta no
Brasil e na Colômbia**

Marcia A. Pertuz
Maria del Socorro Pisso Mazabuel
Daniela Dias de Souza

Encontros

Dialogar entre nós, mulheres latino-americanas com nossas identidades particulares e diversas, a partir de este capítulo de livro, antes do que nada é um encontro. Um encontro ao qual estendemos nosso convite. Uma prática pouco comum na academia, mas que evoca o cuidado de compartilhar nossas preocupações, angústias e alegrias entre companheiras, irmãs e amigas. Este texto representa um espaço para conversar sobre as possibilidades de fazer pesquisa *com* e não *sobre*; um espaço para repensar os vínculos, afetos, conexões, que construímos umas com outras no nosso caminhar na militância, no trânsito “dentro e fora” dos espaços acadêmicos e no cotidiano. Uma provocação necessária para pensarmos em conjunto: como?, para que?, com quem?, quais são lugares desde o qual nos aventuramos na construção de saberes? Quais diálogos nos interessam e quais não? Como na nossa trajetória na partilha e trabalho com outras mulheres desde os lugares que ocupamos, aqueles que disputamos e os que decidimos que não nos cabe mais disputar, nos atravessa profundamente ao ponto de nos transformar, mudar rumos e ritmos?

Cada uma, desde o lugar no qual nos situamos, partimos ao encontro entre nossas experiências, nesta que frequentemente nomeamos como latino-americana – quiçá pelo disciplinamento-, mas que reivindicamos como *Abya Yala*. Escrevemos desde distintos *sures* como diríamos em espanhol, mas conectadas pelas

nossas trajetórias, que se entrecruzaram em algum momento nos últimos cinco anos, que encontram na sua historicidade e genealogia aspetos comuns à ampla, longa e contínua espoliação dos corpos-territórios exercida como mecanismo central do projeto colonialista-escravista-capitalista-patriarcal, que tem na sua expressão contemporânea múltiplas formas de se renovar (FEDERICI, 2017). Mas não são estes aspetos que ditam nosso vínculo e sim, nosso desejo profundo de *tejer* transformação, de construir práticas emancipatórias, que nos permitam romper com as violências à qual nossos corpos-territórios têm sido submetidos historicamente (CRUZ, 2016, 2020).

Escrevemos, motivadas pelas seguintes questões: qual é o lugar que ocupam (ocupamos) as mulheres nos estudos agrários? De que formas, as violências atingem particularmente as mulheres que vivem, existem e pensam com/nos territórios da *Abya Yala*, especificamente no Brasil e na Colômbia? É possível dar um giro radical que coloque no centro de nossas reflexões a vida e as responsáveis pela sua reprodução-manutenção, superando o discurso da violência como eixo articulador destas nossas reflexões? Quais práticas, estratégias, metodologias podemos construir, para a romper com a lógica androcêntrica e heteronormativa de herança colonial, para posicionar-nos também como parte de nossas pesquisas, distantes da mítica relação objeto-sujeito, de tal forma que este giro nos envolva ao ponto de dizer, somos-estamos pensando os territórios? Partimos destas perguntas para dialogar entre nós, e decidimos trazer como primeira parte destes *encuentros*, as experiências militantes na floresta do Acre no Brasil e das montanhas do Cauca Colombiano.

Durante a trajetória de trabalho militante e de pesquisa, temos identificado a necessidade de colocar no centro à vida e às principais responsáveis pela sua reprodução e produção, às mulheres (MIES, 2019; FEDERICI, 2010). Silenciadas e apagadas historicamente, mulheres amazônicas, camponesas, indígenas, pretas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, defensoras da vida, da terra, do território, das águas e das florestas, nos ensinam a

través de suas práticas emancipatórias que há um horizonte além da resistência à exploração violenta do capital em todas suas formas e escalas, que supera a ideia de existir para resistir. Nos territórios do Acre brasileiro e do Cauca colombiano, as mulheres constroem e tecem no dia a dia possibilidades de transformação e de construção de realidades opostas ao modelo da morte imposto pelo capitalismo sustentado no patriarcado e no racismo.

Este texto, está, não só dedicado ao trabalho “invisível” destas mulheres, neste nos propomos dialogar diretamente com elas. Mulheres com as quais temos aprendido a contestar, ressignificar e repensar uma ideia de pesquisa e trabalho militante que reproduz o androcentrismo, as hierarquias e a colonização do pensamento e dos saberes; a deixar que a pesquisa e o trabalho militante nos afete. O que buscamos é compartilhar algumas das experiências que se encontram em lutas comuns e que rompem com as lógicas androcêntricas da produção do conhecimento e suas ideologias baseadas na negação da relação íntima com quem somos e com quem compartilhamos, para tecer em conjunto entre todas nós, aqueles diálogos que nos contemplam, nos incomodam, nos agitam, nos preocupam e nos interessam.

Afirmando nosso compromisso e intencionalidade de ocupar cada vez mais os espaços das ciências sociais e da geografia em particular, com metodologias e narrativas outras, que criem e fortaleçam pontes entre sentir e pensar, entre pensamento, intuição e ação, para a construção de saberes por, desde e para a emancipação das mulheres e de todos os corpos que encarnam os processos de racialização e as imposições de gênero, decidimos trabalhar com duas pedagogias de escrita, ambas com a pretensão de recuperar a memória viva e latente dos processos de luta de mulheres no Brasil e na Colômbia. A primeira se baseia na ideia de um *autorrelato* sobre experiências de luta e organização camponesa no Cauca Colombiano, que se materializa com participação direta de Socorro Pisso, militante camponesa e *fensuagrista*, no processo de construção deste texto. A segunda traz os diálogos e relatos como alternativa à proposta de entrevista, realizados entre algumas

das mulheres da Reserva Extrativista Chico Mendes do Acre e Daniela Dias, quem tem construído seu ativismo e militância em defesa da Amazônia e a floresta em pé. Nesta perspectiva, se entrecruzam a experiência de vida com o trabalho militante.

Relatos de luta desde a floresta no Brasil

O reconhecimento feminino na consolidação da Reserva Chico Mendes enquanto território de proteção e resistência seringueira

Por volta dos meus 6 anos, meu pai, genial como sempre foi, ganhou uma bolsa de estudos para o Japão. É claro que, minha mãe, maior apoiadora de meu pai, disse que ele deveria ir e que ela cuidaria de mim. Meses após seu retorno, ele foi convidado a retornar para mais uma temporada de estudos no Japão. Mais uma vez, sua maior apoiadora, minha mãe, ficaria comigo sem grandes questionamentos. Afinal, qual problema poderia haver? Enquanto mulher, ela não estava fazendo nada mais do que sua obrigação. Ao ampliar meu ser enquanto feminista, refleti sobre o que isso custou muito a minha mãe, como a limitação de conseguir seguir e se dedicar aos estudos, a uma profissão, a um passatempo, qualquer coisa que não a limitasse somente ao papel de mãe e esposa.

Quando meu pai saiu de casa e se casou novamente, ele continuou presente e “ajudando” nas despesas de casa. Minha mãe teve que aprender alguma atividade que não a tornasse tão dependente do meu pai. A estrutura patriarcal e sua maneira sutil de se consolidar em comportamentos e estruturas sociais retirou da minha mãe um poder de escolha. De escolher se de fato concordava em ficar sozinha por meses cuidando da filha enquanto o parceiro ascendia na carreira profissional. Hoje, aos quase 30 anos, imersa na militância socioambiental enquanto mulher amazônica, percebo a necessidade de fortalecer espaços de produção acadêmica e militante que criem diálogos com os quais mulheres da Amazônia se reconheçam como parte estruturante da história, especialmente,

estas que em toda luta na resistência territorial tiveram sua trajetória silenciada.

Minha mãe, de origem seringueira, sempre contou histórias sobre como foi a infância e o início da adolescência naquele território que para mim era apenas mais uma zona rural. Ao iniciar minha jornada no movimento social e, posteriormente, no meio socioambiental passei a compreender de uma maneira muito menos superficial e humana a saudade da vida no seringal que minha mãe sempre falava e ainda fala.

Construí depois, por mim mesma, uma compreensão sobre o conhecimento profundo que baseia a dependência extrema das potencialidades da floresta (WOLFF, 1998) para reprodução humana e do território, consolidada pela criação das Reservas Extrativistas (Resex), o que o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves chamou de ‘territorialidade seringueira’. Diante da crise climática e a necessidade de pensar um modelo de adaptação e mitigação precisa, só poderá se tornar real a partir da construção de um *Buen Vivir* (bem viver) tendo como base fundamental o fim da desigualdade de gênero, partindo de conceituações, espaços políticos construídos a partir do realce de um feminismo decolonial e amazônico, como afirma Zaragocin (2017). Assim, acredito que a parceria que o leitor encontrará neste texto, feito por mulheres latinas, amazônidas, militantes e feministas, é um exemplo prático do esforço de construir um espaço comum de diálogos que apresentem novas metodologias e perspectivas a partir da realidade territorial ao qual cada uma está inserida.

No meu contexto particular, no Brasil, a necessidade de manutenção do meio de acumulação e expansão do modelo capitalista, colocou a Amazônia enquanto economicamente útil a partir da exploração de matéria-prima, dentre elas o látex, conhecido ao fim dos anos 1880 como “ouro branco”. Sucessivamente, as duas crises da borracha impuseram uma série de transformações para a região que “firmaram práticas de sobrevivência e convivência que se encontram ainda hoje nos seringais” (WOLFF, 1998, p. 29).

Com a crise da borracha, a agricultura familiar, baseada na participação do núcleo familiar e na diversificação da produção para existência no território, tornou-se a principal atividade econômica, concomitante com a manutenção da atividade extrativista para subsistência. Posteriormente, o conjunto de atividade consolidou o modo de vida extrativista e subsidiou a construção das Reservas Extrativistas enquanto instrumento de garantir o meio de vida das comunidades extrativistas enquanto protetores da floresta em pé e desta cultura¹.

Na nova configuração territorial, mulheres ganham destaque, não somente pela sua atuação na manutenção da atividade econômica, mas também pelo seu papel nas organizações comunitárias de base e sindicatos, visando consolidar as Resex enquanto símbolo de resistência do legado extrativista.

Neste contexto, uma série de estudos acabaram surgindo nos últimos anos referentes ao papel da mulher na construção do território, mas pouco se questionou de maneira estrutural, sustentando a desigualdade de gênero e a perpetuação da violência e invisibilidade na história dos povos da floresta. No Acre, o histórico de resistência e luta das comunidades extrativistas seringueiras para enfrentar modelo destrutivo dos fazendeiros sulistas, marca um legado do estado na consolidação da organização política comunitária e popular enquanto instrumento de transformação social e enfrentamento às pressões territoriais. Apesar de seu legado, a história dos povos da floresta no Acre, não tão somente, mas em toda Amazônia, segue uma estrutura patriarcal e racista, que considera somente homens como grandes heróis históricos a serem lembrados e considerados na conjuntura de construção da luta social.

¹ Na Amazônia, a manutenção do modo de vida de comunidades que viviam e vivem em territórios seringueiros e que vivem da atividade de extração de produtos da sociobiodiversidade e consolidação das cadeias produtivas enquanto meio manutenção da existência e subsistência de comunidades é chamado cultura extrativista enquanto além do aspecto econômico é também a consolidação de uma identidade.

Wolff (1998) demonstra o papel fundamental que as mulheres tiveram durante o período de necessidade de diversificação da produção extrativista no contexto da crise da borracha.

[...] mostrando como se construiu um modo de vida que permitiu a pessoas que eram, a princípio, produtores de borracha, viver em meio à crise do mercado deste produto. Um modo de vida diferente do anterior à exploração da borracha (...) Na nova configuração social da região, as mulheres e crianças passaram a ter importância destacada, pois a diversificação das atividades necessárias à sobrevivência na floresta demandava o esforço de todos (WOLFF, 1998, p. 99).

Apesar das mudanças nas relações de gênero e papel da mulher na manutenção da sobrevivência da família enquanto também provedora, no escopo da estrutura patriarcal, desconsidera-se as lutas “invisíveis” ao qual mulheres seringueiras foram submetidas a enfrentar, como a violência não apenas de seus territórios, mas de seus corpos enquanto instrumento de negociação, como moeda de troca para cumprimento da naturalização da condição feminina universal.

É fundamental resgatar o processo de resistência das “mulheres da floresta” com seus variados matizes: a fuga das indígenas, as estratégias das mulheres que vinham de Manaus como mercadoria que escapavam de seus “donos”, as formas de escolher seus amores ou rejeitar seus pretensos donos, as maneiras de reagir à violência física, enfim, as mais variadas formas de resistência que vão se forjando na luta cotidiana. Esta resistência das mulheres no dia a dia da vida nas suas mais variadas relações e momentos históricos foi preparando-as para atuar de forma significativa nos movimentos sociais, embora na maioria das vezes, caem na invisibilidade (CRUZ, 2012, p. 1).

Portanto, se falamos da resistência e construção da luta para manutenção do bem viver e dos territórios, falamos também de mulheres que destroem barreiras do patriarcado que perpassa, às vezes de maneira sutil ou não, os próprios movimentos de luta organizados. Falar das mulheres que se tornaram protagonistas da luta pela consolidação do meio de vida extrativista, é intrínseco a

falar de uma luta para além somente do escopo territorial objetivo, mas também de uma luta subjetiva contra o preconceito e as invisibilidades ao qual estão constantemente submetidas. É também um processo de descoberta de mulheres enquanto sujeitas políticas, protagonistas dos espaços de construção política e de quebrar paradigmas de mulher para mulher.

Ocupar esses espaços é muito desafiador e principalmente quando se vem lá da base e que temos também os nossos filhos para cuidar. Mas a minha luta começou na minha associação comunitária onde nada acontecia para melhorar a comunidade e eu insatisfeita com a situação coloquei meu nome a disposição para ser presidente da associação onde nem eu mesma acreditasse ser capaz de fazer algo diferente, mas a necessidade que mim move é conseguir dar visibilidade para a minha comunidade onde outros movimentos passaram a reconhecer o trabalho diferenciado que tinha feito na associação comunitária e abrir um leque de oportunidades onde pude fazer parte de outros movimentos sociais e buscar a cada dia conhecimentos para buscar políticas públicas para quem está lá na ponta. Mas não foi e não é fácil, às vezes ainda me deparo com a interrogação, será que não seria melhor um homem a frente porque ele tem mais facilidade?. **Às vezes na própria comunidade que conseguir fazer um excelente trabalho, os homens que são reconhecidos** e quando vem a vontade de desistir lembro do lema que levo pra vida “lugar de mulher e onde ela quiser!”. **Tenho a perspectiva que ainda está muito longe de conquistar os espaços que deveríamos, mas já conquistamos muito também.** E temos algumas políticas que estão dando visibilidade para mulheres. **Resistir para existir** (Catarina, moradora da reserva Chico Mendes, via *WhatsApp*, setembro de 2023, **destaque nosso**).

É fundamental que apesar dos avanços significativos, deixar claro que o cenário vivido nas Reservas Extrativistas ainda mantém estruturas machistas que diminuem e inviabilizam as mulheres da floresta. O mesmo acontece também com a participação feminina em cooperativas locais, por exemplo, em que grande parte da diretoria é composta por homens e muitas mulheres estão limitadas às atividades de secretaria, mas poucos espaços de tomada de decisão são ocupados por mulheres.

Ainda assim, é claro a evolução da capacidade feminina nas Resex de auto-organização e reconhecimento das mesmas sobre o

papel que possuem na história e na manutenção do modo de vida que resiste até hoje, mesmo diante da pressão do desmatamento na região.

Pessoalmente, como mulher, geógrafa e militante socioambiental faço uma avaliação de meus meros pouco mais de 10 anos atuante na causa e acompanhando a evolução e agenda de mulheres que vivenciam o estado do Acre. A partir da realidade dos que vivem e dependem da floresta, especialmente diante da emergência climática, as mulheres mais do que nunca compõem um elemento fundamental para manutenção da sobrevivência de nosso ecossistema. Diante da necessidade, é fundamental pensar um modelo de mitigação e adaptação climática que também se desprenda de princípios colonizadores e patriarcais para uma valorização da agenda feminina, antirracista e descentralizada de territórios imperialistas na pauta climática.

Finalizo com a certeza de que a luta pela preservação da floresta e do bem viver é longa, cansativa, que demanda uma constante atividade de autocrítica sobre o meio de viver e perceber o mundo. Digo isso com a certeza de que a percepção da mulher enquanto protagonista dos processos e da construção política tende a ser uma das maiores chances que temos de sobrevivência e resistência.

Relatos de luta desde o campo na Colômbia

Tejer en Colectivo, entre montañas y parcelas del Cauca (Socorro Pisso)

¿Quién era yo antes de encontrarme con el proceso organizativo?, me atravesaba la partida de mi madre, el asumir su muerte como necesaria para que el dolor encarnizado en su cuerpo menguara, ya hacía tres años de ello, y estaba culminando estudios tecnológicos especializados. Siguiendo el reiterado consejo de estudiar, tener una profesión y ser independientes, en procura de seguir el sueño de aquella mujer que quería mucho en un tiempo

que los privilegios como el estudio era solo para los hombres y más en el campo. Mi vida se va haciendo entre vivir en la ciudad, en donde estudiaba y para solventar los costos del estudio y de la casa, dependía de lo que hiciéramos en el pueblito los fines de semana y vacaciones para ayudar con las múltiples labores (hacer pan – atender la tienda – y vender comida – hacer dulce los fines de año, las manualidades como el bordado, lo único que no se dedicó a enseñarnos fue la costura). La vida de mi madre no fue fácil, pero quería que la nuestra fuera mejor.

Cuando y donde me integro al proceso organizativo

Hace ya unos 20 años que me integre al proceso organizativo agrario campesino, sucede en el corregimiento de Gabriel López, iba y venía entre el pueblito y Popayán. En ocasiones integrantes de la asociación pedían permiso a mi papá para realizar las reuniones en la casa, y me gustaba escuchar los debates que se presentaban. Mi papá ya estaba afiliado, yo no recuerdo en qué momento lo hice, pero en alguna elección de la junta directiva y los comités de trabajo, asumí el del comité de medio ambiente, lo recuerdo porque quede con la tarea de redactar una carta a la CRC (Corporación regional ambiental), en tono de denuncia. Es en dicho espacio que conozco a Milena y a María Clelia con quienes comenzamos a trabajar en la formulación de un proyecto de fortalecimiento de derivados lácteos, ellas venían realizando una formación con el Sena en la elaboración de productos lácteos como el yogurth, aflanados, panelitas, dulce o manjar blanco.

Este encuentro nos permite compartir el saber y las recetas, las técnicas de manipulación aportadas por la institucionalidad; nosotras decidimos mantener procesos más artesanales, que no involucrasen derivados o insumos industriales, así también de las conversas, resultan reflexiones en torno a lo que las abuelas solían hacer con sus saberes, que eran guardados con un recelo, que finalmente mucha de esa sabiduría terminaba perdida, en este sentido me dio tranquilidad el hacer colectiva la receta de dulce que mi madre me enseñó.

En este hacer y aprender compartiendo lo que sabíamos, nos fuimos organizando, dando forma al procesamiento de los lácteos, generando una economía. Ahora que hago presente ese momento, me hace decir que finalmente no culminamos la formulación del proyecto, y que el aprendizaje en este ahora, es la potencia del hacer colectivo femenino, ya que lo narrado hasta aquí da cuenta que fuimos desarrollando la propuesta, gestionando nuestros tiempos, comprometiéndonos, dando cuenta de cómo los sueños se encuentran, caminan y se expanden, pese a que nuestras vidas tomaron rumbos separados, lo que aprendimos juntas, nos sostiene.

Como organización fuimos invitadas a un foro en el municipio de Inzá, cuya temática se desarrollaba en torno a la problemática del medio ambiente y la oferta de los recursos naturales en donde también la organización campesina venía siendo un referente. Nos preparamos para asistir llevando una muestra de los productos lácteos, y aunque ya en el encuentro, se vendió poquito, la ganancia estuvo en lo que aprendimos, ampliando la perspectiva, en cuanto al funcionamiento de la economía, el modelo productivo, la geopolítica y la ubicación geoestratégica de Colombia, los páramos, el agua, la biodiversidad, y el grado de organización que encaminara las demandas campesinas...Salí muy animada a fortalecer la organización campesina, en el pueblito, que es buen ejemplo de un modelo de producción basado en la concentración de la tierra, el uso excesivo de los agrotóxicos, a donde llegaban los señores de la tierra, y representantes de la oligarquía caucana.

En este narrar mi experiencia, reconozco en aquellas otras su aporte en forjar la que voy siendo. Es en el marco del evento en Inzá, que conozco a Claudia quien era integrante del equipo de trabajo de la Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria - Fensuagro en el Cauca, una valluna que se radica en el departamento con el propósito de aportar al crecimiento y fortalecimiento organizativo del campesinado. En el intercambio con ella, se nos hace partícipes de otros escenarios de formación y de intercambio, ahí resuena fuerte la soberanía alimentaria, la conservación y rescate de semillas nativas. Será a través de Claudia

que me vinculó como secretaria de la coordinación de organizaciones campesinas de Fensuagro. Dicho escenario había definido la consecución de una casa, que posibilita las reuniones, además un lugar a donde llegar cuando se tuvieran que realizar trámites institucionales, situaciones de salud o de educación. He de manifestar que no era de mi agrado ese cargo de secretaria, pero mi situación económica, y más que ello la exigibilidad de una familia, que sentía que no estaba haciendo mucho con mi vida allá en el pueblo, me llevaron a asumir esta tarea.

Al llegar a la coordinación campesina, los compañeros y compañeras me hicieron sentir que, hacía parte de un equipo de trabajo, llegaba con muchos miedos e inseguridades, el miedo a hablar en público, de no valorar y reconocer mis potencialidades. No he sabido otra forma de vincularme, sino es desde el hacer... La compañera Claudia contribuyó a cultivar la confianza en mi saber hacer y aportar desde ahí, por ejemplo, en la realización de afiches de eventos departamentales o regionales convocados, la creación de logos de algunas de las organizaciones municipales, e incluso de otros departamentos.

Los comités de mujer campesina y familia, las compañeras del comité de Miranda

El fortalecimiento organizativo comprende la integración activa de las mujeres. Es por eso que las organizaciones en su estructura organizativa, esta integración se hace desde los comités de mujer campesina y familia. La coordinación campesina con el ánimo de dinamizar un plan de trabajo departamental encaminado a posicionar y visibilizar el campesinado caucano, además de bajar la orientación política de Fensuagro a los departamentos, destaca a compañeras y compañeros a conformar un equipo de trabajo departamental. Y es alrededor del 2008 que me delegan la tarea de coordinar el impulso y fortalecimiento de los comités de mujer campesina y familia. Es por este año que desde lo nacional se convoca a la Escuela Nacional de Mujeres Fensuagristas, y

posterior a su realización, asumo la tarea de coordinar a nivel departamental, impulsar, fortalecer y articular los comités de mujer campesina y familia. Para entonces, ya se cuenta con un plan de trabajo, que se prioriza dinamizar en el norte del Cauca, los municipios de Caloto, Corinto y Miranda.

Para este tiempo a nivel municipal se han creado las organizaciones municipales Pro- constitución de Zonas de Reserva Campesina, como una forma de avanzar en el posicionamiento de la territorialidad campesina. En comparación a la región del oriente Caucaño de la que provengo, la zona norte tiene presencia de los cultivos de coca y marihuana, cultivos denominados por el gobierno colombiano como “ilícitos”, lo que lleva a justificar la alta militarización del estado, no así de inversión social.

Hacíamos los recorridos por las veredas con las compañeras del comité a nivel municipal, al tiempo que buscábamos articular con las responsables a nivel veredal, en el caminar la cordillera central que les atraviesa, en los altos, las lomas, las familias contaban con una mayor diversidad de cultivos de pancoger (plátano, yuca, frutales) acompañados de cultivos comerciales como el café, uso limitado de agrotóxicos. Es importante resaltar que en buena medida las responsables de mantener esa diversidad de cultivos eran las mujeres en razón a ser las responsables históricas del cuidado de la familia, finalmente son las que tienen que resolver en el día a día la alimentación del conjunto de la familia. Así que unas de las reflexiones en este caminar se da en torno a replantearme un discurso aprendido acerca de la soberanía alimentaria, que siempre tendía a referir la “pérdida” de esta soberanía como una responsabilidad del campesinado. Teniendo en cuenta el panorama de conflicto, la ausencia continuada de una política agraria en interlocución con el campesinado, es preciso reconocer la resistencia desde el cultivar la tierra de manera diversa, y más aún elevar el reconocimiento a las mujeres campesinas en esa constante lucha y resistencia que hacen desde la conservación de las semillas, y con ello de las dietas alimenticias que aportan a la nutrición de la infancia, así como la enorme

sabiduría en el manejo de las plantas medicinales, los saberes de partería que muy bien aportan a prevenir e incluso resolver situaciones de salud en la comunidad.

De todo el proceso de acompañar el hacer de los comités de mujer campesina y familia en el norte del Cauca, el proceso campesino de Miranda de 'ASPROZONAC', de quienes aprendí, la persistencia, el compromiso y responsabilidad en sacar adelante una tarea, encaminamos de acuerdo a lo que como plan se proyectó. Caminar con María Lilia, luego entraría Nadia Nilsa a asumir la responsabilidad del comité de mujer a nivel municipal, siempre permanente doña Elenita, Elenita la hija, la compañera Lola, Herlinda, doña Cleo, Sandra Selmi, me lleva a reiterar su papel como mujeres campesinas en el rescate y fortalecimiento de la soberanía alimentaria. Ha sido tan importante el hacer del comité que en las asambleas de la organización, se resaltaba su labor organizativa. A hoy cuando la organización y el ejercicio de la movilización, lucha por la tierra y demás derechos, el comité cuenta con una parcela en la que continúan cultivando de manera colectiva.

En este hacer, se transforma la perspectiva de la conformación del comité de mujer campesina y familia, que está más allá de ser un grupo de mujeres que se reúnen para cultivar de manera colectiva una parcela, mantiene la siembra colectiva. El comité se convierte en el medio por el cual se llega a las mujeres, a sus familias, a la comunidad, haciendo crecer la organización, incidiendo desde la práctica del saber, re-existiendo, expandiendo el sueño de un mejor estar, reconociendo sus luchas, forjan el mejor cuidado de la vida.

Aunque los siguientes tiempos, que dicen de la continuación del proceso de articulación, trascendiendo de lo departamental a lo regional - nacional, me quiero quedar con aquello que se manifiesta como huella, evidencia de lo que es posible hacer para transformar las realidades que nos atañe como mujeres, en nuestra condición de campesinas, indígenas, negras, obreras del campo y la ciudad, sostenidas pese a los contextos que nos han atravesado del conflicto político, económico, social y armado, en cuyo seno han emergido

las apuestas de cambio, de paz con justicia social, interlocutoras a fuerza de la movilización social, que hace oposición a la guerra que se encarniza en los territorios, militariza la vida con las hijas e hijos del pueblo.

Finalmente, con la experiencia de lo posible, aun en contextos caóticos para la vida, cuanto resulta por transformar al interior de la organización y de sus estructuras de dirección, que proyectándose jerárquicas, despliegan la violencia que la contiene, pasando desapercibida, dado que es mejor estar mirando afuera el caos que nos obnubila, que miran hacia dentro y transformar.

Reflexões finais

O construir e pensar coletivo se apresenta dentre todas as reflexões enquanto um princípio de transformação social tendo enquanto sujeitas centrais da luta, a nós mulheres, nos construindo e reconstruindo a cada novo passo da história e a cada nova dificuldade no ser e se reconhecer mulher, frente a todas as limitações que nos são intrinsecamente impostas pela estrutura patriarcal. Muito mais do que relatos, esse texto também é sobre persistência e da potência de abraçarmos com a alma a resistência e a construção coletiva de comunidade, do bem viver, de modelos outros opostos ao agro-extractivismo, de questionar os padrões normativos que nos violentam todos os dias enquanto corpos-territórios, mas que estão em luta constante pela redefinição crítica feminista da sociedade.

Nosso diálogo traz distintas perspectivas e possibilidades metodológicas para a transformação dos modelos que nos são impostos, velados de uma perspectiva crítica, que desconhece as afetações, vínculos e relações que também fazem parte e ocupam um lugar muito importante nas pesquisas, na produção e reconhecimento dos saberes. Entre esses vínculos, a amizade configura a potência dos cuidados para construir relações outras, não hierárquicas. Os relatos aqui contados, são o resultado dos vínculos de confiança *tejidos* entre nós, ecoando a esperança de que

outras formas sentir-pensar são possíveis, desde os distintos significados do feminino e dos feminismos que emergem nos *sures* com cada uma das particularidades que lhes caracterizam, e que se correspondem com a realidade na qual são semeados pelas mulheres e sujeitos com corpos e identidades que contestam as imposições, opressões e o disciplinamento, seja na manutenção da floresta em pé o na luta pela terra e a soberania alimentaria.

Seguimos nos perguntando quais as possibilidades de continuar colocando a vida no centro, e esperamos que também lhes agite, questione, incomode e movimente, para avançar na prática emancipatória de construir respostas em coletivo e em clave feminina/feminista, para que a história passada e presente das mulheres que lutam e defendem a vida e os territórios, não continue sendo apagada.

Referências

CATARINA. **Depoimento Oral sobre sua militância na Reserva Chico Mendes.** Via *whatsapp* em conversa com Daniela Dias, setembro de 2023.

CRUZ, D. T. **Nosotras como mujeres que somos: entre la desposesión, la insubordinación y la defensa de los cuerpos-territorios.** Tesis [para optar al grado de doctora en antropología social]. Centro de Investigaciones y estudios superiores en antropología social- CIESAS. Doctorado en Antropología Social Sureste. 2020.

CRUZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **SOLAR Revista de filosofía Iberoamericana.** Año 12, v. 12-1.

CRUZ, T. A. **Movimento de Mulheres Camponeses do Acre: 25 anos de organizações e lutas.** 2012.

FEDERICI, S. La acumulación de trabajo y la degradación de las mujeres. La construcción de la «diferencia» en la «transición al capitalismo». *Em*: FEDERICI, S. El **Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010, pp. 85 - 176.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

MIES, M. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. Madrid: Traficantes de sueños mapas, 2018.

WOLFF, C. S. M. **Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá/Acre 1870 - 1945**. Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Doutorado em História. 1998.

ZARAGOCIN, S.; SOLEDAD, V. **Feminismo y Buen Vivir: Útopías decoloniales**, 2017.

Posfácio

*Certas palavras não podem ser ditas em qualquer lugar e hora
qualquer.
Estritamente reservadas para companheiros de confiança, devem ser
sacralmente pronunciadas em tom muito especial lá onde a polícia
dos adultos não adivinha nem alcança.
Entretanto são palavras simples: definem partes do corpo,
movimentos, atos do viver que só os grandes se permitem e a nós é
defendido por sentença dos séculos.
E tudo é proibido. Então, falamos.
(Carlos Drummond de Andrade)*

Mesmo na Universidade Pública e já na metade da segunda década do Século XXI, falar de questões relativas a gênero e sexualidade – temas desta coletânea – não deixa de ser desafiador e transgressor. Estamos vivenciando nesse período, como sociedade, uma conjuntura política que é fortemente inclinada para o conservadorismo moralista, reconhecidamente resistente a pautas progressistas – ainda mais no contexto do grande oeste paulista, região na qual desponta a cidade de Presidente Prudente. Daí a epígrafe “Certas Palavras”, de Drummond – não por acaso, um poema que tem a sexualidade como um dos motivadores. No entanto, alertamos: longe de lançar maus agouros, essa é uma constatação realista e necessária nos nossos tempos. Mas, como no poema, a negação da censura deve ser paradoxalmente assumida: “tudo é proibido. Então, falamos”. Assim deve ser nossa postura como intelectuais – postura que é, com este livro, reiterada por esse grupo de jovens autores.

A busca por refletir sobre a temática de gênero e sexualidade, a partir da produção reunida pelos organizadores, portanto, é extremamente benfazeja, arejando e enriquecendo a perspectiva geográfica desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp. Se, conforme citado na apresentação, a

introdução da perspectiva de gênero não é nova na Geografia – e mesmo no supracitado Programa, trabalhos assim têm sido apresentados desde os anos 1990 – o momento desta publicação evidencia a pluralidade e as diversas nuances de uma Geografia de Gênero (ou de diversas geografias da sexualidade e de gênero). E pode significar, certamente, a consolidação dessa preocupação no âmbito efeceteano, com grande potencial de incidência no campo do pensamento geográfico brasileiro.

A esta altura, também, é preciso reconhecer o mérito desse grupo de pós-graduandos (e/ou recém-doutores), que exibem grande iniciativa e maturidade acadêmica, sobre as quais este livro é eloquente testemunho. Nas pessoas dos organizadores, congratulamo-nos com todos os autores aqui reunidos, alguns dos quais queridos (ex)alunos.

Voltando-nos para o conteúdo desta obra, a dimensão das contribuições dos 17 capítulos torna quase inexequível uma reflexão de síntese – geralmente o objetivo de um posfácio. Se tal não é de todo impossível, o propósito aqui é seguramente mais modesto. Trata-se de um diminuto pensar - apenas o primeiro e “à queima roupa” - sobre o conjunto de estudos aqui reunidos, buscando elucidar algumas grandes linhas de direcionamento teórico-metodológico.

Numa primeira aproximação, temos que a maioria dos trabalhos é de caráter qualitativo ou quanti-qualitativo, sendo alguns especialmente destacados por sua qualidade cartográfica (algo mencionado desde o prefácio deste livro). Há estudos bibliográficos e relatos de experiências – nacionais e internacionais – completando um mosaico metodológico amplo, que reflete os repertórios de investigação experimentados no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp.

Enquanto abordagens mais conceituais – as principais clivagens da realidade – destacam-se o estudo do cotidiano, as resistências e (re)existências; a análise dos trajetos (deslocamentos no espaço físico) e trajetórias (deslocamentos no espaço social). Também se investe na dialética Modernidade/Colonialidade

(originada em Aníbal Quijano e com longo desenvolvimento nos estudos do CLACSO), no debate interseccional, na dimensão das vivências, dos afetos e das potências/potencialidades, assim como nas perspectivas de empoderamento e emancipação.

A violência torna-se uma preocupação bastante pronunciada nos estudos de gênero desta coletânea. Violência física (feminicídio e crimes contra identidades LGBTQIA+) e psíquica (como o bullying). Além de, por fim, investir-se no estudo de grupos específicos – agricultores familiares, comunidade escolar, população carcerária e camponeses/as) – e em abordagens ligadas à saúde (HIV-AIDS e Covid-19). Enfim, uma pluralidade não só de posturas metodológicas, como também de segmentos sociais estudados.

Há uma unidade de conjunto teórica nessa miscelânea de estudos? Além do óbvio foco na temática de gênero e sexualidade, de maneira menos formal, é quase como buscar responder a perguntas do tipo “o que estão lendo os geógrafos da FCT nessa área?”, ou – por outra – “quais suas principais referências?”. Nosso objetivo, pode-se dizer, passa a ser realizar uma pequena reflexão sobre esse ambiente conceitual, mais pela identificação de autores do que uma discussão profunda, “por dentro” de suas elaborações (algo que este redator não se julga competente o suficiente para realizar).

Neste sentido, temos que uma típica intelectual pioneira, como Simone de Beauvoir, é citada apenas uma vez – e, claro, dentro de uma revisão histórica do pensamento feminista. Por outro lado, uma das pioneiras do pensamento feminista brasileiro, Heleieth Saffioti (nossa saudosa mestra) tem mais citações e em mais capítulos. Ainda nesse levantamento, a autora internacional mais lida (e citada) é Judith Butler, com várias obras suas discutidas – muito além do livro traduzido para o português “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003).

Neste ponto, como uma pequena contribuição possível, trazemos outro autor bastante citado – Michael Foucault, principalmente sua obra História da Sexualidade. Nela, a discussão seminal sobre o “dispositivo da sexualidade” tem sido, ainda, um referencial fundamental, mesmo que gerando posicionamentos

críticos – exatamente como o faz Judith Butler em vários de seus trabalhos. Inicia-se com Foucault a compreensão da sexualidade de forma mais ampla - não apenas referida a uma parte da sociedade (as mulheres, por exemplo), nem tão somente do ponto de vista psicológico – mas como algo fundamental à Modernidade (com uma ressalva à crítica decolonial da modernidade, exposta em diferentes partes deste livro) e que atravessa todo o corpo social. Acima de tudo, na formulação mais acabada - por isso, inescapável - da sexualidade como vetor de poder(es). É inspirador, para todos que se debruçam sobre o tema, considerarmos, como Foucault, que

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população (FOUCAULT, 1997, p. 278).

Outras autoras importantes dentro dessa temática, como Donna Haraway e Kimberlé Crenshaw (discutindo feminismo e interseccionalidade) também têm espaço nas estantes dos autores desta coletânea. No entanto, ainda percorrendo esse approach - e chegando ao que é mais importante nas leituras dos autores deste livro – temos aqueles pensadores que discutiram essas questões especificamente a partir da ciência geográfica. Neste momento, a estudiosa britânica Doreen Massey se projeta como fundamental nas referências. Ela foi, sem dúvida, uma intelectual marxista de proa a produzir reflexões sobre diferentes categorias espaciais a partir do feminismo e das questões de gênero. Como geógrafa (em que pese uma formação mais interdisciplinar da autora), é a estrangeira mais citada nesta obra.

Por fim – mas não menos importantes – temos autoras latino-americanas (e brasileiras) que refletem sobre essas questões. Pensadoras como a equatoriana Delany Cruz e a argentina Rita Segato, leituras orientadoras de discussões no âmbito da temática

– inclusive na Geografia. Em termos de autores(as) nacionais, o destaque maior fica com Joseli Maria da Silva, geógrafa paranaense (com estágio pós-doutoral realizado, dentre outros locais, na própria FCT/Unesp) – uma referência obrigatória em termos de geografias feministas e sexualidade, sobretudo por seu recente projeto “Observatório Ibero-latinoamericano de análise da produção do conhecimento geográfico e gênero”. São muitas, da parte de todos esses pensadores, as contribuições teórico-conceituais e, também, intervenções com maior alcance no debate público (função já quase esquecida da intelectualidade contemporânea). Sem dúvida, assim como esses pensadores seminais, o coletivo de autores deste livro tem um compromisso rigoroso e crítico com o fazer geográfico. Nas palavras de uma de suas referências,

Nossa tarefa é criar problemas, despertar respostas potentes para eventos devastadores, acalmar as águas turbulentas e reconstruir lugares tranquilos (HARAWAY apud TREVISAN, 2023, p. 27).

Finalizo parafraseando Chico Buarque e me dirigindo tanto aos autores quanto aos leitores acadêmicos: “Evoé, jovens cientistas”!

Luís Antonio Barone
Primavera de 2024

Referências

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgar (Coord.). **A colonialidade do saber**:

eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas.
Colección Sur Sur, CLACSO, Cidade Autónoma de Buenos Aires,
Argentina, set. 2005, p.107-130.

**TREVISAN, J. V. S. O Movimento de “Neutralidade corporal” nas
redes sociais pelas lentes do ciberfeminismo decolonial Queer.**
(Dissertação de Mestrado em Psicologia). São João del Rei, UFSJ, 2023.

Sobre os organizadores e autores

LARISSA ARAÚJO COUTINHO DE PAULA – Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus - Bahia. Doutora (2020), mestra (2015) com período sanduíche na Universidad Autónoma Metropolitana (México), bacharela (2012) e licenciada (2011) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente. Possui Pós-doutorado em Geografia (2023) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Especialização em Ensino de Geografia (2022) pela Unesp, *campus* de Ourinhos. Vencedora do Prêmio Isabel André para a Investigação em Gênero e Geografia, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa. Tem se dedicado aos estudos sobre gênero e interseccionalidades. E-mail: coutinholacp@gmail.com.

WILIANS VENTURA FERREIRA SOUZA - Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestre em Geografia pela mesma instituição. Pesquisador da Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios (DATA LUTA) e do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ (OBSERVALGBTI+). E-mail: wilians.ventura@unesp.br

GABRIEL BATISTA MOTA – Bacharel em Jornalismo (Unoeste/2016), licenciado em Geografia (Unesp/2023), licenciado em Letras (Etep/2024), pós-graduado em Docência e Gestão na Educação Superior (Unoeste/2018), pós-graduado em Ensino de História e Geografia (UniBF/2023) e mestre em Educação (Unesp/2023). Possui experiência em Jornalismo (com ênfase em Educomunicação), em Educação (com foco no ensino de Língua Portuguesa, Geografia e Informática/Tecnologia) e em Pesquisa

(com dedicação às temáticas de Diversidades Sexuais e Educação Sexual). Ocasionalmente também exerce as funções de redator e revisor textual, além de integrar os grupos de pesquisa "Psicologias, Coletivos e Culturas Queer" (PsiCUqueer/Unesp de Assis), "Grupo de Pesquisa em Educação e Diversidade" (GPED/Universidade Estadual do Paraná) e o "Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Educação" (NUDISE/Unesp de Marília). No âmbito científico, atua na área de Educação, em especial em Educação Sexual, pesquisando principalmente as temáticas de LGBTfobia, Masculinidades, Diversidades/Sexualidades na Educação e Educomunicação/TICs. E-mail: ogabrielmota@gmail.com.

Sobre as autoras e os autores

ANA CAROLINA DOS SANTOS MARQUES – Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Mestre em Geografia pela mesma instituição. Licenciada, Bacharel e Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Discute principalmente os seguintes temas na Geografia: relações raciais, gênero, interseccionalidades, mulheres negras, juventudes e cultura periférica. E-mail: ana-carolina.marques@unesp.br.

ANA LÚCIA TEIXEIRA TABUTI – Graduada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), *campus* de Presidente Prudente-SP, possui experiência na área de geografia humana, pesquisando sobre assentamentos rurais e metodologias qualitativas. Atualmente, professora de geografia do município de Álvares Machado (SP). E-mail: ana.lucia_teixeira@hotmail.com

CAROLINA RUSSO SIMON – Mulher cisgênero, branca, bissexual, jovem, filha da classe trabalhadora. Sou militante na coletiva feminista Frente Pela Vida das Mulheres (FGPVDM) e, orgulhosamente, professora de Geografia. Minha formação e trajetória acadêmica se iniciou em 2013 na licenciatura em Geografia da FCT/Unesp, onde me tornei mestra em 2020 e Doutora em 2023. Sou membra do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BioGeoS), faço parte do Coletivo CEETAS de Pesquisadores- Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde. Atualmente atuo como professora Substituta da FCT/Unesp. E-mail: carolina.simon@unesp.com.br.

CAROLINA STOCO FERRARI – Formada em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente (SP). Cursando Mestrado Acadêmico, na mesma instituição de formação. Dedicar-se aos estudos de mobilidade e gênero, iniciados durante a iniciação científica, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Membro do GASPPER (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais), desde 2022. E-mail para contato: carolina.ferrari@unesp.br.

DANIELA DIAS DE SOUZA – Feminista, mulher, amazônica brasileira. Formada em bacharelado em geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Geografia pelo programa em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo IPPRI-Unesp. Coordenadora de projetos na ONG SOS-amazônia, coordenando o projeto do Observatório de Políticas Públicas Socioambientais do Acre. Militância e pesquisa: direitos territoriais, socioambiental, gênero, mudanças climáticas e justiça climática. E-mail: ddias37@gmail.com.

ISABELLA BOCCHI COSTA – Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Foi bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) na área de Geografia do Trabalho (2022). E-mail: isabella-bocchi.costa@unesp.br

LAÍS NEVES LOPES – Possui licenciatura (2022) e Bacharel (2023) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - *Campus* de Presidente Prudente (SP), onde é integrante do GASPPER (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais) e do grupo de estudos Geojuves. Desenvolveu pesquisas em torno da linha de Geografia Urbana, com foco em Juventudes, Cultura e Escola. Atualmente (2023), é pós-graduanda do Programa de Pós-graduação em Geografia, estudando Mobilidades Urbanas de Mulheres da Cidade de

Presidente Prudente (SP), em um contexto de fragmentação socioespacial, sob orientação do Prof. Dr. Nécio Turra Neto. E-mail: neves.lopes@unesp.br

LUÍS ANTONIO BARONE – Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989), Mestrado (1995) e Doutorado (2002) em Sociologia, também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é Livre-docente em Sociologia da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente/SP, desenvolvendo projetos na área de Sociologia, atuando nas temáticas de assentamentos de reforma agrária, desenvolvimento rural sustentável, patrimônio cultural, educação popular, movimentos sociais e cidadania. Foi bolsista de Extensão no País - EXP 3 (CNPq) e Diretor Presidente da Rede de Estudos Rurais (2017-2018). Realizou estágio de Pós-Doutorado em Patrimônio Cultural junto ao Programa "Dynamics of Cultural Landscape and Management" - DYCLAM (Instituto Politécnico de Tomar - POR), entre 2016 e 2017. Professor convidado do Programa do Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio-Ambiente (Universidade de Araraquara - UNIARA). E-mail: luis.barone@unesp.br

MARCIA A. PERTUZ – Mulher, migrante, geógrafa feminista e cozinheira. Geógrafa da Universidad de Córdoba, Colombia. PhD (c) em Geografia pela Unesp - *campus* Presidente Prudente, Brasil. Estágio de pesquisa doutoral no Programa de Estudos e Intervenciones Feministas no CESMECA-UNICACH, em SCLC Chiapas, México (2023). Me interessa nos estudos agrários, as epistemologias feministas, as violências no campo, os processos de defesa e luta pela vida-terra-territórios e as resistências femininas/feministas da América Latina e o Caribe. E-mail: marcearteaga1982@gmail.com.

MARGARIDA QUEIRÓS – Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa, Portugal. Atualmente é professora

associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), da Universidade de Lisboa, e investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG), da Universidade de Lisboa (<https://www.igot.ulisboa.pt/pessoas/margarida-queiros>). Foi editora-chefe da revista *Finisterra* de 2016 a 2021. Tem coordenado e colaborado em estudos e projetos nacionais e internacionais de apoio a políticas públicas com enfoque em indicadores de gênero, ambiente e território, integração da perspectiva de gênero no planejamento urbano, desigualdades de gênero na mobilidade, violência de gênero, contra as mulheres e violência doméstica. E-mail: margaridav@edu.ulisboa.pt.

MARÍA DEL SOCORRO PISSO MAZABUEL – Oriunda del Cauca, Colombia. Crecida entre el pueblito Gabriel López y la ciudad de Popayán, donde me encontré con la mujer campesina indígena negra obrera y popular que me (nos) habita. Actualmente, integro el comité ejecutivo nacional de Fensuagro y soy responsable de la Secretaría de Asuntos de la Mujer rural y de la Niñez del Campo. He coparticipado de los procesos de formación que se gestan desde la organización y su articulación del nivel local - nacional y de América Latina. E-mail: susanitatedelosvientos@gmail.com.

MARTIN IGNACIO TORRES – MARTIN IGNACIO TORRES – Doutor em Geografia Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Unesp. Geógrafo pela Universidade do Chile. Acadêmico adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Chile. E-mail: martin.torres.r@gmail.com

MATEUS FACHIN PEDROSO – Doutor em Geografia (2022) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (*campus* de Presidente Prudente), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp. Licenciado (2016) e Bacharel em Geografia (2017) pela mesma

universidade. É pesquisador pelo coletivo CEETAS (Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde), sendo atuante no Observatório de Geografia da Saúde pertencente ao Diretório Acadêmico do CNPq, e também é membro do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BIOGEOS). Atualmente realiza um pós-doutoramento vinculado ao Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG/CAPES), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e ao Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários (LEUA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: mateus.fachin@unesp.br

NAYARA LEVA BATISTA – Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é Professora de Geografia na rede privada de ensino, no município de Presidente Prudente (SP). E-mail: nayara.leva@unesp.br

RICARDO PIRES DE PAULA – Possui Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1997), Mestrado (2001), Doutorado (2007) em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Pós-Doutorado na Université Lumière 2, Lyon/França. Atua como Professor Assistente Doutor na Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT - Unesp - nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia - Presidente Prudente/SP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História Contemporânea, atuando principalmente nos temas: globalização, movimento separatista, separatismo, nacionalismo, sindicalismo docente, associação de professores, greve de professores, campo educacional, políticas educacionais, história da educação, movimentos sociais urbanos e rurais. E-mail: ricardo.pires@unesp.br

ROSANGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL – Licenciada em Geografia, docente do Departamento de Geografia e do

Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *Campus* de Presidente Prudente; coordenadora do GEDRA e bolsista produtividade (PQ) do CNPq. Possui mestrado e doutorado em Geografia pela Unesp de Rio Claro e pós-doutorado pelo *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain* (CRBC) da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris – França. E-mail: rosangela.hespanhol@unesp.br.

SIMONE LÉIA RUI – Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008) e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2019). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia humana e agrária, atuando principalmente no seguinte tema: gênero e agricultura familiar. Tem experiência como professora da rede estadual e municipal de São Paulo, no período de 2009 a 2013. E-mail: simone.rui@unesp.br.

TATIANE REGINA DA SILVA – Graduada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2017). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia - IG, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2020). Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/Unesp, *campus* de Presidente Prudente. Tem interesse e possui experiência nas áreas de: História do Pensamento Geográfico, Epistemologia em Geografia, Perspectiva Decolonial, Geografia e Gênero e Ensino de Geografia. E-mail: tatiane.r.silva@unesp.br.

TIYEMI MIYOSHI BIANCHI – Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Unesp de Presidente Prudente em 2019. Participante de editais com fomento do CAU/SP (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo) para ATHIS (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) na Baixada Santista,

tanto em atividades práticas de atendimento à população quanto em capacitações (EATHIS) vinculadas ao curso de serviço social da Unifesp. E-mail: tiy.miyoshi@gmail.com

Este livro nasce na FCT Unesp de Presidente Prudente como um mosaico de vozes, corpos e territórios. A obra busca a construção de horizontes mais justos, diversos e plurais. Cada capítulo rompe fronteiras e valoriza a diversidade em todas as suas dimensões e escalas. Com a força de um manifesto e a leveza de um poema, os textos extrapolam a academia, dialogando com comunidades e movimentos historicamente invisibilizados. Na intersecção das opressões, descobrimos ciências da resistência!

unesp

